

L.L. Fituni

Angola

NATUREZA
POPULAÇÃO
ECONOMIA

L.L. Fituni

Angola

NATUREZA
POPULAÇÃO
ECONOMIA



Edições Progresso

Moscovo

Л. Л. Фитуни

АНГОЛА: ПРИРОДА, НАСЕЛЕНИЕ, ЭКОНОМИКА

На португальском языке

1ª Edição, 1985

2ª Edição, 1986

© Edições Progresso, 1985

Φ 0803080000-262 без объявл.
014 (01) -86

PREFÁCIO

A República Popular de Angola é um dos mais novos Estados independentes da África. O País sacudiu o jugo do colonialismo português em 1975 e está na vanguarda dos Estados do continente que lutam decididamente contra a herança do passado colonial, pela independência económica e pelo progresso social. A RPA é um posto avançado da luta pela liquidação em África dos restos do colonialismo e do racismo, contra a expansão neocolonial do imperialismo.

O Povo angolano, amante da liberdade, sob a direcção do MPLA-Partido do Trabalho trava uma luta renhida pela consolidação da independência nacional. Vê-se obrigado a vencer a resistência desesperada das forças do imperialismo e da reacção que tudo fazem para barrar a construção de uma nova vida. Nesta luta, a RPA baseia-se na ajuda e apoio da URSS, de Cuba e de outros países socialistas irmãos. Em Outubro de 1976, foi assinado o Acordo de Amizade e Cooperação entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Angola vive um período difícil, mas glorioso, da sua história. Muito já foi conseguido, mais ainda está por realizar. O poder revolucionário proclamou a linha de orientação socialista do País. Em Angola já foram realizadas grandes reformas sociais nos interesses das amplas massas populares. Estas visam a liquidação gradual das posições dos monopólios imperialistas, da grande e média burguesia local, visam a limitação da actividade do capital estrangeiro, a tomada pelo Estado nacional dos postos-chave na economia e a passagem ao desenvolvimento planificado das forças produtivas, a incentivação do movimento cooperativista

no campo, a elevação do papel das massas trabalhadoras na vida social, o fortalecimento paulatino do aparelho de Estado com quadros nacionais fiéis à causa do Povo e, por último, a implementação duma política externa de carácter anti-imperialista. A experiência de realização de tais transformações sócio-económicas nas condições concretas de Angola tem grande importância também para os demais países em vias de desenvolvimento.

Nesta obra são estudadas as riquezas naturais de Angola, a sua população, a estrutura económica deste novo Estado. O autor procurou debruçar-se com todo o empenho sobre os aspectos de carácter geográfico, demográfico e económico do desenvolvimento da RPA, focar questões de história, de política externa, etc. Efectivamente, ainda hoje os factores históricos têm um certo peso no desenvolvimento do País. Exerce também uma grande influência a situação política actual no sul da África.

Aquando da preparação deste livro o autor fez todo o possível por cobrir na sua plenitude a panóplia de processos que têm lugar no País. Por isso, o trabalho tem por base, antes de mais, os documentos dos congressos e plenários do MPLA-Partido do Trabalho, do governo angolano; materiais estatísticos e da informação, publicados pelos serviços do aparelho do Estado da RPA; a imprensa angolana; estudos de autoria angolana. Muitos elementos estatísticos e notas de observação foram recolhidos precisamente na República Popular de Angola.

O livro destina-se ao grande público de expressão portuguesa. O autor faz votos de que a presente obra seja útil quer aos leitores que apenas recentemente passaram a interessar-se pela problemática do desenvolvimento socioeconómico da RPA quer aos estudiosos das questões da história, política e economia nacional do País. O leitor estrangeiro terá oportunidade de conhecer mais de perto os êxitos e problemas de Angola, a vida do seu povo heróico, que luta pela consolidação da independência, pela paz e progresso social.

O TERRITÓRIO E AS RIQUEZAS NATURAIS

Situação geográfica, relevo. A República Popular de Angola está situada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, ocupando a parte sudoeste do continente africano entre os paralelos 4°21'26" e 18°02'10" de latitude S, e os meridianos 11°38'40" e 24°03'20" de longitude E. O País estende-se de norte a sul num comprimento de cerca de 1300 km; de oeste a este, aproximadamente em 1250 km. Faz fronteira com o Congo, o Zaire, a Zâmbia, a Namíbia (ocupada ilegalmente pela República da África do Sul).

A superfície total de Angola é de 1 246 700 km², o que é aproximadamente igual à área territorial conjunta de Portugal, da Espanha, da França e da Inglaterra. Pela sua configuração, a superfície da RPA tem uma forma mais ou menos quadrangular, se não se considerar as saliências e cavidades não muito grandes que perturbam a regularidade geométrica das suas fronteiras. Uma parte do território angolano — o enclave de Cabinda — está separada da restante superfície do País por uma faixa estreita de menos de 50 km de largura (pertencente à República do Zaire).

Uma grande parte do território de Angola compõe-se de vastos planaltos de altitude média acima dos 1000 m. Ao longo do limite ocidental dos planaltos estende-se pelo litoral numa faixa estreita de 50 a 100 km uma depressão, que constitui parte do fundo do mar que se ergueu acima do seu nível actual. Um testemunho de tal facto representam os amplamente espalhados sedimentos de origem marítima, tais como: calcários, marga, grés e areia. Neles são encontrados frequentemente conchas fossilizadas de moluscos ou marcas daquelas. A fronteira ocidental da

RPA é marítima. A orla costeira de extensão total de 1600 km teve e tem significado vital tanto para a própria Angola como para os seus países vizinhos—Zaire e Zâmbia, que têm ligação com o oceano através do território da RPA.

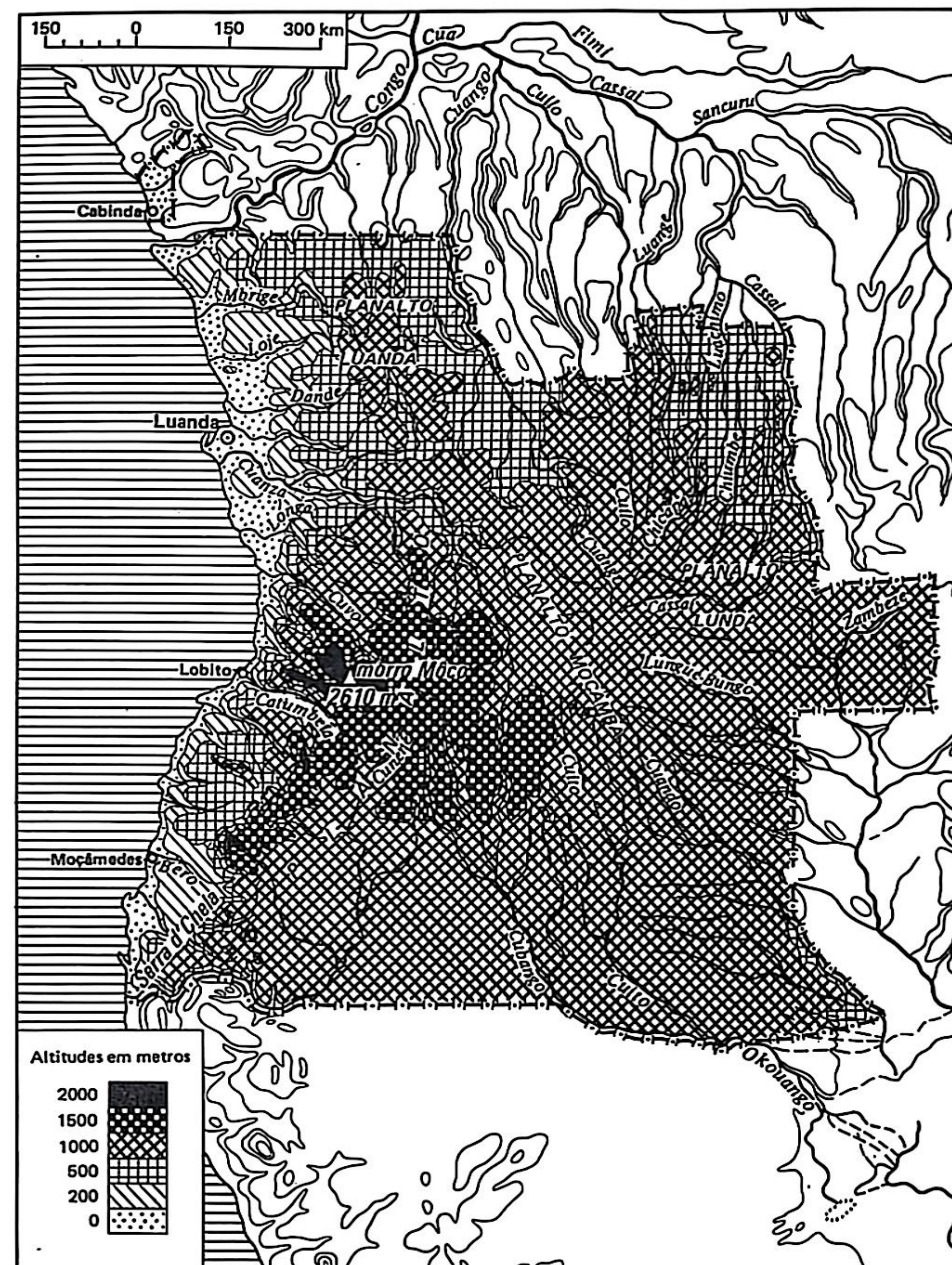
O litoral de Angola apresenta-se fracamente entrecortado. A sua parte norte é rochosa aproximadamente até à foz do rio Cuanza. No curso inferior do rio Cuanza, a faixa de depressão marítima alarga-se, atingindo a largura máxima de 200-230 km. A parte mais estreita desta depressão encontra-se um pouco a sul de Benguela na região do Canhoca. A sua largura aqui atinge pouco mais de 12 km.

A linha costeira de Angola é fluente e sem grandes recortes. Na sua formação exerce grande influência a corrente fria de Benguela, que na sua forte torrente leva as águas de sul para norte. Esta corrente com a sua ampla cauda apanha toda a parte ocidental do Atlântico Sul e segue para noroeste. Os restos do desgaste erosivo dos rochedos (pela acção das águas marítimas) e o aluvião dos rios lançado no oceano são misturados pela corrente ao longo de toda a costa angolana.

A sul de Lobito a costa litoral é constituída fundamentalmente de grés e areia. Rochas de origem calcária e arenosa de 10 a 15 metros de altura acercam-se quase da própria água. Em certos sítios, por exemplo, entre a Ponta das Salinas e o Cabo de Santa Maria, a sua altura atinge 30-50 metros. A sul da Ponta Albina a costa torna-se mais baixa. Aqui há muita areia trazida pelos ventos do deserto de Namib.

Alguns ancoradouros naturais, mas agradáveis, também devem o seu aparecimento à corrente de Benguela. Misturando os depósitos de sedimentos desagregados ao longo da costa, ela formou em alguns lugares compridas e finas línguas-de-terra de origem arenosa que, afastando-se dos promontórios que entram pelo mar adentro, se estendem paralelamente à costa. Lobito é um dos melhores portos naturais na costa ocidental da África a sul do equador. A sua língua-de-terra estende-se para nordeste em cerca de 5 km, formando assim um grande quebra-mar natural.

As zonas de grande altitude de Angola no norte prolongam-se até ao vale do baixo Congo. No leste descem em direc-



Relevo e rios de Angola

ção à zona pantanosa formada pelos afluentes da margem direita do Zambeze a montante: Lungué-Bungué, Luanjin-ga e Cuando. No sul de Angola, descem para os pântanos Okavango e para a laguna Etosha. No oeste, o planalto

não chega até à própria costa. Como por toda a parte no sul da África, ele debruça-se com um declive alcantilado sobre a planície do litoral. Esta é composta de calcários do período cretáceo ou terciário, que formam perto do planalto o primeiro degrau com 300 m de altura; a seguir, vem o segundo com 600 m de altura, composto de sedimentos arenosos. No terceiro degrau, já com 900 m de altura, revelam-se camadas de granitos do Arcaico, gnaisses e xistos cristalinos, sendo destas rochas composta toda a região de planaltos do interior.

O planalto central é formado por três elevações: Malanje no norte, Benguela no centro e Huíla no sul. A sua extensão é de cerca de 650 km, sendo a largura aproximadamente a mesma. Aqui, a uma grande distância umas das outras, as montanhas apresentam-se dispersas tomando formas perfeitas de cúpulas ou cones.

As encostas tornam-se mais abruptas à medida que nos afastamos do oceano. O mais alto degrau surge no extremo do planalto do interior. De longe, ele é parecido com uma portentosa cadeia de montanhas. Na parte centro e sul do extremo do planalto do interior existem dois degraus de altura vertiginosa e a pique. Por isso, estes declives do planalto são conhecidos por cordilheiras. Trata-se, concretamente, da Serra Corvo-d'Andrade (a sul do curso inferior do rio Cuanza) e da Serra da Chela (a norte do rio Cunene).

Nestes sítios, a borda do planalto do interior constitui um maciço cristalino, só aqui e ali cortado pelos vales dos rios, que facilitam o acesso à parte interior do País. A parte mais elevada do território de Angola está situada para lá dos morros das montanhas e denomina-se Planalto (a 1500-1800 m acima do nível do mar). Ela parece-se com uma ampla meseta de superfície regular e levemente ondeada. Apenas em alguns lugares se elevam grupos de morros (restos), compostos de granito, gnaisses e outras rochas cristalinas duras. Os processos erosivos deram-lhes as formas mais esquisitas e subtis. O ponto mais alto de Angola—o Môco, com 2610 m—pertence ao grupo desses morros.

A norte, a nordeste e a sudeste das terras altas, o Pla-

nalto vai gradualmente descendo. A norte dos vales profundos do Cuanza ergue-se o Luanda, cuja altitude ultrapassa os 1000-1200 m. Sendo de composição rochosa menos estável, está sujeito à acção dos ventos e das chuvas; o seu relevo é bastante mais acidentado. A leste do Planalto está situado o de Moçamba, com o qual começa a divisão das águas de dois grandes rios africanos—o Congo e o Zambeze. A leste, o Lunda continua a linha de divisão das águas. Uma vez que neste sítio o declive se manifesta de forma bastante fraca, os rios que nascem aqui nem sempre abrem caminho rumo àquele, preferindo correr por onde os terrenos são mais maleáveis. O Lunda vai descendo mais inclinadamente para sul e passa, despercebido, para as extensões de areia do sudeste de Angola—parte norte da vasta planície do Calaári.

Estrutura geológica. Sob o aspecto geológico, o território da RPA está estudado de forma bastante fraca. As rochas metamórficas e cristalinas precâmblicas constituem o fundamento geológico de Angola. No norte, entre os rios Congo e Cuanza, este soco antigo está coberto de camadas sedimentares. Na parte oriental estão amplamente espalhados depósitos de origem continental, sobretudo grés e areias. A depressão litoral é composta de rochas sedimentares, fundamentalmente, calcários e grés.

O território do País está situado numa plataforma antiga da África, que se formou nos começos do Paleozóico, na relativamente estável camada da crosta terrestre constituída na sua maior parte de rochas do Período Precâmbrico. As antiquíssimas rochas cristalinas do soco da plataforma estão carregadas de intrusões de granito.

No norte de Angola encontram-se afloramentos de formação cristalina Precâmbrico inferior. As formações do Arcaico Superior pertence o sistema enrugado de Domaionbe, que se desenvolve ao longo da costa atlântica. Nas regiões do nordeste do País está situada uma grande estrutura da plataforma—o sinclinal do Congo. Ao sul distingue-se a série do Cuango. Ela assenta com rupturas na base enrugada ou nas mais antigas rochas do Mesozóico. A sul do sinclinal do Congo situa-se a do Okavango.

Os afundamentos marítimos da orla litoral do Oceano Atlântico foram mais estudados pelos geólogos. Compõem-se de algumas cavidades meio fechadas, divididas por afloramentos de rochas cristalinas do fundamento, que formam concretamente a linha da costa. Via de regra, relacionam-se com o delta dos rios. Trata-se dos afundamentos do Congo e do Cuanza. Estes foram feitos pela potente massa de formações do Jurássico, do Cretáceo e do Cenozóico. De um modo geral, as rochas sedimentares caracterizam-se por um declive monoclinal de 3 a 10° das camadas para oeste, que se torna cada vez mais inclinado em direcção ao oceano. Nas jazidas das rochas, as rupturas em presença manifestam-se por fracos enrugamentos que se devem aos deslocamentos do fundamento e à tectónica salífera.

O afundamento do Congo caracteriza-se pela profundidade máxima de 40 km das camadas principais. Uma grande parte desse afundamento situa-se fora de Angola e apenas a sua parte sul—a depressão de Santo António e a elevação contígua do Chiloango—apanham Cabinda e o norte do território principal da RPA na zona do estuário do rio Congo. Sob o aspecto estratigráfico, nos depósitos do Jurássico Superior e do Cretáceo, que enchem o afundamento do Congo, revelam-se três grandes camadas que se distinguem entre si quanto à sua capacidade e composição litológico-facial. Aqui precisamente, no fundamento precambriano, se dispõe a camada argiloso-arenosa (série sublitoral) de 2000 m de espessura. Na parte sul do afundamento que fica já em território angolano, a espessura da série desce um tanto até 400-700 m. A camada média situada acima tem um carácter nitidamente homogénico, representando a sobreposição do sal-gema e de potássio com as camadas inferiores de anidrido. A espessura da camada salífera é de cerca de 700 m. A camada superior (post-salífera) engloba os depósitos do Cenomaniano, Turoniano e Senoniano, de 200-250 m de espessura, apresentando-se com calcários argilosos, grés e argilas de origem marítimo-continental.

Formações do Cenozóico (da época do Paleoceno, do Eoceno, do Mioceno e do Plioceno) apresentam-se no afun-

damento do Congo principalmente de rochas terrigenas: argilas, aleurólitos e grés. Existem margas, calcários e dolomitas em camadas intercaladas. A espessura dos depósitos vai de 0 a 350 m.

Mais a sul do afundamento do Congo revela-se o do Cuanza. Ele ocupa a estreita orla costeira na região e a sul de Luanda. A cobertura sedimentar do afundamento está amassada nas dobras de inclinação e desagregada por numerosíssimas falhas. A profundidade máxima de afundamento da plataforma atinge 4 km. Dentro dos limites do encurvamento destacam-se as depressões do próprio Cuanza no norte e do Longa no sul, divididas pelo eixo transversal do Cuissam. No encurvamento do Cuanza, a tectónica salífera apresenta-se fortemente desenvolvida. A área de sedimentação começa com a camada de conglomerados de origem laguno-continental, areias e grés de 250 m de espessura que pertencem ao Apciano inferior. O Apciano médio encontra-se representado por uma camada salina de 370 m de grossura em que predomina o sal-gema e de potássio, bem como as raras argilas negras. Os calcários de dolomita, argila e oólita do Aptico superior de 250 m de espessura cobrem a camada salina. Mais acima, localiza-se uma camada de calcários, dolomitas, grés e argilites com uma espessura de 1000-1300 m, que pertence ao Albiano. Aquela tem por base argilas negras com estratos de gesso, anidridos e sal-gema pouco espessos que passam para cima, para os maços sobrepostos de dolomitas, anidridos e grés. Os depósitos do Senomânio e do Turónio, situados acima, estão representados pela estratificação de areias, calcários, grés e conglomerados, bem como de margas rubras e negras carregadas de mica. A espessura de sedimentação varia entre 40 e 300 m. O Senónio na depressão do Cuanza está representado por uma potente camada multicolor de margas que se estratificam com calcários. Estas sedimentações atingem 720 m de espessura.

As sedimentações do Paleoceno e do Eoceno no encurvamento do Cuanza encontram-se representadas por margas, calcários com estratos arenosos e de grés com uma espessura de 100 a 800 m, que concatenadamente cobrem as sedimentações do Cretáceo superior. As formações acima

localizadas são compostas de argilas e margas argilosas e portadoras de gesso com abundantes foraminíferas das Épocas do Oligoceno e Mioceno. As formações do Oligoceno e do Mioceno têm uma espessura de 100-200 m. .

As riquezas minerais. Com a estrutura geológica de Angola está relacionada a existência de jazidas de diversos minérios. Com as rochas do Precâmbrico relacionam-se as jazidas de grande porte de minérios de ferro, manganês, cobre, zinco, chumbo, urânio, ouro, mica. Os riquíssimos terrenos diamantíferos fazem parte das camadas de grés e areias do leste do País. As rochas sedimentares do litoral escondem grandes reservatórios subterrâneos de petróleo e gás natural, de libelites e linhites, de asfalto natural e fosforites.

Recursos do sector energético. Até à Segunda Guerra Mundial não existiam em Angola jazidas industriais de petróleo e carvão exploradas. A extracção industrial de petróleo teve o seu início em 1956. As primeiras jazidas foram descobertas na região de Luanda a uma profundidade de 1500-1700 m, e um pouco mais tarde começou a extracção na jazida de Bemfica situada 30 km a sul da capital já a uma profundidade de 2600 m. Posteriormente, a uma profundidade de 770 m, foi descoberta uma jazida mais importante em Tobias, pertencente aos calcários do Áptico.

No momento actual, procede-se à extracção em três regiões petrolíferas: em Cabinda e em duas zonas próximas dos estuários do Congo e do Cuanza. Em Cabinda, nos poços em funcionamento de Malongo, planeia-se aumentar a extracção de petróleo de 9 a 11 milhões de toneladas por ano, ao mesmo tempo que o aproveitamento de três novas jazidas (Takula, Kambala e Livuite) permitirá elevar a extracção do mesmo nesta região até 13,5 milhões de toneladas em 1985. Enquanto em Cabinda a extracção do petróleo é feita *off-shore*, no estuário do Congo os principais poços encontram-se já na orla costeira. A extracção do petróleo deverá aqui aumentar mais do que o dobro (até 4-5 milhões de toneladas) nos próximos anos. Nesta região estão a ser também exploradas *off-shore* três jazidas (Essungu,

Etela e Cuntala), facto que assegurou em 1981 a extracção adicional de 2,5 milhões de toneladas de petróleo, prevendo-se para o ano de 1985 o seu incremento em 4,5 milhões. Nos poços da foz do Cuanza extrai-se ao todo 0,5 milhões de toneladas por ano. Entretanto, devido aos trabalhos de prospecção intensos das futuras novas jazidas, também nesta região se espera para 1985 uma subida brusca da extracção do petróleo.

No País, é feita em grande escala a sondagem experimental em novas regiões, tanto em terra, como *off-shore*. Recentemente foram descobertos jazigos petrolíferos de grande porte *off-shore* na região de Ngunza e na província de Cabinda (a 45 km da costa); supõe-se que só o desta última começará dentro de dois anos a dar cerca de 3 milhões de toneladas de petróleo por ano. Segundo a declaração do vice-presidente da empresa petrolífera "Cabinda Gulf Oil Company", o volume real das reservas de petróleo prospecionadas no País constituíam no início de 1980 mais de 200 milhões de toneladas.

No litoral e *off-shore* foram encontradas consideráveis reservas de gás natural (cerca de 41 biliões de m³).

No leste do País, na região do Luena, foram descobertas jazidas de linhite. As reservas prospecionadas calculam-se em cerca de 30 milhões de toneladas.

Minérios de metais ferrosos, não-ferrosos e raros. No território da RPA existem significativas jazidas de minérios de ferro e não muito grandes reservas de minérios de manganês, suficientes para abastecer um complexo siderúrgico de capacidade média. As reservas totais de minérios de ferro no País pensa-se que chegam a 1,7 biliões de toneladas. Uma grande parte das reservas conhecidas localiza-se na província de Huíla, na bacia do Cassinga, bem como nas minas de Jamba (com 20 milhões de toneladas) e Chamutete (com 5 milhões), um tanto afastadas do principal jazigo, mas que pertencem também àquela bacia. O teor de ferro no minério oscila entre 35 e 60%. O jazigo de Cassinga, no momento presente, no fundamental já deu o que tinha a dar, embora as reservas de minérios pobres aqui sejam bastante significativas. O teor do elemento principal nos minérios

do jazigo de Jamba é dos mais elevados no continente: 55-60%. Na província de Huambo estão em exploração os jazigos de minérios pobres do Quima e do Tumbi. Na província do Cuanza Norte, na região de Caçala-Quitungo existem reservas (cerca de 130 milhões de toneladas) de minério pobre com um teor de ferro igual a 34%.

A zona manganífera de jazidas metamórfico-sedimentares estendeu-se aproximadamente por 100 km ao longo da linha do caminho de ferro Luanda-Malanje. As principais jazidas estão concentradas no Golungo Alto, no noroeste, e em Quiaponte e Quitota na parte oriental desta faixa. Os minérios estão representados pelo icilomelano, e mais raramente pela manganite. O teor do manganês no minério constitui cerca de 50% com um elevado teor também de sílica. As reservas totais dos minérios de manganês estão avaliadas aqui em 4-5 milhões de toneladas, inclusive as fidedignas, estimadas em 0,2 milhões de toneladas.

Nas províncias do Uíge e do Cuanza Sul, existem jazigos não muito grandes de minérios de cobre em Mavoio, Tetelo e Cachoeiras.

Em Angola foram descobertas duas regiões com jazigos de minérios radioactivos. A primeira delas—a do Dondo—situa-se no vale do Cuanza, onde os veios pegmatíficos anteriormente eram explorados só com vista à obtenção de moscovite e berílio, os quais aparecem acompanhados de um metal radioactivo—a torbernite. A segunda região localiza-se na zona planáltica Benguela, onde no jazigo de Caala, no veio de quartzo, conjuntamente com a pirite, a calcopirite, a malquite e as pepitas de ouro, também se encontram escamas de torbernite. No entanto, ainda não se procede à exploração dos jazigos.

Minerais não metálicos. Angola possui um dos maiores terrenos diamantíferos do mundo. Quase todos os diamantes são extraídos no nordeste do País, na província do Lunda Norte, no distrito do Chitato. Existem jazigos não lá muito grandes na província de Malanje. Os principais jazigos de diamantes de Angola representam a continuação directa da região diamantífera contígua do Cassi no Zaire. As kimberlites servem de fonte principal de diamantes. A extracção está concentrada nos terrenos

surgidos. As reservas de rochas kimberlíticas (rolo de Catoque, Camjico, Camaguia, Camuto) representam cerca de 250 milhões de quilates, enquanto nas areias diamantíferas da província do Lunda Norte 53 milhões de quilates. O teor de diamantes nos terrenos constitui em média cerca de 0,5 quilates por metro cúbico de rocha (variando entre 0,32 e 1,60 quilates por metro cúbico).

Na parte norte do País (província de Cabinda e Zaire) existem jazigos de fosfatos: Mongo-Tando, Hueca, Xibuete, Kindanakaxi. As reservas estão estimadas em cerca de 1 000 milhões de toneladas. Cabe assinalar a presença de outros minerais não metálicos nos jazigos de quartzo de Pocarís e nas reservas da região da Serra Angelo Conda recentemente descobertas.

Procede-se à extracção de rochas de ornamentação—mármore e anortosite.

Existem reservas de fluorite insignificantes.

O quadro seguinte caracteriza as potencialidades globais das reservas da RPA, quanto à sua tonelagem e teor:

As potencialidades globais
das reservas da RPA

	unidade de medida	reservas globais estimadas	reservas industri- ais	teor (%)
1. Petróleo	milhões de ton.		200	
2. Minério de ferro	bilhões de ton.	2,0	0,2	30-50
3. Minério de cobre	milhares de ton.	400	95	1,7-4
4. Fosfatos	milhões de ton.	1000,0	60	até 30
5. Fluorites	milhões de ton.	9-12	—	até 40
6. Quartzo	milhares de ton.	—	800	—
7. Diamantes	milhões de quilates	350	100	1 quilate
8. Manganês	milhões de ton.	5,0	0,2	até 50
9. Rochas ornamentais			1200	—
10. Carvão	milhões de ton.	30		53-60
11. Bauxite	milhões de ton.	10		

Hidrografia. As terras altas do interior de Angola constituem um importante nó hidrográfico. A partir dos seus extremos o planalto eleva-se para nordeste até aos morros do Bié (atingindo o ponto mais alto 2500 m) e até ao Bachibocué. Este lugar é a linha divisória de águas, a partir da qual os rios correm tomando várias direcções: para o Congo—a norte, para o Zambeze—a este e sudeste, para o Cubango—a sul, para o oceano Atlântico—a oeste, diminuindo-se a densidade da rede fluvial de norte para sul, à medida que se dá a redução da quantidade de precipitação.

Ao longo do ano o nível das águas dos rios de Angola varia. Grandes cheias na estação das chuvas dão lugar à brusca baixa das águas dos rios com o início do período seco de inverno. Os rios do sul e do oeste do País, onde o clima é mais seco, baixam sensivelmente de nível. Muitos deles no inverno secam demasiado ou transformam-se numa série de charcos.

Nos rios de Angola, tal como nos outros rios de África, há muitos rápidos, cataratas. Por isso, os rios do País possuem grandes reservas de potencial hidroeléctrico, o mesmo não se podendo dizer quanto à sua navegabilidade.

A maioria dos rios nascem no planalto Lunda e, atravessando as fronteiras da RPA, desaguam no Congo. Estes numerosos rios correm para norte.

O Cassai, que é o maior dos afluentes do Congo, também corre para norte. Numa grande parte do seu curso, o rio serve de fronteira natural no nordeste do País, separando os territórios da RPA e do Zaire. Ao descer pela escadaria norte do Lunda, os rios formam numerosos rápidos e cataratas, de tal forma que a navegabilidade torna-se impossível por quase toda a parte. De entre outros rios desta região assinala-se o Cuango (principal afluente da margem esquerda do Cassai), o Cuilo (afluente da margem direita do Cuango) e os afluentes da margem esquerda do Cassai (Luangué, Luxico, Lóvua, Chicapa, Luachimo, Chiumbe, Luembe).

O Cassai desagua no Congo, longe das fronteiras da RPA. O Congo—enorme rio da África—não corta território angolano. A este novo Estado pertence apenas uma parte

da margem esquerda do Congo no seu curso inferior (ao longo de cerca de 150 quilómetros a partir do estuário). No entanto, do ponto de vista económico é importantíssimo, uma vez que é navegável em toda a sua extensão. Os afluentes da margem norte do grande rio arrastam águas caudalosas na estação das chuvas no hemisfério norte (Março-Novembro). O longo curso feito por estas águas retarda o começo das cheias no Congo a juzante, junto à fronteira angolana. Começando em Abril, atinge o máximo em Outubro, baixando gradualmente até Dezembro. Os afluentes da margem sul e, fundamentalmente, o Cassai, elevam o nível das águas no período das chuvas tropicais no hemisfério sul (Outubro-Março), vindo estas a atingir o estuário do Congo no início de Novembro; o máximo regista-se em Fevereiro-Março e dura até Abril. Assim se explica o grande caudal do Congo e o efeito das suas cheias constantes no norte de Angola.

No enclave de Cabinda, o rio Chiloango, após a sua junção com os afluentes Luali, Luango-Luci e Lucula, também é navegável numa extensão de 150 quilómetros.

Mais a sul do Congo corre o rio Mbridge, que também desagua no Oceano Atlântico. A sua nascente localiza-se não propriamente no planalto, mas sim nas encostas ocidentais. O rio é conhecido pelas suas cataratas de 44 metros, situadas a montante, perto da localidade de Cuimba. Correm também no sentido do oceano os rios Loge, Donde e Bengo, cujos leitos se situam quase paralelamente uns aos outros. O rio Bengo abastece de água a capital da RPA (Luanda).

O maior rio, cujas águas correm exclusivamente em território angolano, é o Cuanza. A sua extensão é de 960 km. Nasce nos limites do Planalto e Moçamba. O seu leito, descrevendo um grande arco, passa pelo centro de Angola. Da nascente ele segue para norte, depois para noroeste, correndo em seguida quase directamente para o oceano. No curso médio e superior o rio passa pelas rochas cristalinas da parte ocidental mais alta do planalto do interior. Ele corre num fundo e sombrio desfiladeiro, através duma imensidade de rápidos e cataratas. Na época das chuvas, o desfiladeiro em toda a sua largura está repleto de água

em turbilhão, enquanto durante o tempo seco a baixa das águas forma braços, entre os quais se elevam ilhotas rochosas e montículos de pedras.

No Lucala, um dos afluentes do Cuanza, encontram-se as célebres cataratas do Duque de Bragança, com mais de 100 m e de impressionante beleza. No próprio Cuanza situam-se duas conhecidas cataratas: a de Luando e a de Cambambe. As cataratas de Cambambe situam-se no último degrau do planalto, para além do qual o rio já entra na depressão litoral. O vale alarga-se e a corrente torna-se mais calma. As margens do Cuanza na parte inferior do curso são fortemente pantanosas, e nalguns sítios surgem rochas de natureza calcária e arenosa. O rio é navegável numa extensão de 250 km a partir do estuário.

Mais a sul do Cuanza correm os rios Longa, Cuvo, Catumbela, Coporolo e Bero. Destes, apenas o Longa é navegável nos primeiros 80 km a partir da sua foz (no oceano Atlântico). Nos últimos quinze anos começou-se com a utilização mais activa do potencial energético proporcionado por estes rios. Foram construídas duas centrais hidroeléctricas no Catumbela.

O Cunene é o segundo maior rio de Angola com uma extensão de 945 km. No seu percurso inferior ele serve de fronteira natural entre a RPA e a Namíbia. O rio nasce mesmo no centro Planalto. Cerca de 480 km ele corre para sul, faz uma curva fechada para oeste e vai desaguar ao oceano Atlântico. Tal como o Cuanza, o Cunene numa grande parte do seu percurso corre por entre rochedos de origem cristalina e arcaica. Abundam cataratas e rápidos. No entanto, ele corre por sítios mais secos sendo, por isso, menos caudaloso.

Do ponto de vista hidrográfico o estuário do rio Cunene tem um certo interesse. Este rio, grande em todo o seu percurso, desagua no oceano num curso apertado. Barra-lhe o caminho um dique natural de origem arenosa; o fundo está cheio de aluvião fluvial e marinho. Na região do Planalto, onde o rio nasce, o volume anual de água expedida é da ordem dos 10 biliões de m³; a corrente é rápida e o rio é profundo. Entretanto, a precipitação existente entre o planalto e a costa é muito diminuta, e

a água que atinge o deserto de Namib evapora-se quase toda ou infiltra-se pela areia adentro. Sendo assim, o leito carregado de aluvião na foz do Cunene só pode ser levado pelo rio quando este se apresenta caudaloso. Visando o aproveitamento do potencial energético do Cunene começou-se com a construção duma cascata de centrais hidroeléctricas, represas, canais e condutas de tubos. Estas medidas faziam parte do "projecto Cunene", que despertara o interesse da República da África do Sul. O projecto não foi levado a cabo no tempo do domínio colonial, e o governo da RPA faz tenção de mudá-lo de acordo com os planos de fomento do País.

O extremo sudeste de Angola pertence à bacia do Zambeze. Aqui existe um grande rio—o Cubango. As suas nascentes ficam na região de Huambo, a norte do paralelo 13° de latitude sul estendendo-se até ao paralelo 17° LS, tomando já no território da Namíbia a designação de Ocauango. Este rio não desagua no oceano; divide-se em vários braços, um dos quais se perde nos pântanos de Etos, e o outro perde-se nos pântanos da região do Lago Ngami. O maior afluente do Cubango é o Cuito.

Através do território de Angola corre o rio Zambeze, que nasce na Zâmbia, atravessa a província do Moxico e acumula aqui um caudal grande de águas.

Clima. A RPA está situada na zona tórrida. Devido à grande extensão do território de Angola, à acção da corrente fria de Benguela, à considerável altitude do Planalto central, que contrasta com as depressões nos vales dos rios Congo, Cassai e Zambeze, existe bastante diversificação no esquema geral da circulação atmosférica das regiões. Fundamentalmente predominam as altas temperaturas, o que é determinado pela situação de Angola na zona dos trópicos entre os paralelos 4° e 18° LS. A temperatura média anual na faixa costeira do Norte é de 25°C; no Sul do País é de 21°. Nas regiões interiores de grande altitude a temperatura média anual é igual a 18-22°C. Em Luanda a temperatura média anual anda à roda dos 23,5°C, enquanto em Moçâmedes ronda os 20°C.

Uma tal diversidade nas temperaturas do Norte e Sul

da faixa costeira explica-se pela acção da corrente fria de Benguela, que passa junto à costa do Sul de Angola. As temperaturas mais elevadas, próprias das zonas equatoriais, registam-se nas regiões do Norte de Cabinda.

As variações de temperatura ao longo do ano em Angola não são significativas. O mês mais frio em Angola é Julho ou Agosto. O tempo mais quente na costa angolana dá-se em Março-Abril, enquanto nas regiões interiores do País se dá em Outubro-Novembro.

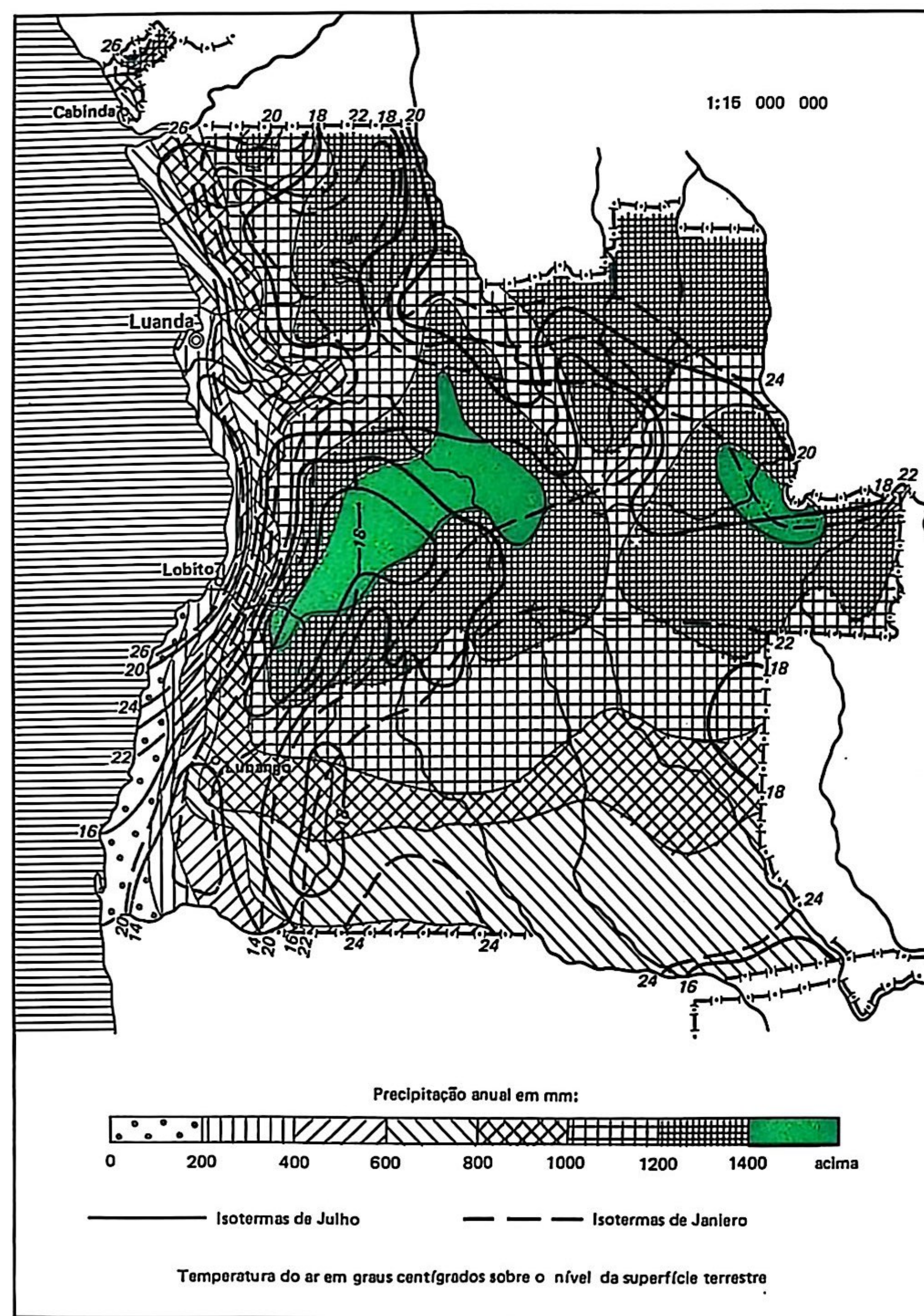
Os valores de amplitude térmica são os seguintes: para a faixa costeira de Namibe 9,5°-33,5°; para as regiões altas do Norte 11°-32°; para as regiões de planalto do interior, a sul 5°-33°. As oscilações sazonais de temperatura são da ordem de 1° -3°C. Apresentamos o seguinte esquema geral da circulação atmosférica na faixa costeira (Luanda) e nas regiões do interior do País (Huambo).

Regime de temperaturas do ar
(em graus centígrados)

Valores	Luanda					Huambo		
	Jan.	Abr.	Jul.	Nov.	Mar.	Jun.	Set.	Nov.
Médios mensais	25	26	19,5	24,5	19	16	20,5	19
Médios máx.	31,5	33	26	31	28,5	26,5	31,5	29
Médio mín.	22	22	16,5	21,5	11,5	5	10	12

O clima de Angola em grande parte do seu território (planalto do interior) está sujeito às circulações atmosféricas próprias da zona equatorial de monção. Os ventos alísios dos hemisférios norte e sul dominam alternadamente nesta zona. A sucessão dos dois tipos de circulações atmosféricas dá origem à existência de duas estações: a de Inverno seco e a das chuvas (no Verão). A duração do período hibernal (seco) aumenta de norte para sul. O período estival (das chuvas) diminui gradualmente do equador para sul.

No Inverno os alísios de sudeste, carregados de humidade, penetram em Angola. Esta circulação, proveniente do longín-



Mapa climatológico

quo Oceano Índico, perde humidade ao atravessar a África trazendo a Angola o ar seco dos trópicos. É o início do período hibernar seco ou “cacimbo”, que dura de Maio a Setembro na parte norte das regiões de grande altitude, e de Abril a Novembro na parte sul.

Nesta altura do ano cai a folhagem das árvores (à excepção das espécies sempre verdes), as ervas secam e amarelecem. Sucedem-se dias de sol e céu limpo; ao mesmo tempo a temperatura de dia não é demasiada. As noites são frescas. No Sul do Planalto chega a haver noites de geada.

A partir de Outubro começa o período de monção equatorial com os seus ventos carregados de humidade, provenientes já do hemisfério norte, que são atraídos para as zonas de depressão atmosférica da África Austral. A superfície fortemente aquecida das regiões áridas e semi-áridas atrai a si esta circulação atmosférica equatorial húmida proveniente do norte. Esta enche-se na sua corrente da humidade dos rios tropicais da bacia do Congo, trazendo às regiões do interior de Angola chuvas abundantes. É o início da estação estival pluviosa, que ao contrário do “cacimbo”, dura mais tempo nas regiões do Norte do País (de Outubro a Abril) e menos nas do Sul (de Dezembro a Março). Esta altura do ano é conhecida em Angola por “mazica”. A temperatura do ar sobe. O ar enche-se de humidade ao máximo. A mazica é a época do desabrochar sumptuoso da vegetação. Crescem as ervas verdes e tenras.

A parte norte do planalto do interior é caracterizada por elevada queda pluviométrica, fundamentalmente no período de Agosto a Maio (em média cerca de 1700 milímetros anuais). Em média há cerca de vinte dias chuvosos por mês. A sul, o total de precipitação anual diminui, rondando os 750-1000 milímetros. O clima da faixa costeira angolana é bem diferente. As monções equatoriais húmidas não abrangem esta zona, uma vez que as constantes altas pressões da região da corrente fria de Benguela não o permitem, predominando aqui os ventos alísios dos trópicos durante todo o ano. Na orla litoral os ventos alísios não vêm de sudeste, mas sim do lado do Oceano Atlântico

(de oeste ou de sudoeste). Ao passar por cima da corrente de Benguela o ar marítimo arrefece fortemente, enquanto ao passar pela depressão do litoral começa a aquecer gradualmente. Por isso, não são raros os nevoeiros na faixa costeira, assumindo aqui a humidade do ar valores bastante elevados (em Luanda chega a atingir 83%). Contudo, chove relativamente pouco. Até mesmo no extremo norte da costa angolana a precipitação anual nunca é superior a 500 milímetros. As florestas de Maiombe em Cabinda constituem aqui a região de maior pluviosidade. Para sul a quantidade de precipitação diminui, atingindo em Luanda 300 mm e em Namibe 50 mm. Na sua grande maioria a precipitação é devida às chuvas torrenciais de carácter irregular. Em média, há 4 dias chuvosos no mês.

Valores normais de precipitação e humidade relativa

	Luanda				Huambo			
	Jan.	Abr.	Jul.	Set.	Mar.	Jun.	Set.	Nov.
Precipitação								
1. N de dias	3	9	0	4	19	0	4	19
2. Valores mensais (mm) -médios	30	120	0	25	285	0	20	285
-máx.	210	305	1	125	500	0	70	330
-mín.	0	2	0	0	90	0	0	160
3. Humidade relativa do ar (%)	83	82	81	77	77	50	51	78

Solos. Quase metade dos solos de Angola (45,4%) pertence ao agrupamento pedológico designado por “ferralítico”. Os solos ferralíticos caracterizam-se pela sua considerável espessura efectiva, e no seu aspecto químico, ressalta o muito baixo conteúdo em nutrientes e a frequentemente muito baixa capacidade de trocas catiónicas. No aspecto físico os solos ferralíticos são desprovidos de estrutura, ou então são fracamente expressos, revelando-se de permeabilidade elevada. Os solos ferralíticos respondem bem aos

tratamentos culturais e aos correctivos, oferecendo boas colheitas, quando sujeitos a adubações.

Os solos humo-ferralíticos mais férteis situam-se nas altitudes acima dos 1 500 m. Nas regiões tórridas e húmidas de Angola o processo de formação de humus nos solos dá-se mais depressa do que nas zonas secas. No entanto, aqui as chuvas torrenciais lavam quase todas as substâncias minerais, deixando densas camadas barrentas de baixo valor em nutrientes. Na estação seca processa-se com rapidez a evaporação da humidade dos solos, provocando a sua salinação. Para além disso, as queimadas, como sistema tradicionalmente difundido, conduzia à fusão sob acção do calor da camada superior dos solos e à destruição nela das substâncias orgânicas. Ao mesmo tempo, deve-se assinalar que o cultivo das terras e a criação de gado bovino já tradicionais dos camponeses africanos mantiveram os solos a um nível de fertilidade aceitável.

A parte do nordeste angolano que confina com o Congo é constituída de grés rubro sobre o qual se estendem os solos pardos e roxos da savana. Com a proximidade do mar a sucessão dos solos corresponde a uma mais rápida diminuição da humidade. As terras argilosas de tom avermelhado vão gradualmente dando lugar a terras negras. Mais além, para nordeste, numa região fechada situada adentro do País, estendem-se os solos pouco lixiviados das moitas e matos secos. Mais próximo da costa, lá, onde a depressão avança mais a fundo para o continente, encontram-se solos acastanhados que vão gradualmente passando ao pardo, com faixas de terrenos salíferos nas areias do litoral e com manchas de marsches nos estuários dos rios; pelos vales aparecem terras aluvianas mais férteis. Com a aproximação de elevações para o litoral a faixa de terras áridas vai-se estreitando.

Na região montanhosa de Angola as florestas das serras intercaladas viradas para o mar crescem nas terras roxas, que em alguns sítios se apresentam lateritizadas. Os solos são fortemente ferruginosos, ricos em substância orgânica, como a maior parte dos solos das florestas tropicais, lixiviados do cálcio, do potássio e do fósforo, e em alguns sítios pouco consistentes com afloramentos de minério pantanoso

ou laterite. Mais acima, na região de Ganda e nas zonas de grande altitude os solos das estepes montanhosas ocupam áreas consideráveis, de início avermelhadas, tornando-se um pouco acima mais escuras, ricas em matéria orgânica e menos lixiviadas. Ainda mais acima aparecem os solos de prados montanhosos, enquanto na parte nordeste, as turfeiras de grande altitude. Os declives do nordeste apresentam solos fracamente lixiviados de matos secos.

Mais para diante até ao rio Cuanza estendem-se solos vermelhos férteis, solos marrom-acinzentados da savana, aos quais para lá do vale do rio se sucedem solos arenosos mais pobres. O grupo de elevações do sul, da Serra da Chela apresentam zonas montanhosas de estepe a prado. Na zona seca de Namibe para lá destas montanhas localizam-se solos pardo-claros de semidesertos.

No sudeste de Angola, no começo da linha de divisão das águas do Congo e do Zambeze, tem início a região de solos arenosos. Aqui abundam enormes quantidades de areia branca que no período chuvoso se encontram constantemente impregnadas de água, apresentando-se absolutamente secas no período não-pluvioso. Apenas aqui e além pelas serras aparecem faixas não muito grandes de solos vermelhos que incomparavelmente se distinguem pela sua elevada fertilidade. São solos fortemente ferruginosos, notando-se a presença de crostas de laterite. Para sul e para norte da linha de divisão das águas de novo se registam melhores terras, inicialmente rosadas e depois já avermelhadas. Aqui predominam as florestas secas e as moitas. Sob esta vegetação preponderam terras pouco lixiviadas. Neste subtipo de solo entra a maior quantidade de terras de substrato permeável, capazes de secar com relativa rapidez.

O mundo animal e vegetal. Em Angola existem todas as principais espécies de vegetação da África Tropical, desde as florestas tropicais húmidas até aos desertos e semi-desertos. No entanto, são as savanas ou os matos secos ou claros, como também lhes chamam, que constituem o tipo mais abundante.

As árvores da savana são relativamente de pequeno porte (duma maneira geral não superiores a 10-15 metros). Os

troncos das árvores são irregulares e fortemente ramificados. Predominam a acácia e outras espécies da mesma família. Na estação seca todas elas deixam cair as suas pequeninas folhas plumosas, tomando então a floresta um aspecto nu e deserto.

Na floresta não há propriamente uma verdadeira escuridão, visto as árvores se desenvolverem com uma certa raridade e a sua copa não formar uma cortina cerrada; a folhagem rendilhada deixa passar com relativa facilidade os raios solares. Graças à abundância de luz as terras estão cobertas de um exuberante tapete de erva. O mato rasteiro, constituído fundamentalmente de árvores novas e arbustos, duma maneira geral apresenta-se pouco desenvolvido e não dificulta o movimento. Em florestas deste tipo pode-se ver uma pessoa à distância de mais de meio quilómetro. Mais para o interior da floresta encontram-se vastas clareiras—rastos de incêndios no mato que como que fazem parte do ciclo natural das savanas de Angola. As folhas secam nas árvores e vão caindo, as ervas secam e por estas rasteja ou corre o fogo. O mato raro oferece um panorama desolador: pelo chão tudo negro, por cima toda a ramagem despida. Mas ainda antes das primeiras chuvas tudo volta a nascer. As árvores que aqui predominam, pertencentes à família das brachystegya e das julbernardia, adquirem os mais variados tons: alaranjado, vermelho vivo e cor de cobre, oliváceo e, por fim, verde vivo lustroso.

A passagem à estação seca processa-se de forma brusca: rapidamente se esgotam as reservas de água, desaparecendo por entre as camadas de areia, e o céu aparece limpo. A circulação da seiva interrompe-se e as folhas tomam uma lívida tonalidade de amarelo-ruivo. Depois elas vão caindo e o fogo que corre pela terra volta a queimá-las.

As savanas constituem uma das áreas de África relativamente ainda não atingidas sob o ponto de vista ecológico. Fundamentalmente, tal deve-se à relativamente fraca fertilidade das terras que não conseguem alimentar a numerosa população do campo. Sobre este estado de coisas exerceu uma certa influência a mosca tsé-tsé: o medo dos criadores de gado perante este portador da doença do sono salvou a savana do pasto excessivo. Até ao momento presente,

apesar de todas as formas de luta, a mosca tsé-tsé continua a proliferar, salvo algumas excepções, por todo o território de Angola.

Nas savanas não existem lá muito valiosas espécies de vegetação arbórea, quase não se procedendo, por isso, à sua exploração industrial. Os habitantes do lugar obtêm no mato a madeira para a construção de habitações, para o fabrico de utensílios de uso doméstico, bem como se abastecem de lenha.

Nas terras vermelhas férteis da parte norte, mais húmida, do planalto do interior desenvolvem-se as savanas de altas ervas, moitas de grosseiras gramíneas de ervas duras, de entre as quais aqui e acolá surge uma árvore ou outra. Nas savanas existem tanto espécies de árvores sempre verdes, como de desfolhação, que, fundamentalmente, não são lá muito de grande porte. Os embondeiros constituem uma excepção.

Na região de altitude do Lunda e em Cabinda situam-se florestas tropicais húmidas que se estendem em faixas longas e estreitas pelos vales de numerosos rios da bacia do Congo. Estas faixas ou florestas-galerias, como também são conhecidas, em função da largura do vale dos rios podem ter desde algumas dezenas de metros até alguns quilómetros de largura.

A sucessão das estações pluviosa e seca exerce relativamente pouca influência sobre a vida das plantas das galerias florestais. Tal deve-se ao facto de que os vales dos rios do Norte de Angola são ricos em saídas de águas subterrâneas. Os solos mesmo nos períodos de maior seca mantêm-se húmidos. As árvores deixam cair a folhagem, por via de regra, não toda duma vez, mas por partes, ficando assim o mato constantemente verde. Na floresta tropical reina sempre uma densa e completa sombra mantendo-se quase sempre a mesma temperatura do ar e os solos sempre húmidos. Tal facto cria as condições ideais para o desenvolvimento rápido da vegetação.

Numa floresta destas há muito poucas plantas verdes a crescer na terra. Esta é ocupada por uma camada de folhas secas, ramos partidos, raízes, dando lugar também a musgos e fetos. Sobre estes elevam-se os arbustos. Sobre os arbustos

erguem-se árvores novas e de pequeno porte, variando a sua altura entre os dez e os trinta metros. Um terceiro andar é constituído pelas árvores-gigantes.

A floresta tropical pluviosa distingue-se pela sua diversidade extraordinária. Também não são poucas aqui as espécies valiosas, pelas quais há constantemente grande procura no mercado internacional. O acajou, o mussibi, o ébano e o sândalo são bastante apreciados pela sua madeira. O cali (*Malacantha superba*) oferece uma madeira castanho-rosada preciosa. Esta é uma das poucas espécies da região de Maiombe, que chega a atingir 40 metros de alto. A madeira de cambala (*Chlorophora excelsa*) serve para a construção naval. Nos solos vermelhos férteis crescem as árvores pernifóleas e caducifóleas (tola, tchitola, limba e mogno) que dão uma madeira de rara beleza e resistência. Nas restantes regiões de Angola o acajou africano normalmente constitui a cortina superior, enquanto as palmeiras são próprias das camadas inferiores.

A flora da depressão do litoral de Angola é duma singularidade impressionante. Todos os tipos de vegetação do País estão representados nas suas diversas zonas. Para norte da foz do Cuanza estendem-se as savanas, semelhantes às florestas dos parques, com as suas acácias e embondeiros das regiões do interior. Elas distinguem-se das savanas do planalto do interior pela menor altura das suas ervas. Nos profundos e estreitos vales dos rios encontram-se por vezes florestas tropicais.

Nos estuários do Cuanza e de outros rios que desaguam no oceano existe um tipo de vegetação característico das costas submersas (pelas marés altas) dos países tropicais: os arbustos-mangrove. Estes últimos compõem-se de árvores, cujas raízes nascem do lodo, tornando-se caule já fora da água. Trata-se das mais diversas palmeiras, ráfias e pandanáceas, rotangos e bambus. Estas árvores adaptaram-se à vida na água salgada. As suas raízes que estão fora de água são capazes de assimilar tanto as substâncias nutrientes dos depósitos dos poços, como também o oxigénio do ar.

E, por onde as águas subterrâneas se encontram relativamente perto da superfície, podem-se ver algumas espécies de *Welwitschia mirabilis* de exclusivo "habitat" na parte

ocidental do Sul da África. O seu caule é curto e grosso, não tendo mais de 15-20 centímetros de alto e um metro de diâmetro. Do caule separam-se em cima duas folhas, as quais surgem no momento de desenvolvimento a partir da semente e crescem durante toda a sua vida, morrendo nas pontas aos poucos.

Para sul da foz do Cuanza as savanas dão lugar ao semi-deserto começando o verdadeiro deserto a partir de Namibe. O deserto não tem quase vegetação nenhuma, surgindo apenas em alguns sítios feixes raros de *Welwitschia mirabilis*.

O mundo animal de Angola é rico e variado. Aqui encontram-se espécies de herbívoros, a que pertencem os elefantes, os gigantes antílopes negros, os hipopótamos, os rinocerontes brancos e pretos, as girafas, as zebras, as gazelas. Abundam os leões e os leopardos que pertencem à família dos carnívoros.

Nas florestas encontram-se duas espécies de macacos antropóides: os gorilas e os chimpanzés. De longe em longe aparece o chimpanzé-anão (*Pan paniscus*). Os macacos de grande porte têm dificuldade em trepar às árvores. Por isso, não é de admirar que os gorilas procurem manter-se mais próximo do chão. Os maiores gorilas chegam a atingir os 180 quilos. Os chimpanzés têm mais facilidade, por serem mais leves, de se movimentarem pelos ramos das árvores a alturas de trinta metros e mais da terra.

Nas zonas de mato raro abunda um mamífero da família dos foliódotos: o pangolim. O seu corpo juntamente com a cauda chega a atingir dois metros de comprimento. Todo o dorso e cauda estão cobertos de uma verdadeira carapaça córnea, em que os corseletes se apresentam sobrepostos. Ele alimenta-se de formigas e raramente de térmitas. O pangolim não tem dentes, mas no estômago possui compartimentos duma membrana mucosa de dureza córnea, que servem para moerem a comida. Quando as feras atacam, o pangolim enrola-se numa bola, eriçando-se com os agudos corseletes das suas escamas.

O oriteropo também é uma espécie original. À primeira vista parece fraco, mas é de facto animal muito forte. O

comprimento do corpo é de cerca de metro e meio, enquanto a cauda tem mais meio metro. O animal recebeu tal nome devido à constituição dos seus dentes molares cilíndricos, que se desenvolvem durante toda a sua vida. Alimenta-se quase exclusivamente de térmitas. Ele destrói sem dificuldade os térmitas cimentados com as suas potentes garras e apanha os insectos com a sua áspera língua.

Nas savanas de Angola predomina também um grande roedor, portador de pele sedosa: o pernalonga (*pedetis capensis*) da Cafraria. Alimenta-se ele de ervas diversas. Nos espaços abertos sem árvores encontram-se os macroscélidos (*Macroscelididae*)—pequenos noctívagos que se alimentam de insectos.

Nos rios e nas margens podem-se encontrar hipopótamos, bem como crocodilos.

O mundo das aves é rico. As florestas tropicais húmidas são o “habitat” das poupas, das aves-longirostro, dos papagaios, dos picapaus, dos nectarínias. A abetarda, a perdiz, a codorniz, a galinha-d’Angola, o secretário e o tecelão habitam as savanas. Para se ter a verdadeira noção da fauna de País o melhor é visitar as reservas e parques nacionais. Na Reserva de Namibe podem-se ver bandos de avestruzes. No Parque Nacional de Quissama abundam as aves aquáticas e dos pântanos. Aqui habitam os flamingos, os pelicanos, as cegonhas, os patos. Nos rios, quer para o meio quer junto à margem existem diversos tipos de peixes. De entre a fauna marinha é de realçar o congro, a baleia negra, e de entre os crustáceos o lagostim e o camarão.

São extremamente diferenciadas as espécies de insectos e outros invertebrados. São numerosíssimos os escaravelhos, as moscas, os mosquitos, as melgas, as aranhas venenosas. Gozam de má fama as formigas “cassaonvo”, cuja mordedela é extremamente dolorosa.

De entre os sugadores de sangue distingue-se sobremaneira a mosca tsé-tsé. A designação tsé-tsé reúne muitos tipos de moscas sugadoras dípteras da família das *Glossina*. Uma espécie provocam no homem a doença do sono, outras transmitem ao gado micróbios mortíferos. Em alguns

sítios elas tornam quase impossível a existência tanto do gado, como das pessoas.

As moscas tsé-tsé transmitem o agente morbígeno: o tripanossomo. Os tripanossomos introduzem-se nas glândulas salivares das moscas juntamente com o sangue do animal contaminado. Passando nas glândulas salivares da mosca as fases posteriores de evolução, os tripanossomos introduzem-se depois no sangue da vítima seguinte. Desta maneira, a tsé-tsé, que sugou o sangue ao porco-do-mato, dentro de alguns dias transmitirá a doença a uma vaca ou a uma pessoa. Os animais selvagens são pouco ou quase nada sensíveis às doenças transmitidas pela tsé-tsé, ao passo que o homem e o gado sucumbem. A ameaça da tsé-tsé pode-se eliminar, limpando as zonas de arbustos, mas por vezes torna-se necessário fazer uma limpeza total, o que não é vantajoso, visto que mesmo quando os animais selvagens são todos exterminados e a vegetação é pouca, não é de estranhar que fiquem sempre restos de pequenos focos de criação, bastando uma vaca contaminada, para que as moscas possam transmitir a infecção a toda a manada.

Em Angola tomam-se medidas com a finalidade de conservar o mundo animal e vegetal do País. Para tal, foram criados os Parques e Reservas Nacionais.

CAPÍTULO II

A DEMOGRAFIA DE ANGOLA

1. A POPULAÇÃO E A SUA REPARTIÇÃO.

Evolução demográfica. Os dados disponíveis permitem acompanhar a evolução da população apenas a partir do ano 1943. Nesse ano foi realizado o primeiro recenseamento da população, cujos resultados testemunham que no País habitavam 3 738 000 pessoas, que se repartiam etnicamente do seguinte modo:

africanos	3 666 000
europeus	44 000
mestiços	28 000

Segundo as estimativas oficiais, em 1978 a população de Angola era de 6 769 000 habitantes. Assim, em 35 anos a população aumentou em 3 103 000 habitantes, ou seja, sofreu um acréscimo médio anual de 2,9%.

Entretanto, na década de 60 e inícios da de 70 verificou-se que a taxa de crescimento demográfico não ia além de 1,66% (i.é. um aumento anual de 94 000 indivíduos). Tal facto deve-se ao aumento da incidência nefasta da exploração colonial e é o resultado directo da subalimentação crónica geral, das péssimas condições de vida e de trabalho, da falta de assistência médico-sanitária elementar, etc., que abrangia a maioria da população autóctone. Tudo isto levou ao aumento da taxa de mortalidade entre a população local. Com a conquista da independência a situação no País mudou consideravelmente para melhor em resultado da melhoria qualitativa das condições de vida dos trabalhadores. Em consequência da diminuição da taxa global de mortalidade e infantil, em particular, verificou-se o aumento da taxa de crescimento demográfico do País.

No período de 1975-1980 o número de habitantes cresceu à taxa anual de 2,44%.

O quadro seguinte exprime a evolução da população angolana no período de 1943-1980, segundo os censos da população (em milhares de habitantes):

1943	1950	1960	1970	1980*
3738	4145	4845	5620	7078

*Estimativa

Deve-se assinalar, que os números apresentados referentes ao período compreendido entre 1943 e 1970 incluem dados sobre o crescimento demográfico à custa da imigração, que se manifestou fortemente nos anos 60 e 70. Por outro lado, depois da conquista da independência de Angola puderam regressar ao País milhares de refugiados, que o haviam abandonado no tempo do colonialismo. Isto levou a um aumento acelerado da população da RPA no período compreendido entre 1975 e 1980.

Para se obter uma noção mais completa do aumento da população total analisemos as tendências da natalidade e da mortalidade de Angola. Em 1980 a taxa de natalidade global, i.é., o número de nascimentos em cada mil habitantes, foi igual a 46, o que é mais ou menos o indicador médio do continente africano. Ao mesmo tempo é importante recordar que o indicador mencionado dá uma noção muito geral, uma vez que caracteriza apenas a intensidade de procriação sem considerar a estrutura da população segundo o sexo, a idade e o estado civil. Dados mais pormenorizados comprovam que em Angola cada mil mulheres em período de fecundidade dá à luz 220 nados-vivos. No período compreendido entre 1950 e 1980 a natalidade em Angola era caracterizada pelos seguintes dados (por mil habitantes):

1950-1954	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1975-1980
51,0	50,5	49,5	48,2	47,2	46,0

É de assinalar, que a taxa de natalidade em Angola foi durante muito tempo uma das mais elevadas do mundo. No entanto, os dados mencionados permitem afirmar que a actual tendência para a baixa da taxa de natalidade angolana se manterá. Ao mesmo tempo, ela mantém-se ainda relativamente elevada mesmo à escala do continente africano. Para comparar, basta dizer que o indicador análogo era igual, nos fins dos anos 70, a 43,1% para Moçambique, a 40,1% para a Guiné-Bissau e a 28,2% para Cabo Verde.

Com o fortalecimento e desenvolvimento da economia diminui a taxa global de mortalidade da população (i.é., o número de óbitos por cada mil habitantes). No período colonial, a bastante elevada taxa global de mortalidade (em média igual a 24,5 óbitos por mil habitantes) era um fenómeno característico de Angola. A mortalidade era de tal maneira alta, que, apesar da extraordinariamente alta natalidade, a taxa de crescimento demográfico de Angola era uma das mais baixas da África.

A mortalidade infantil era particularmente elevada. Em média, de cada 15000 óbitos 3500 casos cabiam a óbitos de crianças de 0 a 1 ano. De entre as principais causas específicas de morte contavam-se a cólera, a disenteria, o tifo, a varíola, a tuberculose, o paludismo, a pneumonia e outras.

Depois da conquista da Independência o País conseguiu grandes êxitos no processo de diminuição da mortalidade. A assistência médica gratuita permitiu obter o acesso aos hospitais e outras instituições hospitalares a centenas de milhar de angolanos. Foram levadas a cabo medidas visando a vacinação da população. A campanha nacional de vacinação contra a poliomielite contribuiu para a baixa da mortalidade infantil. A taxa de mortalidade nos anos a seguir à Proclamação da Independência tem manifestado uma tendência certa e constante para decrescer.

A estrutura etária da população caracteriza-se pela preponderância de grupos jovens. Em 1980 mais de 42% da população do País era gente nova, sem ainda terem atingido os 15 anos de idade. Só 4% dos habitantes de Angola tinham uma idade superior a 60 anos: os anciãos. Dentro dos limites do grupo etário dos 15-60 anos era abrangido

56% da população angolana. A idade média da população era de 18,6 anos. A esperança de vida à nascença não ia além dos 41 anos. Uma tal estrutura etária no quadro das possibilidades criadas pela conquista da independência do País de aumentar a duração de vida pode servir de base para o aumento da população activa, o que se reveste de grande importância para o desenvolvimento económico. Ao mesmo tempo, ela cria determinados problemas ao novo Estado, pois que este último se vê obrigado a despende meios bastante consideráveis com a educação e preparação de numerosos contingentes de jovens.

Aquando da análise da distribuição da população por sexos atrai as atenções o facto de haver predomínio dos efectivos populacionais masculinos (52% segundo o censo de 1970). Uma tal situação explica-se por duas razões: pela forte imigração (como se sabe, na sua grande maioria os regressados eram homens), em primeiro lugar, e pela um pouco mais elevada mortalidade feminina, em segundo lugar.

Recursos humanos. Toda a população angolana do ponto de vista da sua capacidade para trabalhar pode ser dividida em três partes. A primeira parte compõe-se de crianças e adolescentes, é o grupo dos chamados pré-activos; a segunda parte forma o esqueleto principal dos recursos humanos do País, é a população efectivamente activa; a terceira abrange os efectivos populacionais que já passaram a fase anterior. De acordo com os dados do censo de 1970, a população activa representava 53% do número total de habitantes de Angola. Em 1980 devido à subida da taxa de natalidade e ao aumento da duração média de vida dos angolanos a população activa representava já 44% da população total do País.

Segundo estimativas de 1980, a população efectivamente activa de Angola era de 1 865 000 pessoas, o que correspondia a 26,7% da população total. Este número engloba as pessoas que participavam na produção social (incluindo a esfera dos serviços) na qualidade de assalariados, as que ajudam na família aos trabalhos domésticos, etc., ou que não tinham trabalho num dado momento, mas que o procuravam e desejavam obtê-lo.

A distribuição da população economicamente activa por sectores de actividade era caracterizada pelo predomínio de efectivos empregados na agricultura. Entretanto, nos últimos anos verifica-se nitidamente uma tendência para aumentar o número de efectivos na indústria e na esfera de serviços. O número de empregados no sector agrário tem sofrido anualmente um decréscimo da ordem dos 0,5-0,7%.

Evolução da população economicamente activa por sectores de actividade (em milhares)

Anos	Total	Agricultura		Indústria e serviços	
		Total	%	Total	%
1975	1690	1027	60,8	663	39,2
1978	1792	1056	59,0	736	41,0
1979	1828	1066	58,3	762	41,7
1980	1865	1077	57,7	788	42,3

O 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho elaborou um programa detalhado tendente a elevação da eficiência de utilização dos recursos humanos. O congresso colocou as seguintes tarefas, cuja realização deverá ser concluída em 1985: redução do desemprego total e parcial; aproveitamento racional dos quadros técnicos de que dispõe o País; diminuição da migração de população do campo para a cidade e nova orientação visando o refluxo dos desempregados da cidade para o campo. Para o cumprimento destas decisões o Ministério do Trabalho e Segurança Social cria centros de trabalho por todo o País. Empreendem-se medidas com vista a regularizar o movimento populacional entre a cidade e o campo. Para os quadros técnicos criam-se condições para a sua promoção profissional.

Distribuição territorial e migrações populacionais. A problemática da distribuição da população pelo território do País está intimamente relacionada com os particularismos tradicionais de gestão da economia, com o carácter

dos fenómenos migratórios, com o aproveitamento económico do território. No momento presente, a política de agressão sem tréguas da República da África do Sul contra a República Popular de Angola tornou-se um sério factor externo gravoso que influi de forma nefasta sobre a repartição da população e suas migrações. As agressões obrigam à retirada do local de enormes quantidades de pessoas, paralisam a actividade económica nas regiões fronteiriças; devido às acções de repressão da RAS na Namíbia, um número considerável de refugiados desse país passou a viver temporariamente em território angolano.

Angola é um país vasto com um número relativamente não muito grande de habitantes. A densidade populacional é de 7,5 habitantes por km². Contudo a população está muito desigualmente repartida pelas diferentes regiões do País. A maior parte dos habitantes ocupam as províncias centrais de Huambo e Bié. Aqui está concentrado cerca de 40% de todo o potencial humano do País. Na província de Huambo encontra-se a mais alta densidade populacional do País: 24 habitantes por km². Cuando-Cubango e Moxico são as maiores províncias do País, mas as menos povoadas, vivendo nelas menos de 5% da população.

De acordo com os dados do último censo (1970) da população de Angola, a repartição da população do País por províncias era a seguinte:

Repartição da população por províncias

	Superfície (em km ²)	População (em milhares de habitantes)	Densidade populacional (hab/km ²)	% sobre a população total
Huambo	34 271	821	24,0	14,7
Bié	70 314	608	8,6	10,8
Luanda	33 789	561	16,6	10,0
Malanje	97 602	545	5,5	9,7
Huíla	75 002	548	6,3	9,8
Benguela	31 788	466	14,6	8,3
Cuanza-Sul	55 660	463	8,3	8,2
Uíge	58 698	384	6,5	6,8

	Superfície (em km ²)	População (em milha- res de habitan- tes)	Densidade popula- cional (hab/km ²)	% sobre a população total
Lunda	148 432	300	2,0	5,3
Cuanza-Norte	24 110	303	12,5	5,4
Moxico	223 023	187	0,8	3,3
Cunene	89 342	152	1,7	2,7
Quando-Cubango	199 049	112	0,6	2,0
Cabinda	7 270	80	11,0	1,4
Moçâmedes	58 137	52	0,9	0,9
Zaire	40 130	38	0,9	0,7
Total	1 246 620	5 620	4,5	100,0

Observação: Os dados estão de acordo com a divisão territorial administrativa existente à data do censo.

Deve-se notar que o número de habitantes das províncias de Moxico e Cuando-Cubango têm diminuído constantemente, bem como nas províncias do Zaire e Uíge no período de 1960-1973. Tal explica-se pela fuga em massa das populações das regiões mencionadas, motivada pelas operações terroristas do exército colonial português, e posteriormente pelas provocações e agressões dos círculos militaristas da RAS. No período colonial deu-se a fuga das populações das províncias do Norte para o Zaire e Congo. Por essa razão, no decénio de 1960-1970 a população da província do Zaire desceu de 104 mil habitantes para 38, i.é. em 66 mil.

As correntes migratórias internas, relacionadas com a luta do povo angolano contra o colonialismo, levaram ao aumento da população da província do Bié, para onde as autoridades coloniais portuguesas mandavam à força as populações da província do Moxico, envolvida na guerra anti-colonial.

Após a Proclamação da Independência, a maior parte dos refugiados regressou do Zaire e do Congo, facto que contribuiu para o rápido aumento do número de habitantes das províncias do Zaire, Cabinda e Uíge.

As variações acima citadas das populações das províncias

e as correntes migratórias eram originadas por factores de ordem política, cuja importância vai constantemente diminuindo à medida que se consolida a independência da RPA e eleva a capacidade defensiva do País.

Ao mesmo tempo continuam a revestir-se de importância as migrações internas, como sendo um dos processos indispensáveis da actualidade que envolveu grandes massas da população. A mobilidade territorial da população da RPA está muito relacionada com outros tipos de mobilidade, como: social, educativa, profissional e étnica. Nas condições de Angola pode-se notar dois tipos de migração: o êxodo rural para as cidades e as movimentações territoriais relacionadas com a satisfação das necessidades de algumas regiões económicas do País em mão-de-obra.

A repartição por províncias dos movimentos populacionais era caracterizada pelos seguintes dados:

Migrações internas da população de Angola
(em milhares de habitantes)

Províncias	1964	1967	1970	1971
Emigração, total	84	112,1	109,1	107,2
Huambo	39	58	55	55
Bié	29	40	40	40
Huíla e Cunene	8	9	12	10
Malanje	6	5	2	2
Moxico	2	0,1	0,1	0,2
Imigração, total	81	87	123	97
Cuanza-Norte	27	36		43
Uíge	23	34		40
Cuanza-Sul	15	11		7
Benguela	9	7		7
Luanda	7	2		—

Assim, as principais áreas de produção do café do Uíge, Cuanza (Norte e Sul) necessitam constantemente de mão-de-obra. Por isso, na época da colheita do café são enviadas brigadas de trabalho voluntário das grandes cidades para as principais plantações. Foram melhoradas as condições

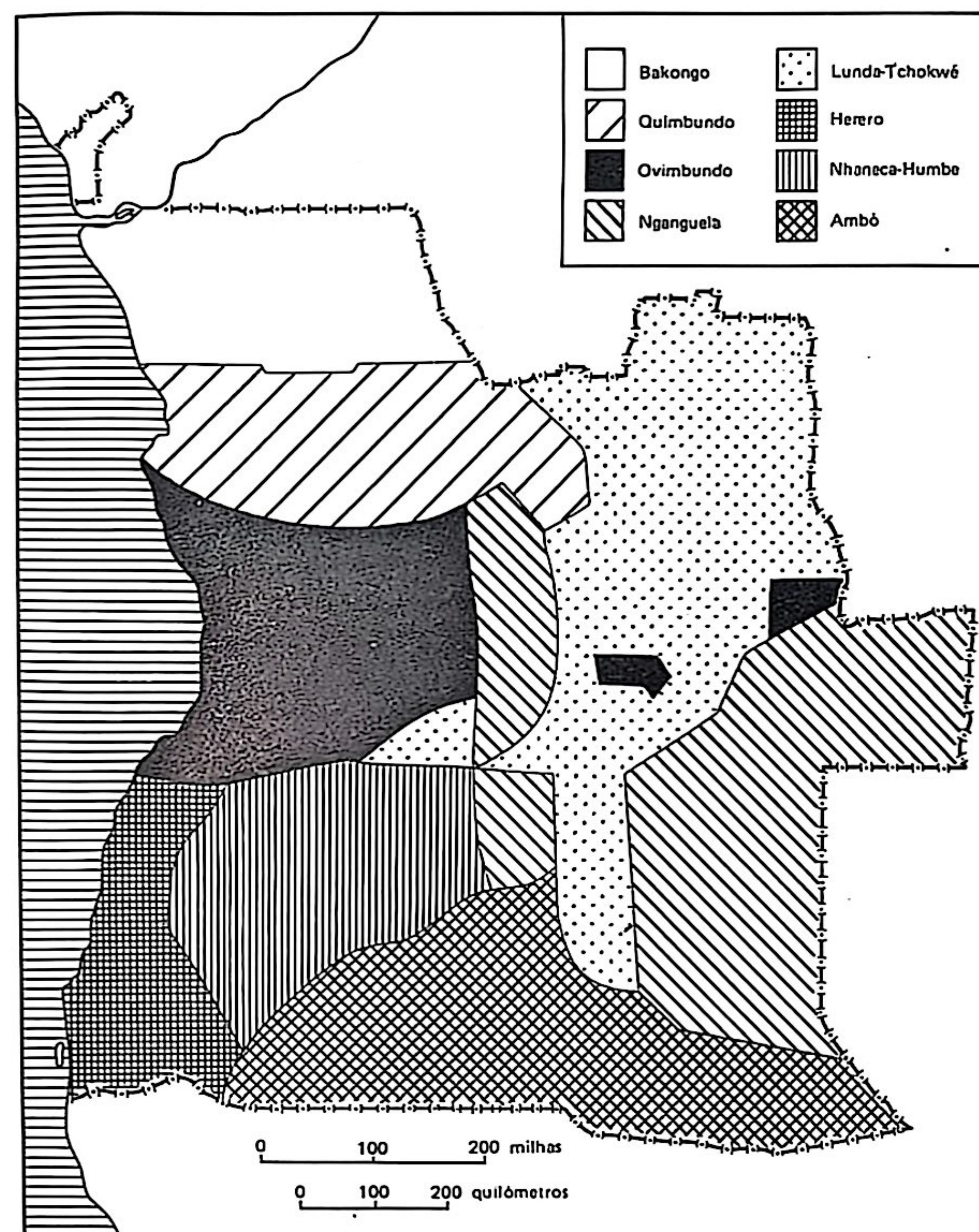
de trabalho dos trabalhadores temporários das províncias do Sul. Com o fim de incentivar o afluxo de trabalhadores à colheita do café o governo elaborou uma série de medidas e concedeu determinadas facilidades, garantindo-lhes meios de transporte, alimentação e assistência médica.

Angola é um país em que predomina a ocupação da população activa nos trabalhos agrícolas. No momento actual, de 60 a 85% da população do País, de acordo com diversas estimativas, vive no campo. Porém, não foi alheio ao processo de urbanização que abrangeu todos os países em vias de desenvolvimento. As principais cidades são Luanda, Huambo, Lobito e Benguela. Na capital habita 56% da população urbanizada de Angola. O afluxo de gente aos centros urbanos continua. O recrudescimento deste contingente explica-se, antes de mais, pela subida da importância económica de que se revestem. As “vantagens sociais da cidade”, como são as maiores possibilidades de obter emprego, formação, acesso aos valores culturais, etc., não deixam de ter a sua influência.

2. O QUADRO ÉTNICO DA POPULAÇÃO. A CULTURA DOS POVOS DE ANGOLA.

Em tempos remotos, o actual território de Angola e regiões vizinhas era habitado pelos Bosquímanos. Posteriormente, numerosas tribos Banto impelindo os Bosquímanos para sul, ocuparam todo aquele território. Em 1482 uma frota portuguesa, comandada por Diogo Cão, chegava a terras de Angola, dando início à penetração dos portugueses. Estes construíam portos-fortalezas na costa, a partir dos quais começavam a avançar mais para o interior de Angola. Contudo, o grande afluxo de colonos portugueses começou verdadeiramente só a partir da segunda metade do século XX.

No momento actual a população de Angola é constituída na sua grande maioria por povos de origem Banto. O termo “Banto” foi sugerido em 1856 pelo linguista alemão Wilhelm Bleek, investigador da África Austral. É designado por este termo o grupo de povos, em cujas



Grupos etnolinguísticos mais importantes de Angola

línguas a desinência “-nto” significa “homem” (“munto” é “homem”, singular, “banto” é “homens”, plural). Os Bantos vivem actualmente na maior parte do território do centro e do sul da África. Supõe-se que durante mais de 2000 anos os Bantos foram migrando para sul desde as regiões centrais do continente. Entretanto, a ciência pre-

sentemente não dispõe de dados exactos sobre o local ou zonas de onde se desencadeou o processo de migração dos Bantos em geral, e do grupo banto angolano, em particular. Admite-se que os Bantos vieram do Vale Benue, pouco mais ou menos do sítio, onde hoje fica a fronteira entre os Camarões e a Nigéria. Por razões hoje desconhecidas, os Bantos começaram a abandonar esta região e agora ocupam praticamente todo o território a sul da linha convencional Enseada de Benim—fronteira sul da Somália, isto é, aproximadamente um terço da área do continente.

Segundo a opinião de vários investigadores, os Bantos começaram a chegar a Angola por volta do séc. XIII. Todo o conjunto cultural étnico de Angola actual é a expressão do posterior desenvolvimento da riqueza cultural criada pelos Bantos numa série de regiões. Hoje, a população banto de Angola abrange de 90 a 100 grupos etno-linguísticos e pode ser dividida nos seguintes nove grandes grupos: Bacongos, Quimbundos, Ovimbundos, Lunda-Tchokué, Nganguelas, Nhanecas-Humbes, Ambós, Hereros, Xindongas.

Os Bacongos vivem em Cabinda e nas regiões do noroeste do País. Eles são em número o terceiro maior grupo étnico do País e formam cerca de 15% da população total de Angola. Entre os Bacongos podem distinguir-se 18 povos ainda, cujos maiores são os Muxicongos, os Sossos, os Pombos, os Solongos, os Zombos, os Iacas, os Sucos. Os Bacongos localizam-se não só em Angola, como também na República Popular do Congo e na República do Zaire. Os Bacongos de Angola, no entanto, são, mais ou menos, como que os “guardas das tradições culturais” do povo, visto ser no território da RPA que se encontra a antiga capital e o principal centro cultural do grande Reino do Congo, que existiu em tempos.

Na sua maioria os Bacongos são agricultores. No sector tradicional predomina o uso da enxada na lavoura. A mandioca é a principal cultura. De entre as culturas que entram nos circuitos comerciais, os Bacongos cultivam em grande escala o café. Muitos deles, particularmente os Bacongos de Cabinda, dedicam-se ao comércio.

Nas relações sociais entre os Bacongos desempenha um grande papel o “canda” ou clã por linha materna, o qual, via de regra, está adstrito a um território concreto e encontra-se sob protecção dos antepassados, a quem pertencem também estas terras, ao passo que os vivos mandam nelas na base do direito de usufruto.

Um provérbio congolês diz que uma pessoa que se apanhe fora do clã é como um gafanhoto sem asas, pois que passou os limites de segurança e solidariedade. O clã é formado pelos membros dum certo número de famílias do mesmo sangue. Desde os tempos mais remotos, o parentesco no clã era determinado por linha materna, através da qual se determinavam em todo o caso as relações de pertença ao clã. Mãe e filho pertenciam assim a um único clã, enquanto o pai era estranho ao clã, embora existisse a noção de parentesco por linha paterna. O clã, encabeçado e dirigido pelo ancião, regulava as principais relações sociais. A transmissão do direito de usufruto da terra passavam de tios por linha materna para sobrinhos.

As mulheres desempenharam sempre um grande papel não só na organização social dos Bacongos, como também na produção material. Eram elas que faziam no campo o trabalho principal, asseguravam a família em produtos vegetais, enquanto os homens se dedicavam à caça e à pesca.

No aspecto religioso nota-se a influência considerável do cristianismo entre os Bacongos. De acordo com as concepções religiosas tradicionais, cada pessoa compõe-se de quatro elementos: corpo (“nitu”), duas almas, uma espiritual e outra sensível (“moio” e “mfumu kutu”) e nome (“zina”). A divindade superior dos Bacongos, tanto dos cristãos como dos que professam cultos tradicionais, denomina-se Nzambi Mpungu. Contudo, segundo o ritual religioso, os Bacongos não se dirigem a Ele directamente, mas sim aos antepassados (“baculu”), pedindo ajuda e protecção.

Os representantes do grupo linguístico Quimbundo vivem numa parte grande do País, que se estende desde o oceano até ao rio Cuango. O seu número é superior a 1 500 000 pessoas. Os Quimbundos englobam mais de vinte

povos. São eles os Ambundos, os Luandas, os Hungos, os Luangos, os Ntemos, os Punas, os Dembos, os Ngolas, os Bondos, os Bangalas, os Holos, os Caris, os Xinjes, os Minungos, os Songos, os Bambeiros, os Quissamas, os Libolos, os Quibalas, os Hacos, os Sendes.

A agricultura é tradicionalmente a principal esfera da actividade económica. A cultura fundamental é a cassava (ou mandioca). Os Quimbundos foram os primeiros em Angola a começar com o cultivo do arroz, e no fim do séc. XIX já produziam café para exportação. Os Quimbundos, em grau consideravelmente maior do que os outros grupos étnicos, assimilaram a influência cultural europeia. Eles foram o primeiro povo angolano a criar a sua própria escrita.

Cerca de 36% da população total de Angola fala na língua umbundo e considera-se pertencente aos Ovimbundos. Este é o maior grupo etno-linguístico do País. Vivem a sul do rio Cuanza em quase metade do território da parte ocidental do País (províncias de Huambo, Benguela, Bié). Entretanto, grupos populacionais compactos de Ovimbundos estão praticamente espalhados por todo o País. Segundo a opinião de vários investigadores, os Ovimbundos ao longo dos séculos foram abandonando a costa de Benguela em direcção ao leste. Por isso, actualmente eles estão difundidos praticamente até à linha de divisão das águas do Zambeze, e a sua língua serve de “língua internacional”, permitindo o contacto e a compreensão em toda a parte centro e sul de Angola.

Os Ovimbundos englobam quinze povos de características étnicas próximas. São eles os Bienos, os Bailundos, os Seles, os Sumbes, os Mbuis, os Quissanjes, os Lumbos, os Dombes, os Hanhas, os Gandas, os Huambos, os Sombos, os Cacondas, os Xicumas, os Quiacas.

Os Ovimbundos já sabiam desde tempos remotos trabalhar os metais. A maioria da população dedicava-se à agricultura. Assim, é de salientar que na produção agrícola os Ovimbundos dedicavam maior importância ao cultivo de cereais. Os Ovimbundos tinham uma agrotécnica relativamente desenvolvida. Ao trabalharem a terra eles usavam o arado, enquanto os seus vizinhos ainda utili-

zavam a enxada. No século XX muitos Ovimbundos viraram-se para a actividade comercial.

No aspecto social deve-se notar a existência de estruturas sociais complexas nos Ovimbundos. Ainda nos anos 20 do presente século existia mais de uma dezena de “reinos” (Bailundos, Bié, Huambo, Chiyaca, Galange, Andulo e outros). Os “reis” tinham três funções importantes: contacto com o mundo dos espíritos, relações mútuas com outros povos e justiça. Cada um dos “reinos” englobava um determinado número de formações semi-estais, os “atumbu”, sujeitos ao regime de vassalagem. O maior dos “reinos” foi o de Bailundo, que abrangia à volta de 200 atumbus. Depois da guerra de Bailundo, em 1902, os portugueses ocuparam definitivamente as áreas do centro de Angola, enquanto os “reinos”, como unidades políticas, eram abolidos.

Os povos, que falam nas línguas do grupo Lunda-Tchokué, vivem numa parte grande do território do País, nas regiões do leste. O seu número é superior a 600 000 pessoas. Propriamente, para além dos Lundas e dos Tchokués, fazem também parte deste grupo os representantes das etnias Lunda-Lua-Tchinde, Lunda-Ndemba, Mataba, Badinga, Mai, que possuem características comuns. Os Lunda-Tchokué chegaram nos séculos XVI-XVII ao território que é hoje Angola. Até então, eles habitavam a região do Catanga. Os Tchokués são mais numerosos do que os Lundas. Os representantes deste grupo linguístico são tradicionalmente caçadores. Contudo, uma série de tribos dedicava-se à agricultura, enquanto outras chegaram a trabalhar primorosamente os metais. Quanto à sua qualidade, algumas peças metálicas dos Tchokué eram comparáveis com as de aço europeias. Os Tchokués são também conhecidos como entalhadores admiráveis. A escultura em madeira deste povo constitui uma das direcções mais expressivas e peculiares da arte tradicional africana. Os cultos religiosos dos Tchokués estão muito ligados à caça. Predomina no seio deles a adoração aos caçadores antepassados. Nas estruturas sociais tradicionais notam-se sobrevivências do matriarcado.

Os povos do grupo Nganguela habitam duas grandes regiões: o sudeste (províncias de Moxico e Cuando-Cubango)

e o centro (províncias de Malanje e Bié) do País. O seu número atinge 600 000 pessoas. Certos especialistas incluem no grupo Nganguela os povos: Luimbe, Luena, Lovale, Luchadi, Bunda, Camachi, etc.; outros entendem que os grupos étnicos citados pertencem aos Lunda-Tchokué. Esta divergência de opiniões deve-se ao facto de que aqueles povos, embora falando na língua nganguela, não deixam de estar mais próximos dos Lunda-Tchokué no aspecto histórico e antropológico. A cultura dos Nganguelas é mais chegada às tradições culturais dos povos da bacia do Zambeze. A actividade económica tradicional engloba a agricultura, a caça e a pesca.

Uma parte da população dedica-se à pecuária. A arte aplicada dos Nganguelas é famosa pelas suas obras de cerâmica.

Os povos, que falam na língua nhaceca-humbe, habitam no planalto Humpata na província de Huíla e no vale do Cunene. Fazem parte deste grupo os povos: Muílas, Gambôs, Humbles, Dongenas, Inglos, Cuancuás, Andas, Quipungos, Quilenjes-Humbles, Quilenjes-Mussos. O seu número constitui 5% da população total de Angola. A pecuária constitui a principal esfera da actividade económica deste grupo étnico.

No entanto, o cultivo do solo também desempenha um importante papel na vida dos Nhanecas-Humbles, sendo as mulheres quem trabalha principalmente neste sector. A cultura dos Humbles possui uma série de traços gerais semelhantes ao legado cultural hamítico da África Oriental. Assim, os Nhanecas-Humbles praticam o culto do boi sagrado, o que faz recordar bastante a adoração ao boi Ápris no Antigo Egipto. Esta festa estava relacionada com as colheitas e era celebrada no fim dos trabalhos agrícolas.

Os representantes do grupo Herero vivem no sudoeste de Angola. Estima-se que existam umas 60 000 pessoas deste grupo. Neste grupo podem distinguir-se os seguintes agrupamentos étnicos: Dimbas, Chimbas, Chavícuas, Cuanhocas, Cuvaes, Nguendelengos. Os povos de traços étnicos semelhantes aos Hereros habitam na Namíbia. A pecuária é a principal ocupação dos Hereros. Os representantes deste grupo quase não se cruzam com os representantes dos povos vizinhos.

Os povos, que pertencem ao grupo Ambo (cerca de 50 000 pessoas), habitam as planícies secas a leste do rio

Cunene. Os Ambos englobam os povos: Evales, Cafimas, Cuanhamas, Cuamatos, Dombondolas, Cuangares. Tal como os Hereros, os Ambos são fundamentalmente criadores de gado, apesar da lavoura já ter mais um bocado de importância na vida económica. Os Ambos são o único grupo étnico de Angola que se divide em clãs totémicos nitidamente expressos. Estes últimos possuíam uma planta ou um animal como tótem. A carne ou os frutos do objecto totémico era proibido comer. Entre mais de vinte clãs, que existiam no início do século, chegaram a haver tótems tais como, o boi, o cão, o leão, a hiena, o painço.

No sudeste de Angola, pelas margens dos rios Cubango e Cuando, habitam povos pouco numerosos, mas bastante pulverizados do ponto de vista territorial. São eles os Cussus, os Nhengos, os Diricos, que fazem parte do grupo étno-linguístico dos Xindongas. O seu número pouco suplanta as 5 000 pessoas. A sua história, etnografia e "modus vivendi" estão ainda pouco estudados.

Para além dos representantes dos grandes grupos bantos, em Angola habitam outros povos africanos. Destacam-se os Vátuas, que são chegados aos Bantos e habitam a região do deserto de Moçâmedes e as proximidades da Serra da Chela.

Os representantes do grupo linguístico Khoisan são os Bosquímanos mais numerosos. A sua língua monossilábica inclui muitos estalidos. A cor da sua pele é mais clara do que a dos povos Banto. São mais pequenos de altura. Para além de Angola, os Bosquímanos habitam no Botsuana, na Namíbia, no Zimbabué e na RAS. O seu número é um pouco superior a 50 000 pessoas, mas em território angolano vivem apenas cerca de 8 000. Vivem fundamentalmente da caça e da colheita de frutos silvestres.

Em Angola habita um número considerável de pessoas de origem europeia (principalmente portugueses).

O seguinte quadro permite apreciar a evolução da população branca em Angola.

A população branca diminuiu bruscamente depois da Proclamação da Independência de Angola. No tempo do colonialismo, o Governo português procurou fomentar a emigração em massa da Metrópole para as colónias. No aspecto social, a grande maioria dos que emigravam era

Evolução da população branca em Angola

Anos	População (em milhares de habitantes)	% sobre a população total
1900	9,0	0,3
1910	12,0	0,4
1920	20,7	0,7
1930	30,0	0,9
1940	44,1	1,2
1950	78,8	1,9
1960	172,5	3,6
1970	280,0	5,0
1980	60,0	0,8

constituída por gente do campo, apesar de ser também considerável o peso de certas profissões, tais como, contabilistas, empregados de escritório, professores, etc. O colonialismo português procurava atingir determinados objectivos. Primeiro, começou a baixar a taxa de desemprego. Segundo, nas possessões portuguesas em África criava-se a base social, na qual a administração pensava apoiar-se ao levar a cabo a sua política. Terceiro, os colonos europeus estavam destinados a desempenhar um importante papel na realização da política de assimilação dos africanos.

Ao mesmo tempo é de levar em linha de conta o facto de que no período do colonialismo a população branca do ponto de vista social não era homogénea. A sua maioria era constituída por elementos da pequena burguesia: camponeses, camadas médias urbanas, etc. Era considerável o peso dos operários, trabalhadores profissionais, engenheiros e quadros técnicos. Considerando o carácter social não homogéneo da população branca, o MPLA entendeu que era necessário atrair as camadas mais avançadas da população portuguesa em Angola para a luta contra o colonialismo. O movimento nunca pôs a questão da expulsão de toda a população branca do País. Ele procurou sempre superar todas as formas de racismo.

Entretanto, após a queda do regime fascista em Portugal os grandes meios de informação burgueses desencadearam

uma campanha caluniosa com o objectivo de intimidar a população branca de Angola, obrigando-a a abandonar o País. Os imperialistas esperavam privar assim este novo Estado dos quadros técnicos qualificados, especialmente as profissões consideradas deficitárias, tais como, médicos, professores, operários e engenheiros qualificados, contabilistas, etc. Para levar a cabo os seus objectivos o Ocidente utilizou a reacção local, que montou toda uma série de provocações de índole racista. O começo, em 1975, das operações militares em Angola acelerou o regresso da população branca à Metrópole. Não se deve também deixar de entrar em linha de conta com o facto de haver existido receio e hostilidade à Revolução Angolana por parte de muitos dos colonos.

A acção dos factores citados levou a que uma grande parte da população branca abandonasse o País. Este facto causou grande prejuízo à economia. Deu-se a maior fuga de capitais em toda a história do País: os colonos levavam consigo valores, o equipamento mais dispendioso; o que era impossível de levar, destruía-se ou inutilizava-se.

No entanto, uma parte significativa de indivíduos de origem europeia ficara no País. No fundamental eram elementos operários que não tinham uma atitude hostil em relação à nova Angola. O MPLA-Partido do Trabalho empreende medidas concretas com vista à inserção daqueles no processo de modelação das estruturas e instituições sociais da RPA.

Uma parte considerável da população não-africana (mais de 30% pelo censo de 1970 e cerca de 60% no início dos anos 80, segundo as nossas estimativas) era constituída por mestiços. Estes vivem quase exclusivamente nas cidades de Luanda, Lobito, Benguela, Huambo, Namibe, estando concentrado só na capital mais de um quarto do total dos mestiços do País.

O colonialismo português procurou atrair os mestiços para o seu lado, pondo-os contra os africanos, possibilitando-lhes maior acesso à educação e, por conseguinte, também à "promoção social". Contudo, os interesses dos mestiços e dos africanos nunca foram antagónicos, antes pelo contrário, sempre coincidiram e coincidem. Os mesti-

ços de Angola possuem velhas tradições de resistência contra o colonialismo. Foram os intelectuais mestiços (médicos, juristas, escritores, jornalistas) quem encabeçou o movimento de protesto contra a dominação colonial de 1870 a 1925. Nas últimas décadas, muitos postos-chave do movimento de libertação pertenciam-lhes. E ainda hoje, um número significativo de mestiços dirige a edificação da nova Angola independente.

A cultura dos povos de Angola. Transformações verificadas no campo da cultura após a Independência. Angola era uma das colónias europeias mais antigas no Continente Africano. Tal facto haveria de deixar as suas marcas em todas as esferas da vida nacional, incluindo a esfera da cultura. Pode-se dizer que de todos os povos da África Tropical os angolanos encontraram-se mais tempo do que os outros (à excepção talvez de alguns povos da África Ocidental) sob influência directa da tradição cultural europeia. A influência cultural europeia penetrava no sistema filosófico africano em grande medida através da religião. Até ao aparecimento dos portugueses praticamente toda a população de Angola estava afeita às crenças e cultos tradicionais. Nas crenças de índole politeísta e clânica encontrava-se desenvolvido o culto dos deuses e dos antepassados dos chefes superiores, o que, em especial, se pode observar nos Bacongos e nos Tchokués. O culto dos antepassados dos chefes patriarcais (próprio dos Ambos e Hereros) está relacionado com o culto dos lares e com o culto e prática de feitiços. Ao mesmo tempo, alguns especialistas deram conta dum monoteísmo primitivo no seio da população local que como que se sobrepõe ao culto dos antepassados e da magia.

A cultura e a arte tradicionais africanas, especialmente no que toca às máscaras, às obras de escultura e pintura rupestre e mural, e em menor grau, à música e à arquitectura, estavam relacionadas com as concepções religiosas das populações autóctones. As obras de arte tradicional eram para os africanos essencialmente objectos do culto.

A política do colonialismo português era orientada no sentido de destruir os valores culturais existentes no seio

da população africana. Para tal foi imposta a religião cristã. A liquidação da cultura nacional deveria, segundo os desígnios dos escravagistas, minar as bases do movimento anticolonial em Angola, contribuir para a escravização dos seus povos. Segundo as estimativas de certos investigadores, actualmente cerca de 44,4% da população seguem cultos e crenças locais tradicionais; 41,6% seguem a religião católica romana; 11% da população, o protestantismo. A interpenetração das religiões cristãs e africanas levou à formação de seitas e outros grupos religiosos afro-cristãos, tais como, quimbangismo, tocoísmo, bapóstolo, etc. O seu número de crentes é igual a 2,2% da população total.

O catolicismo, como ramo do cristianismo, começou a difundir-se no território de Angola no início do séc. XVI com o aparecimento nestas paragens dos portugueses, que fundaram algumas fortificações permanentes. Em resultado do facto de os missionários da Igreja Católica Romana se terem estabelecido por muito tempo nesta terra, a população que professa o cristianismo anda hoje à roda dos 3 600 000 indivíduos. O cristianismo é seguido fundamentalmente pelos povos: Ovimbundos, Bambundos, Bacongos, Luenas (em parte), Tchokués, Nhanecas, etc. A maioria dos cristãos está concentrada nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Malanje (em parte), Bié, Namibe. No território de Angola funcionam nove dioceses da Igreja Católica Romana. O clero da Igreja Católica Romana, em 1977, compunha-se de um arcebispo, oito bispos e 320 sacerdotes, cuja maioria eram missionários europeus e apenas cerca de cem eram africanos. No início dos anos 60, no território de Angola funcionavam à volta de 170 missões com pessoal auxiliar em número igual a 1 400 indivíduos. As congregações plenipotenciárias do Vaticano são: a Ordem do Espírito Santo nas Dioceses de Luanda, Malanje e Huambo, a Ordem dos Capuchinhos na Diocese de M'Banza-Congo e a Ordem dos Beneditinos nos Episcopados de Bié e Moxico. No território angolano vivem membros de ordens religiosas que, em 1977, se calculavam em 1 900 indivíduos.

A formação de sacerdotes da religião católica processava-

-se em dois seminários existentes em Luanda e Huambo. No processo de preparação de sacerdotes para a Igreja católica desempenhavam um grande papel os jesuítas, a quem pertencia o seminário de Luanda. Aqui mesmo funcionou o Instituto de Formação e Ofício Divino Pio XII, cujo professorado foi constituído por mais de 50 pessoas, sendo de cerca de 300 o número de seminaristas. Na cidade de Luanda, a Igreja Católica Romana publicava o semanário *O Apostolado* com uma tiragem de cerca de 4 mil exemplares, enquanto na cidade de Huambo edita a *Revista Mensal* com uma tiragem de 10 mil exemplares.

O protestantismo é seguido em Angola por uma minoria dos cristãos locais. Existem informações bastante contraditórias sobre o número total de angolanos protestantes. Pelos vistos, eles suplantavam os 800 000 indivíduos em 1976.

Os protestantes começaram a desenvolver a sua actividade em território angolano em fins do século passado, inícios deste século. As associações missionárias, as seitas, as igrejas, as organizações protestantes canadianas e suecas são as mais numerosas e influentes. Os congregacionalistas, que em 1977 se calculavam em mais de 300 mil, estão reunidos em várias organizações, como por exemplo, a Igreja Evangélica de Angola Central, a Igreja Reunida do Canadá (ou também Igreja Africana de Angola). Os metodistas constituíam em 1977 mais de cem mil pessoas e estavam reunidos em duas organizações (Igreja Metódica Evangélica e Associação Missionária da Igreja Metódica) orientadas por missionários escandinavos. Os Baptistas (à volta de 125 mil) estão agrupados numa série de organizações (Associação Missionária Baptista, Missionários Baptistas do Canadá, etc.). A sua maioria esmagadora está concentrada no norte do País.

Na República Popular de Angola, de acordo com a Constituição, a Igreja está separada do Estado. A Lei Fundamental garante a liberdade de consciência e a liberdade de professar qualquer religião. Paralelamente, trava-se uma luta contra quaisquer cedências às concepções religiosas, desvios às posições de princípio do Partido relativamente à religião.

O Partido orienta o aparelho de Estado no sentido de

assegurar a cada cidadão a liberdade de consciência, isto é, o direito de professar qualquer religião ou de ser ateu; o direito de cada cidadão praticar o culto religioso no quadro das leis estabelecidas e normas de moral socialista; a igualdade de direitos e obrigações para crentes e não-crentes, bem como, o dever de respeitar e observar as leis; a educação científica e a formação laica. Considera-se inadmissível a utilização de postulados religiosos contra o processo revolucionário e evolução socialista, bem como a fuga aos requisitos das leis.

Em relação à religião como ideologia, o Partido conduz a sua política partindo do princípio de que a luta por uma consciência livre, científica e materialista é uma parte integrante da luta pela construção de uma nova sociedade, onde não haja lugar para a exploração do homem pelo homem, é uma parte integrante da luta, em que devem participar obrigatoriamente tanto crentes, como não-crentes.

A realização desta política é acompanhada da difusão persistente e sistemática no seio das massas da concepção científica sobre a evolução da natureza e da sociedade. O Partido entende também que a luta pelo fortalecimento da unidade nacional é incompatível com o isolamento e censura dos crentes. Por isso, o MPLA-Partido do Trabalho envida todos os esforços no sentido de os atrair para o cumprimento das tarefas da Revolução.

Os povos de Angola tinham uma cultura acumulada própria e bem desenvolvida. A sua arte não era uma imitação e possuía elevado valor já por si. Ela possuía uma história secular, muitas páginas da qual, infelizmente, não chegaram até nós.

O aparecimento das culturas primitivas em Angola data do oitavo milénio antes de Cristo. Sobre o desenvolvimento relativamente elevado da arte entre os habitantes do Sudoeste Africano daqueles tempos, sobre o seu significado substancial para a vida de então, falam os desenhos rupestres existentes nas zonas montanhosas do sul de Angola que se conservaram até hoje. Neles estão gravadas cenas da caça, cerimónias rituais, episódios da vida.

Os dados sobre o desenvolvimento da cultura das po-

pulações autóctones de Angola em tempos mais avançados do período pré-colonial são bastante escassos. Ao que parece, foram anos de formação de “escolas tribais” de arte entre os diversos povos do País. A escultura e a entalhadura tiveram um grande desenvolvimento. Os representantes dos Ovimbundos foram especialmente famosos como escultores habilidosos. Eles criaram a célebre escola de escultura animalística que dera obras-primas durante vários séculos. A gravura na madeira também estava amplamente difundida entre os Bambundu. Os Tchokué também se notabilizaram como mestres duma escultura extraordinariamente expressiva.

A colonização portuguesa mudou de forma substancial os trilhos ao desenvolvimento da arte africana tradicional em Angola. Durante quase cinco séculos o imperialismo português foi executando a sua “missão civilizadora”. E como resultado tem-se o quase completo desaparecimento de diversas direcções na arte nacional, devido, em primeiro lugar, às tentativas dos colonizadores de “desviar do paganismo os nativos”. Os quinhentos anos de esmagamento da arte nacional e a imposição do “sistema de valores” europeu não podiam passar sem deixar as suas marcas. Como resultado, na Angola de hoje, especialmente nas suas regiões ocidentais, determinados tipos de arte, tais como, o fabrico de máscaras rituais ou a dança ritual, estão desenvolvidos em relativamente menor grau do que noutros países da África Tropical. Importa portanto notar que lá, no nordeste e no leste (regiões que os portugueses apenas no séc. XX começaram activamente a colonizar), ambos os tipos citados de arte popular conservaram-se em toda a sua dimensão.

Os contactos estreitos com os europeus levaram a que a cultura nacional africana assimilasse alguns dos traços, que, possivelmente, lhe fossem mais próximos do legado cultural ibérico. Em Angola tiveram ampla difusão os carnavais, os préstitos divertidos, as festividades alegres em homenagem a diversos santos. Tal facto assemelha em certa medida a cultura angolana com a tradição cultural latino-americana, mais propriamente com a brasileira. Sofreu influência até mesmo um tipo de arte popular autenticamente

africana como a dança. Um resultado de tal interacção constitui, por exemplo, a muito conhecida “rebita” que inclui elementos da contradança cerimonial europeia e das danças tradicionais banto. Com a penetração do cristianismo nestas terras deu-se o desenvolvimento da arquitectura e escultura tumular. Tornaram-se célebres as obras dos Bambundu existentes nas regiões do Libolo e Quibala.

Pretendendo criar um apoio social do colonialismo no seio das populações africanas, a política cultural dos portugueses era orientada no sentido de formar uma camada intermédia de angolanos “assimilados”, isto é, daqueles que assimilaram elementos da cultura europeia, o “modus vivendi” destes. A administração colonial portuguesa até ao início dos anos 60 dividia a população africana em “indígenas” e “assimilados”. Indígenas eram considerados os habitantes autóctones de “raça negra” e os seus descendentes, nascidos ou que habitassem permanentemente em Angola, que não tivessem nessa altura um nível de formação, bem como, experiência pessoal ou social, considerada necessária no quadro da aplicação do Direito Público e Privado a cidadãos portugueses. De acordo com esta definição, tomava-se em consideração a raça, a origem, o local de nascimento e morada, mas o principal traço de distinção entre o indígena e o não-indígena fazia-se na esfera da cultura.

Para conseguir o estatuto de “assimilado” e obter o direito de cidadão, o africano tinha de atingir os 18 anos de idade; falar correctamente em português; possuir uma profissão ou ocupação que lhe garantisse a si e aos seus o mínimo necessário para viver; “comportar-se condignamente”; possuir um determinado nível de formação e cultura; cumprir escrupulosamente o serviço militar. O número de “assimilados” não era lá muito grande. O objectivo da assimilação era semear a discórdia entre os populares autóctones. Um número considerável de representantes dos intelectuais angolanos, essencialmente escritores da primeira metade do século XX, provinha dos “assimilados” e mestiços.

Aproximadamente em meados do século XIX apareceu a imprensa em Angola. Começou a ser publicado o “Bole-

tim Oficial” que era editado pela administração colonial. No entanto, já neste órgão, para além dos anúncios e comunicações de carácter administrativo, escreviam-se textos literários que reflectiam a actividade cultural daquela época. Passado pouco tempo, vieram a lume verdadeiros jornais. Neles trabalhavam jornalistas portugueses e brasileiros, mas iam aparecendo cada vez mais angolanos.

Os jornalistas angolanos na sua actividade criadora expressavam as aspirações e esperanças, desilusões e dificuldades do meio donde eles provinham, o qual se distinguia por uma certa homogeneidade. Embora eles escrevessem em língua portuguesa, não deixavam de intervir e assumir posições patrióticas, mesmo que na luta social daquele tempo seguissem concepções pequeno-burguesas. Os literatos angolanos autodenominavam-se “filhos do País”. Eles preocupavam-se com a situação das massas populares, defendiam a sua cultura, apoiavam as línguas vernáculas da população. Eles intervinham decididamente contra a escravatura. Nessa altura, uma série de representantes dos intelectuais de Angola utilizavam na sua actividade criadora as línguas maternas, nas quais começaram a vir a lume alguns jornais. Efectivamente, os jornalistas e escritores angolanos obtinham formação nas escolas portuguesas, onde estudavam intensivamente a literatura portuguesa e francesa. E, como é natural, os modelos das suas obras reflectiam a influência europeia. Contudo, quando os literatos angolanos abordavam temas prementes da realidade da sua pátria, sabiam encontrar os seus meios originais de expressão.

A situação piorou bruscamente com a subida do fascismo ao poder em Portugal. Em resultado do agravamento da situação socioeconómica no País intensificaram-se os sentimentos e acções anticoloniais que viriam mais tarde a dar origem à formação do MPLA.

Pouco a pouco foi passando o tempo da imitação de modelos e cânones da literatura portuguesa. Os escritores angolanos começaram a libertar-se da influência dos seus ídolos anteriores. A aspiração à liberdade encontrou também a sua expressão na ampla utilização das línguas nacionais. As línguas vernáculas começaram a adquirir direito de cidadania. Foram também utilizados alguns elementos da litera-

tura transmitida oralmente com os seus tipos tradicionais sob a forma de contos populares e lendas. A literatura angolana incorporou-se activamente na luta política e socio-económica.

Nesta etapa, ela distinguiu-se ao criticar categoricamente o regime colonial, ao intervir pelo desenvolvimento da cultura original dos diferentes povos, pelo desenvolvimento dos seus idiomas. Os escritores criavam projectos sociais que visavam combater o analfabetismo, melhorar as condições de vida das massas, etc. Era evidente o despertar da consciência nacional dos povos no sentido mais actual, mais clássico da palavra, o que reflectia a evolução política que se dava em todo o mundo. Precisamente neste período dá-se a Grande Revolução Socialista de Outubro.

A União dos Escritores de Angola foi fundada a 10 de Dezembro de 1975, isto é, aproximadamente um mês depois de o País se ter tornado independente. Ingressaram na União todos os escritores angolanos. Encabeçava-a Agostinho Neto que foi também o iniciador da criação da organização. Os escritores angolanos sentiram a necessidade de se reunirem de forma a poderem participar colectivamente no processo revolucionário. Efectivamente, eles sempre se distinguiram pelo seu patriotismo revolucionário. No passado, muitos literatos de Angola estiveram no exílio, durante vários decénios, em campos de concentração, participaram na luta armada. Alguns deles tombaram na luta pela liberdade. Presentemente, muitos escritores ocupam postos de responsabilidade na direcção do Partido e do Estado.

A União dos Escritores de Angola procura trazer a lume o máximo de obras de valor artístico elevado. Já foram editadas no País várias séries literárias, cuja tiragem atinge milhão e meio de exemplares. Publica-se a revista mensal de letras “Lavra e Oficina”. E isto apesar das dificuldades com que naturalmente se defronta.

A indústria de tipografia está pouco desenvolvida por enquanto. Muitos estrangeiros, especialistas nesta área, abandonaram o País, escasseia o papel, a matéria-prima. Por isso, uma parte das obras dos escritores angolanos tem de ser publicada no estrangeiro.

A literatura em língua portuguesa constitui uma parcela da história da cultura angolana. Ela também pertence a toda a Humanidade. Os angolanos procuram incentivar o seu conhecimento mais profundo, publicando obras a ela dedicadas, conduzindo estudos aturados. Já nasceu e desenvolve-se a literatura nas línguas vernáculas. Nestas línguas escrevem muitos membros da União dos Escritores de Angola. Este processo apenas começou por enquanto, mas em breve, a literatura nas línguas nacionais deixará de ser local para se estender a toda a Angola.

A literatura angolana é uma das mais notáveis no Continente Africano. A arte popular oral aparece representada fundamentalmente sob a forma de contos populares, alegorias e baladas rituais (canções nas línguas do grupo banto). No fim do século XIX, o escritor Cordeiro da Matta publicou em língua portuguesa a obra *Philosophia Popular em Provérbios Angolenses*, na qual estão incluídas mais de 300 provérbios das regiões do litoral do País. Cerca de 100 contos populares e 500 provérbios estão reunidos nos três volumes da obra *Missosso* de O. Ribas.

Dos autores angolanos do período do pós-guerra deve-se assinalar a plêiade de escritores e poetas de talento que engrandeceram a causa da auto-afirmação nacional e luta de libertação. De entre esse número ressaltam os nomes dos dirigentes do movimento de libertação nacional de Angola: António Agostinho Neto, primeiro Presidente da RPA e do MPLA-Partido do Trabalho, António Jacinto, Luandino Vieira, etc.

Com a Proclamação da Independência de Angola surgiram de facto perspectivas de realização de transformações radicais no domínio da cultura. O País escolheu a via de orientação socialista. O 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, realizado em Luanda em 1977, constitui um marco importante na elaboração da estratégia de desenvolvimento da cultura deste novo Estado. Nele foi aprovado o novo Programa do Partido, documento fundamental para a construção da nova sociedade em Angola. Para além disso, foram ainda aprovadas Resoluções sobre a Formação e a Educação na República Popular de Angola e sobre os meios de informação nacionais. Tudo isto constituiu a base para a elabo-

ração de uma nova política, que responda aos interesses nacionais, no domínio da educação e cultura.

No Programa do Partido, o MPLA-Partido do Trabalho aponta a criação duma nova cultura socialista, que corresponda à nova ordem social criada em Angola, como também a sua difusão quer dentro do País, quer além das fronteiras. O Partido considera que no decurso da luta de libertação nacional a cultura angolana adquiriu um carácter revolucionário. Por isso, deve-se procurar enriquecê-la por todos os meios, introduzindo-lhe os particularismos de cada região do País, de modo a dar-lhe um carácter verdadeiramente novo e nacional.

Ao definir as perspectivas de ulterior evolução cultural do País, o Programa do Partido assinala que ela se processará na base das riquíssimas tradições culturais do povo angolano, adquirirá um carácter científico, baseado na Teoria Marxista-Leninista, será receptiva às tradições culturais dos povos de todo o mundo (tradições essas que constituem o património cultural da Humanidade) e estará orientada para o desenvolvimento da iniciativa criadora.

O Programa do Partido avança uma série de medidas concretas no domínio da cultura, que são as seguintes;

- Criação das condições necessárias para que se possa pôr a cultura ao serviço das amplas massas populares e para que ela seja de acesso geral;
- Apoio à construção de Casas de Cultura para o povo (meio eficaz de difusão da nossa cultura);
- Fundação de Escolas de Artes de todo o género;
- Incentivação do estudo das línguas nacionais, incluindo o português;
- Criação e fomento da arte cinematográfica nacional, potente arma de educação revolucionária e elevação da consciência das massas, atribuindo-lhe um carácter revolucionário e contribuindo para a sua difusão no seio do povo;
- Fomento e apoio à criação de União de escritores, compositores, actores, artistas e cineastas; criação das condições necessárias para o seu trabalho fecundo.

No momento presente, a actividade do Partido no domínio da cultura está orientada essencialmente para a luta contra as sobrevivências do colonialismo no modo de pensar

e no comportamento das pessoas, para a formação do homem novo, fortalecimento da unidade nacional e incremento de todas as formas de expressão cultural. Atribui-se especial importância àquelas orientações que maior influência exercem sobre as massas populares, desenvolvendo o seu espírito criador e contribuindo para o fortalecimento da aliança entre os operários e os camponeses.

O Partido considera necessário dar especial atenção ao desenvolvimento da arte literária angolana. Com esta finalidade pensa-se publicar em massa obras de autores angolanos e estrangeiros.

Desde o Dia da Independência até hoje, a literatura angolana enriqueceu-se com uma série de obras de arte consideráveis. A sua temática essencial abrange a luta de libertação nacional do povo angolano e os seus êxitos na construção duma vida nova. As obras de Agostinho Neto e de Luandino Vieira, clássicos da literatura angolana, que tinham vindo a lume anteriormente, foram publicadas em massa. Em 1979, teve lugar em Luanda a 6.^a Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos.

Atribui-se grande importância à recolha e tratamento da herança literária oral. Uma vez que a RPA não dispõe actualmente de um número suficiente de especialistas no domínio da etnografia, folclore e literatura, fazem-se tentativas no sentido de atrair para esse trabalho coleccionadores amadores, particularmente, professores, estudantes do ensino secundário e do ensino superior. Na revista *Quissanje*, que aborda questões de cultura, foram publicados conselhos para os coleccionadores de obras de arte popular oral, bem como é dado um método cientificamente argumentado de recolha e tratamento de contos populares, canções, provérbios e adágios.

No domínio das bibliotecas, o MPLA-Partido do Trabalho entende ser necessário desenvolver e organizar correctamente o trabalho das bibliotecas existentes no País. Pensa-se criar novas bibliotecas com o objectivo de satisfazer as necessidades crescentes da população à medida que se vai liquidando o analfabetismo no País. No momento presente, as principais bibliotecas do País estão concentradas na capital, na cidade de Luanda. São elas: a Biblioteca Na-

cional, a Biblioteca da Universidade de Angola, a Biblioteca Municipal de Luanda. Coleções consideráveis de livros encontram-se em Huambo e Lubango.

O inquérito às bibliotecas de Luanda realizado em 1979 mostrou que, apesar do aumento constante do número de frequentadores, a quantidade destes últimos não é lá muito grande. A actual capacidade de admissão das bibliotecas permite aumentar o número de leitores umas dez a quinze vezes. Os leitores são essencialmente estudantes. A percentagem de trabalhadores ainda não é muito alta. Os fundos das bibliotecas formaram-se principalmente no período do colonialismo. No momento actual, trabalha-se com vista à sua completação. Nos fundos das principais bibliotecas estão a ser incluídas obrigatoriamente as obras dos clássicos do Marxismo-Leninismo, livros sobre Economia Política, Materialismo Dialéctico e Histórico.

No que diz respeito a museus, o MPLA-Partido do Trabalho considera que se deve conjugar os esforços no sentido de alargar e desenvolver os já existentes, enriquecê-los com as obras que se encontram dispersas por todo o País. Ao mesmo tempo, reconhece-se que é de criar novos museus nacionais e regionais. O 1.º Congresso do Partido chamou a atenção para a necessidade de conservar e estudar cuidadosamente os monumentos históricos e tudo aquilo que fora feito pelo povo angolano e tenha os seus traços nacionais.

No domínio da museologia, Angola ainda está na sua fase de arranque. O museu da cidade de Dondo possui uma das colecções mais originais sobre a História de Angola. Para além disso, em Luanda existe uma série de museus, de entre os quais se destacam: o Antropológico, o das Forças Armadas e o de História Natural. O quadro de colaboradores científicos dos museus é insuficiente por enquanto. Contudo, o número de visitantes é bastante alto, sendo superior aos indicadores do período colonial.

O 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho apontou para a necessidade de desenvolver a música e a coreografia nacional, bem como também contribuir para o intercâmbio cultural entre as diferentes regiões do País naqueles domínios. Com o objectivo de popularizar estes tipos de arte foi decidido organizar grupos coreográficos e mu-

sicais folclóricos, criar Casas de Cultura para o povo e incrementar a sua actividade.

Em geral deve-se notar que na etapa actual o desenvolvimento da arte musical e coreográfica realiza-se graças aos colectivos de amadores fundamentalmente. Esta situação verifica-se em grande medida também com a pintura e a escultura. A União Nacional dos Artistas promove mensalmente uma exposição onde é realizado um concurso dos melhores trabalhos de pintores e escultores amadores. São admitidos a concurso quadros, desenhos, esculturas e trabalhos em cerâmica.

Da tribuna do 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho fez-se ouvir o apelo para que se criasse a cinematografia nacional angolana de forma a torná-la um meio de divertimento que actua eficazmente sobre a formação e desenvolvimento cultural do Povo. Para tal reconheceu-se que se devia fundar o cinemateca Nacional, incentivar os trabalhos do Instituto de Cinema Angolano. Para além disso, torna-se necessário organizar a distribuição de filmes através do controlo de importação dos mesmos, prestando especial atenção onde, em que país, foi feito este ou aquele filme, considerando o seu conteúdo ideológico o principal critério; organizar a distribuição dos filmes nos meios rurais através de instalações cinematográficas ambulantes.

Durante estes anos de independência foram conseguidos certos êxitos no processo de desenvolvimento da cinematografia nacional. Foi rodado o primeiro filme de longa metragem sobre a luta do Povo angolano contra a agressão perpetrada pela República da África do Sul no período 1975-1976. Foram rodados alguns documentários de curta metragem sobre exemplos de heroísmo e patriotismo.

A actividade dos cineastas está intimamente relacionada com a criação e o desenvolvimento da televisão nacional. As primeiras emissões televisivas experimentais verificaram-se em 1975.

A radiotelevisão angolana transmite regularmente os seus programas várias horas ao dia desde 1976. Foi elaborada uma série de documentários para a televisão. A radiotelevisão é utilizada como um potente meio de difusão e elevação do nível cultural da população. Por via de regra, é transmi-

tido diariamente um programa da telescola e o Telejornal. Além disso, uma a duas vezes por semana a Televisão mostra um filme, espectáculo, um concerto ou um filme de divulgação científica. Para além dos próprios programas angolanos mostram-se filmes realizados nos países socialistas, de preferência soviéticos, como também fitas de produção brasileira e portuguesa. A Televisão Angolana possui acordos com o Comité Soviético da Televisão e Radiodifusão sobre cooperação e intercâmbio de programas de televisão.

O conjunto de medidas com vista à reestruturação e aperfeiçoamento do sistema nacional de ensino constitui uma das principais direcções de actividade do Estado angolano e do MPLA-Partido do Trabalho.

De acordo com os documentos programáticos do MPLA-Partido do Trabalho, o ensino no País baseia-se nos seguintes princípios: a educação e a formação são da exclusiva competência do Estado; têm por base o Marxismo-Leninismo, ideologia do proletariado; o ensino tem um carácter laico; o ensino primário é obrigatório; é de carácter gratuito em todos os níveis; goza de democratismo; aponta para a unificação gradual do sistema de ensino primário, funda-se na união dos estudos à prática e ao trabalho laboral. A realização destes princípios significa a reestruturação radical do sistema de ensino, herdado do colonialismo.

No período do colonialismo, o sistema de ensino estava inserido no mecanismo de exploração e opressão da população angolana. Era muito baixo o nível de instrução elementar (em 1974 apenas 15% da população sabia ler e escrever), como também de baixa qualidade o ensino primário e secundário, a preparação técnico-profissional das pessoas que conseguiam obter qualquer formação, o que era uma consequência do sistema de instrução colonial que se caracterizava pela falta de escolas (especialmente nos meios rurais, onde vivia a maioria da população), pela insuficiência de professores, pela discriminação da população africana no acesso ao ensino, e pelo carácter anticientífico dos programas de ensino.

A introdução em 1962 do sistema de ensino superior em Angola, a série de reformas realizadas pouco antes da Pro-

clamação da Independência nacional, são o resultado, por um lado, da luta armada do Povo, e, por outro lado, enquadram-se perfeitamente na estratégia do neocolonialismo, com a ajuda do qual a Metrópole procurava renovar a fachada do seu edifício imperial. Porém, não se deu uma subida do nível de instrução por aí além.

Por isso, depois de Angola haver conquistado a independência nacional, a liquidação do analfabetismo tornou-se uma das principais tarefas no âmbito do ensino. No País desencadeou-se uma campanha de luta contra esta herança do colonialismo. Para instrução dos adultos organizam-se aulas nas fábricas, nos quartéis, nas cooperativas agrícolas. Em 1980, já se contavam seis as etapas dessa campanha nacional, em resultado da qual 500 mil pessoas aprenderam a ler e a escrever.

O problema da liquidação do analfabetismo está intimamente relacionado com as questões da utilização e estudo das línguas nacionais. Como já se referiu, existem em Angola onze línguas vernáculas, nas quais fala a maioria esmagadora da população angolana. De acordo com as decisões do 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, as línguas nacionais devem ser utilizadas na altura em que a população rural é ensinada a ler e a escrever. Além disso, conjugam-se esforços no sentido de que as línguas vernáculas possam ser utilizadas no ensino primário.

As dificuldades surgidas no estudo e utilização das línguas nacionais estão relacionadas, antes de mais, com o facto de que a maioria delas actualmente não ter escrita. Os alfabetos elaborados para algumas delas por certos investigadores e missionários portugueses essencialmente não são mais do que a transcrição fonética e não têm grande aplicação prática. O Governo da RPA tem orientado os seus esforços no sentido de que se elaborem alfabetos cientificamente argumentados e aplicáveis na prática.

Em Angola foi criado o Instituto Nacional de Línguas. Sob a sua orientação trabalha-se para a criação de alfabetos destinados às línguas sem escrita. Foi já aprovado o alfabeto para a língua cuanhama, a qual falam as populações das províncias de Cuando-Cubange e Cunene, como também os habitantes do norte da Namíbia. No pro-

cesso de elaboração deste alfabeto participaram também representantes da organização dos patriotas da Namíbia: SWAPO. Estão quase a terminar os trabalhos que visavam a criação do alfabeto quimbundo.

A Proclamação da Independência acarretou o aumento brusco do número de alunos no sistema primário e nos primeiros anos de ensino secundário. Assim, em 1977, mais de um milhão de indivíduos andavam no ensino primário, entretanto no sistema secundário frequentavam mais de cem mil (dos quais 80% cabiam aos primeiros anos de formação média). Relativamente a 1973, o número de alunos aumentou para o dobro (eles elevavam-se a 513 mil e 40 mil alunos, respectivamente).

Para uma tão grande quantidade de alunos do ensino primário havia apenas 25 mil professores, dos quais somente 7% tinha habilitações. Mas mesmo este não muito grande número de professores repartia-se pelo País de forma extremamente desigual. Assim, a cada professor na província do Cunene cabiam 94 alunos; na de Huambo cabiam 63; na da Lunda, 49 e em Luanda, 30 alunos.

Actualmente, empreendem-se medidas com vista à introdução do regime de escolaridade obrigatória de oito anos. Foi elaborado o esquema do novo sistema de ensino, que engloba as escolas da pré-primária, as escolas primárias e secundárias (num total de oito anos de aprendizagem), as escolas técnicas, as faculdades preparatórias da Universidade, os estabelecimentos de ensino superior, as escolas especiais para crianças com deficiências físicas e mentais, estabelecimentos de ensino para a instrução e aperfeiçoamento profissional dos adultos, centros de formação de operários qualificados. Foram criadas escolas temporárias para os jovens que não obtiveram formação escolar. Nelas, o ensino está em compatibilidade com o horário de trabalho, quer seja na agricultura, quer seja na indústria.

Dá-se grande atenção à aprendizagem técnico-profissional. De acordo com uma decisão do Ministério da Educação da RPA, estava prevista a abertura de dezassete estabelecimentos de ensino médio especial que formariam quadros para quase todos os sectores da economia nacional.

No sistema de ensino superior verificou-se uma redução

do número de estudantes e de professores relativamente a 1973, o que se deve ao facto de a sua maioria ser constituída pelos representantes da camada de colonos europeus que durante 1974-1975 abandonaram Angola. O único estabelecimento de ensino superior da RPA continua a ser a Universidade Nacional de Angola. Nos últimos anos do período colonial estudavam aqui cerca de 4 mil indivíduos. Porém, o número de estudantes africanos não ia além dos dez por cento. A Universidade engloba sete Faculdades: a de Engenharia, a de Medicina, a de Ciências Naturais, a de Economia, a de Direito, a de Agricultura e a de Letras. As duas últimas faculdades situam-se fora de Luanda (nas cidades de Huambo e Lubango, respectivamente). A composição social dos estudantes não é homogénea: em 1981, a maioria dos que frequentavam os anos mais adiantados era constituída por indivíduos de origem europeia, por representantes das camadas médias e da pequena burguesia; já nos primeiros anos dos cursos, a maioria dos estudantes era constituída por africanos, por uma grande percentagem de filhos de operários, militares, funcionários do aparelho de Estado e do Partido. No ano lectivo de 1978/79 frequentavam a Universidade 1 252 estudantes.

Actualmente, procede-se à reestruturação acelerada do ensino superior. Revêem-se os programas de ensino. Processa-se gradualmente a introdução nas faculdades do ensino obrigatório de determinadas disciplinas de Ciências Sociais. Providencia-se no sentido de superar as desproporções existentes na distribuição dos estudantes por faculdades, assegurando uma maior correspondência entre aquela e os interesses da economia nacional. Por enquanto, este problema ainda não foi completamente resolvido. Assim, por exemplo, na Faculdade de Agricultura, estudavam apenas 50 pessoas, enquanto na de Letras estudam 400. O problema da falta de quadros pedagógicos é solucionado com a vinda de efectivos do estrangeiro e preparação de quadros nacionais.

Para se poder levar a efeito as tarefas apontadas no domínio do ensino torna-se necessário garantir a preparação e o aperfeiçoamento do quadro pedagógico. Para tal, o Governo da RPA apontou uma série de medidas. Co-

meçou-se com uma ampla mobilização de jovens no intuito de aumentar o número de candidatos a professores. Trabalha-se no sentido de criar institutos de formação pedagógica. No País, previa-se para 1980 que deveriam estar preparados uns mil professores, capazes de dar aulas desde a primeira até à oitava classe, inclusive. Os países socialistas não deixam de prestar a sua ajuda, destacando-se a presença de Cuba.

A cooperação mutuamente vantajosa com os países da comunidade socialista desempenha um papel importante no processo de realização das transformações culturais em Angola. Os países socialistas, em especial a União Soviética e Cuba, prestam uma ajuda enorme na resolução dos problemas que se colocam a este novo Estado. No momento presente, praticamente em todos os sectores da economia nacional da RPA trabalham também técnicos especializados da Bulgária, da Hungria, da RDA, da Polónia, da Roménia, da Checoslováquia, da Jugoslávia. Ao intervir no XXVI Congresso do PCUS, José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da RPA, afirmou que, para a RPA, adquire especial significado a cooperação multilateral e mutuamente vantajosa com os países da comunidade socialista. A cooperação corresponde à vontade dos nossos partidos e dos nossos povos, e ela torna-se cada vez mais dinâmica.

As relações políticas e culturais entre Angola e a União Soviética estão a alargar-se constantemente. Elas baseiam-se no Acordo de Amizade e Cooperação entre a URSS e a RPA, assinado em 1976. Nesse mesmo ano, foi assinado um acordo sobre cooperação cultural entre os dois países. Em conformidade com este acordo, foram por várias vezes organizadas na RPA exposições soviéticas que permitiram dar a conhecer aos angolanos as realizações do primeiro Estado socialista. Em Angola são mostrados regularmente filmes soviéticos e nas principais casas de cinema é promovida anualmente a Semana do Cinema Soviético. Também já não é o primeiro ano que funcionam cursos de língua russa no Centro Cultural Soviético. A União Soviética concedeu a cidadãos angolanos uma grande quantidade de bolsas de estudo de forma a que estes possam

A GEOGRAFIA POLÍTICA DE ANGOLA

concluir cursos nos estabelecimentos de ensino superior soviéticos.

Tal como já se referiu, uma tarefa importantíssima que se coloca perante este novo Estado africano constitui a preparação de quadros nacionais. A experiência da URSS e de outros países socialistas, que resolveram os problemas do desenvolvimento do ensino geral e especial num lapso de tempo histórico relativamente curto, são um bom exemplo e uma base para a cooperação com a RPA neste domínio. Com a ajuda da URSS está a ser levada a efeito a preparação dos quadros de professores para as escolas médias e foi criada uma série de centros de formação técnico-profissional e uma escola industrial e pedagógica. Com a colaboração da URSS foram abertos centros de instrução para preparação de operadores de máquinas agrícolas; em todos os centros de formação técnico-profissional, estão a ser dadas aulas de disciplinas de formação geral (Língua Portuguesa, Matemática e Sociologia) a par das disciplinas da especialidade.

A cooperação entre os povos soviético e angolano, que se tornou durante estes anos de independência da RPA um importante factor de desenvolvimento do novo Estado, de ano para ano adquire um carácter cada vez mais diversificado. Ela tem por base o facto de ambos os povos estarem empenhados na luta contra o imperialismo, na luta pelos nobres ideais da paz e do progresso social.

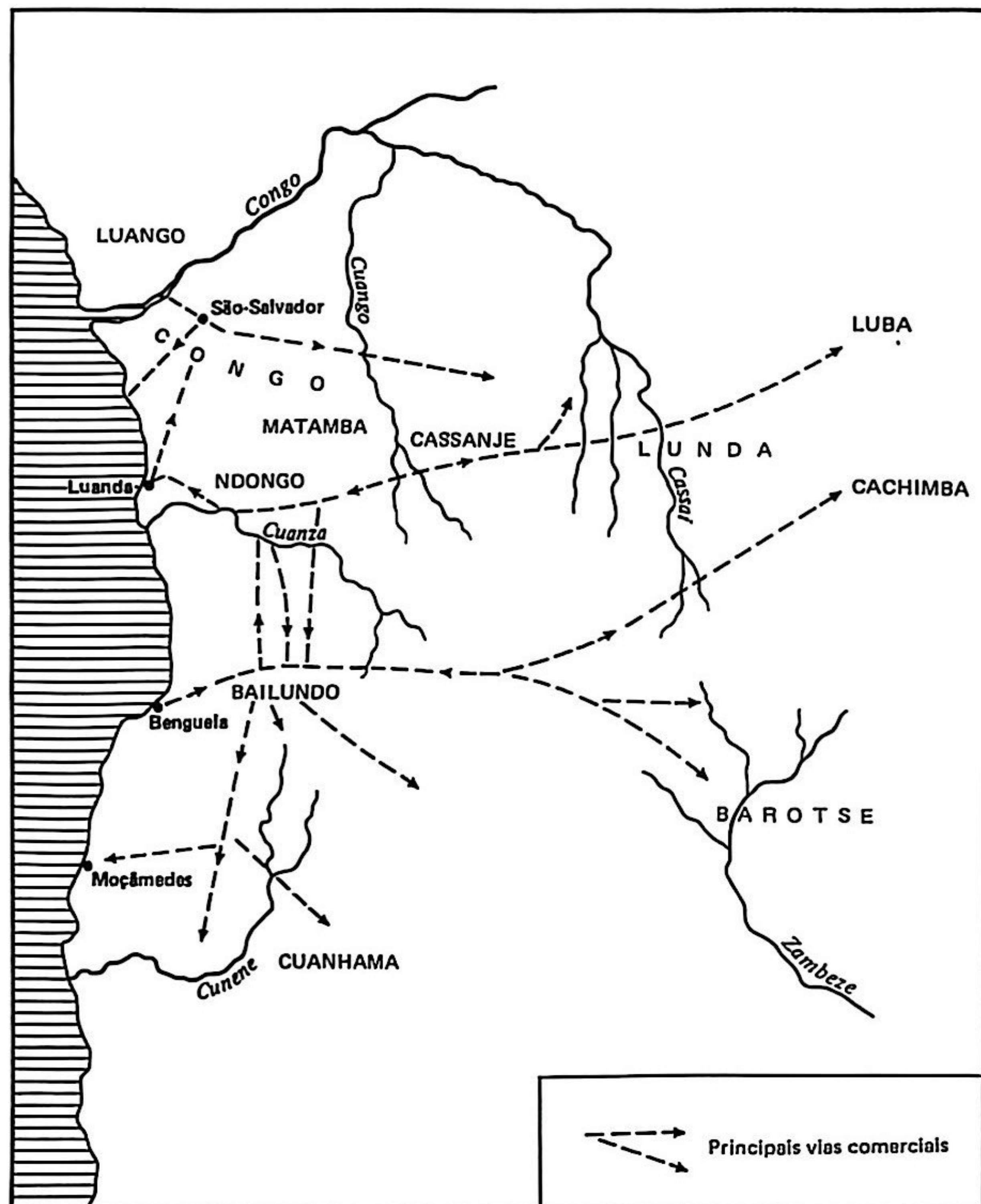
I. A FORMAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO ACTUAL.

Os Estados africanos e as primeiras etapas da colonização portuguesa. Como já se referiu neste volume, os portugueses tiveram o seu primeiro contacto com terras de Angola há cinco séculos atrás. Em 1482 uma frota portuguesa, comandada por Diogo Cão, chega à foz do Congo. Nessa altura, estas terras pertenciam ao grande e poderoso Reino do Congo, que se estendia para norte até ao rio Ogué (Gabão actual), para sul até ao rio Cuanza, e para leste até ao rio Cuango. A sociedade congoleza estava dividida em classes. À cabeça do Reino estava o rei (ou “mani”). O seu poder provinha das guerras. Os escravos constituíam uma classe inferior.

Faziam parte do Reino do Congo seis territórios. Mpemba era a parte centro, de onde provinham os próprios “mani” e onde ficava situada a capital do Reino do M’Banza Congo. Mais para oeste situava-se a província do Soyo com o grande centro comercial de M’Banza Mpinda. A parte mais rica era a de Mbamba, região meridional do Reino. No sudeste ficava a província de Nsundi. Gozavam de relativa autonomia Mbata, reino do leste que se havia voluntariamente aliado, e Mpanzu, que não pagava impostos ao rei (ou Mani-Congo).

Diogo Cão diligenciou no sentido de convencer o rei à união com Portugal. Mal conseguiu obter, em princípio, um acordo, base de tal união, Diogo Cão regressou à pátria.

Em 1491 voltou de novo ao Congo. Desta vez, acompanhava-o um verdadeiro exército de padres católicos, que desencadearam logo uma intensa actividade missionária. Eles lograram converter ao cristianismo uma parte considerável



Principais reinos históricos de Angola

das populações locais, incluindo o próprio Mani-Congo, reforçando assim significativamente as posições dos portugueses no País.

Os colonizadores apostaram no fomento de guerras intestinas no seio dos africanos. Ao mesmo tempo, procuraram por todos os meios mostrar apoio ao seu “único rei fiel” Mani-Congo. Efectivamente, eles chegaram a ajudá-lo

por várias vezes a rechaçar os ataques dos reinos vizinhos. Por outro lado, eles utilizavam as relações de amizade com o Mani-Congo para poderem penetrar mais para o interior da África.

No fim do século XVI os portugueses consideravam as suas posições no Congo de tal maneira estáveis que começaram a portar-se como conquistadores das terras subjugadas. Isso viria a provocar revoltas populares. E o rei, protegido dos colonizadores, que chefiava nessa altura o País, foi deposto. O seu sucessor reduziria substancialmente os direitos dos portugueses e, em fins do século XVII, estes últimos vir-se-iam obrigados a abandonar totalmente o País. O povo do Congo logrou manter a sua independência por longos anos. Só passados dois séculos o Reino do Congo entraria em decadência, não resistindo às investidas dos conquistadores europeus. As suas terras foram repartidas entre a França, Portugal e a Bélgica.

Tendo fracassado no Congo do século XVII, os conquistadores portugueses viraram-se para a região da bacia do rio Cuanza. Aqui situava-se o Reino do Ndongo, que era também grande, mas não tão poderoso. Ngola Quissama, rei do Ndongo, procurou organizar a resistência aos colonizadores portugueses que haviam invadido o seu território. Ele infligiu pesadas derrotas às tropas portuguesas, comandadas por Paulo Dias de Novais. Contudo, ao fim de várias contendas acabou por ser vencido. Alguns reinos africanos, conjuntamente, chegaram a tentar opor-se aos colonizadores. Mas mesmo assim, não conseguiram resistir por muito tempo aos conquistadores bem armados. Em 1671 um dos últimos reis independentes do Ndongo reconheceu o poder dos portugueses.

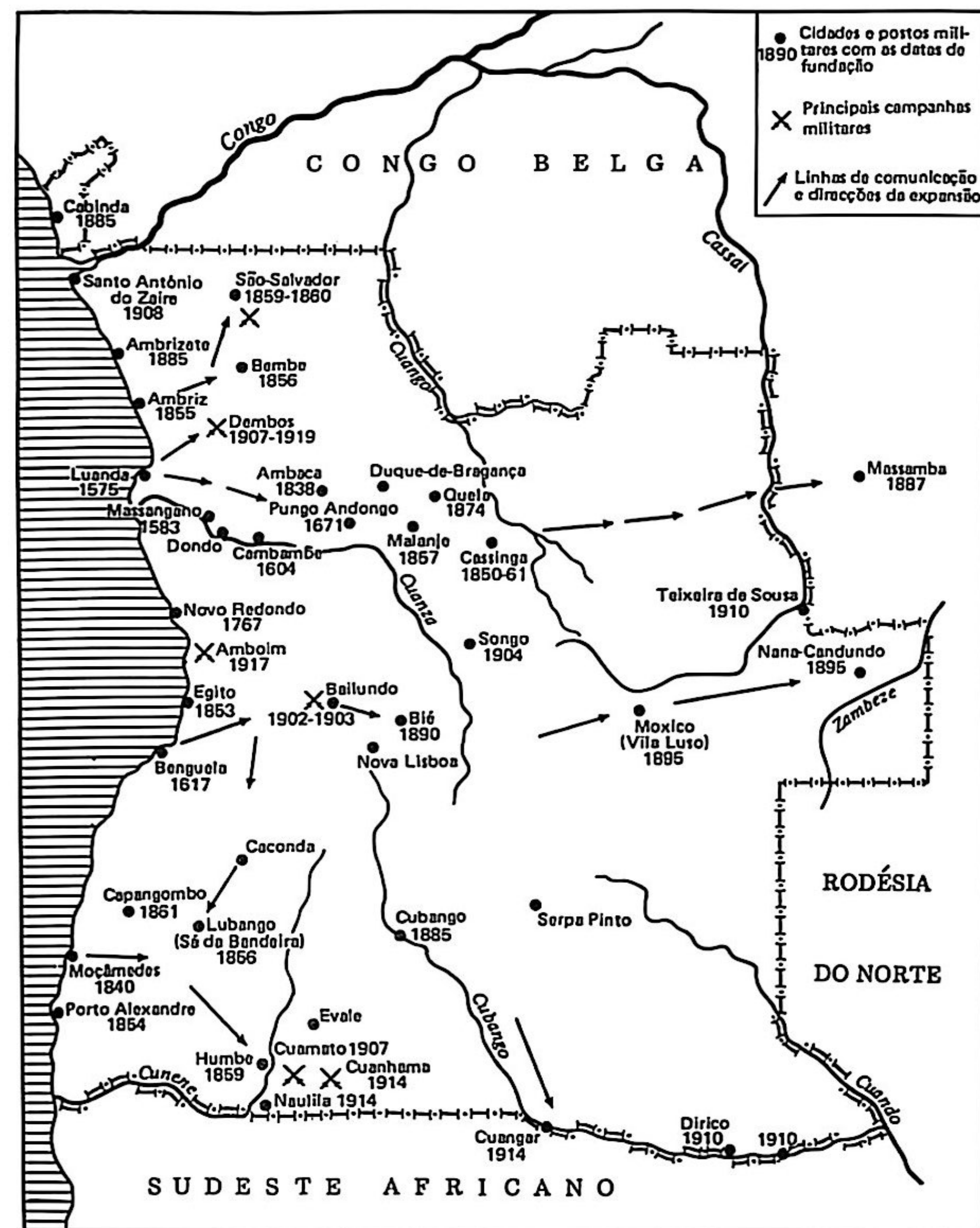
Tendo-se fundado nas margens do Cuanza, os portugueses deram início a novas conquistas. Durante o século XVIII estenderam a sua influência quase a toda a costa de Angola actual, com excepção do extremo norte que fazia parte do Reino do Congo.

Até ao fim das três primeiras décadas do século XIX, os colonizadores viam Angola essencialmente como uma fonte de escravos para as plantações da cana-de-açúcar do Brasil. A procura de escravos, “mercadoria viva”, empur-

rava-os cada vez mais para o interior do Continente Africano, uma vez que os recursos humanos das regiões do litoral haviam sido esgotados durante quase três séculos de brutal “caça ao homem”.

O processo de formação das actuais fronteiras de Angola. Nas últimas três décadas do século XIX, Portugal perdera completamente o seu poderio de tempos idos. Um país atrasado, estrangulado pelas sobrevivências do feudalismo, não podia concorrer em pé de igualdade com as principais potências imperialistas (Inglaterra, França, Alemanha). Manipulando habilmente e jogando com as contradições das grandes potências, Lisboa conseguia aguentar vastas possessões coloniais em África. No entanto, perante ela pairava permanentemente a ameaça de que estas passassem para a posse dum rival mais forte em pilhagem colonial.

O ponto culminante desta luta imperialista pela posse da África deu-se com a Conferência de Berlim realizada em 1884-1885. Precisamente neste período foram também definitivamente fixadas as fronteiras da possessão portuguesa no Sudoeste Africano—as actuais fronteiras de Angola. As pretensões portuguesas ao território africano nesta região abarcavam a zona que ia do litoral, desde o paralelo 5°12', até ao paralelo 18° de latitude sul. Na Conferência de Berlim foi entregue à administração portuguesa a parte da margem esquerda do rio Congo e o enclave de Cabinda. Em conformidade com os acordos de 1885, 1886, 1891 e 1894 as fronteiras de Angola foram estabelecidas dentro dos paralelos 5° e 17° 25' de latitude sul. No período compreendido entre 1885 e 1926 as fronteiras de Angola foram fixadas com precisão nos acordos havidos com a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Bélgica e mais tarde com a União Sul-Africana. Em 1905, tendo o rei da Itália por mediador, Portugal e a Inglaterra regularizaram os seus problemas de fronteira controversos, que diziam respeito à demarcação dos limites de fronteira entre a colónia portuguesa e a Rodésia do Norte. O último problema de fronteiras constituía a fixação dos limites entre o território sob mandato da União Sul-Africana, Sudoeste Africano e Angola. Foi conseguido acordo sobre esta questão em 1926. E é desse tempo a delimitação definitiva das fronteiras de Angola.



A expansão portuguesa em Angola

Angola faz fronteira no momento actual com a República Popular do Congo através da linha divisória das águas dos rios Luema e Lubinda, Lufica e Lubinda e do rio Chioloango. A fronteira com o Zaire segue ao longo do rio Congo, pela recta Nóqui-Cuango, pelos rios Cuango e Casai, pelo rio Luão (Leão), pela linha divisória das águas

do Congo e Zambeze. A fronteira com a Zâmbia passa por vários rios aproximadamente pelo meridiano 24° de longitude este, seguindo pelo paralelo 13° de latitude sul até ao meridiano 22° de longitude este, estendendo-se sobre este até ao rio Cuando. A fronteira com a Namíbia coincide com o curso inferior do rio Cunene até aos rápidos da região da Serra de Cann, e a seguir com a recta que se estende quase até ao rio Cubango, depois pelo rio Cubango até ao Andara, e em seguida nova recta até aos rápidos do Catima no rio Zambeze.

Deste modo, a fronteira actual da República Popular de Angola é o resultado da partilha arbitrária das terras africanas pelas principais potências imperialistas. Estas fronteiras não consideram as particularidades de distribuição dos principais grupos étnicos, passando essencialmente por esta ou aquela linha geográfica. Este fenómeno é característico de toda a África. Com o objectivo de manter a estabilidade no Continente a Organização de Unidade Africana proclamou o princípio da inviolabilidade de fronteiras. A actual fronteira da RPA é oficialmente reconhecida por todos os seus Estados vizinhos. Nem Angola, nem os Estados com quem faz fronteira, têm pretensões territoriais entre si.

2. O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO EM ANGOLA.

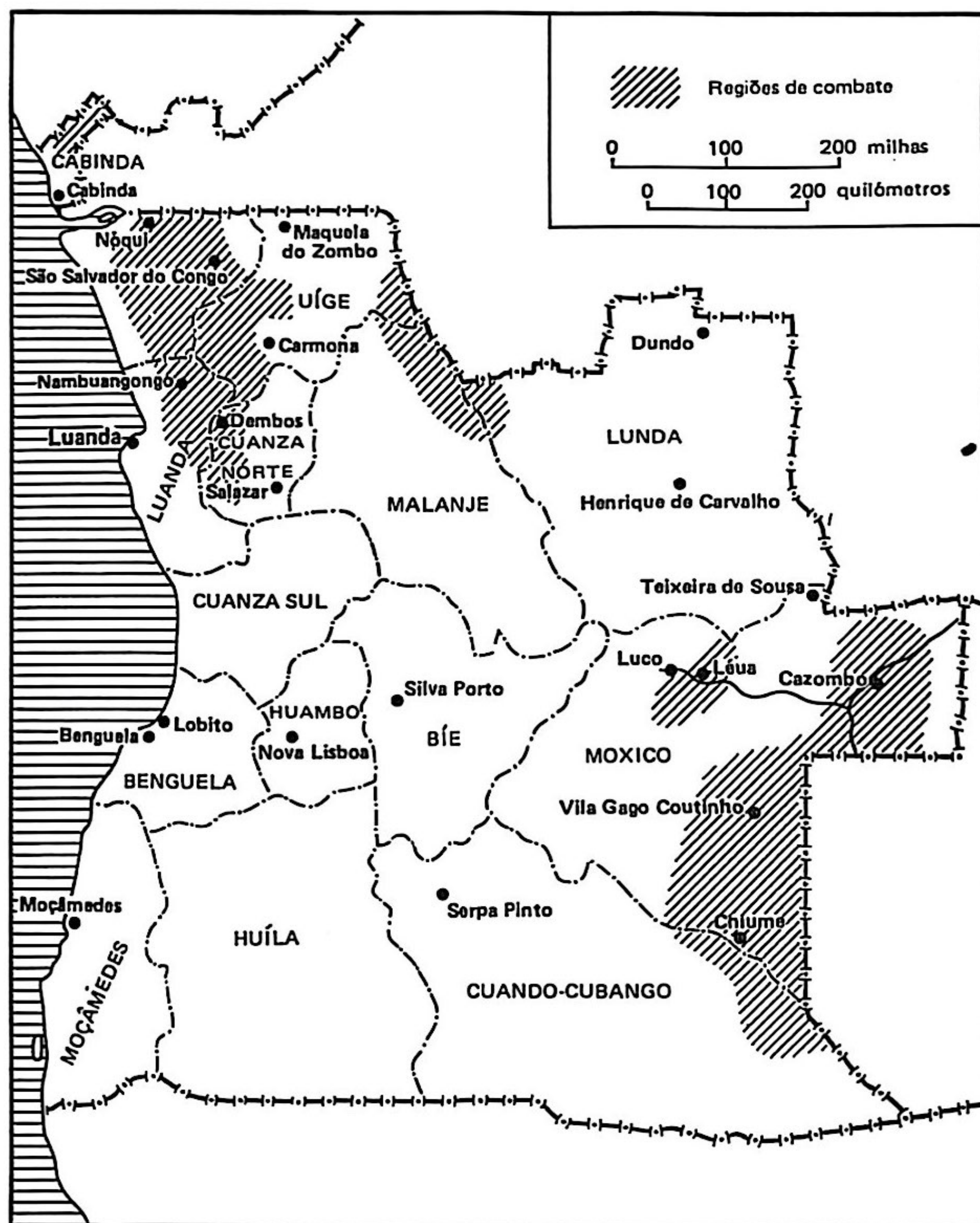
Os portugueses conseguiram estabelecer um controlo eficaz sobre o território angolano só nos fins dos anos 20. Mas mesmo assim, depois de todo o País estar repleto de uma vasta rede de postos de controlo militar, o Povo angolano não deixou de resistir. O terror colonial implicava a necessidade de encontrar formas de luta cada vez mais adequadas. Estas tomavam por vezes a forma de movimentos espontâneos inconscientes. Alguns deles chegaram a estar sob influência da ideologia reaccionária. É o caso concreto do aparecimento de seitas religiosas no seio dos camponeses. Estas seitas secretas desempenharam um determinado papel no processo de desenvolvimento da actividade do Povo angolano contra o colonialismo. Contudo, a sua contribuição positiva para o movimento de libertação nacional

não foi muito grande, uma vez que as suas concepções religiosas travavam o processo de formação de uma efectiva consciência política de massas.

Surgiram formas verdadeiramente novas de protesto social nas cidades, onde nas condições de repressão brutal da administração colonial a actividade política contra esta última era levada a efeito cuidadosamente, de forma encapotada, sob pretexto de que agiam com fins civilizadores. Desempenharam aqui um importante papel os jornais pertencentes aos patriotas angolanos. No entanto, com o estabelecimento do regime fascista em Portugal, estas vias de luta viram-se cerceadas. A fascização do regime colonial implicou de novo a necessidade de encontrar novas formas eficazes de protesto social. Nestas condições começou a formar-se o movimento nacional angolano contemporâneo, um dos primeiros movimentos nacionais a ganhar forma, a organizar-se, no Continente Africano. É evidente que o facto de Portugal não participar na Segunda Guerra Mundial diminuía a acuidade de percepção no seio dos angolanos dos principais acontecimentos que se verificavam no mundo de então. Todavia, tal como em toda a África, o período do pós-guerra deu origem ao dealbar dos movimentos nacionais de tipo novo, encabeçados por organizações políticas de índole partidária.

Contudo, tanto em Angola como nas outras colónias portuguesas, a situação agravava-se por o País se encontrar sob a opressão de um regime colonial fascista. Deve também olhar-se ao facto de que Portugal, um dos países mais atrasados da Europa, não estava à altura de assegurar o desenvolvimento das suas colónias ao menos àquele nível baixo a que a Inglaterra, a França e a Bélgica tinha sido capazes. Por isso, Lisboa apostou no colonialismo colectivo, vendo nele não só um meio de obtenção de lucros adicionais nas suas colónias, como também um importante instrumento de oposição ao movimento de libertação nacional crescente.

Em meados dos anos 50 actuavam em Angola algumas organizações clandestinas que tinham por objectivo a libertação nacional. De entre elas, as principais eram o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA) e



Regiões de operações de guerrilha das forças de libertação nacional contra o domínio colonial português (1966-1974)

o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA). Em 1956, na base da sua fusão foi criado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Tal significava o começo de uma nova etapa na luta contra o colonialismo. Já no Manifesto de 1957 o MPLA proclamava a luta revolucionária como a única forma de libertação de Ango-

la. Ao contrário da FNLA e da UNITA, grupos de carácter estritamente étnico e tribalista, o MPLA procurava unir todos os povos do País numa base anti-imperialista. Importa notar que em Angola existem uns onze povos e mais de cem tribos. Estas duas exigências—acção revolucionária e apoio das massas—tornaram-se determinantes para o movimento, permitiram-lhe obter a vitória na guerra pela independência e subir ao poder.

A segunda etapa da revolução de libertação nacional em Angola teve o seu início na primeira metade dos anos 60. No dia 4 de Fevereiro de 1961 os destacamentos do MPLA começaram a sua luta armada contra os colonizadores. Este foi um período de ascenso do movimento de libertação nacional, a que se seguiu nos fins dos anos 60 uma quebra temporária, cujas razões residiam, por um lado, no insuficiente amadurecimento das condições objectivas para a revolução e na debilidade do factor subjectivo, e por outro lado, nas medidas da administração portuguesa com o intuito de liquidar as manifestações mais odiosas da exploração colonial (abolição do trabalho forçado, do estatuto de "indígena", etc.). O capital estrangeiro passou a ser canalizado em massa para Angola. O Governo Português deu início à colonização acelerada do País através do envio de colonos da Metrópole; eram simultaneamente empreendidas tentativas no sentido de criar uma base social de apoio no seio das populações africanas através da incentivação da iniciativa privada.

No início dos anos 70 operou-se um novo ascenso no movimento nacional de libertação. As suas premissas objectivas estavam relacionadas com uma mais activa participação de Angola na divisão internacional capitalista do trabalho, na aceleração dos ritmos de desenvolvimento económico do País, e como consequência disso, no aumento do peso da classe operária e elevação da consciência desta. Tudo isso permitia estimar favoravelmente as perspectivas de evolução do processo revolucionário em Angola.

A possível explosão revolucionária na maior colónia portuguesa foi entretanto antecipada com o desencadear da revolução na própria Metrópole. Aos 25 de Abril de 1974 caía a ditadura fascista de Caetano em Portugal. Este pe-

riodo corresponde mais ou menos à terceira etapa do movimento revolucionário em Angola. A propósito, reveste-se especial importância a questão de saber qual o papel e significado de "Revolução dos Cravos" em Portugal para os destinos do movimento de libertação nacional nas colónias. Tem aparecido recentemente uma série de artigos de historiadores burgueses que entendem que a Revolução portuguesa foi um factor decisivo que tornou possível a vitória das forças anticoloniais em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau. Neste contexto, não subestimando o significado da Revolução do 25 de Abril em Portugal, é justo assinalar que, apesar da grande influência dos factores de ordem externa, as condições internas foram determinantes no desencadeamento do processo revolucionário em Angola. Além disso, não se deve deixar de entrar em linha de conta com o facto de a própria Revolução portuguesa ter sido em grande parte o resultado do descontentamento das massas populares da Metrópole pela longa guerra colonial que se travava em África.

A terceira etapa abrange o período que decorre desde a queda do fascismo em Portugal até à data da Proclamação da Independência de Angola.

As conversações com Portugal tiveram lugar de 10 a 15 de Janeiro no Algarve. Fora reconhecido o direito do Povo angolano à independência. O MPLA, a UNITA e a FNLA foram nessa altura declarados representantes legítimos do Povo angolano, e Cabinda foi reconhecida como sendo uma parte inalienável do território de Angola. Portugal comprometeu-se a conceder a independência a Angola em 11 de Novembro de 1975. Até essa data a direcção do País fora confiada a um Governo de Transição e a um Alto-Comissário, designado por Portugal.

A concessão da Independência a Angola estava a ser dificultada com a intervenção das forças imperialistas, que tal como dantes, fomentavam a actuação de grupos divisionistas e racistas brancos. Em Luanda, organizações de elementos brancos da extrema-direita (de cariz fascista) desenvolviam afincadamente a sua actividade de sabotagem, contando com o apoio da RAS. Uma delas, a chamada Frente de Resistência Angolana (FRA), declarou abertamen-

te ainda em Agosto de 1974 que tomou o exemplo da OAS que planeia organizar um golpe de Estado. Em Novembro de 1974 os extremistas brancos voltaram a provocar recontros de feição racista em Luanda.

A actividade da UNITA e da FNLA orientada contra o MPLA, contrariando as obrigações assumidas sobre cooperação, representava um grande perigo para Angola. Ambas as organizações preparavam-se abertamente para acções militares, formando bloco com todos os elementos cisionistas e racistas no interior do País e apoiando-se na ajuda da RAS e dos círculos imperialistas. Chegava armamento dos EUA, da França, da RFA e de outros países. Recrutavam-se activamente mercenários brancos. Em Maio de 1975 a situação em Angola foi objecto de análise na Sessão do Conselho da NATO em Bruxelas. No período de Abril a Junho efectuaram-se encontros de Holden Roberto e Jonas Savimbi com representantes dos industriais portugueses, tendo estado também presente o General Spínola, onde foi assumido o compromisso de que as tropas portuguesas não interviriam em caso de acções militares dos cisionistas angolanos contra o MPLA.

A posição do Governo norte-americano em relação ao conflito angolano foi já suficientemente abordada na imprensa. Recorde-se apenas um facto: passados alguns dias após os Acordos de Alvor, assinados a 15 de Janeiro de 1975, onde fora estipulada a transmissão de poderes em Angola a um Governo de Transição com a participação dos representantes do MPLA, da FNLA, da UNITA e do Governo português até à Proclamação da Independência (em 11 de Novembro de 1975), teve lugar uma reunião do "Comité dos 40" (organismo governamental norte-americano que coordena a actividade dos serviços secretos dos EUA). O "Comité" elaborou de facto a linha estratégica do Governo norte-americano em relação ao conflito angolano, que previa já nessa altura a possibilidade de intervenção sul-africana.

Em Julho de 1975, à provocação das forças armadas da FNLA destacamentos do MPLA responderam com a expulsão daquelas de Luanda e de uma série de outras grandes cidades. Holden Roberto retirou os seus re-

presentantes do Governo de Transição e reactivou a luta armada aberta contra o MPLA. Ao mesmo tempo, Jonas Savimbi, em estreita ligação com mercenários e tropas regulares da RAS começou as suas operações de guerrilha contra o MPLA no sul. Em Agosto de 1975 as forças armadas da RAS invadiram Angola no intuito de prestar ajuda aos destacamentos da UNITA em fuga.

A intervenção das tropas regulares do exército da República da África do Sul em Angola a 5 de Agosto de 1975 na região do complexo hidro-eléctrico do Cunene possibilitou aos grupos fantoches escurraçados de todas as grandes cidades e regiões do Centro de Angola manter as suas bases. Nesse mesmo Agosto, com a ajuda de oficiais sul-africanos decidiu-se fazer campos de instrução militar para a FNLA e UNITA no próprio território angolano. No início de Outubro a UNITA sob a orientação de oficiais do exército sul-africano leva a efeito uma operação com vista à ocupação do aeródromo na região da cidade do Huambo, para onde são enviados reforços constituídos por algumas unidades do exército sul-africano que incluíam 22 carros blindados com armamento de artilharia.

Com o apoio dos invasores da RAS, de mercenários brancos provenientes da Europa, a FNLA e a UNITA desencadearam ataques às regiões controladas pelo MPLA. Procuraram conquistar áreas consideráveis do território e fazer frustrar a Proclamação da Independência, prevista para 11 de Novembro de 1975.

Começara uma nova etapa de luta que ficou gravada na História de Angola como sendo a Segunda Guerra pela Independência. Desta vez, o verdadeiro inimigo dos patriotas angolanos já não eram as tropas portuguesas, mas sim os grupos fantoches, os bandos de mercenários armados e as tropas regulares da África do Sul. A situação tornou-se crítica no início de Outubro. Pelo Norte, as forças da FNLA, reforçadas pelo Zaire e bem armadas pelas potências imperialistas, avançavam em direcção a Luanda. A 10 de Novembro estavam à distância de um tiro de canhão da capital. A 8 de Novembro Cabinda era invadida.

Três mil pára-quedistas e fuzileiros navais portugueses que ficavam em Angola até à Proclamação da Independência declararam a sua neutralidade em caso de agressão por parte quer do Zaire, quer da RAS; os acontecimentos do Outono de 1975 em Angola coincidem com a nova escalada de terror da direita em Portugal.

Se a internacionalização do conflito, surgido no decorrer do processo de descolonização de Angola, fora uma consequência da política do “colonialismo colectivo” a que Portugal estava afeito, já a vitória do Povo angolano durante a Segunda Guerra de Libertação Nacional foi em grande medida assegurada com a ajuda “significativa e sem precedentes na África” da União Soviética e de Cuba, como a qualificou Agostinho Neto na sua intervenção no 1.º Congresso do MPLA. A importância desta ajuda para o êxito da causa da Revolução angolana é geralmente reconhecida tanto pelos seus amigos, como pelos seus inimigos.

A primeira ajuda material e os primeiros instrutores cubanos chegaram a Angola no início de Outubro de 1975 a pedido do MPLA, quando as tropas estrangeiras já tinham invadido a RPA. Contudo, nenhuma unidade militar cubana fora enviada para Angola para participar directamente na guerra, nem isso estava previsto.

Fidel Castro ao intervir no Grande Comício realizado em Luanda a 27 de Março de 1977 declarou que, a pedido do MPLA, na segunda metade de Outubro de 1975 tinha sido enviado para Angola algum armamento, bem como oficiais do exército cubano para preparação dos combatentes angolanos.

Há que notar que os instrutores cubanos chegaram a Angola não só a pedido dos dirigentes do MPLA, como também com a autorização do Governo revolucionário português. Em Julho de 1975 esteve em Cuba em visita oficial Otelo Saraiva de Carvalho, um dos dirigentes do Movimento das Forças Armadas de Portugal. Fidel Castro interpelou-o sobre a possibilidade de envio para Angola de um grupo de instrutores militares cubanos para preparar os combatentes do MPLA, ao que obteve uma resposta favorável.

A deslocação de militares e armamento foi levada a efeito em três navios cubanos de transporte: no “Vietname Heróico”, no “Coral Island”, e no “La Plata”. O primeiro chegou a Porto Amboim a 7 e o último chegou a 11 de Outubro de 1975. O grupo de 480 instrutores militares tinha que organizar no espaço de seis meses alguns centros de instrução militar, formar dezasseis batalhões de infantaria e 25 baterias de morteiro e anti-aéreas—esqueleto do futuro exército nacional angolano.

Nas condições duma situação em rápida mutação o Governo cubano viu-se entretanto na necessidade de decidir prestar uma ajuda bastante maior ao MPLA. Assim, quando tropas da RAS apoiadas por tanques e artilharia iam avançando em território angolano a um ritmo de 60-70 km por dia, vindo a acharem-se a mais de 500 km afastadas da fronteira com a Namíbia na zona do Cunene, Cuba decide a 5 de Novembro satisfazer o pedido do MPLA e enviar um batalhão de tropas regulares com armamento antitanque com a finalidade de poder prestar auxílio aos patriotas angolanos na sua resistência à invasão dos racistas sul-africanos. Este foi o primeiro destacamento militar cubano a ser enviado para Angola. À altura da sua chegada ao País, os invasores encontravam-se a 25 km a norte de Luanda, e a sua artilharia pesada atacava os arredores da capital. As tropas sul-africanas já tinham penetrado pelo sul mais de 700 km, desde a fronteira com a Namíbia. Ao mesmo tempo, os combatentes do MPLA e um punhado de instrutores defendiam Cabinda heroicamente.

A 7 de Novembro, uma das colunas militares sul-africanas, que atacavam na frente sul, tomou o porto de Lobito, considerado estrategicamente importante. A 8 de Novembro, as tropas regulares do Zaire conjuntamente com a organização separatista FLEC, retomaram o ataque a Cabinda, mas foram repelidas. A 10 de Novembro, unidades da FNLA, mercenários portugueses e batalhões do Zaire ocuparam posições no rio Bengo, na região da localidade de Quifandongo. E precisamente aqui eles foram rechaçados por combatentes do batalhão de tropas especiais cubanas que tinha chegado a Luanda um dia an-

tes. A vitória de Quifandongo foi o primeiro grande êxito logrado com os esforços conjugados dos patriotas angolanos e dos voluntários internacionalistas cubanos.

A deslocação do batalhão cubano, chegado a Luanda a 7 de Novembro, operou-se quatro dias antes da Proclamação da Independência de Angola, quando todas as posições estratégicas de Luanda, incluindo o aeroporto, onde aterraram os aviões cubanos, estavam sob controlo do exército português. A autorização para a aterragem dos aviões cubanos com voluntários e armamento a bordo fora concedida pelo Comandante Militar português do aeroporto.

Comandou a operação o General Abelardo Colome Ibarra, vice-ministro da Defesa de Cuba, eleito posteriormente, em 1980, no 2.º Congresso do Partido Comunista de Cuba, membro suplente do Bureau Político. Contudo, foi o Coronel Raul Diaz Arguelles, que durante anos chefiara o grupo de instrutores cubanos na Guiné-Bissau, quem comandou o Corpo de tropas cubanas em Angola. A 11 de Dezembro de 1975, o coronel tombava durante os recontros sangrentos na região de Quibala, vindo a ser postumamente promovido à patente de General de Brigada.

Após o desbaratamento do grupo de choque de invasores e mercenários na frente norte, a situação mantinha-se tensa na frente sul, onde actuavam propriamente tropas sul-africanas. Durante os meses de Novembro e Dezembro de 1975 deram-se as batalhas mais sangrentas da Segunda Guerra de Libertação Nacional em Angola na seta Porto Amboim-Gabela-Quibala. Ao suster aí a marcha às tropas sul-africanas, extenuando-as em duros combates de defesa, a 26 de Dezembro as tropas cubanas passaram à ofensiva na região de Quibala, desbaratando e destroçando o grupo sul-africano que ameaçava Luanda pelo sudeste. A batalha travada na região de Quibala significou um *volte-face* na Guerra de Libertação Nacional em Angola, e, a partir desse momento, os patriotas conseguiram aguentar com firmeza a iniciativa estratégica até ao fim das acções militares no início de 1976.

De realçar o papel relevante que o auxílio dos países

socialistas teve no processo que visava pôr fim à agressão estrangeira contra o novo Estado. A 27 de Março os últimos invasores deixaram Angola.

Devido ao auxílio prestado pelos países socialistas a Angola, o Ocidente desencadeou uma campanha de propaganda provocatória contra a URSS e Cuba. Dando a devida resposta aos iniciadores desta campanha, o jornal *Pravda* a 1 de Fevereiro de 1976 assinalava: "É do conhecimento geral que a União Soviética não tem em Angola quaisquer interesses de carácter económico ou estratégico. Nenhum cidadão soviético combate de armas na mão em terras de Angola. Ao acusar o nosso País da prática do "expansionismo", Henry Kissinger declara que esta se verifica onde, diga-se, nem a URSS, nem Cuba, têm quaisquer "interesses históricos". No que se refere ao "expansionismo", isso não corresponde à verdade. Mas se se for a falar de interesses históricos, então estes devem ser entendidos não no sentido que lhes pretende atribuir o secretário de Estado norte-americano, mas sim no seu verdadeiro sentido, isto é, no total e consequente auxílio prestado pela União Soviética à luta dos povos pela liberdade e independência".

Fidel Castro, Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba, sublinhou que a decisão do seu País de enviar militares para Angola é da exclusiva responsabilidade de Cuba. Assinalou ainda que a URSS, que sempre havia ajudado os povos das colónias portuguesas na sua luta pela independência, prestou também a Angola, que se tornara vítima da agressão, uma ajuda substancial em material de guerra e contribuiu para o êxito dos esforços das partes, quando o imperialismo praticamente havia barrado todas as vias aéreas de acesso a África. Contudo, nunca solicitara o envio de um cubano sequer para Angola, manifestando um respeito especial e delicadeza nas suas relações com Cuba. Uma decisão dessa natureza só poderia ser tomada pelo nosso próprio partido, afirmou Fidel Castro.

Os destacamentos de tropas cubanas foram enviados para Angola a pedido do seu Governo legítimo, representante da vontade do seu Povo, para auxiliar a opor

resistência à agressão das tropas regulares do regime racista da África do Sul. Na Resolução Especial do Conselho de Segurança da ONU de 31 de Março de 1976, aprovada por ocasião do debate da questão sobre a agressão a Angola perpetrada pela RAS, foi reafirmado o direito legítimo e inalienável de cada Estado de solicitar ajuda junto de um outro Estado ou grupo de Estados quando a sua soberania está em causa. O Conselho condenou a agressão da RAS e exigiu a indemnização pelos danos causados pela guerra ao Povo de Angola. Esta exigência do Conselho de Segurança até hoje ainda não foi cumprida.

Em conformidade com o pedido do Governo da RPA, o contingente das forças armadas da República de Cuba mantém-se actualmente em território angolano. Estas tropas, tal como foi realçado por várias vezes pelos dirigentes de Cuba e de Angola, vão manter-se em território angolano em número necessário, enquanto este novo Estado africano não estiver à altura de fazer frente a qualquer ameaça do exterior. Por outro lado, há que salientar que o auxílio cubano a Angola não se cinge apenas ao domínio militar; ele enquadra-se em toda uma vasta área de cooperação bilateral, abarcando também a economia, a política e a cultura.

A presença dos militares cubanos em Angola continua a ser necessária ainda hoje. Continuam sem cessar os actos de agressão dos racistas sul-africanos que fazem ataques aéreos e bombardeiam objectivos, fazem fogo com artilharia de longo alcance desde a Namíbia ocupada, mandam grupos de sabotagem e pára-quedistas, levam a cabo invasões com as suas tropas regulares.

A presença dos militares cubanos no território de Angola a pedido do Governo legítimo deste Estado soberano constitui um importante factor de estabilização que contribui para a consolidação da independência e integridade territorial da RPA, como também contribui para o processo que visava pôr fim aos actos de agressão dos racistas sul-africanos contra a África livre.

3. A EVOLUÇÃO DE ANGOLA INDEPENDENTE

A 11 de Novembro de 1975 era proclamada a independência da República Popular de Angola. Este jovem Estado comemorou aquela data nas condições difíceis da guerra. Contudo, já desde os primeiros dias da existência da nova Angola democrática e independente o Governo levou a cabo uma série de medidas importantíssimas que testemunham a inabalável opção da nova direcção de realizar transformações socioeconómicas radicais. A terra passou a ser propriedade do Estado. Começou a formar-se o sector estatal da economia. O processo de democratização da actividade social passou a operar-se de forma acelerada. Melhorou a situação das amplas massas trabalhadoras.

Em Outubro de 1976 realizou-se em Luanda o 3.º Plenário do CC do MPLA que traçou como principal orientação a criação das bases do socialismo na RPA. Este plenário tornou pública a convocação para 1977 do 1.º Congresso com o fim de instituir o Movimento Popular de Libertação de Angola como Partido de vanguarda.

Um marco importante na História do País tornou-se o ano de 1977—ano do 1.º Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)—onde foi feito o balanço da longa luta anticolonial e experiência organizativa na direcção de Angola, foram enunciadas as perspectivas do processo revolucionário.

O saudoso camarada Agostinho Neto, então Presidente do MPLA e da RPA, sublinhou na sua intervenção que a evolução dos acontecimentos confirma permanentemente que só o socialismo científico é capaz de dar uma resposta correcta aos problemas complexos dos nossos dias e do progresso de toda a Humanidade. Assinalou ainda que não pode haver um socialismo africano ou europeu, um socialismo para os países desenvolvidos e outro para os países em vias de desenvolvimento, que há só um—o socialismo científico—, que se tornou uma realidade numa grande parte do Globo; todos os outros modelos de socialismo têm mostrado a sua total inconsis-

tência, a sua incapacidade em libertar as massas populares da exploração e da opressão. Temos a intenção—afirmou o camarada Agostinho Neto—de pôr em prática a doutrina genial do marxismo-leninismo, partindo das condições concretas de luta de classes em Angola.

O Congresso constatou que o MPLA havia cumprido a sua missão como movimento popular em luta pela libertação do País do colonialismo e interessado em atrair às suas fileiras, para tal fim, as mais amplas camadas da população.

Hoje, quando se lançam as bases materiais para a construção da nova sociedade, tornou-se imperiosa a existência de um partido de vanguarda, criado em conformidade com os princípios marxistas-leninistas, capaz de dirigir as classes revolucionárias e unir os representantes dos operários, camponeses, intelectuais revolucionários, de todos aqueles que são fiéis à causa do proletariado.

Os delegados ao 1.º Congresso decidiram transformar o Movimento em Partido de vanguarda, o qual passaria a chamar-se MPLA-Partido do Trabalho, aprovaram o seu Programa e Estatutos.

Segundo os Estatutos, pode ser membro do Partido todo o angolano que viva exclusivamente do seu trabalho, aceite o Programa e os Estatutos, lute pela sua concretização e milite numa das suas organizações de base.

No Programa estão consagradas as principais tarefas da etapa actual da Revolução angolana. Nesta etapa a classe operária em união com o campesinato e intelectuais revolucionários levará a cabo a ditadura democrática e revolucionária, orientada contra a reacção interna e externa, criando condições para o estabelecimento da ditadura do proletariado na etapa da construção do socialismo.

A criação do partido de vanguarda da classe operária constitui um processo longo e complexo, que num País novo, em vias de desenvolvimento, como este, é dificultada pela existência de um baixo nível das forças produtivas, de um analfabetismo massivo (à data da Independência não sabia ler nem escrever 90% da população angolana), herdado do tempo colonial, e de um pro-

letariado pouco numeroso. Nestas condições, a concretização coerente do rumo escolhido, o equacionamento profundo e multilateral dos factores objectivos e subjectivos e a avaliação correcta da estrutura de classes da sociedade constituem uma garantia para o avanço com êxito pela via traçada no Congresso.

O campesinato, camada bastante heterogénea da população, é o grupo social mais numeroso em Angola. Mais de um terço dos camponeses mantém-se na esfera da economia natural. Ao mesmo tempo é bastante grande a camada proletarizada de camponeses, calculando-se que existam aproximadamente 200 mil operários agrícolas assalariados. Porém cerca de 75% deles ainda conserva em sua posse lotes não muito grandes de terra, cuja produção, entretanto, não chega para a sua alimentação. Tanto na cidade como no campo existem grupos consideráveis de pequenos produtores que apoiam em massa as transformações levadas a cabo no País.

De realçar o papel relevante que cabe à classe operária na construção de uma Angola nova. A classe operária surgiu muito recentemente, durante as duas últimas décadas precisamente, e contavam-se à data da Independência cem mil efectivos. Quase metade do proletariado das fábricas estava concentrada na região de Luanda. Os maiores contingentes de operários estão empregados nas unidades de produção da indústria têxtil SATEC e SIGA, com 850 e 400 efectivos respectivamente, na fábrica de refinação do petróleo PETRANGOL, com 500 efectivos, nas empresas metalúrgicas FATA, com 400 efectivos. As regiões de Huambo, Lobito-Benguela, Ganda, constituem centros industriais de elevada concentração territorial do proletariado.

A classe operária, tal como todos os trabalhadores de Angola, está interessada no desenvolvimento do País pela via de orientação socialista—a única que assegura a superação num lapso de tempo histórico relativamente curto do atraso económico e social e de outras consequências negativas do colonialismo.

O balanço do desenvolvimento independente da República Popular de Angola no primeiro quinquénio foi feito

no 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho, realizado em Dezembro de 1980. Os delegados a este importante fórum aprovaram a actividade do Partido no domínio económico, ideológico e militar, bem como a sua política externa. O Congresso constatou que durante estes anos de Independência se operaram transformações importantes na vida do País. Afirmou-se que o socialismo foi e continua a ser o principal objectivo estratégico da Revolução angolana. O Congresso confirmou o crescimento do papel dirigente do MPLA-Partido do Trabalho na actividade do Estado e na vida da sociedade angolana. O Congresso apontou para a necessidade do fortalecimento contínuo do papel dirigente do Partido, da criação, no futuro, da sociedade socialista e educação do homem novo.

O Congresso deu uma grande atenção à situação económica no País, traçando as tarefas para o arranque e desenvolvimento da economia nacional. No congresso foram ratificadas as *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o Período de 1981-1985*. Este documento procura manter no foco das atenções dos trabalhadores angolanos as questões relativas à solução de duas tarefas fundamentais: a consolidação da independência económica e o avanço seguro do País rumo ao socialismo.

Os monopólios internacionais não estão dispostos a conformar-se com a perda da possibilidade de continuarem a explorar um País tão rico. As forças da reacção vêem também neste novo Estado um factor de peso que contribui para a luta contra o racismo e o apartheid na África Austral. E precisamente por isso, o imperialismo não deixa de procurar intimidar Angola, pretendendo obrigá-la a desviar-se da via progressista de desenvolvimento escolhida.

Na fronteira sul de Angola, nas areias da Namíbia, encontram-se em estado de alerta tropas de choque do exército sul-africano. Não cessam as provocações armadas e os actos de agressão directa.

A fim de justificar os seus actos de agressão contra a República Popular de Angola os racistas da Áfri-

ca do Sul servem-se do pretexto inventado de que “perseguem” os guerrilheiros da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) que se escondem em território angolano.

Desde 19 de Janeiro de 1976, data em que os Altos-Comandos da África do Sul emitiram uma ordem ao seu corpo expedicionário em Angola para que recuassem até ao território da Namíbia, as tropas de Pretória têm violado frequentemente a fronteira e provocado recontros armados com destacamentos das FAPLA's.

Assim, em Outubro de 1977 soldados sul-africanos levaram a cabo a sua primeira “operação de perseguição” no Sul de Angola. A África do Sul afirmou que em resultado de três dias de duras escaramuças as suas tropas haviam eliminado 61 guerrilheiros da SWAPO e perdido apenas 6 homens.

Em Maio de 1978 as tropas de Pretória levaram a cabo uma grande operação com a participação de pára-quedistas em território angolano, atacando a cidade mineira de Cassinga; onde se situava um campo de refugiados da Namíbia. Este foi completamente destruído pelos pára-quedistas da RAS com a ajuda de bombardeiros de caça. Calcula-se que nesta operação tenham sido mortos 600 refugiados.

Em 1979, em Março, as tropas da RAS empreenderam três grandes operações fora do território da Namíbia: duas em território de Angola e uma em território da Zâmbia.

Uma outra grande operação foi levada a cabo em Junho de 1980. Esta operação, ou melhor, invasão, denominada “Smoke-shell” foi empreendida sob pretexto de liquidar os centros de comando da SWAPO no leste e no nordeste da parte sul da província do Cunene. Aquela foi seguida da operação “Sceptic” que durou cerca de três semanas. No decurso desta última operação as tropas sul-africanas tiveram de travar lutas renhidas com os guerrilheiros da SWAPO. Passado um mês os comandos da África do Sul atacaram a pequena cidade de Chitido, situada ao lado da represa nas cataratas do Ruacan, matando cerca de 30 refugiados.

Em 1981 foram levadas a cabo algumas “operações de perseguição” não muito grandes em território angolano até que em Agosto teve início a vasta ofensiva das forças sul-africanas.

A nova agressão tornou-se a maior acção militar da RAS contra Angola desde a grande derrota sofrida por Pretória em 1976.

O grupo de choque, que se estendia por este jovem Estado adentro, compunha-se de quatro brigadas de infantaria motorizada e formações de mercenários. Para além do material de guerra em posse destas tropas, seriam mandados ainda como reforços 50 aviões de combate, 30 helicópteros e 300 veículos blindados munidos de metralhadoras. Estas forças foram instaladas no norte da Namíbia, como também na área ocupada pelos racistas na província angolana do Cunene.

A propaganda da RAS, como já tem acontecido por mais duma vez aquando das agressões levadas a cabo, procura fazer a impressão de que o actual agravamento da situação na África Austral é provocado pela “obstinação” de Angola na questão da Namíbia. A Angola exige “relacionar” o êxito da independência da Namíbia com a saída das tropas cubanas que se encontram em Angola, conforme o acordo existente entre os Governos destes dois países.

Na declaração conjunta dos Governos de Angola e Cuba assinalava-se a este propósito que, passado um mês logo após a expulsão de Angola das tropas da África do Sul, a 22 de Abril de 1976 os dois Governos tomaram a decisão de reduzir gradualmente aquelas forças. Em menos de um ano o contingente militar cubano foi reduzido em mais de um terço. A sua ulterior redução foi contudo interrompida devido ao facto de terem surgido ameaças de novo.

Em meados de 1979 os Governos de Angola e Cuba voltaram a celebrar um acordo tendo em vista o recomeço da retirada das tropas cubanas. No entanto, em Setembro de 1979 o exército da RAS voltou a levar a cabo uma agressão nas províncias do Cunene e Huíla.

Em Agosto de 1981 a África do Sul realizou uma

agressão em grande escala, no decurso da qual enormes contingentes de tropas regulares do regime de Pretória apoiadas por artilharia, tanques e aviões invadiram a província do Cunene e no espaço de algumas semanas ocuparam uma série de regiões. Apesar da condenação deste acto criminoso pela comunidade internacional, o que encontrou a sua expressão na Resolução do Conselho de Segurança da ONU à qual os EUA tiveram de fazer uso do seu direito de veto, o exército da África do Sul continua a ocupar determinadas regiões das províncias do Cunene e Cuando-Cubango. As agressões massivas tiveram lugar em Agosto de 1982 e Dezembro de 1983.

Ao fazer crer que a presença das tropas cubanas em Angola constitui uma ameaça para a Namíbia, o regime de Pretória procura desviar da ordem do dia a questão de fundo, a qual consiste em pôr termo à ocupação deste País pelas suas forças armadas. O regime do apartheid tem a intenção de impingir uma solução para o problema da Namíbia tal que possibilite, mesmo que a independência deste país seja formalmente proclamada, manter lá intocáveis as posições estratégico-militares e económicas da África do Sul e das potências ocidentais.

É precisamente com este objectivo que se exerce pressão sobre Angola por todos os meios, incluindo acções militares e de sabotagem. As acções militaristas da África do Sul como declarou José Eduardo dos Santos, Presidente da RPA—são acompanhadas da actividade ininterrupta de grupos fantoches anti-angolanos sustentados pelos racistas.

Os EUA e a RAS servem-se cada vez mais dos bandos de contra-revolucionários como instrumento de agressão, os quais têm na Namíbia o seu quartel-general, campos de instrução, arsenais do equipamento militar e centros de transmissões.

O imperialismo presta uma ajuda intensa aos elementos reaccionários que actuam no interior de Angola. Assim, ele aposta numa das organizações fantoches que tinha sido derrotada, mas não totalmente liquidada, na UNITA, que procura através do terror e da subversão perturbar a vida pacífica do País e instigar a hostilidade no seio

das diferentes etnias. A actividade da UNITA é apregoada por determinados círculos da imprensa ocidental, os quais procuram fazer passar os bandos de terroristas por “oposição autêntica” ao Governo do MPLA, oposição essa que “goza duma certa influência numa parte considerável do território angolano”.

Mas na realidade a UNITA apresenta-se mais activa nas regiões que fazem fronteira com a Namíbia ocupada pela RAS. Ela recebe da África do Sul munições, equipamento militar, mantimentos, como também os seus membros são aí treinados. As classes e camadas da sociedade angolana afectadas pela Revolução, tais como grandes agricultores, açambarcadores, usurários, burguesia local, ligada ao capital estrangeiro, não escondem a sua simpatia para com aquela organização. A longa propaganda visando o ódio entre as tribos desencadeada pela UNITA dificulta o trabalho dos militantes do MPLA-Partido do Trabalho em certas regiões do País, cujas populações ainda hoje são alvo do terror dos bandidos comandados por Savimbi.

É difícil afirmar com precisão quando foi que Savimbi entrou pela primeira vez em contacto com a CIA. Contudo, segundo o relatório da Comissão para assuntos dos serviços de espionagem da Câmara dos Congressistas dos EUA, a UNITA começou a obter ajuda norte-americana a partir de meio do Verão de 1974. Na sua totalidade o auxílio dos EUA à UNITA e à FNLA já atingia em 1976 o montante de 60 milhões de dólares.

A guerra civil em Angola, em cujo desencadeamento Savimbi não deixou de desempenhar um papel misérrimo, teve o seu início em Julho de 1975, isto é, quando ele já se encontrava a soldo dos EUA.

Na Primavera de 1975, quando em Luanda ao lado dos destacamentos do MPLA também se encontravam as forças da FNLA e UNITA, Holden Roberto e Jonas Savimbi começaram a sabotar a actividade do Governo de Transição, passando depois a vias de facto, isto é, a acções militares abertas contra o MPLA e população civil de Luanda, que apoiava o MPLA.

Savimbi empreendeu ao mesmo tempo uma série de

acções visando a aproximação com a África do Sul. No Outono de 1975 foi assinado o terceiro, e último, cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA. Neste processo viria contudo a intrometer-se a CIA que fez compreender a Savimbi que os EUA suspenderiam a concessão de meios dos fundos secretos, caso o acordo não fosse rompido. Ao fim e ao cabo a UNITA fez a sua opção e obteve o auxílio da CIA, como também fez a aliança com os sul-africanos.

A 21 de Setembro Savimbi teve um encontro com o Comandante-em-Chefe das forças da África do Sul na Namíbia, o qual concordou com a cedência à UNITA de instrutores militares. Quando o exército da RAS em Outubro de 1975 deu início à grande invasão de Angola, os soldados da UNITA aliaram-se às tropas racistas. Esta operação, denominada Cobra-75, foi empreendida com o objectivo de liquidar o Governo do MPLA e entregar o poder às organizações contra-revolucionárias fantoches UNITA e FNLA.

Em Março de 1976 as tropas da RAS e da UNITA foram destroçadas nos arredores de Luanda e as unidades que conseguiram escapar recuaram a toda a pressa em direcção à Namíbia. O dirigente da UNITA e uma parte das suas tropas fugiram juntamente com aquelas para a Namíbia, de onde mais tarde viriam a ajudar os sul-africanos a realizar incursões contra Angola. Alguns destacamentos da UNITA esconderam-se nas serras e matas das províncias de Huambo e Bié. Depois das tentativas frustradas da África do Sul e da UNITA de conquistar Luanda a organização de Savimbi continuava a receber da RAS auxílio em material de guerra, e em instrução de efectivos militares.

Savimbi, os seus aliados e a imprensa ocidental afirmam que a UNITA presentemente "controla de um terço a metade do território de Angola" e "conseguiu" o amplo apoio das populações nestas regiões. Testemunhas oculares, que estiveram em Angola, dizem que estas declarações são absurdas. O facto de em meados de 1980 milhares de camponeses esfomeados e enfermos, fartos dos apelos da UNITA terem descido das montanhas, abando-

nado o mato e terem declarado estarem prontos a ajudar o Governo do MPLA, demonstra o fiasco definitivo de todas as pretensões de Savimbi para atrair a si as massas.

Segundo fontes dos serviços secretos ocidentais e norte-americanos, "a UNITA praticamente não goza do apoio de nenhum grupo étnico da população, a não ser dos Ovimbundos". E embora esta etnia represente um terço da população do País, estas mesmas fontes reconhecem que a maioria dos Ovimbundos vivem nas regiões onde se afirmou o controlo administrativo do MPLA e que milhares de representantes dos Ovimbundos lutam contra a UNITA, servindo no exército e nas milícias do MPLA.

A UNITA actualmente não é mais do que um dos bandos pouco numerosos e isolados, que se escondem nas serras e nos bosques e de tempos em tempos realizam incursões às aldeias indefesas.

Os Estados Unidos da América enviaram em serviço 14 peritos militares para contactar com a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA). Estes deveriam recolher informações de forma a poderem avaliar a ajuda necessária a prestar à UNITA, tanto mais que a autorização para fazê-lo já tinha sido conseguida.

No encontro realizado em Julho de 1981 em Washington com a delegação da UNITA o então secretário de Estado dos EUA Alexander Haig propôs o fornecimento a este grupo de grandes quantidades de armamento antitanque, mísseis antiaéreos, como também alguns conselheiros militares. Aquela delegação, composta de seis elementos, era chefiada por Miguel N'Zau Puna, Comandante das forças da UNITA. No início de Dezembro, Haig recebeu também Jonas Savimbi, líder da UNITA.

Actualmente estão concentrados nas fronteiras do norte mais de dois mil rebeldes angolanos prontos a desenvolver actividades subversivas contra Angola. Assim, eles actuam com o manifesto conhecimento e apoio dos EUA, estando apenas à espera do sinal da administração norte-americana para que entre em acção mais esta frente de luta contra o Governo de Luanda. Dirige estas forças, cujo sustentáculo se compõe de mercenários, o chamado

Conselho Militar de Resistência (COMIRA). Esta organização formou ao longo da fronteira sul do Zaire com Angola 15 campos para instrução de rebeldes, instrução essa que é feita por militares norte-americanos, israelitas, egípcios e belgas. O governo de Reagan pôs à disposição do COMIRA aviões "DC-3", nos quais é transportado material de guerra para as pistas secretas de aterragem construídas em território angolano com a colaboração de militares norte-americanos e mercenários europeus. Em Setembro de 1981 foram deslocados de Libreville (capital do Gabão) para o Zaire 120 mercenários israelitas, alemães ocidentais e outros.

O COMIRA estabelece uma cooperação estreita com o grupo UNITA de Jonas Savimbi. Os EUA, por sua vez, apostam sobretudo na coordenação das acções de toda a contra-revolução angolana, cuja direcção está a cargo de Savimbi. Os EUA apoiam os bandos armados anti-angolanos que são parte constitutiva do grupo contra-revolucionário COMIRA, criado em Agosto de 1980 por Washington a partir de membros dos destacamentos da FNLA que tinham escapado à morte em recontros anteriores, sendo de realçar a participação activa do fantoche norte-americano Savimbi no processo de criação do grupo, fantoche esse a quem foi prometida pelos EUA a liderança da contra-revolução angolana.

É bastante difícil avaliar com precisão as forças actuais da FNLA, uma vez que os próprios rebeldes têm tendência para exagerar nos números. Em tempos a FNLA recebia bastante apoio dos EUA, mas em 1978 este grupo ficou quase completamente isolado depois de ter deixado de possuir a sua base no Zaire. Depois da consolidação do poder popular em Angola o Governo do Zaire assinou com o da RPA um acordo, segundo o qual o Zaire proibia a actividade da FNLA no seu território.

Os mercenários do imperialismo encontram pela frente a resistência organizada das FAPLA. Foi criado no País a Organização de Defesa Popular Generalizada que prevê a mobilização de todos os recursos materiais e humanos para salvaguarda das conquistas revolucionárias. Graças à política consequente do MPLA-Partido do Trabalho

os habitantes mesmo das regiões mais afastadas começam a compreender cada vez melhor que o Governo actua no interesse dos trabalhadores independentemente das etnias a que pertençam.

Na sua luta o Povo angolano baseia-se na solidariedade e ajuda dos países da comunidade socialista e das forças progressistas de todo o mundo. Fracassaram as tentativas do imperialismo de impedir o reconhecimento internacional da República Popular de Angola. São mais de cem os Estados que já reconheceram oficialmente a RPA. Em Luanda existe mais de meia centena de representações diplomáticas. Este novo Estado é membro da ONU, da OUA e de outros organismos internacionais, participa activamente no Movimento dos Não-Alinhados. Luanda tornou-se local de realização de uma série de fóruns internacionais tais como a Conferência de Solidariedade com os Povos da África Austral, a Conferência Sindical Pan-Africana, as cimeiras dos Chefes dos Estados da Linha da Frente e as sessões do Comité de Libertação da OUA.

A política externa da RPA fundamenta-se em 15 princípios formulados no 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho:

a) Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países na base do respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial, da não agressão e não ingerência nos assuntos internos, da igualdade, do respeito pelos interesses mútuos e da coexistência pacífica entre os Estados com diferentes sistemas sociais.

b) Observância dos princípios enunciados nas Cartas da ONU e OUA.

c) Defesa da independência política e do rumo socialista.

d) Política de não-alinhamento com os blocos militares existentes no mundo. A intensificação do carácter anticolonial e anti-imperialista, a luta pela paz, liberdade e independência dos povos e pelo progresso social constituem a base da sua actividade no âmbito do movimento de não-alinhamento.

e) Recusa de todos os compromissos assumidos pelo Governo português em nome de Angola no tempo do colonialismo.

f) Proibição de bases militares estrangeiras em território nacional.

g) Defesa dos cidadãos angolanos que se encontram no estrangeiro, bem como dos seus interesses.

h) Estreitamento dos laços de amizade e cooperação com a comunidade socialista e com as forças anti-imperialistas de todos os continentes.

i) Diversificação da cooperação económica e técnico-científica.

j) Apoio à luta pelo estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional.

l) Manutenção das tradições de unidade e luta contra o imperialismo e o neocolonialismo entre as ex-colónias portuguesas. Fortalecimento dos vínculos de amizade, de solidariedade combativa e de cooperação multilateral entre estes Estados.

m) Solidariedade combativa com os povos oprimidos e movimentos de libertação nacional, apoio à luta armada que eles travam em defesa dos seus direitos.

n) Solidariedade com a luta dos trabalhadores de todo o mundo na base do internacionalismo proletário.

o) Apoio no palco internacional às acções dos países socialistas, das forças democráticas e progressistas, encaminhadas no sentido do desanuviamento, do desarmamento geral e liquidação dos focos de tensão que o imperialismo criou ou tenciona criar nos diferentes continentes com o objectivo de impedir o progresso e a luta de libertação dos povos.

p) Manutenção de relações de boa vizinhança com os países que fazem fronteira com Angola.

A aplicação prática dos princípios citados de política externa contribuiu em grande medida para o aumento do prestígio da RPA como um dos líderes do grupo de países progressistas do Continente Africano. Simultaneamente, levou a uma mudança significativa do carácter das relações mútuas de Angola com muitos países do Ocidente.

Esta linha de orientação que visa o máximo estreita-

mento dos laços com o mundo do socialismo constitui um dos traços mais importantes da política externa da RPA. Os países socialistas, sobretudo a União Soviética e Cuba, prestam um grande auxílio a este novo Estado na resolução dos problemas com que se defronta.

A União Soviética esteve sempre do lado de Angola nas horas de luta. Nesses tempos difíceis em que o Povo angolano sob a direcção do MPLA travava uma luta renhida pela libertação contra a dominação colonial formou-se e temperou-se a amizade entre os Povos de Angola e da URSS. É perfeitamente natural que com a formação da República Popular de Angola se tenham logo estabelecido relações de amizade e cooperação entre ela e a União Soviética. Constitui um passo importante no seu processo de evolução a visita à URSS, em Maio de 1976, de Lopo do Nascimento, Primeiro-ministro e membro do Bureau Político do MPLA e do Conselho Revolucionário da RPA. No decurso da visita foi firmada uma série de acordos sobre cooperação entre os dois países em diferentes domínios.

Tem uma importância fundamental a Declaração sobre as bases das relações mútuas de amizade e da cooperação entre a RPA e a URSS, assinada durante a visita.

A visita à URSS da delegação do Partido e do Governo da RPA chefiada por Agostinho Neto, primeiro Presidente da RPA, constitui uma nova etapa extraordinariamente importante no processo de evolução das relações angolano-soviéticas.

No decurso das conversações amistosas e frutíferas entre os dirigentes da União Soviética e de Angola, que tiveram lugar aquando da visita, foi firmado o Acordo sobre Amizade e Cooperação entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No artigo primeiro do acordo afirma-se que entre ambos os países e seus povos passará a existir uma amizade inabalável e desenrolar-se-á a cooperação multilateral nos domínios político, económico, comercial, técnico-científico, cultural e outros na base do respeito da soberania, integridade territorial, não ingerência nos assuntos

internos e igualdade. A URSS e Angola expressaram a sua determinação em conduzir doravante uma luta incessante contra as forças do imperialismo, pela liquidação total do colonialismo e neocolonialismo, racismo e apartheid e em intervir pelo cumprimento integral da Declaração da ONU sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais. O acordo prevê a realização regular de consultas mútuas e a troca de opiniões quer sobre diferentes questões de carácter internacional, incluindo situações motivadoras de tensão nas várias regiões do Globo como também sobre questões que dizem respeito às relações entre ambos os países. No decurso da visita foram firmados ainda o Acordo de Cooperação entre o Partido Comunista da União Soviética e o Movimento de Libertação Popular de Angola e a Declaração soviético-angolana.

A União Soviética e a República Popular de Angola—salientava-se na Declaração soviético-angolana—reafirmaram solenemente o seu propósito de cooperar no processo de criação de condições tendentes a preservar e a desenvolver as conquistas socioeconómicas dos povos dos dois países.

Segundo a apreciação dos dirigentes e da opinião pública progressista de ambos os países, estes dois documentos revelam-se de uma importância fundamental para o desenvolvimento futuro da amizade e cooperação entre os povos soviético e angolano. Como foi assinalado no decorrer das conversações, o desenvolvimento futuro destas relações e a consolidação da sua base servem a causa da paz e da segurança tanto em África como em todo o mundo.

Em Janeiro de 1982 foi assinado o programa de cooperação económica e técnica entre a RPA e a URSS para o período de 1981 a 1985 e na perspectiva até ao ano de 1990. Foi criado o instrumento de cooperação que viria a contribuir substancialmente para o reforço das relações bilaterais nos diferentes domínios, para o desenvolvimento das relações de amizade na base do respeito mútuo e da observância dos interesses de ambas as partes. Ao definir as orientações concretas e futuras e o objecto da cooperação mutuamente vantajosa numa base duradoura, este programa contribui para a resolução das

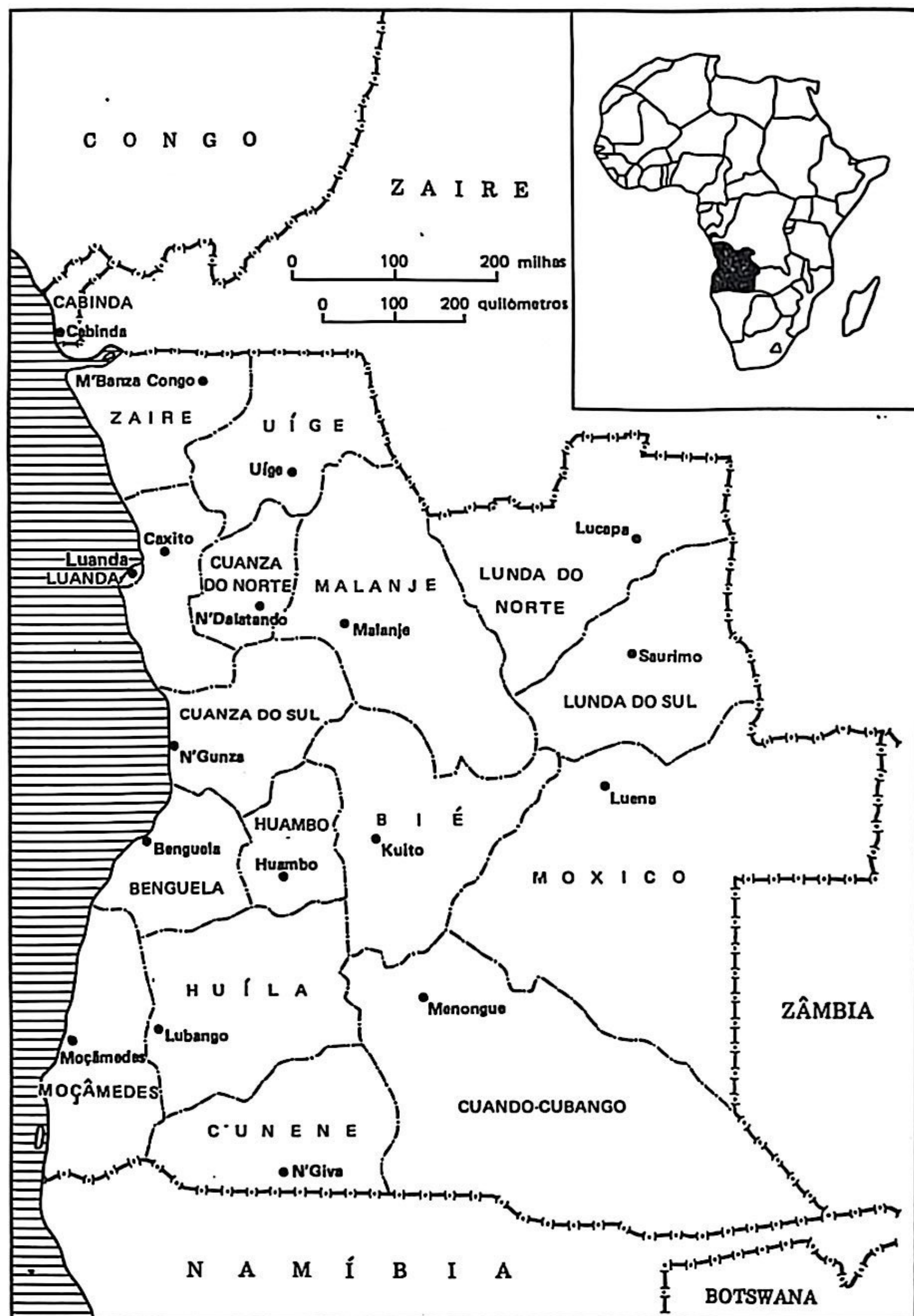
tarefas do desenvolvimento económico e social da República Popular de Angola colocadas pelo 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho.

4. REGIME POLÍTICO, DIVISÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

Divisão administrativa. Do ponto de vista administrativo o território da República Popular de Angola divide-se em 18 províncias: Cabinda (cujo centro administrativo é Cabinda), Zaire (M'Banza-Congo), Uíge (Uíge), Bengo (Caxito), Luanda (Luanda), Cuanza-Norte (N'Dalatando), Cuanza-Sul (N'Gunza), Malanje (Malanje), Lunda-Norte (Lucapa), Benguela (Benguela), Huambo (Huambo), Moxico (Luena), Cuando-Cubango (Menongue), Namibe (Namibe), Huíla (Lubango), Cunene (N'Giva), Lunda-Sul (Saurimo), Bié (Cuito). As províncias dividem-se em conselhos, e estes em comunas, seguindo-se-lhes os círculos. A unidade mais pequena na divisão administrativa do território é o bairro (na cidade) e a povoação (nos meios rurais).

A busca de formas óptimas de divisão administrativa do território é um processo que ainda está em curso. Partindo das ligações inter-regionais criadas e considerando a especialização económica, os factores político e étnico, o Governo de Angola continua a reestruturação do sistema de divisão administrativa do País existente no período colonial. Nos anos a seguir à Proclamação da Independência foi destacada uma série de novas províncias. As áreas imensas da circunscrição colonial do Lunda foram divididas em duas províncias autónomas, o que permitiu definir com mais nitidez a especialização económica das novas unidades administrativas e melhor organizar o sistema de extracção e conservação de diamantes na Lunda-Norte.

O coração industrial de Angola é a província de Luanda, que incluía até 1980 o território da actual província do Bengo. A situação até então colocava determinados entraves na direcção da economia da região. Seguindo uma política de descentralização e democratização da direcção, o



Angola. Divisão territorial administrativa

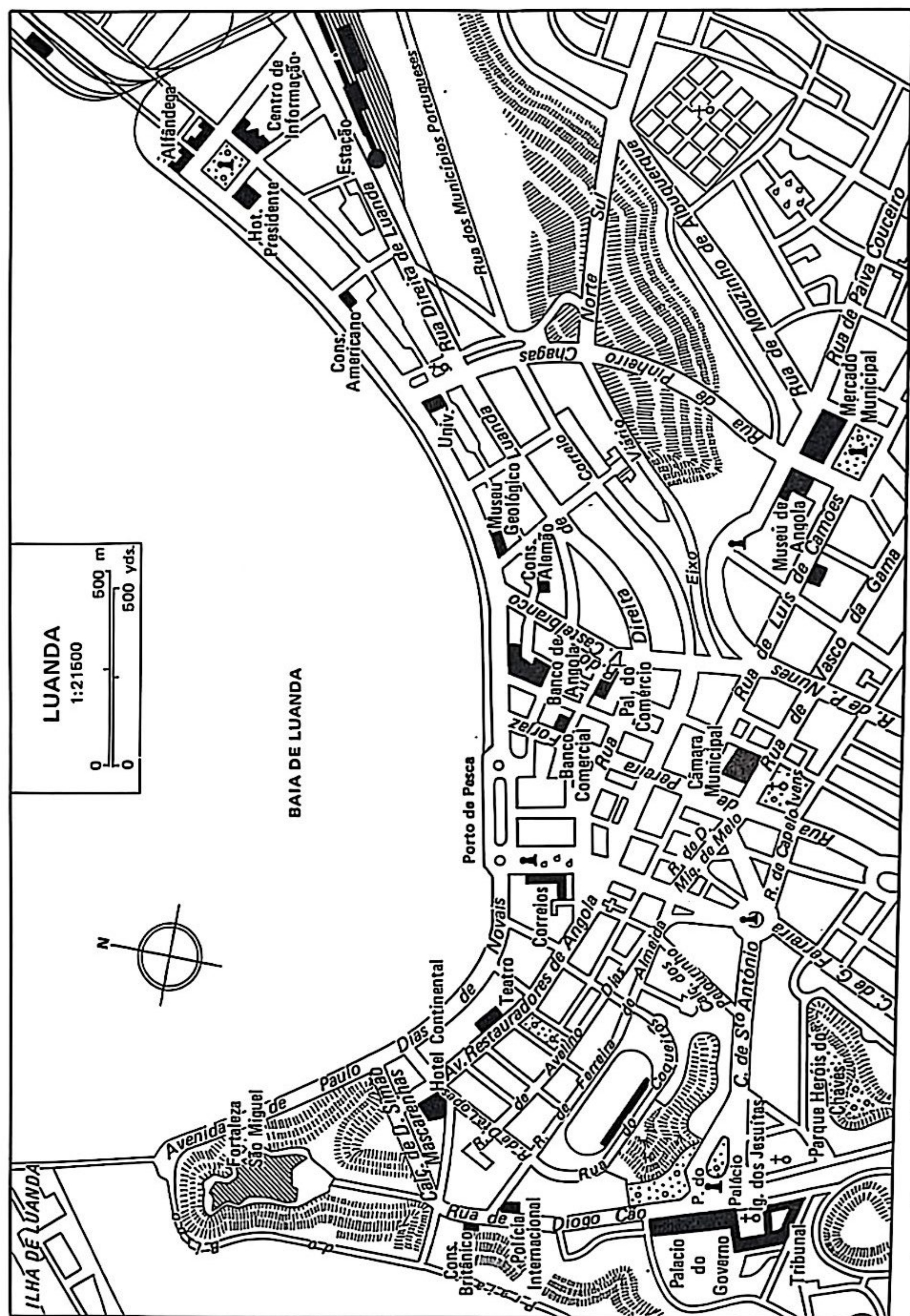
Governo do País decidiu separar da província de Luanda uma grande nova unidade administrativa – a província do Bengo.

É levado a efeito um grande trabalho com vista à eliminação das antigas denominações coloniais no mapa político da RPA. Por via de regra, os portugueses davam a lugares povoados, mais ou menos consideráveis de Angola, nomes de estadistas políticos da Metrópole, colonizadores e governadores da colónia. Dos 16 centros administrativos dos distritos de Angola, existentes no fim do período colonial, foram dadas denominações daquele tipo a onze. Após a Proclamação da Independência foram-lhes devolvidas as denominações africanas anteriores. A cidade de Nova Lisboa passou a chamar-se Huambo, São-Salvador passou a M'Banza-Congo, Silva Porto a Bié, Sá da Bandeira a Lubango, Luso a Luena, Sepra Pinto a Menongue, Salazar a N'Dalatando, Novo Redondo a N'Gunza, Pereira de Eça a N'Giva, Henrique de Carvalho a Saurimo, Carmona a Uíge. Foram ainda mudadas as denominações de mais de duas dezenas de cidades.

A principal cidade de Angola é Luanda, sua capital. Está situada à beira-mar, na baía do mesmo nome, não muito longe do estuário do rio Cuanza. Nesta cidade vivem aproximadamente 700 000 habitantes, incluindo um grande número de pessoas de origem europeia.

Luanda é a localidade mais antiga em Angola com povoação portuguesa. Tanto quanto se sabe hoje, foi a primeira localidade de tipo urbano a ser construída pelos europeus na costa ocidental da África. Paulo Dias que fundou em 1576 a actual capital de Angola deu à cidade o nome do seu santo – São Paulo de Assunção de Luanda. Contudo, a denominação era grande demais para poder ser utilizada no dia a dia. Em breve na linguagem falada a cidade passaria a chamar-se simplesmente Luanda. No entanto, nos livros e documentos oficiais ainda dos anos 20 deste século continuava-se a escrevê-la na íntegra. Com o decorrer do tempo, também na imprensa a cidade passou a chamar-se simplesmente Luanda.

De início, Luanda não era mais do que um forte, duas igrejas, residência do administrador português, hospital e algumas centenas de cabanas construídas à pressa, nas quais se instalaram os soldados portugueses, os mercadores e os traficantes de escravos. Nos dois séculos seguintes a



Luanda. Centro da cidade

povoação alargou-se significativamente e adquiriu todos os atributos de cidade e o principal, isto é, o seu aspecto externo, com ruas pavimentadas e casas de pedra. A sua população portuguesa não estava ali para residir definitivamente e na sua maioria era constituída por homens. A Metrópole utilizava Angola como lugar de deportação para elementos criminosos. Por isso, uma parte considerável da população branca de Luanda era composta de exilados políticos e delinquentes que não procuravam fixar-se em terra africana, antes pelo contrário, esperavam que expirasse o prazo de deportação. Muitos deles durante este tempo ligam-se a africanas, casando-se. Em consequência disso, avoluma-se o fenómeno da mestiçagem no seio da população de Luanda. Na segunda metade do século XIX, Luanda tornou-se cidade de mestiços, os quais passaram a ocupar a maioria absoluta dos cargos do sistema administrativo como também se dedicavam ao comércio. Alguns mestiços vieram a fazer parte das categorias superiores no funcionalismo público de Luanda. No fim do século XIX a capital alargou-se ainda mais. Simultaneamente, passam a ser habitadas as zonas da periferia quase desertas anteriormente e procede-se à reconstrução gradual da parte velha da cidade: as casas a ruir são demolidas e constroem-se novas.

Eis como era descrita a capital naquele tempo, segundo uma das enciclopédias do início do século XX: "Luanda é a principal cidade da colónia portuguesa de Angola; as ruas principais são largas, pavimentadas e apresentam-se arborizadas; a cidade compõe-se do quarteirão europeu, erguido sobre rocha, para onde segue uma larga escadaria e onde estão os palácios do governador e do bispo, e compõe-se da cidade dos negros com choupanas de argila; os habitantes são 14000, sendo 12000 negros, 1100 mestiços e 900 europeus. A cidade serve de residência do Governador-General de Angola, do bispo e do cônsul alemão, dois fortes elevam-se sobre a cidade e o porto; o caminho-de-ferro (de 280 km em 1893) vai de Luanda ao vale do Ambaca. O nível das águas no porto vai baixando de maneira que os grandes navios lançam a âncora a 2 km da costa. O comércio na sua maior parte está

entregue aos ingleses. O clima é extremamente nocivo para os europeus. A falta de água potável foi eliminada até certo ponto com a construção do canal de 69 km de comprimento que faz ligação ao Bengo.”.

As obras de construção em Luanda adquiriram especialmente grande envergadura após a Segunda Guerra Mundial, altura em que se dá o particular recrudescimento da situação económica e estratégica da cidade, para o que também contribuiu em grande medida o rápido crescimento da população urbana. Em apenas seis anos (1950-1956) o número de habitantes aumentou para o triplo. Nos vinte anos seguintes, voltou a triplicar.

Nos dias de hoje, da parte velha de Luanda pouco resta relativamente. No geral, a cidade é bastante linda e moderna. É considerada por muitos como a mais linda capital africana. Embelezam-na as excelentes ruas asfaltadas, a marginal de mosaico colorido e as esbeltas áleas de palmas sempre verdes. Ao mesmo tempo, ainda se mantém nalguns sítios as estreitas e sinuosas ruelas de aspecto medieval. As casas de arquitectura moderna e os diferentes edifícios, embora não muito numerosos, construídos há dois ou três séculos atrás, aparecem alternados.

Os edifícios mais antigos de Luanda são, via de regra, de formas simples, mas rígidas; construídos sem grandes pretensões de elegância, são sólidos e resistentes. Apesar da boa qualidade das construções, muitas casas antigas de Luanda pelos seus longos anos de existência chegaram à situação de vetustez: as suas paredes cobriram-se de uma rede de fendas profundas e devido ao desgaste provocado pela ferrugem ruíram as varandas. O Governo da República Popular de Angola e o poder municipal prestam grande atenção às questões que se prendem com a reconstrução da cidade. Destinam-se grandes verbas para a recuperação e restauração dos edifícios antigos. Em simultâneo, estão a ser concluídas as casas cuja construção havia começado nos últimos anos do período colonial e não chegaram a ser acabadas, sendo abandonadas pelos seus proprietários à própria sorte.

Luanda de hoje é um entrelaçamento admirável dos estilos medieval e moderno. As últimas tendências em

arquitectura amoldam-se aqui perfeitamente com os padrões da arquitectura medieval. A cidade apanha por dois lados a ampla baía pitoresca situada face a ela e contornada por uma marginal de beleza encantadora. Esta última apresenta o mais moderno aspecto englobando casas de vários andares de betão e com envidraçamentos, luzes dos reclames de neón, filas de automóveis de diversas marcas e o rebuliço desta cidade portuária onde existem diferentes etnias e as mais variadas línguas. Esta parte costeira de Luanda constitui a “baixa” da cidade. Até à Segunda Guerra Mundial não era mais do que a zona portuária da cidade, porém em 1945 foi construído um porto moderno mais a norte. Contudo, a baixa da cidade que fora por tradição a zona comercial da capital, não deixa de continuar a sê-lo.

Espanta pela sua beleza e esplendor o grande e ao mesmo tempo elegante edifício do Banco Nacional de Angola, instalado aqui mesmo na marginal. A sua cúpula, que como que paira sobre a marginal, e as numerosas colunas obrigam invariavelmente todo aquele que chega pela primeira vez a Luanda a parar e a pasmar-se de encanto.

Na costa da baía encontra-se o centro histórico de Luanda. A maioria dos monumentos da antiguidade situa-se na parte alta da cidade onde, antes de mais, fica o antigo Forte de São Miguel, que se ergue no cabo rochoso do mesmo nome. Em tempos, foi prisão, mas agora é museu. De toda a cidade foram trazidos para aqui, depois de arrancados dos pedestais, os monumentos em honra aos colonizadores portugueses—também parcela da História do País.

O Cabo de São Miguel está ligado a um amplo terraço de algumas dezenas de metros de altura no qual se encontra assente a parte alta da cidade. Ao contrário da “baixa” da cidade, apresenta um tracejado radial. Numa colina não muito longe da marginal fica a ex-residência do Governador-Geral da colónia que, presentemente, é o Gabinete do Comissário Municipal de Luanda. Encontram-se perto também outras instituições governamentais.

A periferia de Luanda, mais propriamente os Muceques, no tempo colonial constituíam um grande bairro

pobre que abrigava os camponeses, desempregados e marginais que chegavam à cidade e onde reinava a miséria, fenómeno que era vulgar ver-se nas grandes cidades africanas. Aqui, não só não havia as comodidades elementares, como também nem sequer havia ruas na verdadeira asserção da palavra. O Governo da RPA tomou a decisão de pôr fim à falta de comodidades dos Muçiques, onde a construção passou a adquirir proporções de grande envergadura, liquidando assim o problema difícil da habitação, herdado do colonialismo.

Luanda é o maior centro industrial. Aqui concentram-se empresas da indústria alimentar, têxtil e do tabaco; fábricas de montagem de automóveis, de ferro de armação, fundições de aço e refinarias. Funciona um estaleiro de reparação naval. Luanda é também o centro cultural de Angola. Aqui encontram-se os principais museus e bibliotecas do País e a Universidade. Funciona um centro de televisão.

A segunda maior cidade de Angola é Huambo, situado mesmo no centro do País, nas regiões interiores do Planalto. Principal cidade da província do mesmo nome, Huambo surgiu em lugar propício a uma altitude de 1715 m, sendo estação de entroncamento na linha férrea de Benguela. Está instalado aqui o principal complexo de reparação de vagões e máquinas do C.F. de Benguela. A cidade foi fundada em 1912. A localização favorável e o clima agradável para os europeus provocaram na administração colonial a ideia de transferir para Huambo a capital da colónia. Em 1930 a cidade mudou de nome, passando a chamar-se Nova Lisboa e foi declarada centro administrativo de Angola. Entretanto, a residência do poder colonial acabou por não ser transferida para lá. Mesmo assim a cidade cresceu. Foi elaborado o projecto de seu desenvolvimento generalizado, aberta a principal avenida e foram erguidos novos edificios modernos. Apareceram grandes empresas industriais (têxteis, alimentares e de metalurgia não ferrosa). Cresceu também a importância cultural de Huambo. Na cidade foi aberto um museu e uma série de estabelecimentos de ensino médio.

As acções militares ocorridas no período de 1975 a 1976

causaram grandes danos à cidade de Huambo. Os bandos da FNLA e UNITA instalaram aqui o seu quartel-general. A 11 de Novembro de 1975 proclamaram Huambo a capital do Estado "independente" de Angola. A cidade foi libertada pelo Exército popular da RPA após violentos recontros. Antes da retirada os bandidos deram cabo das principais comunicações urbanas. Na prisão da cidade foram executados os militantes do MPLA que haviam ficado na cidade no período da ocupação.

Graças às acções enérgicas tomadas pelo Governo da RPA, a cidade de Huambo foi reconstruída em pouco tempo e continua a crescer com uma certa rapidez. Surgiram novas empresas e estabelecimentos de ensino.

Lobito é a terceira cidade de Angola quanto à sua importância. É um grande porto marítimo. A Baía do Lobito é formada por uma língua de terra arenosa de 5,5 m de altura, que defende o anteporto das ondas do mar. Sobre ela ergue-se o cais ao qual podem acostar ao mesmo tempo vários navios de carga de tipo oceânico. A cidade foi fundada no ano de 1905. Por isso não existem monumentos de tempos idos. É uma cidade tipicamente de gente trabalhadora. É o terminal do caminho-de-ferro de Benguela. A baldeação da maioria das mercadorias processa-se directamente para os vagões ou a partir de estes, para os quais existe um troço de via férrea que conduz mesmo ao porto. No Lobito estão a funcionar fábricas de cimento, alumínio e produtos químicos. Aqui está localizado o maior estaleiro naval do País. Especialistas soviéticos prestam ajuda no processo de reconstrução e normalização da actividade do estaleiro. Não muito longe da cidade encontram-se campos brancos como a neve onde abundam empresas de extracção de sal-marinho.

O caminho-de-ferro de Benguela que se estende desde Lobito para o interior do País, antes de começar a subir para as regiões interiores do Planalto, segue paralelamente ao oceano. A 30 quilómetros a sul do Lobito passa por Benguela—cidade pitoresca do litoral. Daí provém o nome atribuído à via férrea. As primeiras feitorias portuguesas surgiram aqui em 1617. Durante muito tempo Benguela

competiu com Luanda na qualidade de mais importante porto da costa ocidental da África a sul do equador. Só com o aparecimento de Lobito, potente rival, situado próximo e em condições extremamente favoráveis, é que se resolveu definitivamente a antiga rivalidade em favor da capital.

Quase até meados do século XIX Benguela foi o principal centro de tráfico de escravos em Angola. Feitos prisioneiros nas regiões interiores do País, os escravos eram trazidos para aquela cidade e recolhidos em barracas que ocupavam dois terços do território do porto. Com o acabar do comércio de escravos a importância da cidade decresceu. Para tal exerceu uma certa influência a ausência no porto de um verdadeiro ancoradouro. Os barcos viam-se forçados a fazer escala no anteporto. Após a entrada em funcionamento do porto de Lobito, em 1910, com toda a sua capacidade instalada, Benguela tornou-se quase exclusivamente porto de pesca. A indústria da cidade está também ligada à transformação do pescado (salgadura, secagem e conservação). Está em funcionamento uma fábrica de produção de alfaías agrícolas (enxadas, arados, como também pregos). Nos últimos anos do colonialismo foi construída uma empresa da indústria química. As condições climáticas atribuíram aos arredores de Benguela a fama da estância balnear. Adquiriu especial popularidade a zona da Praia Morena.

Mais a sul de Benguela, na faixa costeira, onde o rio Cupal desagua no oceano Atlântico, fica a cidade de Namibe que se chamava até 1983 Moçâmedes. Foi fundada em 1849 por colonos portugueses provenientes do Brasil. Mais tarde chegou um número bastante considerável de colonos da província portuguesa do Algarve, o que exerceu de forma decisiva influência sobre o estilo arquitectónico da cidade. No período compreendido entre 1905 e 1923 foi construído o caminho-de-ferro de Moçâmedes para fazer ligação com Sá da Bandeira (hoje Lubango), o que contribuiu para a transformação da cidade em "capital" do sul do País. A maioria dos habitantes dedica-se à pesca e ramos concomitantes. Com o fim da transportação de minério de ferro da bacia do Cassinga a cidade pas-

sou a ser quase exclusivamente porto de pesca. Existe um museu da pesca. Na própria cidade, a 200 metros do centro, fica a excelente Praia das Miragens.

Lubango, centro administrativo da província de Huíla, surgiu em 1885. Durante muito tempo a cidade foi um dos centros de colonização branca no sul de Angola, para o que não deixou de contribuir o seu clima temperado de primavera eterna. O principal sector de actividade nesta cidade é a indústria alimentar. Existe um museu histórico-etnográfico interessante.

De entre outras cidades de Angola é de realçar Cabinda, maior porto petrolífero do País, e os importantes centros de transformação de matéria-prima agrícola—Malanje e Uíge.

Regime político. A RPA é uma república soberana, independente e democrática. Quanto à sua forma de organização é um Estado unitário. As bases do sistema social de Angola, os princípios de constituição, formação e funcionamento do mecanismo estatal, os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos estão fixados em forma de lei na Constituição da RPA, aprovada em 1975. Nos anos de 1977 e 1980 foram introduzidas algumas alterações e adendas na Lei Constitucional. Três traços fundamentais caracterizam a Constituição de Angola. Primeiro, consagra-se o papel crescente do MPLA-Partido do Trabalho na direcção do processo de transformação da sociedade. Segundo, é instituído um sistema único de órgãos do Poder Popular na pessoa das Assembleias do Povo, incumbido de assegurar a mais ampla e activa participação dos trabalhadores na direcção do Estado e gestão da produção. Terceiro, criam-se premissas legislativas para a implementação das transformações revolucionárias em todos os domínios da vida sociopolítica; socioeconómica e cultural do País nos interesses das massas trabalhadoras, o que contribui para o avanço da RPA pela via do progresso social.

Segundo a Constituição, todo o poder na RPA provém do Povo e pertence ao Povo. O Povo exerce a sua soberania através do MPLA-Partido do Trabalho. Fora do Partido o Poder é exercido através dos órgãos representativos

eleitos. Todos os representantes do Povo, eleitos no quadro dos órgãos de poder estatal, respondem perante os organismos do Partido e devem auscultar a sua opinião. O MPLA-Partido do Trabalho desempenha um papel importante na formação de todos os órgãos superiores e inferiores da administração do Estado e direcção e no controle sobre a actividade destes.

A base do novo sistema de poder na RPA formam os órgãos representativos eleitos: a Assembleia Nacional do Povo e as assembleias de província. A Assembleia Nacional é, segundo a Constituição, o órgão máximo do poder estatal na RPA, a quem presta contas o Governo. Os membros da Assembleia Nacional são eleitos por um colégio de representantes, que, por sua vez, é eleito pelos cidadãos maiores de 18 anos nos locais de trabalho ou de habitação. As eleições para a Assembleia são realizadas uma vez em cada três anos.

As primeiras eleições para a nova Assembleia do Povo efectuaram-se em Novembro de 1980. Até então o órgão máximo do poder estatal na RPA era o Conselho Revolucionário, de que faziam parte: os membros do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho; o Ministro da Defesa, o Chefe do Estado-Maior, o Comissário Político Nacional ou seus substitutos; os membros do Governo, designados para tal pelo Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho; os Comissários de Província, designados pelo Presidente da República, e comissários de chefia e políticos dos círculos militares. O Presidente do Conselho Revolucionário era o Presidente da RPA. O Conselho Revolucionário gozava de plenos poderes para: exercer a função legislativa (que podia ser delegada no Governo); dirigir a política do País, definida pelo CC do MPLA-Partido do Trabalho; ratificar o Orçamento Geral do Estado, elaborado pelo Governo; nomear e exonerar membros do Governo por indicação do MPLA-Partido do Trabalho; declarar a amnistia; autorizar o Presidente da República a declarar guerra ou assinar tratados de paz. Com a criação da Assembleia do Povo todas estas funções transitaram para o novo órgão máximo do Estado.

A Assembleia Nacional do Povo é o único órgão

legislativo do País. Só a ele pertence o direito de aprovar as leis da República. Do direito de iniciativa legislativa gozam o Presidente da RPA e os deputados. Contudo, a ordem do dia deverá incluir, em primeiro lugar, a discussão dos projectos de lei apresentados pelo Presidente ou que desfrutem do apoio deste.

A competência da Assembleia não é universal. A Constituição contém uma lista de questões rigorosamente limitada sobre as quais é possível a aprovação de leis. As questões não contidas nesta lista são reguladas por actos do Chefe do Estado ou do Poder Executivo.

A criação da Assembleia do Povo constitui um grande passo no processo de democratização do regime político angolano, contribuindo para o recrudescimento da actividade política da população e permitindo libertar o CC do MPLA-Partido do Trabalho de uma série de prerrogativas próprias daquele órgão. Até 1980 as funções de Parlamento, para além do Conselho Revolucionário, recaíam em grande parte sobre o CC do MPLA-Partido do Trabalho. Os deputados do Parlamento desempenham um grande papel na vida sociopolítica do País também no período compreendido entre as Sessões. Desenvolvem um enorme trabalho de esclarecimento e organização, mobilizam as massas para o cumprimento das decisões tomadas.

Ao Presidente da República pertence o principal lugar no sistema dos órgãos superiores do Estado. Este posto é ocupado automaticamente pela pessoa eleita Presidente do CC do MPLA-Partido do Trabalho. Desde o momento da Proclamação da Independência de Angola (11 de Novembro de 1975) até Setembro de 1979 este posto pertencia ao saudoso Camarada Agostinho Neto, fundador do Estado angolano, grande estadista e revolucionário. Após o seu falecimento prematuro, José Eduardo dos Santos, seu companheiro de armas, foi eleito para o cargo de Presidente.

O Presidente possui extremamente amplos poderes. Na qualidade de Chefe de Estado, ele representa a Nação angolana. Ele acompanha o processo de execução das leis e o funcionamento normal dos órgãos do Estado à luz da Constituição.

O Chefe de Estado preside à Assembleia do Povo e ao Conselho de Ministros. Aprova o Governo, nomeia, atribui cargos e exonera os Comissários de Província; dirige a Defesa Nacional na qualidade de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas do País.

Assiste-lhe o direito e concessão de perdão e comutação da pena aplicada.

O Presidente pode declarar o estado de sítio ou de emergência, se á caso circunstâncias especiais o exigirem. Em caso de perigo real para a integridade territorial, para o cumprimento de obrigações internacionais ou ameaça aos elevados interesses da Nação o Presidente providenciará no sentido de conjurar o perigo surgido, podendo mesmo declarar guerra.

O Presidente possui amplos poderes administrativos (regulamentares). Assina as leis da Assembleia do Povo, os decretos-leis e decretos do Governo.

Adjunto ao Presidente funciona o Gabinete de Consultores e Auxiliares, que desempenha um papel significativo na administração dos assuntos de Estado.

O Governo é o órgão executivo máximo que exerce a administração operativa diária dos assuntos de Estado. O Presidente da República, os ministros, os vice-ministros, os secretários de Estado e outros membros, previstos pela Lei, constituem o Governo. Até 1979 no País existia o cargo de Primeiro-ministro, que foi contudo eliminado, transitando as funções deste para a competência do Presidente da República. Na qualidade de Chefe de Governo, ele coordena e controla a actividade dos seus membros.

É da competência do Governo, como órgão executivo, a realização da política interna e externa do Estado e a efectivação da supervisão sobre toda a administração do Estado. Fazem parte das funções do Governo: a salvaguarda da segurança das pessoas e bens; a elaboração do Orçamento Geral do Estado e sua execução; a elaboração do plano nacional de desenvolvimento.

O Governo pode exercer todas as suas funções delegadas nele pela Assembleia do Povo através da promulgação de decretos. Os ministros gozam de plenos poderes regulamentares pela via da Assembleia do Povo e decretos do

Governo. Em caso de necessidade o Governo pode reunir total ou parcialmente com a Assembleia do Povo.

Os membros do Governo (os ministros) dirigem a actividade de determinados departamentos ministeriais e respondem pela mesma perante o Presidente. A Constituição não define a composição numérica do Governo e não contém a lista dos Ministérios. Todas estas questões resolvem-se aquando da formação do Governo através de acto correspondente do Presidente da República. As tarefas que se colocam hoje perante a Revolução angolana exercem de forma decisiva influência sobre a estrutura do Governo. O facto de se trazer para primeiro plano as questões de desenvolvimento económico e social pressupõe o aumento do número de ministérios que se ocupam destes problemas.

Existem os seguintes Ministérios: do Planeamento, da Agricultura, da Indústria, da Construção e Comunicações, dos Transportes, das Finanças, do Trabalho, do Comércio Interno, do Comércio Externo, da Educação, da Saúde e outros. Existe ainda uma série de Secretarias de Estado.

A estrutura interna dos Ministérios abrange, via de regra, o Gabinete do Ministro e os departamentos gerais, que se compõem de diferentes subsecções administrativas. As empresas estatais gozam habitualmente de autonomia, mas encontram-se sob orientação dos respectivos ministérios da tutela.

É de notar que dentro do aparelho administrativo ainda continua a trabalhar um número significativo de elementos conservadores já desde o tempo do colonialismo. Muitos deles obtiveram formação em estabelecimentos de ensino especiais por onde passavam no fundamental os quadros auxiliares da administração colonial portuguesa. Estas pessoas são na maioria das vezes politicamente indiferentes, havendo porém alguns deles que chegam mesmo a contestar o papel dirigente do MPLA-Partido do Trabalho. Por enquanto, o País vê-se na necessidade de se conformar com a manutenção deste grupo de funcionários no aparelho administrativo. Tal situação explica-se pela falta de quadros qualificados a todos os níveis, em especial, de técnicos de gestão.

Ao mesmo tempo, a remodelação geral do aparelho da administração do Estado é considerada pelo MPLA-Partido do Trabalho como uma das mais importantes que se colocam à Revolução angolana. A reeducação ideológica, o afastamento dos elementos reaccionários, o aumento do nível profissional e da disciplina laboral e, por fim, a mudança de toda a estrutura e organização dos serviços do Estado, são as principais direcções da actividade do Partido no âmbito da remodelação do aparelho administrativo, apontadas pelo MPLA-Partido do Trabalho.

Aos órgãos do poder local na pessoa das Assembleias Provinciais é atribuído um importante papel na luta pela extirpação dos vestígios do colonialismo no seio das organizações locais. As Assembleias Provinciais são eleitas de três em três anos pelos cidadãos que gozem do direito de eleição e tenham atingido os 18 anos de idade. O número de deputados nas assembleias varia entre 15 e 85 de província para província.

A administração local orienta-se pelos princípios da unidade, descentralização e iniciativa própria.

O Comissário Provincial é o representante directo do Governo na província. O Governo está representado nos conselhos pelo Comissário Municipal e nas comunas pelo Comissário da comuna, os quais são designados por indicação do MPLA-Partido do Trabalho.

Em cada província há uma Comissão Provincial cujo Presidente é o Comissário Provincial. A Comissão tem poderes para decidir sobre todas as questões da vida interna da província. São da sua competência, em especial, a manutenção da ordem social e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, a resolução das questões económico-financeiras locais, a direcção da administração local e a solução dos problemas do desenvolvimento económico, social e cultural da sua alçada.

Os órgãos administrativos dos conselhos, comunas, regiões e povoações são respectivamente as Comissões Municipais e Comunaes e as Comissões Populares das regiões e povoações. As unidades administrativas em Angola gozam quer do direito de pessoa jurídica quer de autonomia administrativa e financeira.

Organizações sociais. O MPLA-Partido do Trabalho foi o primeiro partido político na história do País a declarar oficialmente a sua fidelidade ao marxismo-leninismo. Foi criado na base da transformação do Movimento Popular de Libertação de Angola em partido de vanguarda da classe operária. Na presente obra, nós por mais de uma vez abordámos pormenorizadamente as questões relacionadas com o aparecimento e evolução do MPLA-Partido do Trabalho. Por isso, achamos que aqui seria melhor limitarmo-nos a algumas questões de carácter informativo sobre a estrutura da organização e órgãos do Partido. A estruturação do MPLA-Partido do Trabalho é feita na base do território e segundo os locais de trabalho. O princípio fundamental da sua estrutura orgânica é o centralismo democrático. O Congresso é o órgão supremo do Partido. Funciona à escala nacional e realiza-se uma vez em cada cinco anos. Ele aprova, revê e modifica o Programa, os Estatutos e a linha política do MPLA-Partido do Trabalho; elege os membros efectivos e suplentes do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho; escuta, aprecia, corrige e ratifica os relatórios do Comité Central e de todos os organismos de direcção.

O Comité Central assegura a direcção do Partido nos intervalos dos congressos. De entre os seus membros elege o Bureau Político e o Secretariado do CC. O Bureau Político dirige a actividade do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central. O Secretariado do CC dirige a actividade corrente do Partido, bem como organiza o controle do trabalho dos diferentes órgãos do aparelho de Estado no processo de realização da política do Partido. As células são as organizações de base do Partido e seus alicerces.

A organização da Juventude (JMPLA) trabalha em contacto estreito com o Partido. Orienta-se pelo seu próprio estatuto e constitui a reserva do MPLA-Partido do Trabalho. A sua actividade está orientada para a educação da Juventude angolana e para o empenhamento desta na construção da nova sociedade. O MPLA-Partido do Trabalho contribui para o desenvolvimento de outras organizações de massas tais como a Organização das Mulheres

Angolanas e a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Em todas as reuniões levadas a cabo por estas organizações o Partido encontra métodos e formas de intensificar a sua influência, implementar a sua política e realizar, através dos seus membros, trabalho no seio dos sem partido no intuito de eliminar o burocratismo, consolidar a disciplina, realizar os Princípios do Partido e lutar contra a ideologia do inimigo.

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) é a organização que reúne e representa o movimento sindical angolano. Nela estão reunidos todos trabalhadores de Angola independentemente do sexo, raça e concepções políticas ou religiosas. A UNTA dirige a sua actividade no País na base do princípio da unidade do movimento sindical. Em cada empresa existe apenas um sindicato e para cada ramo uma só união sindical. No País funciona apenas uma central sindical. A UNTA foi fundada em 16 de Abril de 1960 no Zaire, como organização defensora dos interesses dos trabalhadores angolanos refugiados. Desde o momento do seu aparecimento a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos tem organizado a sua actividade de acordo com a linha política do MPLA, chamando os trabalhadores para a luta contra a exploração do homem pelo homem pela construção de uma nova sociedade democrática e popular.

Em Outubro de 1975 foi realizada a 1.^a Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos que decorreu sob a palavra de ordem "PRODUZIR E RESISTIR". Após a Proclamação da Independência, o movimento sindical no País vive um período de ascensão. Amplia-se a emulação dos trabalhadores. Continua-se a trabalhar para o aperfeiçoamento da estrutura orgânica da UNTA.

O movimento sindical de Angola contribui de forma inestimável para o processo de reconstrução e relançamento da economia nacional, para a criação de uma economia multisectorial desenvolvida e para a consolidação da base económica da nova sociedade.

Capítulo IV A ECONOMIA DE ANGOLA

1. GENERALIDADES

Nas vésperas da conquista da independência, Angola era, em consequência da exploração colonial multissecular, um país com um baixo nível de desenvolvimento económico, com uma economia especializada essencialmente em produtos agrícolas e matérias-primas e com preponderância nela de capital estrangeiro. As condições favoráveis do clima e do solo, que permitem numa série de regiões obter várias colheitas durante o ano, as grandes potencialidades existentes em recursos energéticos e os jazigos de diversos tipos de minérios contribuíram, nas condições do colonialismo, apenas para consolidar a especialização em matéria-prima e produtos agrícolas na divisão capitalista internacional do trabalho e levou ao desenvolvimento preferencial de sectores virados para o mercado externo, originando o atraso de outras produções.

Ao mesmo tempo, nos anos 60 operaram-se determinadas mudanças na política económica da Metrópole relativamente a Angola. O colonialismo português em África começou a adquirir alguns traços de neocolonialismo. Afim de poder aguentar subjugados os territórios do Ultramar, Lisboa apostou na internacionalização da exploração destes. Foram levantadas as restrições ao afluxo de capitais e mercadorias estrangeiros. Ao actuar deste modo, a Metrópole limitou de forma gravosa as suas próprias posições económicas nas colónias, especialmente em Angola.

Até então, isto é, até meados dos anos 60, as possessões portuguesas em África passaram a ser o quase único mercado para escoamento da produção sem capacidade de concorrência da indústria portuguesa. Da Metrópole eram importados no fundamental tecidos, artigos da in-

dústria têxtil e vinho. Em simultâneo, as colónias eram para Portugal o fornecedor estável de matéria-prima deficitária a preços mais baixos que os do mercado mundial. Os volumes de abastecimento eram regulados de forma administrativa e por vezes em prejuízo dos fornecedores das colónias. O volume de investimentos que Portugal aplicava na economia das colónias não era lá muito grande, se bem que também desse lucros estáveis. A principal força nas possessões portuguesas não era o capital, mas sim o poder colonial. Os lucros resultantes da actividade normal das empresas capitalistas não eram transferidos para Portugal enquanto os lucros obtidos através da exploração extraeconómica ou troca desigual o eram. Além disso, a classe governante em Portugal procurou fazer da colónia objecto da colonização camponesa orientada a partir da Metrópole, com a finalidade de reforçar a base agrária de dominação em África e reduzir a acuidade da sobrepopulação rural no seu próprio País.

Uma outra característica não menos importante da política económica do Governo português em Angola até meados dos anos 60 constitui a apropriação gratuita pela Metrópole de parte considerável das receitas da colónia em divisas para manutenção do equilíbrio do próprio sistema monetário-financeiro.

Desde meados dos anos 60 verificam-se significativos avanços, que testemunham ter havido mudança na importância que as colónias possuíam para Portugal. Cresce a significância dos territórios do Ultramar como mercados para escoamento dos artigos industriais. Quase um quarto das exportações portuguesas de bens destina-se a Angola e Moçambique. Aposta-se no desenvolvimento nas colónias de um capitalismo dependente como único meio de manutenção do poder colonial de Portugal.

O conjunto de medidas tendentes a incrementar o crescimento de tal capitalismo em Angola, baseado antes de mais na captação por todos os meios de capital estrangeiro, obteve em Portugal a designação de "colonialismo reformista".

A mudança verificada na política económica colonial trouxe determinados resultados. Na segunda metade dos

anos 60 e início dos anos 70, a taxa de crescimento económico de Angola aumentou significativamente, o que sobretudo se explica também pela agudização dos problemas energéticos, de matérias-primas e ecológicos nos países de capitalismo desenvolvido, o que acarretou, por um lado, o aumento da exportação angolana de matéria-prima e, por outro, a transferência para esta colónia portuguesa de uma série de ramos energo-intensivos, como também de empresas que influem de forma nefasta sobre o meio ambiente.

No período compreendido entre 1966 e 1970 a taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em Angola foi de 9,8% (a preços constantes de 1970), enquanto no período de 1970 a 1975 a taxa anual do PIB a preços constantes atingiu em média 10,4% ao ano, ao passo que para os países em vias de desenvolvimento em geral este índice era igual a 5,5%.

Também na estrutura do Produto Interno Bruto de Angola se operaram modificações que, antes de tudo, dizem respeito à esfera da produção industrial. No período de 1966 a 1974 o peso da indústria no PIB cresceu de 6,8% para 14,3%, incluindo os sectores da extracção que passaram de 2,4% para 8,7% e os da transformadora, de 4,4% para 5,5%. O volume de produção destes sectores cresceu no referido período para o quadruplo e para o dobro respectivamente. A participação do sector agrícola no PIB decresceu (de 50,5% em 1966 para 41,3% em 1974). Cresceu o peso do sector energético e de construções. (Para mais pormenores sobre a variação do peso dos diferentes sectores da economia no Produto Interno Bruto de Angola permitimo-nos remeter o leitor para o quadro Nº 5 em anexo).

Deste modo, no fim da época colonial na estrutura da economia de Angola observam-se avanços significativos. Verificou-se o fluxo de consideráveis massas de recursos de trabalho dos sectores de menor produtividade (sector agrícola) para os de maior produtividade (indústria, energia e construção). Acelerou-se o desenvolvimento do sector das exportações. O crescimento da produção e consequente aumento da exportação de matéria-prima levou a uma maior entrada de divisas.

No entanto, a evolução da economia mundial e da di-

visão capitalista internacional do trabalho no contexto da dominação do imperialismo e do colonialismo conduziu objectivamente à ulterior manutenção da economia e comércio externo de Angola na base das explorações especializadas em produtos agrícolas e matéria-prima. Para além do mais, a monoespecialização agudizava-se incessantemente sob a influência do mercado capitalista mundial devido à actividade cobiçosa do capital estrangeiro. Se em 1971 cabia 51% do valor das exportações angolanas aos dois principais produtos exportados (café e petróleo), em 1974 este índice subiu para 69%. O peso das exportações (matéria-prima no fundamental) no PIB do País atingiu 28,8% no período de 1970-1975 contra 20% no período 1960-1965.

O aumento no PIB da participação da produção destinada a ser vendida no mercado externo demonstra um determinado crescimento do papel das relações económicas de Angola com o exterior. Era precisamente no mercado externo que se verificava a troca dos produtos exportados de Angola (matéria-prima mineral e vegetal) por máquinas, equipamento e outras mercadorias necessárias. No início dos anos 70, à custa das importações eram cobertos 85% das necessidades do País em meios de trabalho e 55% em objectos de trabalho.

Tudo isto demonstra que apesar de certas mudanças havidas na política económica da Metrópole e de uma certa aceleração dos ritmos de crescimento económico, não se verificaram mudanças de fundo na situação de Angola na produção e trocas internacionais. O País continuava a ser uma periferia dependente do sistema económico capitalista.

Tal era a situação no País nas vésperas da independência. A expulsão dos colonizadores fez surgir amplas perspectivas de desenvolvimento perante a economia nacional. Pelos vistos, se o País tivesse tido possibilidade de se desenvolver pacificamente nos anos seguintes, hoje Angola seria, do ponto de vista económico, uma das Nações mais desenvolvidas da África Tropical. Contudo, o imperialismo internacional, no intuito de manter o jovem Estado na esfera da sua influência, preferiu desencadear a guerra em Angola.

A intervenção imperialista estrangeira e as operações militares dos grupos fantoches provocaram grandes danos à economia nacional do jovem Estado. A produção em todos os sectores da economia passou a ser de 2,5 a 3 vezes menor. Foram interrompidas as relações económicas normais entre a cidade e o campo. A guerra provocou a deslocação das populações em massa. Não era possível o escoamento para os portos da costa atlântica dos produtos de exportação das regiões interiores do País.

Verificou-se a baixa da produção do sector agrícola. As principais regiões agrárias tornaram-se palco de operações militares. Um número significativo de plantações e empresas agro-pecuárias foi abandonado devido às dificuldades na exportação de produtos agrícolas, insuficiente fornecimento de máquinas e alfaías ao sector da agricultura e destruição de quase toda a maquinaria. Deu-se a destruição de muitas plantações de café.

Diminuíram os efectivos pecuários, grande parte dos quais foi encaminhada para a Namíbia pelo exército sul-africano. Além disso, no período das acções militares verificou-se uma matança desmarcada de gado.

Durante a guerra os bandos da FNLA e da UNITA ocuparam muitas regiões agrárias do País. Os reaccionários aterrorizavam as populações, devastavam os campos de mandioca e batata e destruíam o gado doméstico e as aves. Os fantoches da FNLA com o apoio directo dos grandes proprietários das plantações levaram para o estrangeiro cerca de três mil toneladas de café, cujas receitas provenientes das vendas se destinavam à organização da sabotagem económica na RPA.

A produção agrícola sofreu uma quebra de produção; deram-se transtornos nos circuitos de comercialização de produtos alimentares. O descalabro nos transportes levou a que até mesmo a produção da agricultura não conseguisse chegar aos centros urbanos. Afim de satisfazer a procura dos bens de primeira necessidade o Governo viu-se forçado a importá-los.

Na indústria mineira foi totalmente interrompida a extracção de minério de ferro, diminuiu bruscamente a extracção de diamantes e ficaram suspensos os trabalhos de

extração do petróleo em Cabinda. Apesar disso, durante toda a guerra o MPLA não deixou de manter o controlo dos jazigos de petróleo e diamantes. O Governo da RPA assegurou a integridade do equipamento de extração mineira e criou condições para o rápido reatamento da exploração após terem terminado as operações militares.

Em resultado da intervenção militar estrangeira e da guerra civil a esfera da produção material em Angola sofreu tamanhas destruições que, no aspecto do desenvolvimento da economia, arredaram o País para o nível de há alguns anos atrás. Apurou-se que só a agressão da África do Sul conseguiu causar prejuízos à economia angolana no montante de 6,7 biliões de dólares.

A causa da quebra verificada na produção consiste não só na destruição das capacidades produtivas instaladas, como também na saída massiva do País de pessoal qualificado, composto essencialmente de indivíduos de origem europeia.

No tempo colonial a maioria esmagadora dos engenheiros e operários altamente qualificados (que chegavam a atingir 85% nos ramos da indústria transformadora) eram de nacionalidade portuguesa. A guerra e a propaganda imperialista hostil levou a que saíssem do País de 300 a 400 mil pessoas de origem europeia, incluindo mais de 50 mil operários qualificados e engenheiros ou seja cerca de um quarto do total ocupado na indústria.

Além disso, uma grande parte da população portuguesa de Angola trabalhava nos sectores administrativos, motivo por que a organização do processo produtivo foi especialmente prejudicada.

A composição social da população branca que abandonara Angola em 1975 e início de 1976, era tal que os membros da média e pequena burguesia colonial constituíam a massa principal de emigrantes, que no fundamental habitavam nas cidades. Embora o número de proprietários das empresas agrícolas capitalistas que deixaram o País fosse significativo, muitos deles (essencialmente pequenos) decidiram ficar em Angola.

Praticamente todos os membros da grande burguesia colonial abandonaram Angola ainda em 1974-1975 devido ao

facto de muitos deles estarem estreitamente ligados aos grupos monopolistas da Metrópole. Depois da Revolução de Abril em Portugal verificou-se o início do processo de nacionalização da propriedade dos grandes monopolistas, que apoiavam o regime fascista de Salazar e Caetano. A maioria dos donos das empresas monopolistas abandonaram Portugal e foram sobretudo para o Brasil. Para este mesmo país também foram muitos dos representantes da grande burguesia colonial de Angola.

As camadas médias urbanas, isto é, os professores, os trabalhadores da esfera dos serviços, os empregados de escritório, as pessoas das profissões liberais, constituem o terceiro elemento da estrutura social dos brancos emigrados de Angola. Se por um lado a partida dos pintores, poetas e representantes dos círculos artísticos não se reflectiu praticamente na economia angolana, por outro, a brusca baixa do número de contabilistas, médicos e professores já se faz sentir.

Num país, onde os profissionais de saúde eram já por si insuficientes, e em que para 6 milhões de habitantes haviam 750 médicos, um terço dos quais exercia a sua prática na capital, acabariam por ficar apenas 50 médicos em 1976. O número de professores do ensino primário e médio também diminuiu. Os contabilistas contavam-se pelos dedos.

A saída dos colonos portugueses não só privou o País de consideráveis quantidades de recursos de trabalho. Ao abandonar Angola, os portugueses levavam consigo todos os bens móveis. Considerando que esta parte da população disfrutava de maiores rendimentos, pode afirmar-se com toda a segurança que a partida dos portugueses de Angola significou um fluxo colossal de capital. Os emigrantes brancos levaram consigo fundamentalmente não os escudos angolanos que desvalorizavam de dia para dia, mas sim diamantes cujo preço sobe constantemente.

Perante o País colocaram-se tarefas de reconstrução acelerada da economia, preparação de quadros nacionais e liquidação das consequências da guerra. Um grande papel no processo de superação das dificuldades cabe à política económica da direcção do País.

No processo de elaboração da estratégia e tática do desenvolvimento económico revestem-se de grande importância o Plenário do CC do MPLA, realizado em Outubro de 1976, e o 1º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, que proclamaram a construção das bases da sociedade socialista e a formação das relações socialistas de produção no País como o principal objectivo do desenvolvimento social e económico da RPA.

Nas decisões do Plenário de Outubro do CC do MPLA afirma-se que para a República Popular de Angola existe uma única via de evolução — a via da construção da sociedade socialista na base dos ensinamentos de Marx, Engels e Lênine. Só a via socialista de evolução permite liquidar totalmente a exploração do homem pelo homem.

O 1º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, realizado em Dezembro de 1977, ratificou a linha política que aponta para a construção em Angola das bases da sociedade socialista. O Congresso formulou a linha política do Partido no que se refere às questões de desenvolvimento económico. Nos documentos do Congresso diz-se que actualmente a RPA se encontra na etapa da Revolução Democrática e Popular, que é encarada pelo Partido como período transitório a caminho do socialismo. No âmbito desta etapa Angola encontra-se na fase da Reconstrução Nacional, após a qual se seguirá a fase de consolidação do Poder Democrático e Popular. Na primeira etapa, a classe operária em união com o campesinato e intelectuais revolucionários exerce a ditadura democrática e revolucionária, orientada contra a reacção interna e externa, criando condições para o estabelecimento da ditadura do proletariado na etapa da construção do socialismo.

O período de reconstrução nacional é um período durante o qual deve ser alcançado um nível de produção caracterizado pela utilização plena das capacidades produtivas instaladas nos ramos mais importantes e decisivos para a vida do País, e durante o qual a actividade das empresas passará a estar orientada para a máxima satisfação das necessidades do Povo.

Neste período de transição e revolução, de acordo com o Programa do Partido coexistem cinco formações econó-

micas (tipos de economia): a) a economia camponesa semi-natural e tradicional; b) a pequena economia mercantil na cidade e no campo; c) a produção capitalista, representada pelo grande capital monopolista e médio estrangeiro; d) o capitalismo de Estado, representado por empresas mistas; e) o sector socialista nascente.

O sector socialista cria-se no fundamental através da nacionalização e confiscação das empresas capitalistas.

No período da transição, diz-se no Programa, a principal contradição económica é a contradição entre o socialismo nascente, a quem pertence o futuro, e o capitalismo moribundo, ainda forte, mas que representa o passado.

O Partido na abordagem das questões do desenvolvimento económico da RPA parte do princípio de que os elementos fundamentais da actual estrutura socioeconómica irão evoluir durante todo o período de transição. Por isso, perante o País erguem-se duas questões: por um lado, a conversão das formações ou tipos de economia obsoletos em avançados e, por outro, o desenvolvimento da produção em cada um dos tipos de economia afim de desenvolver as trocas e ligações económicas com o interior, o que ao fim e ao cabo deverá provocar a expansão de toda a economia.

A escolha do objectivo estratégico — reconstrução radical da economia nacional — pressupõe a elaboração da tática, isto é a definição das direcções, lógica de desenvolvimento dos sectores, sua articulação, proporcionalidade e orientação para o mercado externo ou interno.

Tal como já foi referido, no período colonial em Angola os sectores que obtiveram um maior desenvolvimento foram aqueles que estavam virados para o mercado capitalista mundial. Mesmo hoje, é nestes sectores que é criada a maior parte do produto social do País. As ligações económicas internas são ainda débeis. Apesar do facto de que à escala africana o sector monetário-mercantil em Angola é bastante grande, no País não existem nem mercado nacional único nem sólidas ligações económicas verticais e horizontais.

O Governo do País envida todos os esforços no sentido de virar a produção nacional do mercado externo para o interno. Contudo, no momento actual, este processo não

é fácil de levar a efeito em grande escala, uma vez que criaria dificuldades adicionais perante a economia em reconstrução.

A RPA optou pela via da combinação óptima ao mobilizar os recursos internos, procurando articulá-los com o aproveitamento máximo das vantagens da divisão internacional do trabalho. Uma das principais tarefas continua a ser a criação de condições para a formação acelerada no País de um mercado nacional unificado para o que poderá contribuir, por um lado, a subida da produtividade de trabalho no sector monetário-mercantil da economia e, por outro, o crescimento da capacidade do mercado e do poder de compra através do aumento dos rendimentos da população. No entanto, dado que no fundamental a segunda direcção obteve desenvolvimento real enquanto o aumento dos rendimentos não foi acompanhado do adequado crescimento da produção, verificaram-se tendências inflacionistas na economia do País.

No processo de criação do mercado interno unificado em Angola levantam-se bastantes dificuldades. Como se sabe, nos países em vias de desenvolvimento a capacidade do mercado interno depende de três factores: população, nível de desenvolvimento da economia mercantil e do volume do produto social *per capita*. A população de Angola não é muito grande. A agressão imperialista influenciou negativamente sobre o desenvolvimento do sector mercantil, desmantelando as ligações económicas, antes de mais, entre a cidade e o campo. Por fim, o volume do produto social *per capita* decresceu notavelmente por força da estagnação temporária na economia e do não funcionamento de muitas empresas.

O MPLA-Partido do Trabalho considera que a conversão da economia para a via do desenvolvimento planificado é uma condição para a remodelação radical de toda a estrutura da economia. O 3.º Plenário do CC do MPLA, de Outubro de 1976, aprovou um importante documento, intitulado "Princípios fundamentais da planificação", no qual estão traçadas as formas de aplicação dos princípios da planificação na economia nacional, está elaborada a estrutura e definido a esfera de

actividade dos organismos de planeamento do País. O primeiro ponto deste documento diz que o MPLA escolhera o caminho rumo ao socialismo, cuja construção exige como a condição necessária a planificação económica e social, que irá utilizar-se em escala sempre crescente em todos os domínios da vida política, económica e social da República Popular de Angola.

Uma série de factores determina as particularidades do planeamento nas condições concretas de Angola. Em primeiro lugar, uma vez que em Angola coexistem diferentes formas de propriedade (estatal, cooperativa e privada) a direcção da economia apenas com a ajuda do plano não é possível por enquanto. Por isso, o Partido e o Governo dão uma grande importância à utilização de outros mecanismos, tais como, por exemplo, os preços e os impostos.

Em segundo lugar, existem grandes dificuldades na obtenção de informações detalhadas mesmo sobre a actividade do sector estatal. A ausência de dados económicos, o grande território do País e a falta aguda de quadros limitam o carácter imperativo de muitos dos indicadores do plano.

A realização de transformações no âmbito da planificação nacional prende-se com as "Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola no período de 1978-1980" aprovadas no 1.º Congresso. Este programa concreto de acção destacou quatro tarefas-chave para a reestruturação das relações sociais e reconstrução da economia nacional: o reforço do sector socialista da economia; recuperação da produção com o objectivo de atingir os níveis de 1973 (último ano de desenvolvimento pacífico); elevação do bem-estar da população; formação acelerada de quadros nacionais.

Em Dezembro de 1980 teve lugar o 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho onde as questões do planeamento obtiveram o seu desenvolvimento posterior. Nas "Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola no período de 1981-1985" aprovadas nesse Congresso salientava-se que a experiência de desenvolvimento económico e social da República Popular de Angola durante os anos

após a conquista da independência política comprova a necessidade da planificação centralizada.

No processo de realização das tarefas traçadas atribui-se um papel importante ao reforço da direcção planificada e centralizada do desenvolvimento socioeconómico. Está a ser criada a estrutura de gestão e controlo que assegura as condições de constituição e fortalecimento das relações socialistas de produção. Daí decorre a necessidade de alargar e consolidar o sector socialista da economia, nomeadamente o sector estatal, elo decisivo da economia nacional e base material das transformações revolucionárias nos domínios político e económico.

A RPA segue, desde os primeiros dias da sua existência como Estado independente, uma política orientada no sentido de desenvolver e fortalecer por todos os meios o sector estatal. Em Março de 1976 foi publicada a Lei da confiscação e nacionalização. A política económica da RPA, afirmava-se na lei, basear-se-á nos princípios da direcção planificada da economia contando com a coexistência de três tipos de propriedade (estatal, cooperativa e privada). Para além do desenvolvimento do sector estatal, a lei previa o implantar da cooperativização na economia. O sector privado manteve-se com a condição de apoiar incondicionalmente a linha geral de política económica, elaborada pelo MPLA.

De acordo com a lei, o Estado chama a si a gestão das empresas quer quando tal se justifica pela sua importância estratégica quer quando são abandonadas pelos donos ou ainda quando os proprietários e administradores se entregam à actividade de sabotagem.

A fim de pôr cobro à sabotagem da burguesia nacional e estrangeira, como também de mobilizar todos os recursos existentes para as necessidades de reconstrução da economia, em Março de 1976 foi aprovada a Lei sobre as Nacionalizações, segundo a qual o Governo da RPA pode nacionalizar a propriedade de qualquer companhia seja ela angolana ou estrangeira, se a sua actividade não corresponder aos interesses da reconstrução nacional em Angola. Serve de fundamento para transmissão de qualquer companhia para a mão do Estado: a interrupção injustificada da

produção; a fuga de capitais para o estrangeiro e dilapidação de fundos; a premeditada baixa do nível de produção; a redução do volume das transacções (exportação ou importação), como também o açambarcamento de produtos que se repercute de forma negativa no abastecimento às populações; a subutilização das capacidades produtivas instaladas; a premeditada ou involuntária deterioração dos meios de produção; o encerramento total ou parcial da empresa; comércio ou manutenção de outras ligações de carácter económico com os inimigos da RPA.

Em conformidade com a lei, em todos os sectores, à excepção da agricultura, os meios de produção nacionalizados são transmitidos para o sector estatal, enquanto no sector agrícola para as uniões de cooperativas. O problema da compensação é resolvido separadamente, caso a caso, pelos órgãos estatais competentes. Privaram-se do direito de receber compensação todos aqueles que se dedicaram à sabotagem económica ou cooperaram com os traidores da luta de libertação nacional.

A aprovação deste acto legislativo reforçou significativamente as posições do sector estatal, permitindo não só incluir neste a propriedade da antiga administração colonial, como também as empresas nacionalizadas. Passado um ano após a aprovação da lei o sector estatal já abrangia mais de 2000 empresas comerciais e agrícolas, como também fábricas, oficinas e plantações.

Nos anos seguintes um grande número de companhias pertencentes ao capital português foi objecto de nacionalização. Deste modo, foram reforçadas as posições económicas do Estado na indústria têxtil, de fiação e malhas e calçado, na produção de materiais de construção, de açúcar, café, algodão e na extracção de mármore e granito.

No início de 1978 no domínio da indústria transformadora passou a caber ao Estado a maior parte dos produtos fabricados: 100% nos tecidos, no açúcar, nos contraplacados, no varão para construção, 98% nas embalagens metálicas, 85% na cerveja, 80% nos estaleiros navais, 76% nos margarinas, 67% nos fósforos, 52% no calçado de couro, 37% no óleo e 25% no cimento.

A despeito de o sector estatal se encontrar ainda na

sua fase de constituição, já hoje consegue executar tarefas de grande responsabilidade e complexidade, relativas à remodelação da estrutura económica do País. É precisamente nas empresas estatais que começam a surgir e a consolidar-se elementos de formas (completamente novas e socialmente de vanguarda) de organização e direcção da economia que correspondem aos interesses dos trabalhadores. Nas empresas nacionalizadas formam-se comités de operários que dirigem a produção. Generaliza-se a prática da emulação socialista no seio dos trabalhadores.

As empresas do sector estatal baseiam a sua actividade de acordo com a Lei da empresa estatal e funcionam segundo o princípio do cálculo económico e da direcção única. O Governo considera que um importantíssimo objectivo a alcançar, que se coloca perante o sector empresarial do Estado, é a recuperação da produção de modo a atingir os níveis dos últimos anos do período colonial, através da utilização máxima das capacidades produtivas instaladas e da subida da produtividade de trabalho.

Paralelamente, o Governo considera que na etapa actual são imprescindíveis as modificações qualitativas no funcionamento das empresas estatais afim de garantir a máxima eficácia da sua actividade de molde a que o sector estatal se transforme em principal fonte estável de receitas para o Estado, torne-se dominante no processo de desenvolvimento económico e social do País e afaste paulatinamente as empresas privadas dos sectores-chave da economia.

No período de reconstrução nacional aumentou bruscamente a necessidade de engendrar um tal instrumento de gestão e controlo eficaz que contribuisse para o incremento da produção e permitisse realizar a repartição e utilização do rendimento nacional em conformidade com a política económica e social do MPLA-Partido do Trabalho, garantisse a aplicação dos respectivos mecanismos de controlo da actividade das empresas privadas e provocasse uma melhoria no funcionamento do aparelho administrativo do Estado.

O tal instrumento poderá ser o sistema financeiro. Contudo, nas condições concretas de Angola, antes de se começar a aplicá-lo na gestão da economia, torna-se necessá-

rio proceder a algumas modificações nos mecanismos de elaboração e gestão do Orçamento Geral do Estado, bem como modificar o carácter e funções do crédito bancário e do sistema de controlo financeiro, estabelecer o controlo da circulação monetária, rever o sistema de aplicação de impostos, assegurar o rigoroso controlo do orçamento cambial, regularizar o sistema de preços, definir as normas de contabilidade e responsabilidade financeira quer para as organizações estatais quer para as empresas. Os esforços do Governo de Angola nos anos de 1977 e 1978 foram concentrados na implementação daquelas medidas.

Seguindo a concepção de desenvolvimento económico elaborada, o MPLA-Partido do Trabalho orientou a sua política no sentido do desenvolvimento da economia nacional em forma equilibrada e em conexão. Ficou definido que na actual etapa da Revolução Democrática e Popular a agricultura é a base e a indústria o factor decisivo do desenvolvimento económico e social.

Isto comprova que o Governo do País encara a indústria e agricultura como partes que se completam mutuamente no relançamento da economia. Se um sector agrícola atrasado não pode incentivar elevados ritmos de crescimento da indústria, também uma indústria debilmente desenvolvida limita as possibilidades de evolução da agricultura. A sua estreita dependência exige a troca constante de bens.

O sector agrícola foi escolhido para base da reconstrução da economia, uma vez que emprega a maioria da população activa e dado que nele é criada uma grande parte da matéria-prima para a indústria, bens alimentares e produtos para exportação. Por outro lado, cabe à indústria, que se desenvolve a ritmos elevados, um importante papel no processo de recuperação da produção de modo a atingir os níveis de antes da guerra.

A escolha do sector agrícola como base do desenvolvimento determinou a necessidade de se realizarem profundas transformações neste domínio.

Um passo importante no processo de formação nos meios rurais de relações de produção de tipo novo constituiu a Lei sobre a nacionalização das terras, aprovada logo após a Proclamação da Independência. Esta medida tornou-se a

base da implementação do programa agrário do MPLA e da realização de transformações socioeconómicas no campo. Se a passagem das terras para a propriedade do Estado é a primeira condição para a formação de novas relações de produção no campo, a cooperativização do campesinato é, como afirmou V. I. Lénine, o segundo passo decisivo.

Na questão do desenvolvimento do sector agrário o MPLA atribui à cooperativização um papel fundamental. A cooperativização deverá tornar-se a pedra angular na reestruturação das relações de produção no campo.

Hoje, após a nacionalização das terras, existem na agricultura da RPA três tipos fundamentais de unidades de produção: cooperativas, empresas estatais e empresas privadas. Neste último tipo é de distinguir as pequenas empresas familiares e as médias (grandes à escala de Angola actual) capitalistas.

O aparecimento das cooperativas na sua forma actual marca um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas no campo. O MPLA já possui uma certa experiência de utilização das formas de colectivização da agricultura. Ainda no período da guerra contra o colonialismo começaram a aparecer modelos das actuais cooperativas nas regiões libertadas pelo MPLA. Seguindo uma política de fomento da cooperativização, o Governo da RPA presta assistência às cooperativas sob a forma de créditos, maquinaria e quadros.

O programa agrário do MPLA-Partido do Trabalho, sendo parte integrante da estratégia de desenvolvimento económico à escala nacional, define três objectivos fundamentais no domínio da agricultura: satisfação das necessidades da população em produtos alimentares; garantia de matéria-prima para a indústria ligeira e alimentar de molde a reduzir a importação daquela; aumento da produção agrícola com vista à exportação, o que permite uma maior entrada no País de receitas em divisas.

O MPLA-Partido do Trabalho atribui grande importância ao relançamento da indústria nacional. O Programa do Partido prevê a criação no futuro da indústria pesada angolana. A indústria é encarada como um factor decisivo do

desenvolvimento económico e social de Angola, visto que o aumento precisamente deste sector da economia nacional pode proporcionar ao jovem Estado receitas estáveis e autonomia económica.

O 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho colocou perante o sector duas tarefas fundamentais a alcançar a curto prazo: recuperar os níveis de produção atingidos neste antes da guerra e criar condições para que a indústria possa no futuro desenvolver-se a ritmos superiores aos dos restantes sectores da economia.

Sublinha-se em especial a necessidade de desenvolver proporcionalmente o sector afim de superar a desigualdade e desproporções herdadas do regime colonial. Na etapa actual dá-se particular atenção à plena utilização da cooperação internacional com o fim de solucionar os problemas surgidos, especialmente os que se prendem com a falta de quadros qualificados. Existem planos que visam a conclusão da construção de empresas, que começaram a ser construídas no período colonial e o alargamento das importações de equipamento necessário à restauração das empresas industriais danificadas.

A necessidade de reconstrução acelerada da economia nacional colocou perante o MPLA-Partido do Trabalho a questão da escolha dos sectores, cujos ritmos elevados de desenvolvimento poderão contribuir para a expansão tanto do sector industrial como da economia nacional em geral. Em certa medida, sabe-se que a política industrial do Partido depende das proporções e conexões que se formaram na economia.

A indústria do petróleo está incumbida de criar a base da reactivação da economia a curto prazo. Nas etapas seguintes crescerá a importância da extracção mineira, especialmente, a exploração dos jazigos de diamantes e minério de ferro. De entre os ramos da indústria transformadora na etapa actual dá-se especial atenção à recuperação da indústria alimentar e da pesca. O Estado presta um amplo auxílio ao desenvolvimento dos ramos mencionados.

A formação de quadros políticos, técnicos e científicos qualificados e a participação de todos os trabalhadores na

renovação activa da economia nacional são condições necessárias para o desenvolvimento do processo revolucionário e construção da nova sociedade em Angola o que faz parte dos principais objectivos do período de reconstrução nacional. Sem a consecução deste não é possível resolver as tarefas traçadas, isto é, alargar e reforçar o sector estatal, restaurar a economia nacional e elevar o nível de vida da população. O desenvolvimento do País depende, antes de mais, do nível de qualificação e consciência dos trabalhadores.

A tarefa imediata neste domínio deverá ser a liquidação do analfabetismo. No período colonial a escola representava um dos principais esteios da dominação da Metrópole. O sistema colonial de ensino era caracterizado pela falta de escolas (particularmente nos meios rurais, onde habita a maioria dos angolanos), pelo número insuficiente de professores e pela discriminação relativamente aos diferentes grupos da população no que se refere ao acesso ao ensino. Como resultado, o nível de alfabetização no País não chegava a atingir 15% do número total de habitantes. Porém, mesmo esta não muito grande percentagem era assegurada no fundamental à custa da população branca, isto é, à custa da burguesia colonial portuguesa.

Desde os primeiros dias da independência o Governo do País dá grande atenção ao problema da liquidação do analfabetismo e ao problema do desenvolvimento do sistema de ensino. A prática do ensino privado está vedada por lei. O ensino passou a ser gratuito. Cresceu bruscamente o número de alunos no sistema de ensino primário e nos primeiros anos do ensino médio. No início dos anos 80, no sistema de ensino primário frequentava mais de um milhão de indivíduos, enquanto no sistema de ensino médio quase 2500 indivíduos (em que 80% cabia aos dois primeiros anos). Para comparação observe-se que em 1973 o número de alunos era respectivamente igual a 512 942 e 40 024 indivíduos. Por conseguinte, apesar da redução verificada após a saída maciça de portugueses do número de professores diplomados a quantidade de alunos aumentou para o dobro.

Ao mesmo tempo criam-se escolas especiais para forma-

ção de quadros qualificados e de pessoal técnico médio para os diferentes ramos da indústria.

Contudo, a principal forma de resolução parcial do problema de quadros nos primeiros anos de existência da RPA como Estado independente foi a utilização de especialistas estrangeiros. A cooperação técnica internacional, em especial com os países socialistas, era encarada pelo Estado angolano como um dos métodos de formação acelerada de quadros. Assim, propõe-se a tarefa de criar condições que permitam aos angolanos assimilar rápida e completamente a experiência de trabalho dos especialistas estrangeiros.

Nos dias de hoje trabalham no País grandes grupos de especialistas da URSS, Cuba, RDA, Bulgária e outros países socialistas. Em Angola também trabalha um número significativo de engenheiros e médicos—emigrantes políticos de uma série de países da América Latina.

A justeza da política do Governo no concernente às questões da formação de quadros qualificados é comprovada pelo rápido crescimento do número de especialistas dos diferentes sectores da economia nacional. As dificuldades são superadas com êxito.

Com os sucessos na esfera da produção o MPLA-Partido do Trabalho relaciona o cumprimento de um dos objectivos estratégicos do desenvolvimento—a elevação constante do nível de vida do Povo. O Estado considera com toda a justiça que no decurso dos próximos anos a subida do nível de vida irá depender no fundamental do crescimento da produção e da produtividade do trabalho. O crescimento constante da produção é encarado como uma garantia da eliminação das tendências no mercado de bens de consumo e da subida dos rendimentos reais da população.

O 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho decidiu estabilizar os rendimentos da população, aumentar os rendimentos reais, assegurar tanto quanto possível um nível mais ou menos igual de abastecimento às populações de produtos de primeira necessidade por todo o território do País.

Em conexão com o exposto, sublinhou-se a necessidade de chamar o campesinato a participar na produção mercantil garantindo a troca crescente de produtos entre a cidade

e o campo em conformidade com as necessidades da população rural.

Um importante papel na elevação do nível de vida da população desempenha a política levada a cabo pelo Estado no domínio dos preços e formação de preços. Nos documentos do MPLA-Partido do Trabalho referia-se que nesta etapa da Revolução Democrática e Popular o sistema centralizado de formação de preços se transforma em importante tarefa do Estado, uma vez que os preços, constituem o principal elemento no processo de elaboração e controlo de execução do plano económico estatal e aquando da avaliação da eficácia da produção, como também desempenha um papel relevante na resolução das questões económicas colocadas pelo MPLA.

Em 1 de Setembro de 1977 na rede de comercialização estatal da RPA foram introduzidos preços fixos para os principais produtos alimentares, tais como açúcar, farinha, arroz, leite e lacticínios e óleo vegetal. Esta decisão do Governo era não só de importância estritamente económica, como também de grande alcance político, posto que representava um passo concreto no processo de elevação do nível de vida dos trabalhadores e liquidação da especulação provocada pelas dificuldades do período do pós-guerra. Em 1979 foi criada a Comissão Permanente de Fixação e Controlo de Preços.

Depois da Proclamação da Independência, Angola deparou com a necessidade de, praticamente de novo, ter de organizar a produção e resolver a questão de remodelação da estrutura das relações económicas. Por isso, paralelamente à introdução dos preços únicos para os bens alimentares, o Governo deu início ao estudo da questão da regularização dos salários e introdução de normas tarifárias fixas para as diferentes categorias de trabalhadores.

Em Julho de 1978 o Conselho Revolucionário da RPA aprovou a nova lei dos salários. Deste modo, os códigos coloniais do trabalho e salários deixavam de estar em vigor. A lei prevê uma melhoria significativa da situação material das amplas massas trabalhadoras, a redução das desproporções herdadas do colonialismo na retribuição salarial aos trabalhadores manuais e intelectuais. Ao mesmo tempo, tem

em conta que o principal factor de aumento do bem-estar da classe operária deverá tornar-se a elevação da produtividade do trabalho e o reforço da disciplina laboral.

A política do Estado no domínio do trabalho está actualmente orientada no fundamental para a implantação de uma organização laboral eficaz em todos os sectores da economia e de um sistema justo de retribuição salarial.

Nos primeiros anos após a Proclamação da Independência, no País continuaram em vigor os principais actos de legislação laboral do tempo do colonialismo tais como o "Estatuto do funcionalismo ultramarino", o "Estatuto do trabalhador angolano" e o "Código do trabalho rural". Depois do 1º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho começou-se com a elaboração de um novo documento jurídico único que correspondesse à mudança verificada nas condições socioeconómicas de Angola contemporânea.

Em 1977 o Conselho de Ministros da RPA aprovou o decreto que previa a redução da semana de trabalho para 44 horas. O decreto prevê que a duração da jornada irá regular-se de acordo com as organizações sindicais nas empresas.

Em Angola subsiste ainda o desemprego por enquanto. O sector agrícola não está em condições de assegurar trabalho a toda a sua população. A situação agrava-se com o processo de desagregação acelerada da comunidade, com as acções terroristas dos restos de grupos separatistas e com as condições climatéricas desfavoráveis que assolaram Angola nos últimos três anos.

Nestas condições, massas consideráveis de habitantes do campo preferiram ir para a cidade, aumentando o já não muito pequeno exército de desempregados, formado em consequência da interrupção da actividade de muitas empresas industriais e comerciais.

Por isso, o MPLA-Partido do Trabalho apontou a tarefa de realizar uma política fundamentada no domínio da criação de empregos que contribuiria para a construção da nova sociedade em Angola. Para tal foi decidido pôr de novo em actividade as empresas e instituições abandonadas, efectuando as necessárias modificações e ajustamentos na agricultura, indústria e construção.

Contudo, a concretização desta tarefa prende-se em grande medida com a resolução do problema não menos complexo de regular as correntes migratórias no interior do País, especialmente as direcções do movimento da força de trabalho para aquelas esferas e regiões que têm mais interesse do ponto de vista do Estado. O principal entrave neste processo reside na ausência de um sistema de controlo estatístico sobre a força de trabalho. O Estado empreende esforços no sentido de registar todos os cidadãos afim de poder garantir-lhes trabalho. Estudam-se as viabilidades de realizar no País o recenseamento geral da população.

A política do Estado no domínio do trabalho, preços e salários traz os seus verdadeiros frutos sob a forma de subida gradual da produtividade de trabalho no País e aumento da produção, o que se repercute no final de contas nos indicadores da economia nacional e no bem-estar do Povo angolano.

A estratégia económica nas relações exteriores é de importância capital e insere-se na política económica do MPLA-Partido do Trabalho.

Na arena internacional a República Popular de Angola intervém na qualidade de combatente consequente contra o imperialismo e o neocolonialismo e participa activamente na luta pela reestruturação do actual sistema de relações económicas internacionais e institucionalização da Nova Ordem Económica Internacional.

A estratégia económica da República Popular de Angola em relação ao exterior abrange um conjunto de medidas que deverão, por um lado, contribuir para o desenvolvimento acelerado da economia do jovem Estado e, por outro lado, barrar o expansionismo neocolonialista dos países imperialistas que tentam preservar as suas posições na economia nacional. Em Angola está a ser liquidada a preponderância do capital estrangeiro. No sector do comércio externo estabelecem-se relações de igualdade com os parceiros respectivos. Desenvolvem-se as relações económicas com os países socialistas e Estados da Ásia, África e América Latina.

Depois de Angola ter alcançado a independência modificou-se substancialmente a correlação entre os diferentes elementos do sistema das relações económicas com o exterior.

Cresceu relativamente nela a importância do comércio externo, diminuiu bruscamente o afluxo de capital privado estrangeiro e aumentou a dimensão da ajuda através do Estado.

A problemática do relacionamento com o capital estrangeiro é uma parte integrante fundamental da estratégia económica da RPA na esfera das relações com o exterior. Como se sabe, a importação de capitais é um traço inevitável e constante da economia dos países da África na sua etapa actual de desenvolvimento em que o impetuoso processo de nacionalização é acompanhado da captação activa de investimentos estrangeiros quer em empreendimentos quer sob a forma de empréstimo.

Nas relações da RPA com o capital estrangeiro observam-se com precisão duas tendências. Por um lado, o jovem Estado afasta o capital estrangeiro daqueles sectores onde considera possível e necessário o desenvolvimento da produção exclusivamente na base de empresas nacionais e, por outro, capta meios do estrangeiro para a recuperação dos ramos existentes e criação de novos. Em paralelo, busca constantemente formas novas e mais vantajosas de cooperação com o capital estrangeiro, procurando colocar este último sob seu controlo.

A política de utilização do capital estrangeiro nos interesses do desenvolvimento económico de Angola abarca o controlo do Estado sobre a sua actividade, sobre o dispêndio dos meios captados no estrangeiro e subordinação dos investimentos estrangeiros ao plano nacional de desenvolvimento. O Governo da RPA procura não dar ao capital estrangeiro a possibilidade de recriar um sistema de relações económicas não controladas pelo Estado, facto que era uma característica do período colonial, quando os grandes monopólios internacionais estavam livres do controlo da sua actividade económica com o exterior por parte do Estado e disfrutavam do direito de exportação e importação ilimitada de produtos, máquinas e equipamento, transferência de lucros, etc. sem pagar direitos.

Na actual etapa de desenvolvimento Angola, tal como muitos outros países em vias de desenvolvimento, não está em condições de rejeitar totalmente o emprego de ca-

pital estrangeiro aquando da resolução dos problemas económicos. Por isso, adquire uma significância especial a definição do lugar a atribuir pelo País aos investimentos estrangeiros.

Não se recusando à cooperação com o capital estrangeiro, Angola procura acima de tudo estabelecer sobre ele um controlo rigoroso. No 10.º artigo da nova Lei Constitucional da RPA diz-se que a República Popular de Angola reconhece, defende e garante a iniciativa privada, incluindo a propriedade dos estrangeiros, sob condição de que esta corresponda aos interesses da economia do País e interesses do Povo angolano.

A inclusão na Lei Fundamental de um artigo concernente ao capital estrangeiro comprova o facto de que Angola encara os investimentos estrangeiros como um dos meios de reanimação da economia. Ao mesmo tempo, sublinha-se que é condição de acesso do capital estrangeiro a concordância da sua actividade com os interesses de desenvolvimento económico e social do País, subentendendo-se, assim, que em Angola só se mantêm aquelas firmas estrangeiras que se enquadram no desenvolvimento da economia do País e que não podem ainda passar para a mão do Estado mercê da falta de amadurecimento das condições objectivas.

A concessão de determinadas garantias às firmas privadas estrangeiras não exclui a possibilidade de o Governo empreender medidas tendentes a limitar as posições do capital estrangeiro no País e a fazer cessar a arbitrariedade dos monopólios internacionais. Estas medidas abrangem a publicação de leis que tanto regulam a actividade do capital estrangeiro como a restringem a determinados sectores; revisão das condições dos contratos firmados com companhias estrangeiras no tempo do colonialismo; criação de empresas mistas, etc.

Com o objectivo de promover a regularização da actividade do capital estrangeiro e de utilizá-lo no processo de desenvolvimento do País, em Julho de 1979 foi aprovada a Lei dos Investimentos Estrangeiros. No preâmbulo deste documento afirma-se que no intuito de dar cumprimento aos objectivos previstos pelo Partido e tendo em atenção as possibilidades técnicas limitadas do País, a falta de re-

ursos financeiros e a incipiente preparação técnica dos trabalhadores angolanos torna-se imprescindível recorrer a capitais, equipamento e tecnologia estrangeiros.

Em conformidade com a lei, Angola permite investimentos estrangeiros de capital sob condição de que estes últimos serão realizados por empresas que disponham das respectivas possibilidades financeiras e técnicas na base da observância dos princípios do respeito pela independência nacional e pelos interesses mútuos. Estes investimentos devem corresponder aos objectivos previstos pelo plano de desenvolvimento económico e social do País.

De molde a não deixar o capital estrangeiro dominar sectores de importância estratégica para a economia do País, a lei proíbe os investimentos estrangeiros na esfera da defesa, finanças e crédito, seguros, comércio externo, educação, saúde, abastecimento da água e electricidade, telecomunicações e meios de informação massiva.

O capital estrangeiro pode exercer a sua actividade sob a forma de companhias mistas (em que 51% do capital pertence ao Estado angolano), de associações com sociedades angolanas e, como excepção, sob a forma de companhia privada. Os investidores estrangeiros disfrutam do direito de transferência dos lucros para o estrangeiro e de repatriação do capital.

Do arsenal de meios que o Governo tem ao seu dispor na luta contra o predomínio do capital estrangeiro no País o mais radical é a nacionalização. Esta mina os próprios alicerces de influência do capital monopolista estrangeiro sobre o processo de reprodução nacional e amplia a base do sector estatal na economia. Prendendo-se com a mudança do carácter da propriedade dos meios de produção, a nacionalização tem consequências de grande alcance não só para a vida económica, como também para a vida política e social de Angola.

Como se sabe, o carácter de classe de nacionalização é determinado pela natureza do poder estatal. A este propósito, ainda Engels sublinhara que enquanto no poder estiverem as classes possuintes, toda a estatização significará não a destruição da exploração, mas sim apenas a modificação da sua forma. Embora o carácter da naciona-

lização nos países em vias de desenvolvimento se distinga de forma substancial do processo análogo nos países do capitalismo desenvolvido, também ainda nos jovens países libertados este processo se apresenta profundamente diferenciado em função da orientação social e económica.

O facto de se avançar a construção da sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, como objectivo do desenvolvimento, determinou em Angola as formas, à escala e outros aspectos das medidas de nacionalização. Ao implementar os seus planos neste domínio, o Governo da RPA acelera o processo de formação do sector estatal na economia nacional e efectua a remodelação das relações sociais, modificando assim toda a estrutura económica do País, incluindo as relações económicas com o exterior.

Ao encetar a via de desenvolvimento independente, Angola enfrentou logo o problema da reconstrução da economia destruída pela guerra. Nestas condições o Governo não tencionava acelerar as medidas de nacionalização, antes pelo contrário, procurou utilizar as reservas do sector privado nacional e estrangeiro afim de proceder à reconstrução nacional. Esta aspiração encontrou pela frente a oposição dos investidores estrangeiros, em primeiro lugar, portugueses, e da burguesia nacional, relacionada com ela.

A ofensiva contra as posições do capital estrangeiro começou pelo seu elo mais fraco, isto é, pelas companhias portuguesas. O optar pelas companhias portuguesas como primeiro objecto de nacionalização foi determinado pelas seguintes circunstâncias. Depois da Proclamação da Independência muitas firmas portuguesas existentes em Angola interromperam a sua actividade produtiva já que os seus donos e quadros de direcção abandonaram o País. Uma grande parte das empresas pertencentes ao capital português estava voltada para o mercado interno angolano. A sua passagem para propriedade do Estado não só não criou dificuldades na venda da produção, antes pelo contrário, facilitou a situação do abastecimento. Deste modo, a decisão de nacionalizar as companhias estrangeiras foi ditada pelas necessidades de reanimação da produção no País. Devese tomar-se em consideração ainda o facto de que uma parte significativa das companhias portuguesas nessa altura já tinha sido nacio-

nalizada na própria Metrópole em consequência das reformas económicas de 1974.

No início de Maio de 1976 foram nacionalizadas 12 companhias agrícolas e 7 industriais, todas elas eram controladas pelo capital português. No entanto, nalgumas companhias agrícolas havia também interesses de países da Europa Ocidental. Aos detentores de acções não-portuguesas foi atribuída uma compensação pelos bens nacionalizados.

O êxito das nacionalizações em muito depende do facto da empresa a nacionalizar estar orientada para o mercado interno ou externo. Já se referiu que, em Angola, as empresas que estão viradas para a exportação pertencem ao conjunto das mais modernas, rentáveis e que também proporcionam receitas em divisas. Entretanto, estas empresas estão deficientemente integradas na economia nacional. A nacionalização destas empresas adquire, por isso, uma importância especial, uma vez que significa a sua inserção gradual no processo de reprodução nacional.

Ao mesmo tempo, a nacionalização das companhias orientadas para os mercados internacionais está relacionada com o perigo de aparecerem problemas difíceis, consequência da sua passagem para a mão do Estado. Neste grupo de problemas é de incluir o boicote à produção destas empresas nos mercados mundiais, como também a interrupção do fornecimento a elas de equipamento e bens de aplicação produtiva.

Simultaneamente, a nacionalização das empresas estrangeiras da indústria extractiva, especialmente da petrolífera, tem uma importância muito grande para o fortalecimento das posições do sector estatal na economia e para o aumento das receitas do Estado provenientes da exploração dos recursos naturais do País.

Neste contexto torna-se necessário analisar mais detalhadamente as medidas do Governo da RPA orientadas no sentido de limitar as posições do capital estrangeiro na indústria extractiva.

A efectivação neste sector de transformações reais que restringissem a arbitrariedade dos monopólios estrangeiros, foi impedida pelo sistema de obtenção de concessões e transmissão dos direitos de posse sobre as "zonas concessioná-

rias” que existia desde o início do século. Tal sistema era regulado pela Lei de minas de 1906. Da maneira como a lei estava formulada dava-se às companhias que não tivessem os meios necessários técnicos e financeiros para a exploração dos recursos a possibilidade de comprar “zonas concessionárias”, o que levava à especulação destes últimos e, no final de contas, à concentração das riquezas naturais do País na mão de um pequeno grupo de monopólios. Em Fevereiro de 1977 foi aprovada a cessação da validade de uma série de pontos da Lei de minas. Por decreto do Governo foi suspensa a concessão dos direitos de exploração dos recursos minerais no território nacional e proibida a transmissão dos direitos de propriedade sobre as jazidas de minérios. Em conformidade com o novo texto da lei, a transmissão dos direitos de exploração do subsolo angolano pode efectuar-se só com o acordo do Ministério da Indústria e da Energia e deve ser submetida à aprovação do Governo.

A modificação da lei criou a base de direito para a ulterior limitação da actividade dos monopólios estrangeiros neste domínio. Em Maio de 1979 o Conselho Revolucionário aprovou o novo texto da Lei de minas. No documento diz-se que a nova lei deverá tornar-se o principal instrumento na mão do Estado que garante a disciplina, a racionalidade e o controlo aquando da utilização dos recursos minerais. A lei proclama a propriedade estatal sobre todos os tipos de recursos minerais que existem em território nacional; o direito exclusivo do Estado de realizar trabalhos cartográficos e divulgação da informação sobre a geologia do País. A lei também passou para a mão do Estado o direito de proceder à prospecção geológica e de avaliar os recursos minerais.

Um princípio importantíssimo proclamado pela lei constituiu o regime legal que prevê a utilização dos recursos minerais subordinada aos interesses do povo angolano e às necessidades da economia planificada. No conteúdo nota-se a diferença de fundo entre a nova lei e a antiga. Nela está concentrada a nova essência socioeconómica que se formou sobre a acção imediata do Estado de orientação socialista.

A lei definiu o papel do capital estrangeiro na exploração das riquezas minerais do País. O direito de exploração destas, de acordo com a lei, pertence exclusivamente às empresas estatais da indústria mineira. Contudo, estas últimas podem cooperar com as companhias estrangeiras que possuem as necessárias possibilidades técnicas e financeiras com a finalidade de acelerar os ritmos de crescimento da indústria mineira. Às companhias estrangeiras reconhece-se-lhes o direito de compensação pelos capitais investidos e de exportação dos rendimentos respectivos. Deste modo, em conformidade com o espírito e letra da nova lei, a actividade do capital estrangeiro no sector embora também seja admitida, é mais uma excepção do que uma regra.

Com a posse das riquezas em petróleo cuja exploração assegura cerca de 70% das entradas provenientes da exportação e aproximadamente 60% das receitas do erário público abrem-se grandes perspectivas perante o Estado. Entretanto, falar-se de nacionalização de todas as empresas do ramo mineiro seria prematuro devido a toda uma série de razões, fundamentalmente pela falta no país de um número suficiente de especialistas e pelas possibilidades financeiras e técnicas exíguas do jovem Estado. Esta questão exige que a sua solução seja gradual.

Depois da conquista da independência pelo País, uma das tarefas imediatas que o Governo traçou consistia na mudança das condições de actividade existentes da maior companhia de petróleo estrangeira — a “Cabinda Gulf Oil”. Desde a Primavera de 1976 decorreram conversações com os representantes do monopólio norte-americano. A Parte angolana exigiu a transmissão para a mão do Estado da participação maioritária em acções.

Em conformidade com o contrato em vigor até 1978, a companhia possuía o direito de explorar a concessão de Cabinda por um prazo de 50 anos (até 2007) com possibilidade de vir a poder ser prolongado por mais 20 anos.

Ao Estado angolano pertenciam 12 mil acções da companhia de 25 dólares cada, isto é, 20,5% do capital e recebia ainda “royalties” no montante de 12,5% do valor das vendas de petróleo; como também tinha direito a adquirir anualmente até 37,5% do volume de petróleo extraído pela

companhia. A "Gulf Oil" pagava anualmente de impostos 50% dos lucros obtidos nas vendas do petróleo de Cabinda. Como compensação pelo pagamento dos "royalties" a companhia estava isenta do pagamento de direitos aduaneiros, taxas, impostos sobre as acções e obrigações, impostos de capitais, enquanto fosse propriedade da sede da "Gulf Oil Corporation". A companhia não tinha fixado o mínimo de capital nem limitada a exportação de lucros.

Compreende-se que semelhantes condições de actividade do monopólio norte-americano restringiam substancialmente os direitos de soberania do Estado angolano e reduziam as possibilidades de obtenção de recursos financeiros adicionais tão necessários no período de reconstrução nacional.

O receio de perder a concessão obrigou a "Gulf Oil" a levar a efeito uma política flexível e a manifestar de toda a maneira lealdade ao Governo existente. Desde o momento em que recomeçou a extracção do petróleo, em Março de 1976, a companhia pagava regularmente todos os direitos. O volume de extracção aproximou-se dos níveis alcançados antes da guerra. Em 1977, diariamente extraía-se em média 123 mil barris de petróleo em comparação com os 140 mil barris de antes das operações militares.

No decorrer dos anos 70 a importância que as concessões angolanas tinham para a sede da companhia "Gulf Oil" cresceu consideravelmente. Se, por um lado, em 1973 os jazigos minerais em Cabinda asseguravam 6% das receitas da sede do monopólio "Gulf Oil" provenientes das transacções no estrangeiro e entre 8 e 10% do volume da extracção mundial, no início de 1975 estes índices já eram iguais a 10 e 20% respectivamente. Após a nacionalização da propriedade da "Gulf Oil" no Koweit e na Venezuela, o petróleo explorado em Angola passou a proporcionar cerca de um terço das receitas dos monopólios logradas em transacções fora dos EUA.

Nestas condições a perda das concessões da "Gulf Oil" em Angola ameaça-a de sérias dificuldades financeiras.

Nos inícios do Outono de 1978, em consequência das conversações morosas e difíceis entre os representantes do Governo da RPA e da companhia norte-americana conseguiu-se chegar a um acordo em que a companhia petro-

lífera estatal angolana SONANGOL adquire a participação maioritária da "Cabinda Gulf Oil". A companhia norte-americana deverá pagar ao Estado 16,67% do total dos lucros provenientes das vendas de petróleo pela locação e 65,75% sob a forma de impostos sobre o rendimento.

Ao mesmo tempo, as posições da companhia norte-americana são bastante fortes, uma vez que a "Cabinda Gulf Oil" mantém o monopólio de alguns tipos de equipamento de extracção de petróleo que é levada a efeito a partir das jazidas minerais localizadas no off-shore. Em caso de nacionalização total, Angola ver-se-ia, desta maneira, inevitavelmente na necessidade de recorrer ao Ocidente para pôr a funcionar o sector da extracção.

A nacionalização da companhia ANGOL, filial do cártel petrolífero português SACOR, que assegurava 5% da extracção de petróleo no País, contribuiu para o reforço considerável das posições do Estado na extracção de petróleo. Esta companhia fazia a extracção quer sozinha quer conjuntamente com a PETRANGOL, a "Total" e a "Texaco". O petróleo extraído era vendido essencialmente no mercado interno. A passagem da companhia ANGOL para a mão do Estado criou condições para a nacionalização da rede de comercialização de derivados do petróleo que se seguiu na segunda metade de 1977.

Entretanto, apesar de se ter aprovado uma série de medidas decisivas, a nacionalização das companhias estrangeiras na indústria extractiva tem um carácter mais restrito em comparação com outros sectores da economia. A principal razão consiste no facto de que a nacionalização da indústria extractiva nos países em vias de desenvolvimento nem sempre é eficaz. A estatização destas empresas não abre automaticamente o acesso à sua produção nos mercados internacionais. Para além do mais, a política do capital monopolista está orientada no sentido de criar dificuldades adicionais nas vendas de produção das empresas nacionalizadas no mercado externo.

Nestas condições, a criação de sociedades mistas constitui uma forma mais flexível de limitação das posições do capital estrangeiro em comparação com a nacionalização. As principais companhias mistas com participação de capi-

tal angolano e estrangeiro na indústria extractiva são a companhia de petróleo PETRANGOL e a de diamantes DIAMANG, e desde Setembro de 1978 a "Cabinda Gulf Oil" (no petróleo também).

Em 1977, o Estado obteve a participação maioritária na companhia de extracção de diamantes DIAMANG, nacionalizando os capitais dos pequenos detentores de acções portuguesas. A quota-parte do Estado no capital cresceu de 11,5% para 60,85%. Os capitais dos grandes detentores de acções, tais como a "Société des Banques Suisses", suíça, a "Diamond Corporation", inglesa, a "Morgan Trust Company" e a "Solomon R. Hooghenheim", americanas, e outras, não foram abrangidos pela nacionalização.

A criação de companhias mistas torna-se a principal forma de limitação e regulamentação da actividade do capital estrangeiro na indústria extractiva de Angola. Com a recuperação gradual da economia angolana as firmas estrangeiras começam a cooperar de forma cada vez mais activa com o Governo da RPA no domínio da exploração dos recursos naturais do País.

Subentende-se que a política de cooperação com o Estado angolano e a prontidão em aceitar as condições apresentadas pelo Governo da RPA de maneira alguma significam um afastamento dos princípios em que se alicerça a política de investimentos dos monopólios, tais como a manutenção do controlo sobre a empresa criada, a utilização de investimentos em primeiro lugar para ampliar os mercados de venda dos seus produtos, etc. Entretanto, a realização destes princípios é entravada pela política consequente e de princípios do Governo da RPA, orientada no sentido de sustentar a actividade expansionista dos monopólios estrangeiros e de utilizar o capital estrangeiro nos interesses do desenvolvimento nacional.

Ao pôr em prática uma política que assegura o papel dirigente do Estado nas companhias mistas, o Governo da RPA visa afastar totalmente o capital estrangeiro dos centros de decisão e cingi-lo pura e simplesmente às funções dos serviços técnicos e de transmissão de experiência.

A experiência dos países em vias de desenvolvimento comprova que as empresas mistas são uma forma que fa-

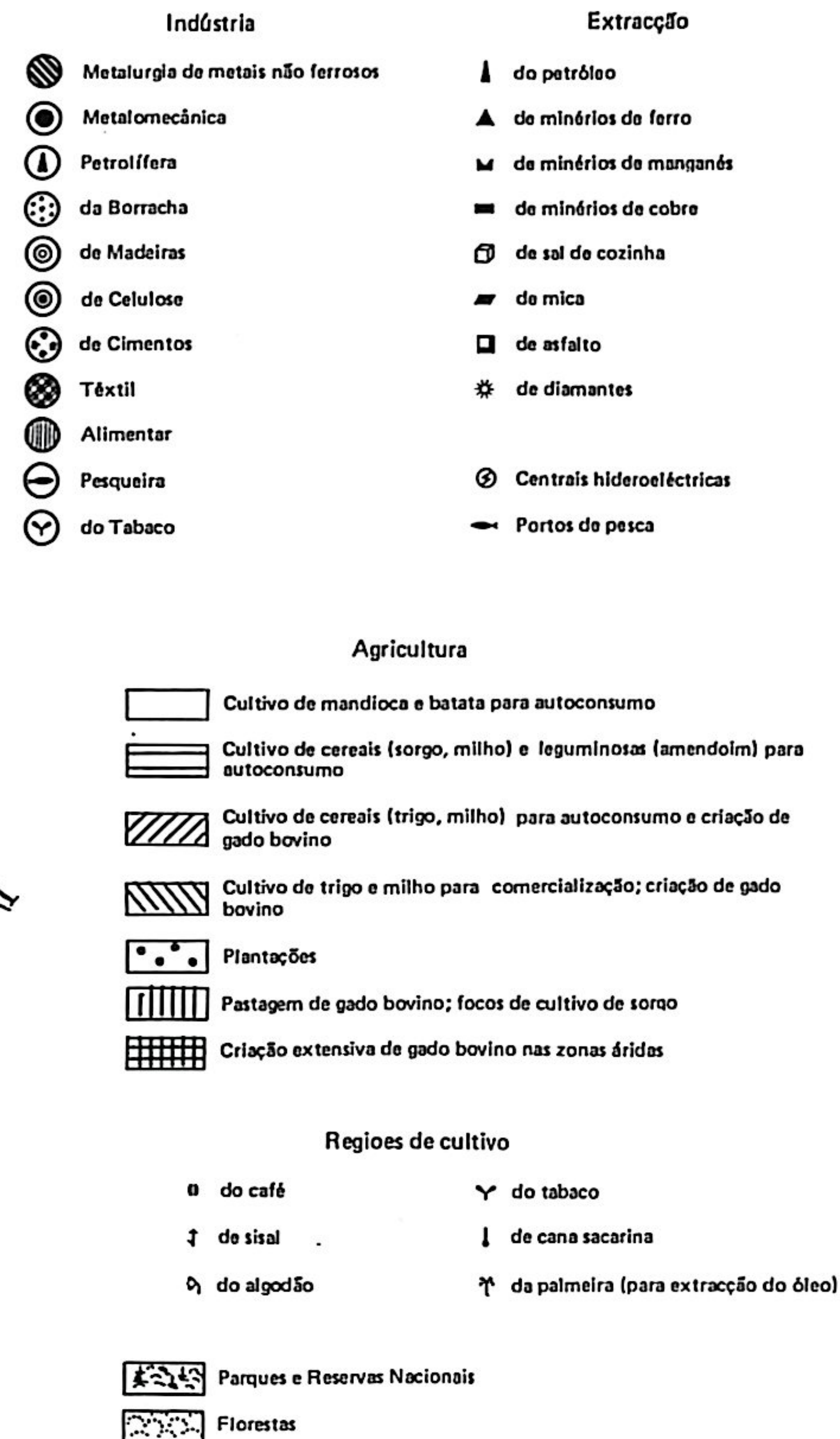
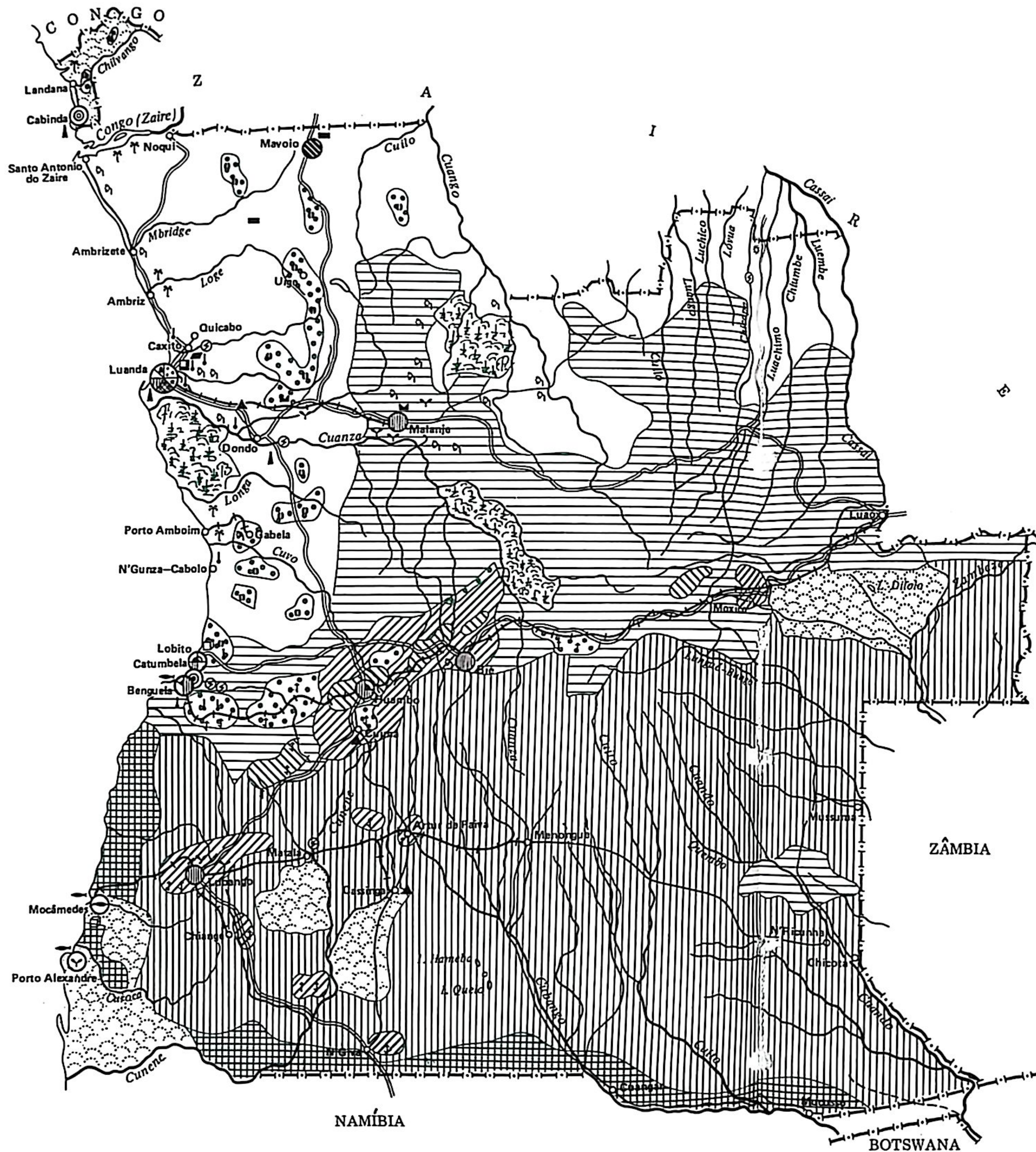
vorece a captação, mobilização e utilização dos recursos financeiros e conhecimentos técnicos do estrangeiro, como também da tecnologia avançada afim de superar o atraso económico e conquistar a independência económica.

A institucionalização das empresas mistas tem uma grande importância para o processo que visa o domínio dos recursos naturais do País e o futuro afastamento gradual do capital estrangeiro. Ao criá-las, a República Popular de Angola obtém a possibilidade de assimilar a experiência da actual produção tecnicamente avançada, de preparar quadros técnicos nacionais e de garantir o mercado para a sua própria produção. De futuro, a experiência da actividade das empresas mistas nos sectores da indústria extractiva pode ser fecundamente utilizada para o desenvolvimento da própria indústria transformadora.

O reforço do controlo sobre a actividade do capital estrangeiro, a limitação da esfera das suas operações e a nacionalização da propriedade estrangeira constituem uma das principais direcções das transformações socioeconómicas da RPA, parte integrante da reestruturação de todo o sistema de relações económicas externas do novo Estado numa base progressista. O futuro desenrolar deste processo deverá libertar definitivamente a economia angolana da orientação unilateral no mercado capitalista mundial e alargar as possibilidades de desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa com o mundo socialista.

No domínio do comércio interno e externo a estratégia económica do MPLA-Partido do Trabalho com o exterior está concretizada numa série de pontos desenvolvidos no 1.º Congresso e que obtiveram ulterior desenvolvimento no 1.º Congresso Extraordinário do Partido. Em particular foi colocada a tarefa de, a curto prazo, criar condições para o estabelecimento do monopólio estatal do comércio externo. Com este objectivo foram instituídos em Angola organismos especiais do Estado incumbidos da actividade de exportação e importação.

Uma das tarefas é a elevação da eficácia de controlo sobre as operações na esfera do comércio externo, incluindo as do sector privado, o que permite reduzir as importações e aumentar e diversificar as exportações.



O Governo do País procura em simultâneo ampliar o círculo de parceiros comerciais da RPA. A política que é realizada hoje aponta para o crescimento das trocas comerciais com os países em vias de desenvolvimento e com os países socialistas.

O desenvolvimento multilateral das relações económicas e políticas com o mundo do socialismo constitui uma das bases da estratégia económica do Partido com o exterior. Os países socialistas prestam a Angola uma verdadeira ajuda económica e social. Nas relações entre os países da comunidade socialista e a República Popular de Angola, como será mostrado adiante, estabeleceu-se um novo tipo de relações económicas internacionais onde não há lugar para a exploração. O evitar o apego artificial e unilateral pelo mercado capitalista mundial é uma importante direcção da estratégia económica da RPA com o exterior. A sua concretização abre amplas perspectivas de desenvolvimento da cooperação económica e cultural entre a RPA e o mundo socialista.

A AGRICULTURA E A PESCA

A agricultura, uma das bases da economia angolana, encontra-se hoje num processo de reestruturação profunda. Opera-se a ruptura das estruturas arcaicas herdadas do colonialismo pelo jovem Estado. Procede-se à busca de novas formas de organização de produção. A mudança qualitativa verificada nos métodos de organização da produção e as inevitáveis “dificuldades de crescimento” não deixariam de se fazer repercutir nos ritmos de desenvolvimento do sector. Ainda hoje se fazem sentir as consequências negativas da intervenção imperialista de 1975-1976. No entanto, os trabalhadores de Angola lutam persistentemente pela concretização de uma das tarefas com que depara o sector, que consiste em atingir e, com o decorrer do tempo, em ultrapassar os níveis de produção agrícola de 1973. A consolidação neste sector da economia de novas relações de produção, mais avançadas em comparação com o período colonial tornou-se a garantia de tal êxito.

O sector agrícola no período colonial era caracterizado por uma estrutura extremamente deformada. A grande massa de camponeses que dispunha de meios de produção limitados e que arrastava uma vida miserável opunha-se às empresas capitalistas e latifúndios que ocupavam as melhores terras e exploravam a força de trabalho do crescente semiproletariado rural com o objectivo de produzir para exportar. Todo um exército de intermediários parasitas entregava-se à compra e venda de produtos agrícolas dos camponeses, obtendo grandes lucros. Toda a maquinaria estava concentrada nas grandes empresas coloniais, que possuíam cerca de 9000 tractores, utilizavam anualmente à volta de 80 000 toneladas de adubos e disfrutavam de sistemas de irrigação mais ou menos aperfeiçoados.

Na agricultura amoldavam-se simultaneamente as empresas capitalistas modernas e as empresas do sector tradicional que ocupava entre 80 e 85% da população do País. Nele produzia-se uma vasta gama de culturas (no fundamental para consumo próprio e em parte para venda). A administração colonial ordenou os camponeses a produzir obrigatoriamente algumas culturas (café, algodão, milho e trigo). É de referir que a maioria do número de culturas, produzidas no sector tradicional foram trazidas para Angola pelos portugueses. Até mesmo o milho, a mandioca e o feijão, maior parte da colheita dos quais é consumido dentro do sector tradicional, não são culturas locais. Só o massango e a massambala eram cultivados pelos africanos até ao aparecimento dos europeus.

Segue-se um quadro que caracteriza a estrutura da produção do sector tradicional nos últimos anos do período colonial (em percentagem).

Designação	1969-1970		1970-1971		1971-1972	
	Para venda	Para consumo próprio	Para venda	Para consumo próprio	Para venda	Para consumo próprio
Trigo	100	—	86	14	84	16
Arroz	88	12	81	19	81	19
Massango	2	98	5	95	6	94
Massambala	5	95	8	92	7	93

Designação	1969-1970		1970-1971		1971-1972	
	Para venda	Para consumo próprio	Para venda	Para consumo próprio	Para venda	Para consumo próprio
Milho	45	55	38	62	37	63
Feijão	62	38	56	44	54	46
Batata	78	22	60	40	59	41
Mandioca	20	80	26	74	22	78
Algodão	100	—	100	—	100	—
Ginguba	58	42	50	50	49	51
Café	100	—	100	—	98	2
Palma dende	43	57	21	79	21	79

Chama a atenção o facto de que o consumo próprio das culturas não tradicionais (trigo, café e arroz) crescia. Em simultâneo, verificou-se a tendência de vender no mercado os excedentes dos produtos tradicionais (massango e massambala).

As características económicas fundamentais do sector tradicional são dadas no quadro n.º 8 em anexo. A sua análise permite chegar às seguintes conclusões:

a) É uma característica deste sector o baixo rendimento, consequência dos métodos tradicionais de utilização da terra (sistema de terras incultas por longos períodos). A situação agravava-se devido à baixa produtividade de trabalho.

b) A área média dos lotes não é muito grande, perfazendo apenas quatro hectares. Além disso, uma vez que os camponeses angolanos foram remetidos para as terras menos férteis, muitas empresas não podiam garantir a sua subsistência. Os camponeses viram-se forçados a vender a sua força de trabalho. A comunidade pouco a pouco ia desaparecendo.

c) O consumo próprio atinge em média 66% da produção. Nele predominam o milho e a mandioca.

Os esforços do poder colonial no sentido de, através de algumas reformas na esfera da agricultura angolana, acelerar a formação no campo da pequena burguesia e aniquilar a comunidade manifestaram-se com mais nitidez na chamada “extensão rural”.

A “extensão rural” surgiu como programa experimental na zona de Angola e Nharea no quadro do 3.º Plano de Fomento (programa geral do Estado) e, em particular, nos limites do 1.º Plano Regional de Huambo, mais concreto. A “extensão rural” devia, segundo os desígnios dos seus criadores, opor-se ao alargamento da influência do MPLA nas regiões do Centro e ao longo da costa atlântica.

Porém, em breve surgiriam contradições entre as acções dos reformadores e os interesses económicos dos agrários e comerciantes portugueses e o poder local. À extensão rural foi atribuída a tarefa de liquidar as manifestações mais odiosas da exploração colonial no campesinato angolano. A introdução de formas embrionárias de cooperativização no seio dos camponeses, a criação de condições para a melhor organização individual da produção, a organização de uma rede mais vantajosa de comercialização de produtos e o estabelecimento de preços de compra mais justos deveriam arrancar os habitantes do campo da dependência dos açambarcadores.

No entanto, tratava-se da exploração através de métodos mais refinados. Os preços da produção agrícola ao produtor embora tenham subido, continuaram a ser inferiores aos preços a que era comprada a produção do sector capitalista, o que é confirmado pelos dados do quadro que caracteriza o aumento dos preços de compra no sector tradicional em comparação com os preços do sector capitalista.

Evolução dos preços médios por tonelada no produtor

Designação	1969-1970 sector tradicional	1970-1971		1971-1972	
		sect. trad.	sect. trad.	sect. trad.	sect. capit.
Trigo	2450	2700	2700	2720	
Arroz	2270	2040	2040	2730	
Feijão	2560	3990	3850	4410	
Batata	1170	1220	1220	1620	
Café	7730	7500	8200	12900	
Algodão	—	4820	5800	6100	

O sector capitalista da agricultura angolana, ao contrário do tradicional, limitava-se à produção de uma gama reduzida de culturas, tais como café, algodão, cana-de-açúcar, etc. Tal explica-se por a produção neste dado sector estar orientada para a obtenção do máximo de lucros. Os empresários não se dedicavam à produção de culturas que trouxessem baixos rendimentos, preferindo comprá-las junto dos camponeses angolanos.

Em 1973 em Angola existiam 8038 empresas agrícolas numa área de 4489,7 mil hectares. Desta área eram utilizados produtivamente só 11,3% que se repartiam do seguinte modo:

- | | |
|------------------------------------|------------------|
| – terras lavradas | 122 mil hectares |
| – ocupadas com culturas constantes | 136 mil hectares |
| – prados e pastagens | 4 mil hectares |
| – reflorestamento | 24 mil hectares |

Os restantes 88,7% da área total mantinham-se por utilizar. Deste modo, cada empresa capitalista dispunha em média de 559 hectares de terra dos quais 495 não eram utilizados. No sector era bastante aplicada a maquinaria agrícola. O número de operários assalariados era da ordem dos 250 000. Dentro do sector não era consumido mais de 2% das culturas produzidas aqui, à excepção do feijão cujo consumo atingia 28%, o que se explica pelo facto deste servir de base de alimentação dos operários assalariados.

Desde 1965 o sector capitalista agrícola desenvolve-se a ritmos elevados para o que contribui em grande parte a subida da procura da produção deste no mercado internacional. Os maiores investimentos destinaram-se à produção de café, algodão, cana-de-açúcar, sisal e bananas.

Angola tornou-se um dos principais produtores mundiais de café. Juntamente com o Brasil, a Colômbia e a Costa do Marfim garantia quase 2/3 da colheita mundial desta cultura. No período 1970-1975, no País foram produzidas em média 218 mil toneladas de café por ano o que equivale a aproximadamente 5% da colheita mundial. Produzia-se no fundamental a variedade “robusta”, necessária à obtenção de café solúvel. Angola assegurava

cerca de 19% da procura mundial de café “robusta”. Remetemos o leitor para o anexo onde é mostrada no quadro n.º 12 a posição de Angola na produção mundial de café. A maioria do café (80%) era produzida nas grandes plantações de área superior a dez hectares. No próprio grupo das principais empresas verificava-se uma luta concorrencial permanente entre os “supergigantes” (donos das plantações de área superior a 300 ha) e plantadores mais pequenos. Os “supergigantes” asseguravam à volta de 44% da produção total de café em Angola e a luta acabava habitualmente em seu favor.

Os verdadeiros “senhores dos destinos” do café angolano eram cinco companhias ligadas estreitamente com o capital da Europa Ocidental: a “Companhia Angolana de Agricultura” (CADA), a “Companhia Agrícola do Cazengo”, “Mário Cunha”, “Marques Seixas” e “Sousa Leal”.

O café garantia uma grande parte das receitas do Orçamento Geral do Estado. Só de direitos de exportação o café trazia no fim do período colonial aos cofres do Estado mais de 1,7 mil milhões de escudos anualmente. Portugal beneficiava grandemente com a reexportação do café que pagava na colónia a preços inferiores aos do mercado mundial.

O algodão era, quanto à sua importância, a segunda cultura de exportação produzida no sector empresarial agrícola. Em 1973 cabia-lhe 11,6% do valor da produção bruta da agricultura. Quase todo o algodão angolano era exportado para Portugal. Assinale-se, no entanto, que o rendimento do algodão em Angola era muito baixo (em 1973 foi de 303 kg por hectare em contraste com os 790 kg no Egipto). A colheita era realizada uma vez por ano, apesar de as condições naturais permitirem várias colheitas durante o ano.

Angola era um grande produtor de sisal. O País ocupa solidamente o 3.º lugar quanto à produção desta cultura, a seguir ao Brasil e Tanzânia, garantindo aproximadamente 10% da colheita mundial e 25% da africana.

Em geral, o sector das culturas de exportação na agricultura desenvolvia-se com mais rapidez que a produção de culturas viradas para o mercado interno. A participa-

ção das culturas de exportação no valor bruto da produção agrícola nas vésperas da Independência era superior a 60%, em que o café perfazia 36%.

O entusiasmo pela produção de culturas para exportação em prejuízo da produção de culturas para a alimentação local originava graves desproporções que impediam o desenvolvimento de todo o sector. No final de contas, nos anos 70 na agricultura de Angola observam-se nitidamente tendências para a estagnação. Todo o acréscimo da produção nos anos em que teve realmente lugar coube às culturas de exportação.

No geral, desde os anos 60 que a produção de artigos agrícolas não só não cresceu, como chegou mesmo a descer um pouco quer em valores relativos quer em absolutos. O quadro a seguir dá uma imagem da evolução da produção de bens para a alimentação em comparação com a importação de produtos alimentares.

Índices de produção agrícola e valor das importações de bens alimentares em Angola
(méd. dos anos 1960-66 = 100)

	1971	1972	1973	1974
Produção agrícola	123	120	120	118
Produção agrícola <i>per capita</i>	105	101	98	95
Produção de bens alimentares	105	100	98	92
Produção de bens alimentares <i>per capita</i>	90	94	80	74
Valor das importações de bens alimentares	165	129	178	210

Nas condições de Angola onde a base da procura para consumo são precisamente os bens alimentares e quase metade da produção da indústria transformadora pertencia à indústria alimentar, a baixa da produção agrícola que levava ao aumento dos preços dos bens para alimentação travou o desenvolvimento de todos os ramos da economia virados para o mercado interno. De 1965 a 1975 a população de Angola sofreu um acréscimo de

15% enquanto a produção de bens alimentares um decréscimo de 28%.

O desenvolvimento da agricultura de Angola nos últimos anos do período colonial entrou numa situação de impasse, que só poderia ser resolvida através de profundas transformações decisivas. Portugal não podia começar a realizar semelhantes modificações na estrutura socioeconómica do sector, visto que tal iria minar a própria base da exploração colonial em Angola. Meias medidas, semelhantes às reformas da "extensão rural" não estavam à altura de modificar fosse o que fosse pela raiz. O sector empresarial agrícola continuava a ampliar a sua produção de culturas para exportação utilizando com frequência métodos pré-capitalistas (trabalho forçado dos africanos). Para a maioria absoluta dos camponeses angolanos a existência tornava-se de ano para ano cada vez mais difícil. Enfrentavam a opção: ou vender a sua força de trabalho aos donos das plantações ou ir para a cidade em busca de emprego.

A conquista da independência por Angola abriu perante o sector largos horizontes. A reforma agrária que proclamara a propriedade do Povo angolano sobre a terra, deu início a uma nova etapa de desenvolvimento da agricultura. As transformações nos meios rurais do País ganharam pujança. Após a nacionalização das terras, o Estado tomou por sua conta a compra ao produtor e a exportação dos principais produtos agrícolas (café e algodão). Presentemente criam-se as condições necessárias para a formação na base do antigo sector capitalista, do sector empresarial do Estado na agricultura e para a organização de cooperativas de produção. Ao mesmo tempo, coloca-se o problema importantíssimo de estimular o aumento de produção nas empresas dos camponeses. Os principais esforços do MPLA-Partido do Trabalho são, deste modo, orientados para a reorganização das relações de produção no campo.

O MPLA-Partido do Trabalho considera o campesinato o principal aliado da classe operária. Atribui-se grande atenção à actividade no seio das populações rurais. Revestem-se de grande importância as medidas encami-

nhadas no sentido da organização política e económica dos trabalhadores do campo. Em 1980, na província do Uíge foi criada no País a primeira união de camponeses, que uniu cerca de 6600 colectividades-membros das cooperativas e diversos trabalhadores rurais desta região agrícola, considerada das maiores do País. A institucionalização desta organização foi o primeiro passo no processo de criação da União Nacional dos Camponeses, posteriormente: A União deverá contribuir para o cumprimento dos planos de desenvolvimento do sector agrícola e para a resolução das questões económicas e sociopolíticas que se prendem com a vida dos camponeses. Para além disso, a União deverá exercer funções ideológicas, levando a efeito uma vasta actividade de esclarecimento no campo, encaminhada para a luta contra os vestígios do passado e atraso cultural.

A ampla transformação das grandes plantações nacionalizadas em empresas estatais começou no Verão de 1976. No início de 1979, estavam criadas cerca de 1900 empresas estatais no sector agrícola angolano, cabendo-lhes grande parte do sisal, café, óleo de palma, girassol, bananas e algodão produzidos na RPA. As empresas estatais têm maior participação na produção de culturas de exportação.

Actualmente, quando o funcionamento de determinadas empresas é acompanhado de dificuldades de monta, dá-se grande atenção à criação de uniões nacionais regionais que possuem certas limitações e estrutura. Uniões deste tipo foram criadas, por exemplo, já nas províncias de Huíla, Huambo e Malanje. Deverão tornar-se o principal elo no sistema de gestão da agricultura na etapa actual. Em conformidade com os planos do Partido e do Governo, o sector estatal no ramo deverá ocupar-se do desenvolvimento da produção daquelas culturas que permitem utilizar métodos mais modernos, tais como a palma, o algodão e o café. No domínio da pecuária o acento é feito na criação de aviários e no aumento dos efectivos pecuários.

Dá-se especial atenção ao desenvolvimento da base técnico-material do sector estatal na agricultura. Apenas du-

rante o ano de 1977 o número de tractores aumentou para o dobro. Contudo a maquinaria agrícola ainda é insuficiente. O Estado dispende somas avultadas em divisas com a sua aquisição no estrangeiro.

A criação do sector estatal na base das grandes plantações abandonadas pelos colonos já muda a situação. Mas estas mudanças ainda não se reportaram à maioria da população composta de pequenos camponeses. A criação de novas relações de produção no seio dos pequenos camponeses e a melhoria de vida dos pequenos agricultores é possível apenas através da sua inserção gradual no processo de cooperativização. Por decisão do Partido, o movimento cooperativista deverá encarnar-se nos seus primeiros tempos na criação de associações de camponeses, com os mesmos problemas, no que se refere nomeadamente à venda da produção. No quadro das associações os camponeses familiarizam-se com o trabalho em colectivo nos campos das cooperativas.

As associações vão-se gradualmente transformando em cooperativas de primeiro grau através da ampliação da propriedade colectiva com a ajuda do Estado. Os membros de tal cooperativa gastam no trabalho nesta apenas metade do seu tempo, mantendo assim os seus terrenos individuais. A etapa seguinte da coöperativização é a criação de cooperativas de tipo socialista ou de segundo grau, que se caracterizam pelo predomínio da propriedade colectiva das terras ou outros meios de produção, pela direcção centralizada e planificação da actividade na base do plano estatal. A criação de cooperativas de segundo grau prevê-se também nalgumas plantações abandonadas pelos colonos desde que tenham as dimensões suficientes.

Perante a cooperativização da produção na agricultura coloca-se uma série de problemas. Devido à carência de meios materiais e financeiros e à insuficiência de quadros técnicos qualificados, a ajuda estatal às cooperativas criadas é por enquanto insignificante. Funcionam melhor as empresas criadas na base das plantações nacionalizadas que pertenciam aos latifundiários portugueses. Têm na sua posse uma determinada quantidade de máquinas e

outros meios técnicos, um sistema de produção adequado e uma rede de comercialização a funcionar.

As cooperativas desempenham no sector agrícola um papel inferior ao das empresas estatais. No início dos anos 80 existiam em Angola cerca de 300 cooperativas que reuniam cerca de 51 mil camponeses. Elas asseguravam uma parte bastante considerável (aproximadamente 40%) da produção de tabaco e girassol, e em menor grau de algodão (cerca de 25% da produção). O sector capitalista (ou empresarial) agrícola, que florescia no tempo colonial, deixou praticamente de funcionar em grande escala. As suas posições são bastante estáveis apenas na produção de bananas, cabendo-lhe entre 1/4 e 1/3 da colheita anual. Ainda existe uma série de plantações privadas de café e coqueiros, onde é utilizado o trabalho assalariado em escalas consideráveis. Estas plantações pertencem a um número escasso de portugueses que não abandonaram o País depois da Proclamação da Independência. Muitos deles passaram a ser cidadãos angolanos. Nestas plantações produz-se cerca de 12% da colheita bruta do café e à volta de 3% de óleo de palma.

Os camponeses individuais que não utilizam o trabalho assalariado (ou utilizam, mas em grau extremamente diminuto, empregando um ou dois trabalhadores) são a seguir ao sector estatal os produtores mais importantes de bens no sector. É especialmente elevado o seu papel na produção de milho e feijão, principais produtos de alimentação da população angolana. Também asseguram mais de metade das colheitas anuais de arroz e amendoim e quase 2/3 da produção de carne.

O sector da agricultura angolana em análise dispõe ainda de grandes perspectivas de poder aumentar a sua produção. Entretanto, constituem um entrave neste processo as dificuldades na venda da produção, os problemas com a transportação da colheita, a inexistência de um mecanismo preciso e de suficientemente amplas possibilidades de troca de produtos agrícolas por artigos industriais, problemas estes para o que está orientada a actividade do Estado angolano.

As medidas levadas a cabo têm por finalidade criar

condições para o aumento do volume de produção agrícola, vendida ao Estado pelas empresas estatais, cooperativas e pequenas empresas de camponeses. Verifica-se a ofensiva contra os açambarcadores de produtos do campo. Desde Fevereiro de 1978 foram criados em todas as províncias e municipalidades centros de venda de produtos agrícolas dos camponeses. Através desta mesma rede pensa-se normalizar o abastecimento de artigos industriais aos trabalhadores do campo.

Dispondo da característica de determinados sectores na agricultura angolana, analisemos a importância dos diversos tipos de economia na esfera da produção agrária.

Embora não hajam dados exactos sobre o seu papel no processo de produção do sector, conseguimos efectuar uma série de cálculos na base de documentos da imprensa angolana. O quadro seguinte é o resultado destes cálculos.

Quota-parte dos diferentes tipos de economia
na produção mercantil de bens agrícolas
(em percentagem)

	Culturas alimentares	Culturas técnicas	Produção pecuária
1. Empresas estatais	33,95	52,77	25,20
2. Cooperativas	8,70	23,70	—
3. Empresas capitalistas	6,95	3,66	3,40
4. Pequena economia mercantil	50,40	19,87	71,40
Total	100,00	100,00	100,00

Embora os nossos cálculos sejam relativos, o quadro não deixa de dar uma imagem do actual estado de coisas na agricultura de Angola.

Os principais produtores de bens agrícolas são presentemente o sector estatal e o pequeno campesinato. Apesar da diferenciação existente na sua natureza socioeconómica, nas condições concretas de Angola, estes dois sectores não se opõem um ao outro nem se excluem mutuamente. Entre eles não há contradições antagónicas e poderão coexistir durante muito tempo.

Em conformidade com as "Orientações fundamentais de desenvolvimento económico e social para o período de 1981-1985", o sector estatal da agricultura angolana deve tornar-se principal base de produção de arroz, milho, girassol, algodão, batata, limões, bananas e óleo de palma. As cooperativas, as associações de camponeses e os camponeses individuais irão concentrar os seus esforços fundamentais na produção de arroz, mandioca, batata, feijão, ginguba, algodão e tabaco.

O sector estatal e as pequenas economias camponesas dão a maioria esmagadora (cerca de 85%) do total da produção nacional de café, que continua a ser a principal cultura mercantil de Angola.

Presentemente, na RPA empreendem-se medidas enérgicas tendentes ao restabelecimento da produção do café. Em 1978 foi criada a empresa nacional ENCAFÉ, que se dedica à compra ao produtor, à distribuição e exportação do café. Na esfera da sua actividade inclui-se também a prestação de assistência e serviços relacionados com a produção desta cultura. Transitaram para a ENCAFÉ todas as funções do Instituto do Café, criado no período colonial.

De entre os problemas que se colocam à produção do café deve destacar-se a carência de força de trabalho. Hoje as necessidades em recursos de trabalho são cobertas aproximadamente em 40%. No período colonial as necessidades de força de trabalho eram cobertas à custa do afluxo de gente das províncias do sul do País. Hoje diminuíram consideravelmente os fenómenos migratórios em Angola, o que, por sua vez, se repercute na quantidade de recursos de trabalho nas zonas do café.

As principais áreas de produção do café são no momento presente as provinciais de Uíge, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul e Bengo. Aqui produz-se mais de 90% do total de café conseguido no País. O clima destas regiões é propício sobretudo para a produção de café "robusta" que se cultiva, via de regra, na zona das florestas equatoriais onde há grande precipitação. O amadurecimento dos frutos desta variedade de café dá-se passados 10-11 meses depois da floração. O cafezeiro não suporta longas

baixas de temperatura, mesmo que sejam inferiores a 10° positivos. A altitude máxima adequada ao desenvolvimento do "robusta" é de 600 m acima do nível do mar. Os longos intervalos de precipitação provocam a baixa da produtividade dos cafezeiros. A colheita do café depende em alto grau do cuidado com estes últimos e exige a observância dos regimes de crescimento.

A propósito, a colheita do café em Angola sofreu uma quebra devido à insuficiência dos necessários meios, à falta de especialistas e às condições climáticas pouco propícias. Em 1979, atingiu apenas 20 mil toneladas em contraste com as 220 mil toneladas em 1973. Em 1980, o Governo angolano aprovou o programa a longo prazo que abrange um conjunto de medidas que prevê a recuperação das plantações do café, a luta contra as doenças do cafezeiro, a mobilização dos recursos humanos e dos meios de transporte no período da colheita do café.

Presentemente, Angola exporta no fundamental café em bruto. Uma parte da colheita destina-se ao consumo interno. A colheita é realizada pelos assalariados manualmente. As sementes são transportadas para as empresas de tratamento prévio onde são moídas, fermentadas, lavadas e secas. Nas empresas centrais de transformação do café, os graus são separados da polpa, libertos do tegumento, polidos, seleccionados e embalados.

As condições climáticas desfavoráveis e outros problemas continuam a entravar a produção do café, tornando a sua colheita instável. Assim, em 1980 a colheita desta cultura cifrou-se em 37 mil toneladas, vindo a descer para 23 mil em 1981, voltando a alcançar 37 mil toneladas em 1982.

Afim de estabilizar as colheitas e assegurar um crescimento constante das culturas do País estudam-se as viabilidades de implantar formas óptimas de cultivo do café. Grandes esperanças relacionam-se com a ampliação da rede de uniões territoriais. Tais uniões funcionam com êxito, por exemplo, na província do Bengo.

Segundo o plano de desenvolvimento, prevê-se produzir de 60 a 70 toneladas de café em 1985, repartidas

pelos sectores: estatal (35-40 mil t) e cooperativas e camponeses individuais (25-30 mil t).

Em consequência das acções nefastas, a produção de algodão diminuiu em grau ainda maior do que o café.

O cultivo do algodão está concentrado nas províncias de Malanje, Cuanza-Sul e Benguela. Dado que no tempo colonial os principais fornecedores de produção mercantil de algodão eram as plantações dos agricultores portugueses, com a saída dos colonos brancos do País a produção diminuiu drasticamente. Uma parte das plantações ficou destruída em consequência das acções de banditismo dos grupos armados da FNLA. Recentemente foi elaborada uma série de medidas no sentido de aumentar a produção de algodão no País. Especialistas soviéticos prestam ajuda na recuperação e reanimação da produção do algodão. Os esforços são concentrados no sentido de divulgar no País variedades de algodão de maior produtividade. Não muito longe de Luanda foi criada uma empresa-piloto de cultivo do algodão. Pela primeira vez na história de Angola, num só ano foram feitas duas colheitas de algodão. Foi introduzida a variedade soviética de algodão "Tashkent-1". Os resultados das experiências mostraram, que à custa da introdução de novas variedades, do melhoramento da rega e observância das normas agrotécnicas, o rendimento do algodão pode ser aumentado para o dobro ou para o triplo.

De acordo com as "Orientações fundamentais de desenvolvimento" prevê-se produzir entre 53 e 60 mil toneladas de sementes de algodão em 1985, cabendo de 45 a 50 mil ao sector estatal.

Em consequência das acções enérgicas do Estado com vista ao aumento das colheitas das principais culturas agrícolas no País estabiliza-se a produção de milho, mandioca, trigo, arroz, etc. Dá-se especial atenção ao aumento da produção de milho que é cultivado no Planalto Central, nas províncias de Malanje, Bié, Cuanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico. Em 1985 a colheita deverá atingir entre 268 e 300 mil toneladas.

Empreendem-se esforços tendentes a desenvolver a pecuária. Prevê-se aumentar os efectivos pecuários. As pro-

víncias do sul do País, isto é, Huíla, Cunene e Namibe são tradicionalmente regiões pecuárias. Funcionam grandes complexos pecuários em Matala e Cacuso. Em diversas regiões do País um grande número de complexos encontra-se ainda em construção e muitos outros em fase de projectos. Afim de elevar eficazmente este importante sector da economia nacional há que proceder a um conjunto de trabalhos de reconstrução dos sistemas de irrigação das províncias mencionadas, o que permitirá utilizar mais de 250 mil hectares de terras para pastagens. Normaliza-se a actividade dos serviços veterinários.

Considerando a falta de gado de raça cujos efectivos ficaram reduzidos a 10% em consequência da guerra, o Governo compra efectivos ao estrangeiro. Realizam-se também compras por parte do Estado às empresas camponesas privadas. Em tais casos metade do valor das compras é retribuído sob a forma de artigos industriais.

No processo de satisfação das necessidades da população em carne atribui-se grande importância ao desenvolvimento da avicultura. Vieram da Holanda 1 200 000 pintos de raça e de boas qualidades poedeiras. No Verão de 1979 foram fixadas normas de criação de aves às empresas privadas para utilização própria e para venda. Obrigou-se as empresas privadas, que se dedicam à criação de aves para venda (acima de 500 galinhas poedeiras ou 1000 galinhas para abate) e vender metade da sua produção às companhias de compra do Estado. Por sua vez, o Ministério da Agricultura assumiu o compromisso de prestar a ajuda necessária a todas as empresas avícolas registadas.

Avaliando a actual etapa de desenvolvimento da agricultura no geral, é de referir que o sector vive hoje um período importante e complexo da sua evolução. A passagem aos novos métodos, socialmente avançados, de gestão da economia agrava-se devido a uma série de razões: consequências nefastas das operações militares, carência de quadros qualificados e necessária maquinaria agrícola e condições meteorológicas desfavoráveis dos últimos anos.

Adquirem, por isso, especial importância as questões concernentes à formação de quadros, mecanização e qui-

mização da agricultura. O MPLA-Partido do Trabalho realçou por mais de uma vez a importância da resolução destes problemas. No início de 1981 o parque de tractores no País dispunha de 3000 efectivos em que 2200 haviam sido importados durante os três anos anteriores. Durante este mesmo período destinou-se à agricultura mais de 203 mil toneladas de adubos minerais. De futuro, prevê-se a aplicação intensiva de meios fáceis de mecanização com utilização do transporte à tracção animal. A mecanização intensiva terá lugar numa perspectiva mais longínqua. No momento presente, proceder-se-á à distribuição de maquinaria e equipamento fundamentalmente nas empresas-chave do sector estatal.

Nos documentos do MPLA-Partido do Trabalho assinala-se que a questão difícil do desenvolvimento multilateral da agricultura será resolvido só através da formação do maior número possível de especialistas qualificados, posto que os novos métodos de gestão da agricultura pressupõem um determinado grau de preparação dos trabalhadores.

Por isso, nos meios rurais intensifica-se especialmente a luta contra o analfabetismo. Está a ser efectuada a ampla preparação inicial de especialistas agrícolas. Em 1978, em Cangole e Huambo e em 1979, em Chivinguiro inauguraram-se escolas politécnicas agrícolas. O acento é feito hoje na preparação de quadros de gestão, operadores, especialistas em agro-pecuária e em silvicultura. Os países socialistas, e em primeiro lugar, a União Soviética, prestam grande ajuda neste domínio.

No processo da resolução do problema alimentar no País depositam-se grandes esperanças na expansão da pesca. Para tal, no sector deverão ocorrer mudanças substanciais em contraste com o período colonial. Até à Proclamação da Independência a quota-parte do pescado destinado à produção de bens alimentares não chegava a atingir os 30%. A sua maior parte era destinada à produção de farinha de peixe menos de 5% da qual era utilizada na satisfação das necessidades internas.

No início dos anos 80 o volume médio anual de pescado rondava as 100 mil toneladas. O consumo anual

per capita estimava-se em 9,8 kg de peixe fresco e congelado e 2,9 kg seco e de meia-cura. Contudo, notam-se bastantes diferenças na sua distribuição pelas províncias. O mais alto nível de consumo tinha lugar em Luanda que registava 45 kg de peixe congelado, enquanto o mais baixo se dava Bié e Moxico com 1 kg. O consumo *per capita* de peixe seco e de meia-cura calculava-se em 10,7 kg e 6,9 kg, respectivamente, para as províncias de Namibe e Benguela, enquanto nas províncias de Bié, Cunene, Cabinda e Zaire menos de 1,5 kg.

O principal objectivo da indústria da pesca nos anos próximos consiste no aumento substancial dos volumes de capturas de molde a satisfazer as necessidades da população em bens alimentares, como também de molde a reduzir o considerável dispêndio de divisas com as importações de peixe seco e outros bens alimentares. Em 1985 o volume médio anual de pescado deverá atingir entre 350 e 400 mil toneladas. No intuito de incentivar o sector prevê-se o alargamento e renovação das instalações de frio, armazéns e rede de distribuição.

Os países socialistas prestam ajuda a Angola no desenvolvimento do seu sector das pescas. Crescem gradualmente os volumes de capturas. Com o objectivo de coordenar os esforços e resolver de maneira mais eficaz os problemas do sector foram nacionalizadas as principais empresas de transformação de pescado, e de entre elas, a fábrica "Atlântico"—a maior no Continente Africano.

3. A INDÚSTRIA

Indústria extractiva O desenvolvimento da indústria é um indicador importante das mudanças estruturais da economia e do estado das forças produtivas de Angola na sua totalidade. Os sectores da indústria extractiva constituem a base da indústria angolana, os quais asseguram a maior parte do valor da produção industrial, criado no país. A exportação de produtos deste sector representa uma importante rubrica de entrada de divisas no País. As acumulações criadas na indústria extractiva são uma

das principais fontes de financiamento dos programas estatais de desenvolvimento socioeconómico. Em seguida analisaremos mais detalhadamente cada um dos ramos da indústria extractiva de Angola.

Indústria de extracção de petróleo. Angola ocupa o terceiro lugar entre os países de África Tropical quanto ao volume de extracção e exportação de petróleo. Nestes dois indicadores económicos é somente ultrapassada pela Nigéria e pelo Gabão. O petróleo é já há mais de uma década a principal fonte de receitas monetárias de Angola. Em certos anos chega a caber ao petróleo entre 65 e 80% do montante das exportações do País. Prevê-se que a extracção de petróleo em 1985 atinja 15 milhões de toneladas por ano e que a capacidade anual estabelecida para a extracção chegue a 20 milhões de toneladas. Actualmente, em Angola, são explorados 17 jazigos de petróleo, havendo mais de 100 poços petrolíferos activos.

A distribuição da extracção petrolífera pelas províncias é caracterizada pelos seguintes dados (em milhões de toneladas):

Anos	Total	Cabinda	Mbanza-Congo (Zaire)	Cuanza
1970	5,0	4,95	—	0,05
1975	7,8	6,7	0,8	0,3
1976	5,0	3,9	0,8	0,3
1977	8,6	6,2	2,1	0,3
1978	6,6	4,6	1,8	0,2
1979	7,2	4,6	2,4	0,2
1980	8			
1981	6,8			
1982*	10,5			

* Dados preliminares

Como já se assinalou nesta obra, quase 90% do petróleo de Angola é extraído na província de Cabinda. Aproximadamente, 7,5% é proveniente dos jazigos do curso inferior do rio Cuanza e 2,5 do curso inferior do rio

Congo. Actualmente, relacionado com a descoberta de enormes jazigos do *off-shore* decorre o processo de redução relativa da concentração da indústria de extracção de petróleo.

Nas regiões de extracção de petróleo procede-se ao alargamento dos jazigos actualmente activos e à prospecção de novos com o objectivo de aumentar a produção petrolífera. Depois da Proclamação da Independência o Governo da RPA tomou uma série de medidas destinadas a estabelecer o controlo da extracção de petróleo, gás natural, bem como de todos os outros minérios. O Governo de Angola, desde os primeiros dias da Independência, começou a estudar a questão relativa às possibilidades práticas existentes para o estabelecimento do controlo gradual de todas as indústrias petrolíferas do país.

Em Junho de 1976 foi criada a companhia petrolífera nacional "SONANGOL". Passaram para esta companhia todos os activos da indústria de refinaria e exploração de petróleo e gás, que pertenciam ao Governo. A actividade estatutária da "SONANGOL" inclui a prospecção, extracção, transporte, refinaria, conservação e venda do combustível líquido e gás, bem como a produção dos produtos químicos derivados e similares do petróleo. O capital desta companhia foi estabelecido em 1 milhão de Kwanzas.

Em Agosto de 1978 foi decretada a Lei do petróleo, a qual serviu de base para o desenvolvimento da indústria petrolífera do país. A tónica fundamental desta lei resume-se ao facto de o povo angolano ser o proprietário de todos os recursos de hidrocarbonetos, incluindo o petróleo bruto e o gás natural, no entanto o Estado pode estabelecer acordos com companhias estrangeiras para a exploração destes recursos. Esta lei deu relevo especial à necessidade de utilização racional do gás natural.

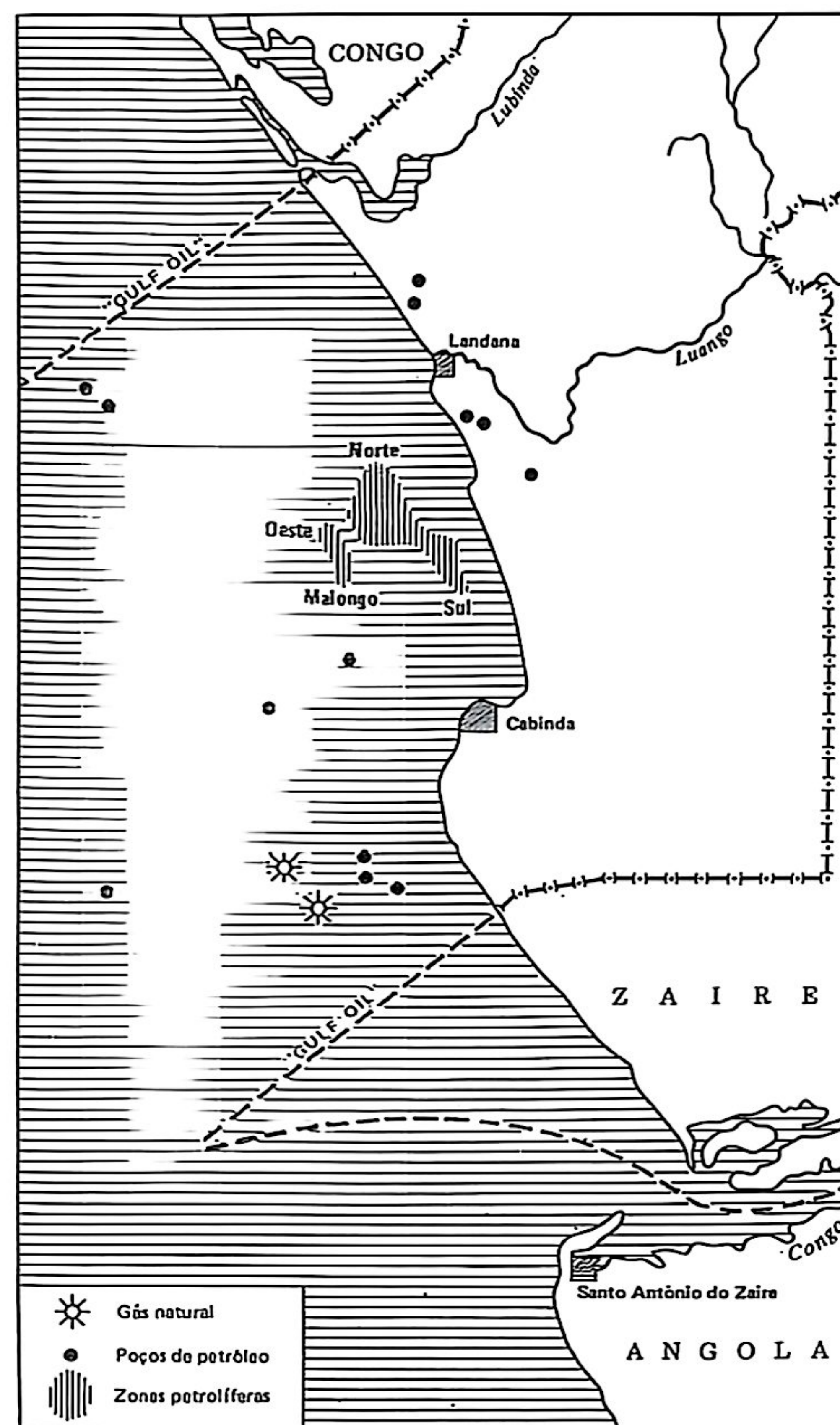
Todos os direitos de extracção de petróleo no país estão reservados à companhia estatal "SONANGOL". Esta companhia tem o direito de estabelecer acordos com firmas estrangeiras para a prospecção e extracção de petróleo em qualquer zona do país. Actualmente existem acordos firmados com companhias petrolíferas estrangeiras tais

como a “Gulf” e a “Texaco” dos EUA, a “Petrofina” da Bélgica, a “Total” e a “Elf-Aquitain” da França e a “Petrobraz” do Brasil.

Além disso, as companhias estrangeiras desenvolvem grande actividade de prospecção de petróleo *off-shore*. Este último está dividido em 13 blocos (a numeração está fixada de norte para sul). São mais prometedores os blocos situados nos distritos de Moçâmedes, Benguela, Luan-da e Soyo. Participam na prospecção a companhia italiana “Agip”, as francesas “Elf” e “Total”, a brasileira “Petrobraz”, a alemã ocidental “Deminex”, as norte-americanas “Mobil”, “Maraton”, “City’s Service”, “Texaco”, a espanhola “Español” e outras.

Para a assinatura dos acordos com as companhias petrolíferas estrangeiras, a República Popular de Angola põe as seguintes condições: a “SONANGOL” deverá deter a maioria das acções das companhias mistas, sendo os encargos de prospecção e exploração, bem como os riscos inerentes a estas actividades da responsabilidade da companhia estrangeira. Em caso de descoberta de um jazigo que tenha valor industrial, a “SONANGOL” indemniza a companhia estrangeira pelos gastos de prospecção e extracção, fornecendo-lhe uma determinada parte do petróleo extraído nesse jazigo. O restante petróleo extraído nesse jazigo é dividido numa determinada proporção entre a “SONANGOL” e a companhia estrangeira, de tal forma que, com o aumento da extracção, a parte da companhia angolana vai aumentando (como já foi referido—até 95%). Nos acordos assinados por Angola há a cláusula do “preço limitado” que prevê a entrega das receitas suplementares provenientes do aumento dos preços do petróleo, em primeiro lugar, ao Estado.

Hoje em dia, a principal companhia de extracção do petróleo angolano é a “Cabinda Gulf Oil”, que extrai anualmente cerca de 9 milhões de toneladas (espera-se um aumento na exploração anual até 12-15 milhões de toneladas), nesta companhia 51% das acções pertencem à “SONANGOL” e 49% à companhia americana “Gulf Oil”. Além da sua quota-parte (2,3 milhões de toneladas em 1978), a “Cabinda Gulf Oil” compra ainda à “SONANGOL”



Concessão da “Cabinda Gulf Oil Company”

1,6 milhões de toneladas de petróleo por ano. Até ao Outono de 1978 o capital da "Cabinda Gulf Oil" era quase na sua totalidade de pertença norte-americana. Em Setembro de 1978 o Estado angolano passou a deter a maioria das acções desta companhia. Hoje, esta companhia tem os direitos exclusivos de extracção e exploração do petróleo numa das regiões petrolíferas mais ricas de Angola—Cabinda. Em 1974 os investimentos norte-americanos na produção e construção de reservatórios e oleodutos estimavam-se em 330 milhões de dólares.

A segunda maior empresa de extracção de petróleo, que actua em Angola, é a "PETRANGOL". Até 1977 a participação do Estado angolano nos capitais desta companhia era de 30%. As restantes acções pertenciam à companhia portuguesa "Angol" e à "Compagnie Financière Belge de Petrole" que, por sua vez, é controlada pelo grupo monopolista belga "Société Générale de Belgique". Em 1977 os bens da "ANGOL" foram nacionalizados, tendo a maioria das acções da "PETRANGOL" passado para as mãos do Estado angolano.

A "PETRANGOL" conjuntamente com a companhia estatal "SONANGOL" extrai na bacia fluvial do Cuanza e, em cooperação com as companhias "SONANGOL" e "Texaco", na região de Mbanza-Congo. A extracção anual nestas zonas é aproximadamente de 2 milhões de toneladas, sendo a quota-parte que recebe a "PETRANGOL" cerca de 700-800 milhares de toneladas por ano. O petróleo extraído na região de Mbanza-Congo é distribuído pelas companhias nas seguintes proporções: "PETRANGOL"—50%, "SONANGOL" e "Texaco"—25% respectivamente; a extracção na bacia do Cuanza é dividida pelas companhias "PETRANGOL" e "SONANGOL" equitativamente.

A companhia norte-americana "Texaco" em Agosto de 1979 assinou um acordo de cooperação com a "SONANGOL" por um período de cinco anos. Dentro deste prazo a "Texaco" investe em Angola 360 milhões de dólares (250 milhões de dólares para extracção de petróleo nos jazigos detectados e 110 milhões para sondagens). A quota-parte da "Texaco" em petróleo extraído está fixada em

40%, sendo os restantes 60% de pertença da "SONANGOL". Em conformidade com este acordo foi criada a companhia mista "Texpro" com o capital de 4 milhões de dólares, a qual procede à extracção de petróleo *off-shore* marítima junto à foz do rio Congo. Nesta zona, como se informou ainda em 1975, foi descoberto pelos geólogos da "Texaco" um jazigo com uma reserva potencial aproximadamente igual às reservas da Nigéria e dez vezes superior às jazidas de Cabinda.

Segundo esse acordo, a "Texaco", em cooperação com a "SONANGOL", vai realizar os trabalhos de aproveitamento de três jazidas e fazer a prospecção no *off-shore*, num lote com a área de 4 mil km². Os encargos de exploração desses três jazigos estão calculados em 250 milhões de dólares. Desta quantia global, 110 milhões de dólares serão gastos nos trabalhos de prospecção do bloco N2; até 1985 está prevista a abertura de 22 poços de prospecção.

Ambas as partes têm encargos proporcionais às suas cotas de capital e para compensar esses encargos dividem entre si até 50% do petróleo extraído. O restante é dividido entre o governo de Angola, na pessoa da "SONANGOL", e a companhia mista "Texaco-SONANGOL", inicialmente na proporção 70:30 e depois 95:5. Desta forma, com a participação de 60% do capital da empresa mista, a "SONANGOL" chega a receber 98% do petróleo extraído. De todos os lucros são cobrados 50% de impostos.

Além deste tipo de acordos assinados nas condições "production sharing", em Angola são estabelecidos, também, outros tipos de contratos ("joint venture"), nos quais o Estado se mantém como accionista principal nas empresas mistas. Exemplo de tal acordo é a exploração conjunta da concessão no *off-shore* de Cabinda pelas companhias "SONANGOL" (51% das acções) e "Gulf Oil" (49% das acções). Em conformidade com este acordo, a "Gulf Oil" paga ao Estado um "royalty" no montante de 16% e um imposto sobre o rendimento de 65,75% na base do montante das vendas do petróleo que lhe corresponde (49% da extracção total).

Em 1979 o Ministério dos Petróleos de Angola assinou com a firma francesa "Total" um acordo para a prospecção de petróleo na plataforma continental da RPA, num território de cerca de 4 mil km². Os gastos nesta empreitada estão calculados em 30 milhões de dólares. Foi assinado entre a "SONANGOL" e a empresa petrolífera francesa "Elf-Aquitén" um acordo sobre a criação de uma firma mista para actividade prospectiva numa área de 4 mil km² no *off-shore*, das regiões de Soyo (a norte de Luanda); os encargos estão calculados em 41 milhões de dólares, 50% dos quais são da responsabilidade da companhia francesa. Inicialmente a "SONANGOL" receberá 15% da receita das vendas do petróleo extraído; futuramente a cota parte da companhia angolana aumentará até 95%. Em 1981 a companhia francesa "Elf-Aquitén", ao realizar trabalhos de prospecção sísmica no *off-shore* do Sul de Cabinda, descobriu um enorme jazigo. Graças a esse facto, a extracção petrolífera em Angola, como salientaram os especialistas, poderá duplicar até 1985.

Em 1981 foi estabelecido um novo contrato entre a "SONANGOL" e duas firmas norte-americanas: a "City's Service" e a "Maraton". Este acordo prevê a prospecção e extracção de petróleo no *off-shore* próximo da cidade de N'Gunza, numa área de 4 mil km². Segundo as condições do contrato, às empresas norte-americanas caberá entre 10 e 60% do total de petróleo extraído.

Um acordo semelhante sobre "sondagem experimental de petróleo" foi estabelecido com a companhia italiana "Agip", pertencente à empresa estatal de petróleo e gás italiana "ENI". A "Agip" comprometeu-se a abrir 9 poços; um deles já começou a dar petróleo. A cota parte da firma italiana em petróleo extraído vai de 10 a 40%.

O território do país e a plataforma marítima estão divididos em sectores para sondagem experimental. A firma angolana publica editais a informar as empresas estrangeiras sobre os sectores de trabalho de prospecção que são postos a concurso. Em Abril de 1981 o concurso já ia no 8.º sector (no leilão do 1.º sector houve propostas de 16 companhias estrangeiras). A "SONANGOL" entregou

à "Brazpetro" um sector do *off-shore* que não submetera a concurso.

A cooperação de Angola no campo da indústria de petróleo tem-se desenvolvido também com outros países africanos; assim, em Março de 1981 foi tomada a decisão de formar uma empresa angolano-congolesa para a exploração conjunta de jazigos petrolíferos na plataforma continental.

Prevê-se que num futuro próximo, com o acumular da experiência e com o fortalecimento das bases técnicas, a "SONANGOL" venha a ter uma maior participação na actividade produtiva no âmbito dos acordos firmados.

As "Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico e social no período de 1981-1985" apontam para o aumento da produção no sector, paralelamente à economia e conservação das riquezas petrolíferas do país que são uma das fontes principais de financiamento dos planos de transformações radicais na economia nacional.

Extracção de diamantes. A exploração de diamantes é um dos ramos mais antigos da indústria extractiva. No país exploram-se principalmente pedras utilizáveis em joalheria. Em 1975 Angola forneceu 8% da extracção mundial de diamantes, pelo que é, juntamente com a República da África do Sul e Namíbia, um dos três maiores produtores de pedras preciosas do mundo capitalista. Se se olhar para a evolução da produção de diamantes em Angola, ressalta o aumento desigual do nível de produção. Entre 1950 e 1956 a extracção de diamantes em Angola oscilou entre 500 e 800 mil quilates. Em 1958, a extracção ultrapassou pela primeira vez 1 milhão de quilates. Um segundo salto deu-se em 1967, quando a extracção atingiu 1,5 milhão de quilates. Após a agressão por parte da República da África do Sul, a produção viu-se diminuída umas poucas de vezes.

A recuperação gradual do nível de extracção começou em finais de 1977. Se em Novembro de 1977 a RPA recebia da exportação de diamantes menos de 15% das receitas que haviam dado entrada no tempo colonial, nos fins de Março de 1978 a produção de pedras preciosas já atingia um terço dos níveis alcançados em 1973.

Uma série de factores permitiu o aumento rápido da produção. De entre esses factores, valerá a pena salientar a melhoria registada na coordenação da actividade laboral e a utilização racional dos recursos materiais e humanos nas diferentes fases do processo de produção e, em particular, a reparação de equipamentos que não funcionavam há quase três anos. Convém também considerar o aumento dos preços do diamante no mercado mundial e as condições cada vez mais favoráveis de comercialização de pedras não trabalhadas, cujo preço é fixado agora não em Lisboa, mas sim em Londres.

Estas novas tendências foram originadas, em primeiro lugar, por uma série de medidas que em 1977 alteraram a correlação de forças existente na companhia "DIAMANG". Faz-se referência à nacionalização das acções de pequenos accionistas e à aquisição pelo Estado de 60,85% do capital. Mais tarde a parte da intervenção estatal foi elevada para 77,21%. Em 1981 foi fundada a empresa estatal "ENDIAMA" para a qual foram transmitidas 77,21% das acções da "DIAMANG". Do ponto de vista jurídico a "ENDIAMA" controla a exploração e a venda de diamantes, extraídos em território angolano.

A nacionalização feita pelo governo da RPA foi consequência do fracasso das negociações que tiveram lugar com a administração portuguesa da companhia desde Fevereiro de 1976. O objectivo das negociações era a elaboração das bases das novas relações entre o Governo e a "DIAMANG". Nessa altura o nível de produção decaiu, atingindo níveis catastróficos. O Governo da RPA aumentou os salários dos operários e pagou as despesas correntes da companhia. Mesmo assim, a situação financeira da "DIAMANG" continuava crítica.

A 11 de Maio de 1976 o Governo da RPA transferiu a direcção da companhia para Luanda e no Outono informou que o Estado angolano passou a ser o accionista maioritário da "DIAMANG". A impossibilidade de se estabelecer um controlo sobre a estimação do valor dos diamantes que era feita pela companhia portuguesa "DIALAP", obrigou a jovem República a formar um no-

vo sistema de vendas. A comercialização dos diamantes começou a ser feita directamente através da Bolsa de Londres. A transferência dos serviços comerciais para Londres permitiu a Angola economizar cerca de 20% do preço de venda dos diamantes não trabalhados.

Para a melhoria da situação no sector após a nacionalização o Estado angolano apontou uma série de medidas concretas. Foram destinadas verbas indispensáveis para a recuperação e reparação de todo o equipamento e restabelecimento da actividade das empresas paralisadas. Com este objectivo os accionistas ingleses e belgas concederam créditos de 10 e 5 milhões de dólares respectivamente. Em Abril de 1977, ainda antes das nacionalizações, a convite do governo da RPA chegou ao país um grupo de especialistas ingleses incumbidos de elaborar um plano de recuperação das minas, apesar da administração portuguesa ter oferecido resistência.

Foram tomadas medidas enérgicas no sentido de impedir a extracção ilegal, venda e contrabando de diamantes. Em Abril de 1978 foi formado o Departamento de protecção ao diamante e à indústria de extracção do diamante adjunto à Direcção de Informação e Segurança de Angola. O objectivo deste departamento era prevenir o roubo e a saída ilegal de diamantes para fora do país.

As medidas enérgicas, tomadas pelo Governo angolano, criaram as condições indispensáveis para o crescimento gradual da produção, que nos últimos anos se vinha a caracterizar pelos seguintes dados:

Produção de diamantes em Angola

	1973	1977	1978	1979	1980	1981
Espécies trabalhadas milhares de m ³	5037	1737	1924	2835	4109	6303
Diamantes extraídos milhares de quilates)	2125	712	841	1485	1485	1601
Teor de diamante (quilate/m ³)	0,42	0,20	0,37	0,30	0,36	0,27

O 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho colocou perante o sector o objectivo de elevar

a extracção de diamantes a 2 milhões de quilates. Uma grande atenção é dedicada às questões relacionadas com a preparação de quadros para o sector, uma vez que para garantir um controlo real do Estado torna-se indispensável um contingente suficientemente elevado de quadros nacionais. São necessários especialistas não só para a extracção de diamantes, mas também para a sua avaliação, classificação, lapidação prévia e comercialização.

Desde 1978 funciona um centro de formação profissional Luchilo-Luchinene, que prepara especialistas para a prospecção, extracção e conservação dos diamantes. Além disso, preparam-se mecânicos para procederem à reparação e exploração da maquinaria especializada e equipamentos eléctricos.

Tomam-se medidas no sentido de normalizar as investigações científicas no campo da extracção de diamantes, o que deverá levar a um aumento da eficiência de produção.

Extracção de minérios de metais ferrosos. Como se referiu anteriormente, Angola possui reservas significativas de minério de ferro de alta qualidade. Em meados dos anos setenta o país ocupava o terceiro lugar, no Continente Africano, quanto à extracção deste tipo de matéria-prima, logo a seguir à Libéria e à Mauritânia. Durante o período colonial as jazidas da Cassinga e Cuima pertenciam à “Companhia Mineira do Lobito”, enquanto que as jazidas de Saia e Tumbi à “Companhia de Manganês de Angola”. Esta última iniciou a exploração industrial a nível experimental das jazidas de Cassala-Quitungo na província de Cuanza-Norte. Nos fins do período colonial as jazidas de Cassinga, possuidoras de minério de elevado teor, estavam praticamente esgotadas. No entanto, nesta bacia existia mais uma série de jazidas ricas mais afastadas da linha férrea. Paralelamente, estudou-se a questão da exploração das reservas de minério de baixo teor (até 30% do elemento principal). Com este fim, foi resolvido fundar empresas para enriquecimento do minério com uma potência total de 6 milhões de toneladas de peletes por ano.

A “Companhia Mineira do Lobito” mantinha ligações

estreitas com o consórcio da Alemanha Federal “Krupp”, assim como com o capital dinamarquês (“Jojgaard e Schultz A/S”). Em 10 anos (1965-1974) o consórcio “Krupp” investiu na exploração de jazidas de minérios de ferro em Angola cerca de 185 milhões de dólares. No início dos anos 70 a “Companhia Mineira do Lobito” ocupava o 16º lugar no mundo capitalista quanto ao volume de vendas deste tipo de matéria-prima.

O nível de extracção de minério de ferro atingiu os 6 milhões de toneladas em 1973.

Depois da Proclamação da Independência, os activos da “Companhia Mineira do Lobito” que àquela data tinha ido praticamente à falência foram primeiro postos sob controlo do Estado e posteriormente nacionalizados.

Em 1981 foi fundada a “FERRANGOL”, empresa estatal à qual foi concedido o direito de monopólio sobre a prospecção e exploração das minas de ferro e manganês. Em cooperação com um consórcio austríaco “FÖST-Alpine” estão a ser levados a efeito os preparativos com vista ao reatar dos trabalhos na bacia de Cassinga. “FÖST-Alpine” comprometeu-se a conceder um crédito no montante de 400 milhões de xelins para a compra do equipamento indispensável. O reatar dos trabalhos de extracção estava previsto para 1983. O minério extraído será quase totalmente destinado à exportação. Das empresas da região de Cassinga prevê-se exportar em 1985 até 1 milhão de toneladas de minério de ferro concentrado. As necessidades do próprio País em matéria-prima correspondente serão satisfeitas à custa dos jazigos do Cuanza-Norte.

No plano de desenvolvimento económico e social de Angola no quinquénio 1981-1985 prevê-se que o minério de ferro seja a base da construção da indústria pesada nacional. Com base nas jazidas da região de Quissala-Quitungo prevê-se a construção de fábricas de siderurgia.

Extracção de metais não ferrosos, preciosos e raros. Em 1981 no país foi retomada a extracção de minério de cobre. Os trabalhos são conduzidos pela “Empresa de cobre de Angola” (ECA). Durante a época colonial as maiores explorações eram feitas

na região do Mavoio, onde a “ECA”, pertencente então ao capital português, empregava 3500 pessoas. Outra região importante de extracção era a zona do Tetelo. Ambas estas jazidas situam-se na província do Uíge. Descobriu-se a jazida de Cachoeiras da Binga que durante este período não fora explorada.

Depois da Proclamação da Independência foi fundada a empresa estatal “SIMEIRA” que trata de todas as questões relacionadas com a produção e comercialização de metais não ferrosos.

Durante o período colonial no país extraía-se ouro em pequenas quantidades, realizavam-se prospecções geológicas com vista a encontrar urânio, platina e metais raros. O governo da RPA toma medidas no sentido do reatamento da exploração das areias auríferas de Chipinda. Fundou-se a empresa estatal “Kromalou” a quem foram concedidos todos os direitos de investigação e exploração de metais preciosos e raros.

Outros tipos de minérios. A exploração das jazidas de fosfatos, levada a cabo com a colaboração de especialistas dos países socialistas, apresenta perspectivas favoráveis de desenvolvimento. Hoje em dia a empresa estatal angolana “FOSFANG” chega a extrair 10 mil toneladas por ano na principal jazida em Quindonacaxi, na província do Zaire. Nos próximos anos a extracção deverá atingir as 15 mil toneladas. Futuramente prevê-se a criação da indústria de produção nacional de adubos. Até lá, maior parte dos fosfatos extraídos é destinada à exportação.

Em Angola extrai-se granito negro, mármore, assim como quartzo. A exploração dos jazigos é feita respectivamente pelas empresas estatais “ROREMINA” e “ICOMI-ANGOL”. Em 1980 a produção de mármore cifrou-se em 1200 toneladas.

O quadro na p. 185 dá uma ideia geral sobre a produção da indústria extractiva de Angola.

Indústria transformadora Até finais do período colonial, Angola possuía uma indústria transformadora tal que à escala da África correspondia a um potencial signifi-

Produção da indústria extractiva

Designação	Unidades de medição	1970	1973	1977	1980	1981
1. Petróleo	milhões de toneladas	5,0	8,2	8,6	8	6,8
2. Diamantes	milhares de quilates	2503	2125	841	1485	1601
3. Minério de ferro	milhares de toneladas	6052	6052	—	—	—
4. Quartzo	milhares de toneladas	—	—	—	1,25	0,75
5. Fosfatos	milhares de toneladas	—	—	—	—	5

cativo. Entre 1969 e 1975 desenvolveu-se a um ritmo bastante elevado. Isto é devido, em primeiro lugar, ao facto de que Portugal atraía às suas colónias o capital estrangeiro tentando com a sua ajuda conter a onda crescente do movimento de libertação nacional. Para isso contribuiu em certa medida também a imigração da população portuguesa para Angola. Uma das consequências do aumento da imigração foi a criação no País de condições relativamente profícias para dotar a indústria nascente de quadros técnicos especializados.

Em 1969 no sector da indústria transformadora registou-se um acréscimo recorde de produção de 23,7%. Nos anos seguintes os ritmos de crescimento da produção nunca foram inferiores a 7% (a preços constantes de 1963).

Além disso, a distribuição por ramos dentro da indústria transformadora era caracterizada por desproporções substanciais. Mais de 70% do valor da produção do sector cabia à indústria alimentar, produção de bebidas, ao sector têxtil e do vestuário. Até princípios dos anos setenta aumentou o peso dos sectores metalúrgicos e de linha de montagem de automóveis. Se em 1966 a eles correspondia só 3% da produção global da indústria transformadora (em termos de valor), já em 1971 este índice alcançava os 11%. A estrutura do investimento de capitais no sector era análoga. Para a produção alimentar e têxtil destinavam-se 69,9% dos investimentos. Estas esferas da produção empregavam 79,7% dos trabalhadores da indústria transformadora.

Deste modo, os números testemunham com toda a eloquência que o poder colonial dedicava a principal atenção ao desenvolvimento dos sectores relacionados com a satisfação da procura de artigos de consumo.

A indústria transformadora em Angola durante o período colonial era constituída por empresas das indústrias: química, da borracha, de celulose e papel, de automóveis, electrotécnica, metalúrgica, de refinação de petróleo, de madeira e fabricação de mobiliário, têxtil e alimentar. Em consequência das operações militares estes sectores sofreram de um modo significativo. Com o objectivo de reactivar a produção, o governo da RPA organizou em 1976 oito comissões estatais que deviam, no âmbito da sua competência, criar as condições necessárias para a direcção eficaz dos citados sectores, em particular, a dotação de quadros, a tomada de medidas indispensáveis para o reatar da actividade das empresas, a introdução da planificação intra-sectorial e a avaliação das potencialidades existentes. O governo nacionalizou igualmente fábricas abandonadas pelos ex-proprietários portugueses, pertencendo algumas delas a sectores da indústria metalúrgica, vidreira, têxtil e de peles. No processo de reconstrução da indústria transformadora colaboram especialistas dos países socialistas.

No início dos anos 80 as empresas pertencentes ao sector estatal davam 63,7% da produção global da indústria transformadora, as privadas 25,3 e as mistas 11%. Durante este mesmo período o sector empregava 43 mil pessoas; os investimentos anuais de capitais avaliavam-se em cerca de 2,5% milhares de milhões de Kwanzas. Os meios dirigiam-se sobretudo para o aumento do grau de utilização das capacidades de produção instaladas, para o arranque de empresas anteriormente paralisadas e para conclusão das obras em curso.

Nos princípios dos anos 80 a estrutura sectorial era a seguinte (em % sobre o custo total de produção): indústria ligeira – 43,7%, indústria alimentar – 30,5%, e produção de meios de produção – 25,8%.

Com o objectivo de solucionar o problema alimentar, o governo concentrou a sua atenção no recomeço da activi-

dade da indústria alimentar. Actualmente os esforços principais dirigem-se, por um lado, para o aumento da produção com vista a diminuir a importação de produtos alimentares e, por outro, para garantir a conservação e o funcionamento do equipamento existente no sector.

Uma grande importância é dada à produção de farinhas e de produtos de panificação. Até 1985 a produção de farinha de milho deverá atingir as 160 mil toneladas, e a de trigo as 150 mil toneladas. Entre os outros tipos de produção aos quais, segundo os planos, é dedicada uma especial atenção, destacam-se a produção de óleos alimentares, conservas de carne e de frutas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

Os planos prevêem um rápido aumento da produção açucareira. Em 1985 este sector deverá produzir 65–70 mil toneladas deste produto o que corresponde ao dobro relativamente a 1980. Neste sentido são alargadas as fábricas de refinação “1 de Maio”, “Heróis do Cachimbo”, “4 de Fevereiro”.

A indústria de café é um sector que trabalha não só para a satisfação do mercado interno, mas garante também à República Popular de Angola importantes receitas em divisas. No país funcionam empresas para a produção de café solúvel. O desenvolvimento futuro da indústria de café pode permitir o aumento das receitas provenientes da exportação deste produto para o estrangeiro.

A indústria têxtil desenvolve-se a ritmos elevados. No período entre 1977 e 1979 entrou em funcionamento a fábrica “África Têxtil” em Benguela, considerada uma das maiores do continente. Nela podem ser produzidos até 16 milhões de m² de tecido anualmente. Em Luanda constrói-se uma empresa de maiores dimensões com produção calculada em 18 milhões de m² por ano. Na reconstrução da indústria têxtil angolana participam as firmas “Creso-Luar” e “Veefautomaten”, francesa e belga, respectivamente. Existem ou estão em construção empresas têxteis igualmente nas cidades de Viana, Malanje, Huambo. Até 1985 a produção de tecido deverá atingir os 45–50 milhões de m².

Angola é o primeiro país da África tropical onde foi criada a indústria de refinaria de petróleo. Em princípios

dos anos 80 a capacidade máxima da refinaria de petróleo em Luanda, totalmente reconstruída, era de 1,2 milhões de toneladas por ano. Esta empresa produtora de gasolina, combustível para motores Diesel, mazute e outros produtos, em 1981, refinou 1284 mil toneladas de petróleo. No início dos anos 70, a empresa assegurava totalmente as exigências do mercado interno do País. Durante este período estudou-se a viabilidade de aumentar a produção da fábrica com o objectivo de diversificar a produção, como também aumentar o volume geral dos produtos derivados do petróleo para exportação. Porém, em finais de Novembro de 1981, devido a uma operação de sabotagem a empresa sofreu enormes prejuízos, deixando de funcionar uma das linhas de produção. Até ao princípio de 1982 a fábrica foi reconstruída e até finais do mesmo ano foi totalmente retomado o fabrico de todo o tipo de derivados: butano liquefeito, gasolina, combustível para automóvel e avião, bunker C, gasóleo, asfalto e mazute.

À indústria química pertencem empresas de fabricação de fósforos, sabonetes e detergentes, barras de esferolite. Estão em construção empresas para a produção de adubos químicos. A ritmo elevado está a ser restabelecida a produção na indústria da borracha. Até 1985 a produção de pneus deverá atingir as 200 mil unidades por ano. Envidam-se esforços no sentido de restaurar a indústria de celulose e papel.

Um dos sectores da economia de Angola que cresce rapidamente é a indústria de cimento, na qual participam a "CIMANGOL"—companhia mista, fundada em 1980 e com um capital de 400 milhões de kwanzas (cerca de 14 milhões de dólares); 53% do capital pertence à RPA e 47% às firmas dinamarquesas "F. L. Smith e Jojgaard" e "Schultz". Em 1980 produziram-se 230 mil toneladas de cimento. Nos últimos anos as fábricas de cimento produziram apenas um terço da sua capacidade de produção. Graças ao emprego em 1981 de investimentos adicionais de capital num total equivalente a 30 milhões de dólares prevê-se o aumento da produção de cimento no corrente ano para 920 mil toneladas, enquanto as capacidades instaladas na indústria de cimento atingirão 1,2 milhões de toneladas por ano. Es-

te facto permitirá assegurar em 1983 a produção global de 1,1 milhões de toneladas de cimento. Angola já exporta uma grande quantidade de cimento, o qual é vendido à Nigéria, a Portugal e a outros países. O crescimento da sua capacidade produtiva permitirá aumentar as exportações.

De entre os restantes sectores da indústria transformadora de Angola convém destacar a indústria siderúrgica. Com o desenvolvimento deste ramo o País relaciona os planos de criação da indústria pesada nacional. Hoje em dia neste sector funciona uma série de pequenas empresas metalúrgicas e fábricas de metalomecânica.

No país existem algumas fábricas de montagem, as quais trabalham sobretudo à base de matérias-primas e artigos semi-facturados importados. Fabricam-se automóveis "Volvo", "Fiat", "Volkswagen". Companhias japonesas construíram empresas para a montagem de motorizadas e bicicletas.

Com o reactivar da economia de Angola os ritmos de desenvolvimento da indústria do País crescem gradualmente enquanto os sectores da transformadora começam a adquirir uma importância cada vez maior no processo de reprodução social.

4. A INFRAESTRUTURA

Os sectores da infraestrutura incluem um conjunto de ramos da economia que servem a esfera de produção industrial e agrícola, de energia eléctrica, transportes, construção, comunicações, abastecimento de água, etc., como também empresas ligadas à esfera da circulação, ensino geral e profissional, a investigação e a saúde.

A infraestrutura pode ser produtiva e improdutivo. A primeira abrange o grupo de sectores que servem directamente a esfera da produção material. A segunda engloba os sectores indirectamente ligados a este mesmo processo. Seguidamente iremos debruçar-nos mais pormenorizadamente sobre o desenvolvimento de cada um destes sectores.

Sectores da infraestrutura produtiva. A energia eléctrica. Esta é um dos sectores da economia angolana onde se observa um desenvolvimento mais dinâmico.

O sector energético tem como base os derivados do petróleo, o carvão e a lenha. A lenha continua a ser por enquanto o principal tipo de combustível. Ao mesmo tempo, Angola é um dos países africanos melhor abastecido no que diz respeito a recursos energéticos. Pertencem-lhe mais de 5% do potencial energético total do continente. O quadro que se segue poder-nos-á dar uma melhor visão sobre a estrutura da balança energética de Angola (em percentagem).

Recursos energéticos	1973	1975	1977	1982*
Derivados do petróleo	32	31	36	39
Energia hidroeléctrica	19	16	15	15
Lenha	38	45	42	41
Carvão vegetal	11	8	7	5
Total	100	100	100	100

* Estimativa

A existência de grandes reservas petrolíferas em Angola garante condições propícias ao aumento da percentagem dos produtos derivados do petróleo na balança de energia termo-eléctrica do País. Porém, este não é o caminho mais eficaz do ponto de vista económico. O aumento no próximo decénio da percentagem de energia hidroeléctrica parece ser promissor e o mais provável. A execução de tal reestruturação exigirá investimentos de capital consideráveis. Os dirigentes do País encaram a energia hidroeléctrica como a opção mais promissora no que se refere ao desenvolvimento do ramo.

A energia eléctrica começou a desenvolver-se a um ritmo especialmente elevado durante os últimos anos do período colonial. Se em 1960 foram produzidos 143 milhões de kWh, em 1973 a produção era já de 984 milhões de kWh. Em 1973 funcionavam 1542 centrais eléctricas, das quais 1472 eram termo-eléctricas e 70 hidro-eléctricas. A potência instalada ultrapassava os 580 MW, dos quais nas barragens

hidro-eléctricas eram produzidas 428 MW (73,8%) e 152 nas centrais térmicas (26,2%).

A produção de energia eléctrica no País durante esse período esteve principalmente sob o controle do capital privado. Em 1973, três companhias privadas garantiram 77,85% da produção total de electricidade no País. No geral, pertenciam às companhias privadas mais de 80% da produção total de energia eléctrica.

A localização das centrais eléctricas tendia para as regiões principais de consumo de energia. As regiões ricas em recursos hidráulicos mas afastadas, não entravam no circuito energético. No País não existia um sistema nacional de energia eléctrica. As províncias de Luanda e Benguela eram as regiões onde se consome mais energia—68% do total. Na capital consumia-se até 49% da produção nacional de electricidade.

Depois da conquista da Independência a RPA concentrou os seus esforços na elaboração de uma estrutura adequada de direcção do sector energético tendo reunido numa organização a nível nacional todas as empresas de produção, transporte e distribuição de energia. Em Outubro de 1977, foi fundada uma direcção para a reconstrução das centrais eléctricas. Em 1978 foram produzidos 660 milhões de kWh de energia eléctrica.

Foram intensificados os esforços para garantir a assistência técnica e a conservação das centrais eléctricas, subestações e redes de transporte e distribuição de energia. Em resultado do difícil e escrupuloso trabalho de preparação de quadros foi criado o Ministério da Energia.

Actualmente na RPA estão em funcionamento três grandes sistemas energéticos: “Norte”, “Centro” e “Sul”. O governo do país está a analisar a questão da sua interligação e formação na sua base de um sistema único nacional. As centrais eléctricas mais potentes são actualmente: a Central hidro-eléctrica de Cambambe no rio Cuanza, Matala no rio Cunene, Lomaum e Biópio na Catumbela, Mabubas no rio Dande.

De acordo com as “Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico e social da RPA no período de 1981 a 1985” prevê-se no campo da energia a tomada de uma

série de medidas. Será concluída a construção das linhas de alta tensão entre Cambambe—Luanda, N'Dalatando—Uíge, Dala—Luená—Chicapa—Lucapa, Bela Vista—Bié, etc.

A energia deverá deste modo ser um facto muito importante para a aceleração do processo de desenvolvimento económico do país, enquanto à electrificação cabe contribuir para a remodelação das estruturas socioeconómicas da RPA.

Construção. Tal como se sublinha nos documentos do MPLA-Partido do Trabalho, a construção juntamente com os sub-ramos conexos da produção é um sector que fomenta o desenvolvimento rápido da economia do País. É um dos sectores da economia angolana que se desenvolve mais aceleradamente. Já em 1977, quando a maioria dos diferentes sectores da economia ainda começava a reorganizar-se depois das operações militares, as metas do plano da construção foram cumpridas em 111% e na produção de materiais de construção em 112%. O sector empregava mais de 47 mil trabalhadores. Nos últimos anos porém, os ritmos de crescimento abrandaram um pouco.

O MPLA-Partido do Trabalho definiu uma série de medidas para a reorganização do sector. Foi melhorado o processo de planificação e foram estudadas as medidas tendentes à captação dos recursos do sector privado. É sobretudo realçada a necessidade de aperfeiçoamento dos serviços de reparação profiláctica a cargo dos quais está a manutenção de estradas, aeroportos e outras obras da infraestrutura.

Transportes. O transporte era uma das principais alavancas da exploração colonial de Angola. A criação da rede de transportes antes da conquista da independência estava totalmente em função dos interesses da Metrópole e das principais potências imperialistas. Como consequência, a actividade dos transportes limitava-se pura e simplesmente à exportação de matéria-prima e transporte de cargas em trânsito. Enquanto isto a principal função—articulação das diferentes regiões num todo único—viu-se relegado para segundo plano.

Durante as acções militares de 1975–1976, o sistema de transportes foi um dos sectores da economia que mais sofreu.

As maiores perdas foram registadas no transporte rodoviário que durante o regime colonial assegurava a principal parte do tráfego de mercadorias. O parque de automóveis diminuiu de 153 mil unidades em 1973, para 5 mil em 1976. Nas sete principais cidades de Angola (Luanda, Cabinda, Huambo, Lubango, Namibe, Lobito e Benguela), restaram simplesmente 313 autocarros dos quais só 154 em funcionamento. Uma grande quantidade de camiões fora levada pelo exército da África do Sul, quando se retirava. Os restantes foram avariados pelos seus ex-proprietários ao abandonarem Angola, ou pelos fantoches da FNLA e UNITA.

Para além disto, a situação no domínio do transporte rodoviário agravou-se com a destruição de muitas obras importantes de infraestrutura. Autoestradas foram bombardeadas. Foram destruídas 130 pontes. O sistema periférico dos serviços de transporte ficou praticamente aniquilado.

O transporte ferroviário não sofreu tantos danos, embora a principal linha de caminho-de-ferro (de Benguela) tivesse deixado de funcionar em consequência da destruição de uma série de pontes e do estrago de um terço do material circulante. O caminho-de-ferro de Benguela (CFB) era o único que atravessava todo o território de Angola de oeste a leste e que fazia ligação com o Zaire e a Zâmbia. É preciso afirmar que a interrupção do funcionamento do CFB teve consequências muito negativas para estes dois países que fazem fronteira com Angola, visto ficarem sem saída para o mar através dos portos do Lobito e de Benguela. Isto influiu nefastamente sobre a exportação de cobre da Zâmbia e do Zaire.

Devido às posições tomadas pelo Zaire, o movimento de mercadorias para exportação em trânsito através do território de Angola foi restabelecido só em 1979. Deste modo, a paragem do CFB significou para Angola a perda de receitas provenientes do trânsito de mercadorias, para a Zâmbia e Zaire a perda pela falta de entradas, provenientes da exportação de cobre.

Os prejuízos causados ao transporte marítimo correspondem à destruição de 80% dos navios. Foram danificadas instalações portuárias, cais, estaleiros para reparação de na-

vios. Grandes danos foram provocados à economia portuária de Benguela e Lobito.

Devido à fuga de especialistas diminuiu bruscamente o trabalho dos portos, perdeu-se o ritmo de tratamento das barcas. Os navios eram obrigados a esperar pela sua descarga durante largos períodos de tempo, chegando mesmo a estar meses. Isto trouxe ao país dificuldades complementares no que respeita ao abastecimento de produtos alimentares e de outros géneros de primeira necessidade, que durante este período vinham sobretudo através da importação. A situação agravou-se ainda mais porque os principais monopólios marítimos dos países europeus estabeleceram acréscimos ao frete para os navios que viessem a dar entrada nos portos angolanos, tornando-se assim mais difícil a fregagem de navios, e aumentando deste modo as despesas que envolviam os recursos monetários já de si limitados deste novo Estado.

O transporte aéreo sofreu do mesmo modo com a agressão. Foram desviados três aviões "Fokker F-27" pertencentes à companhia angolana "TAAG"; (o número total de aviões era em 1973 de 12). Para além disso, os EUA proibiram a entrega à RPA dos aviões "Boing" já pagos.

O tráfego aéreo foi dificultado uma vez que em muitas cidades os aeroportos foram sujeitos a bombardeamentos e foram destruídos aparelhos de navegação aérea. Especialistas dos serviços terrestres abandonaram o país.

Considerando o significado que tem o transporte nas condições de reconstrução da economia, o governo da RPA realizou um trabalho imenso no sentido de recuperar em primeiro lugar a base material no domínio do transporte rodoviário.

O transporte rodoviário é a base do sistema de transportes da República Popular de Angola. Garante cerca de 59% do tráfego de mercadorias. Em finais de 1973 a extensão de auto-estradas no país ultrapassava os 72 mil km, sendo 7777 km alcatroadas. Em relação a 1960 a rede de estradas aumentou 2,5 vezes até 1973. Nos últimos anos do período colonial construíram-se até mil km de estradas por ano. Até esta data todas as cidades principais de província estavam ligadas a Luanda por auto-estradas. No entanto,

metade das estradas então existentes ficava incapaz de ser utilizada na época das chuvas. Em 1973 no país existiam 153 500 automóveis, isto é, um automóvel por cada 38 habitantes.

Depois da expulsão dos agressores sul-africanos o MPLA-Partido do Trabalho elaborou o plano de reorganização do transporte rodoviário. De Julho de 1976 a Junho de 1977 foram importados 12 mil veículos entre eles foram importados 4325 veículos pesados e autocarros, 2411 veículos ligeiros. Os restantes veículos eram para certos fins específicos, como sejam: ambulâncias, carros para os bombeiros, carros para a polícia, camiões-tanque, etc. No dia 1 de Janeiro de 1978 em Angola haviam 27 679 veículos de transporte. O transporte de mercadorias durante os primeiros quatro anos de independência aumentou à taxa de 100% por ano.

A retomada total da actividade do transporte rodoviário é extraordinariamente importante para garantir um fornecimento constante das regiões do interior do País, assim como para o restabelecimento das ligações económicas entre as diferentes regiões, cujo desenvolvimento era dificultado pelos colonizadores.

Angola relativamente aos outros países africanos possui uma rede ferroviária bastante desenvolvida.

O caminho-de-ferro assegura cerca de 40% do transporte de mercadorias do país. As principais linhas ferroviárias não estão ligadas entre si. Estendem-se para o interior do país em direcção latitudinal, partindo de um dos portos.

Actualmente existem em Angola quatro linhas de caminho-de-ferro fundamentais: a de Luanda, Benguela, Porto-Amboim, Namibe. Algumas delas têm pequenos ramais em direcção meridional. Todas as linhas de caminho-de-ferro foram construídas durante o período colonial. A sua construção foi consequência da transformação da política portuguesa no sentido da exploração mais intensa das colónias e da penetração do capital da metrópole nas regiões do interior de Angola.

A linha de caminho-de-ferro de Luanda é a mais antiga do país e a sua construção durou 23 anos (entre 1886 e 1909). Este caminho-de-ferro liga a capital com um impor-

tante centro económico—a cidade de Malanje. A sua extensão é de 426 km, a largura dos eixos de 1,067 m. Atravessa os importantes entroncamentos do Dondo e do Golungo Alto. Durante o período colonial pertencia à administração portuguesa. O ponto culminante no domínio do tráfego de mercadorias foi atingido em 1964, quando foram transportadas 696 mil toneladas de carga. Desde esta data o volume transportado foi diminuindo de ano para ano, sendo de 301 mil toneladas em 1973.

Pelo caminho-de-ferro eram transportadas as seguintes mercadorias: minério de ferro das jazidas de Saia na província de Malanje, café das províncias de Uíge, Cuanza-Norte, Luanda; produtos agrícolas das regiões do norte, e para o interior do país eram enviados combustível, máquinas e equipamento.

Depois da conquista da Independência devido ao aumento do significado económico de Luanda cresceu a importância desta linha de caminho-de-ferro. Foram levados a efeito trabalhos reconstrutivos numa série de sectores incluindo outras linhas na parte de Luanda-Viana.

A linha de caminho-de-ferro de Benguela (CFB) é a única que atravessa todo o território do país, de oeste a leste, e tem ligações com outras linhas fora do território da RPA. O CFB começa no porto do Lobito, atravessa a parte norte do Planalto, terras altas de Mossamba e Lunda, passa a fronteira oriental de Angola e continua para o território do Zaire. Esta é uma das linhas do grande magistral transafricano que se estende entre Lobito e o porto moçambicano da Beira, no oceano Índico. O CFB une os importantes centros económicos de Benguela, Huambo, Bié e Moxico.

A extensão do CFB é de 1348 km e a largura dos eixos de 1,067 m. Serve 30 estações e 40 apeadeiros. O CFB pertence à companhia “Caminho-de-ferro de Benguela” e 89,75% do capital desta companhia pertence ao monopólio inglês “Tanganika Concessions, Ltd”, tendo o Estado apenas 10% das acções.

O CFB foi construído nos princípios do século XX (1906-1928) com o objectivo de facilitar o transportar de matérias-primas da região da “cintura do cobre”—na

Rodésia do Norte, pertencente aos ingleses, e do Congo Belga. Até 1948 a utilização da linha não trouxe lucros. Desde os anos cinquenta ela tornou-se uma das linhas de caminho-de-ferro mais rentáveis do mundo. Mais de 86% dos lucros resultavam do trânsito, e o CFB assegurava uma parte significativa da entrada de divisas em Angola.

Em 1973 no CFB funcionavam 107 locomotivas a vapor, 16 locomotivas Diesel, 153 carruagens de passageiros e 1838 vagões de mercadorias e plataformas. No caminho-de-ferro trabalhavam 11250 operários e trabalhadores de serviços, assegurando o movimento de 152 milhões de passageiros por km e 2566 milhões de toneladas por km.

As principais mercadorias transportadas de leste para oeste eram o cobre, o minério de estanho e o minério de metais radioactivos da província de Chaba (Zaire); minério de cobre de Copperbelt (Zâmbia); minério de ferro das jazidas de Cuíma (província do Huambo). Do litoral em direcção ao interior transportava-se: combustível, sal, peixe, artigos industriais, máquinas importadas e equipamento para as regiões do Centro, Zaire e Zâmbia. Da região do Planalto Central eram transportados produtos agrícolas, sobretudo milho, essencialmente para oeste, como também para este (contudo, em menor escala).

Como consequência das acções militares em 1975-1976 o movimento no CFB foi praticamente interrompido. O exército da República da África do Sul, ao recuar, destruiu uma série de pontes, danificando a rede de vias férreas e vagões. Nos anos seguintes foram tomadas medidas no sentido de normalizar a circulação pela transversal e em 1979 foi declarado oficialmente o recomeço do transporte internacional pelo CFB. Em 1979-1980 foram transportados desde Chaba até ao litoral pelo CFB mais de 15,5 mil toneladas de minério de manganés. Para além disto, cerca de 13 mil toneladas de mercadoria eram transportadas mensalmente para o interior de Angola. No entanto, até este momento, a actividade nos caminhos-de-ferro enfrenta uma série de dificuldades: o pessoal qualificado é em número insuficiente, a base técnico-material está obsoleta e são frequentes as acções de sabotagem por parte dos inimigos da Revolução angolana.

O Estado dedica grande atenção à reconstrução do CFB. Concedeu à companhia uma série de facilidades. Tem-se analisado projectos estrangeiros para a reconstrução da via. A CEE, a Suécia e uma série de organizações financeiras dos países árabes manifestaram-se interessadas nesta questão. Em 1982 foram compradas 12 novas locomotivas Diesel para a CFB tendo o Banco Nacional de Angola pago 982 mil dólares correspondentes à primeira prestação.

Nas "Orientações fundamentais para o desenvolvimento económico e social no período 1981-1985" prevê-se que o transporte de mercadorias, até finais do período em causa, atinja as 96 mil toneladas mensais; com esse intuito estão a ser aumentadas as potências das oficinas de reparação em Huambo e renova-se o sistema de telecomunicações ao longo da linha, aperfeiçoando a base técnico-material da via.

A linha de caminho-de-ferro de Namibe fica situada no sul do país, entre o porto de Namibe e Menongue – cidade mais importante da província de Cuando-Cubango. A sua extensão é de 713 km e a bitola é de 1,067 m. Esta linha é propriedade do Estado. Dela partem ramais nas direcções do Cassinga-Norte (17 km) e Cassinga-Sul (96 km), pela Chela (38 km) e Chibia (116 km, via reduzida). Esta via permitia o escoamento para o litoral do minério de ferro da bacia de Cassinga (96% do transporte de mercadorias). No sentido oriental eram transportados produtos alimentares, máquinas e equipamentos. Finda a extracção do minério de ferro em 1975, a importância desta linha decresceu. A agressão por parte da África do Sul trouxe grandes prejuízos ao sistema de transporte. Actualmente, o Governo estuda a viabilidade de alargar a utilização da linha ao desenvolvimento social e económico da região.

A linha de caminho-de-ferro de Amboim liga as cidades de Porto-Amboim e Gabela, sendo a sua extensão de 123 km. A largura da linha é de 60 cm. Durante o período colonial a linha esteve nas mãos do sector privado, servindo Gabela – a maior plantação do mundo. Para Porto-Amboim era levado café enquanto que à plantação se fazia chegar, através deste porto, a técnica e mercadorias indispensáveis à produção.

Os proprietários privados não se preocupavam com o

estado de conservação da via. ferrea. Até durante a época de domínio colonial a actividade deste troço dava prejuízo. Depois da conquista da Independência de Angola os proprietários abandonaram-na totalmente. Em Abril de 1977 o governo da RPA anulou o contrato em vigor com a companhia e nacionalizou o caminho-de-ferro.

Após a Independência em Angola é dada uma grande atenção ao desenvolvimento do transporte ferroviário. Um papel importante neste domínio desempenha a construção da ligação ferroviária no sentido Norte-Sul, cuja construção está prevista nas "Orientações fundamentais para desenvolvimento económico e social de Angola no período de 1981 a 1985". Esta linha ferroviária unirá o caminho-de-ferro de Luanda com o CFB e com a fronteira norte da RPA, assim como o CFB com a linha de Moçâmedes. A inauguração desta transversal que unificará toda a rede ferroviária do país, irá contribuir para dinamizar os processos de integração económica das diferentes regiões de Angola, para a formação de um único mercado interno e para o nivelamento do desenvolvimento económico das diferentes províncias da RPA.

Durante estes anos de independência foi praticamente criada de novo toda a marinha mercante nacional. Em 1977 o governo da RPA nacionalizou a maior companhia marítima do País pertencente ao capital português – a "Navang".

Em Janeiro de 1978 foi publicado um decreto da Presidência sobre a constituição em Angola da marinha mercante nacional. Foram instituídas duas companhias. Uma delas para garantir o tráfego oceânico e a outra a cabotagem. Ao mesmo tempo foi criada a "Agência Nacional de Navegação" à qual compete assegurar aos navios nacionais e estrangeiros diferentes tipos de apoio nos portos angolanos, assim como o serviço de registo e fretagem de navios. Estas três organizações estatais são empresas estatais directamente controladas pelo Ministério dos Transportes e Comunicações da RPA.

Uma grande ajuda na formação da frota nacional de Angola foi prestada pela URSS e por Cuba, com as quais a PRA tem acordos de cooperação neste campo. No âmbito

destes acordos, a União Soviética deve enviar para Angola especialistas em transporte marítimo e em serviços portuários para formar quadros angolanos. Em princípios de 1978 foi decidido oferecer gratuitamente a Angola três navios para a frota de cabotagem.

Segundo as nossas estimativas, a criação de uma frota nacional própria, permitirá a Angola economizar na fretagem de navios estrangeiros um total aproximadamente igual a um quarto do valor das exportações mercantis.

Foram tomadas medidas no sentido do rápido desenvolvimento do transporte aéreo. A companhia angolana "TAAG" realiza voos regulares entre as 14 principais cidades do País. Para além disso, foram concluídos acordos sobre o estabelecimento de ligações directas com a União Soviética, Cuba, República Popular da Polónia, Itália, Argélia e uma série de outros países.

Sectores da infraestrutura improdutivo. Comércio interno, finanças e crédito. Durante o período colonial o comércio interno encontrava-se totalmente nas mãos de particulares e estava intimamente ligado com os transportes, o que assegurava aos negociantes a obtenção de lucros elevados. O Estado colonial não interferia nas actividades destes capitalistas.

Depois da conquista da Independência o Governo Popular colocou a tarefa de assegurar a distribuição adequada de bens de consumo para satisfazer as necessidades da população. Foi criado o sector estatal no comércio interno. Em Março de 1976, em Luanda foi inaugurado a primeira "Loja do Povo". O objectivo desta loja do povo tal como foi definido pelo Governo, era abastecer de produtos alimentares a baixos preços as camadas pobres da população. Nestes armazéns, o nível dos preços para os produtos de largo consumo era três a quatro vezes mais baixo que na rede privada. Até ao final do ano foram abertos mais 12 lojas do povo deste tipo.

Para além dos estabelecimentos comerciais do Estado e privados, no País existem ainda cooperativas de consumo. No total, em Angola, grande parte do comércio é ainda realizado pelo sector privado. Na capital, em Luanda, a maior

parte das transacções comerciais cabe às cooperativas de consumo (42%), seguindo-se-lhes os estabelecimentos comerciais privados (40%) e as lojas do povo do sector estatal (18%). As cooperativas de consumo encontram-se organizadas segundo dois princípios: quanto à sua localização (nos bairros da cidade) e quanto à esfera da produção (nas empresas).

O início da remodelação de toda a estrutura económica do país caracterizou-se, além disso, por transformações na esfera financeira. O Estado deu início à tomada dos sistemas monetário e de crédito, anulando neles as posições do capital estrangeiro.

Foram nacionalizados 5 bancos estrangeiros que exerciam actividade no país. Em seu lugar foram criados o "Banco Nacional de Angola" (BNA) e o "Banco Popular de Angola" (BPA), cuja totalidade do capital passou a ser propriedade do Estado.

Ao "Banco Nacional de Angola" foram atribuídas as funções de banco central, comercial e emissor. A ele compete a actividade de execução do Serviço de Caixa do Orçamento Geral do Estado. De acordo com os Estatutos a actividade do banco está orientada para a realização de uma política monetária e de crédito definida no plano nacional de desenvolvimento, para a manutenção da estabilidade interna e externa da moeda nacional, concessão ao Estado dos recursos financeiros indispensáveis à concretização das tarefas traçadas, para o controle sobre a emissão de moeda e reservas de divisas, regulação da actividade bancária no País, como também para a distribuição do crédito de acordo com o plano nacional de desenvolvimento.

O capital estatutário do Banco está definido em 1000 milhões de kwanzas. Metade dos lucros anuais do Banco é dirigida à coluna das receitas do Orçamento Geral do Estado, e 30% são destinados à formação do Fundo de Reserva Legal. De acordo com os estatutos, o Banco desempenha as funções de banqueiro do Estado e de consultor do Governo no domínio financeiro. Anualmente ele adquire títulos do Estado Angolano até à quantia de 500 milhões de kwanzas. São ainda da competência exclusiva do Banco o controle monetário, a realização de pagamentos internacio-

nais, a concessão de garantias nas operações com o estrangeiro, a realização de todos os tipos de contacto com instituições de crédito estrangeiras.

Ao contrário do BNA, o Banco Popular de Angola é simplesmente uma instituição comercial e de crédito. Os seus estatutos prevêem a ajuda financeira e a concessão de crédito a empresas nacionalizadas a fim de regularizar a produção. Por sua vez o Banco Popular obtém créditos junto do BNA.

A transição para as mãos do Estado angolano das instituições de crédito e a proclamação do monopólio do Estado na esfera da actividade bancária abriram o caminho para a realização de uma política monetário-financeira independente no interesse do desenvolvimento nacional e transformaram o carácter das relações monetário-creditícias com os países capitalistas desenvolvidos.

Em 1976 foi criada uma comissão para a coordenação da actividade bancária que tomou uma série de medidas com vista a estabilizar a situação na esfera dos pagamentos monetários, e na concessão de crédito à circulação fiduciária.

Para além da estabilização da situação na esfera monetária e do crédito, estas medidas pretendiam alcançar objectivos mais concretos: conter as tendências inflacionárias verificadas na economia durante o período da guerra de libertação. No entanto, nas condições concretas de Angola é de notar que a subida de preços após o fim das acções militares estava intimamente ligada com a “inflação importada”, resultado dos processos inflacionários na economia mundial capitalista.

Em 1976 a quantidade de dinheiro que se encontrava em circulação atingiu os 25,6 mil milhões de escudos. Cerca de 5 mil milhões de escudos foram levados pelos emigrantes para Portugal. Esta situação permitia aos círculos reaccionários a possibilidade de desestabilizar a situação monetário-financeira deste novo Estado colocando a estabilidade da situação económica em dependência do sucesso do sistema financeiro da ex-metrópole.

Para liquidar semelhante situação, e além disso, para conter os processos inflacionários na economia era necessária a “desligação” da moeda angolana da portuguesa e

a saída da “zona do escudo”. Isto foi conseguido em Janeiro de 1977. No lugar do escudo colonial foi introduzida uma unidade monetária nacional -o “Kwanza”. A troca processou-se segundo a proporção de 1 kwanza por cada 500 escudos angolanos, no entanto a paridade monetária não foi modificada. A quantidade máxima de moeda aceite para troca por indivíduo era de 20 mil escudos. Todas as somas que ultrapassavam este limite eram depositadas no Banco Nacional de Angola em nome do seu detentor.

A realização da reforma monetária teve um significado extraordinário para a economia da RPA. O estabelecimento de um limite máximo de troca influiu no processo inflacionário, contendo-o, devido à retirada da circulação de parte da massa monetária. Um dos resultados da reforma foi a mobilização dos recursos monetários que se encontravam nas mãos da população para aplicação em investimentos nos diferentes ramos da economia. O aumento dos recursos bancários e o alargar das possibilidades de concessão de crédito às actividades das empresas reconstruídas tiveram uma grande importância.

A partir de Janeiro de 1977 foram introduzidos novos limites no levantamento de depósitos bancários afim de efectuar um controlo mais efectivo sobre a circulação da nova unidade monetária, significando isto novas medidas de luta contra a inflação. As firmas e entidades particulares foram autorizadas a levantar das suas contas somas não superiores a 5 mil kwanzas por mês. Às empresas estatais foi concedido o direito de receber das suas contas bancárias até 100 mil kwanzas mensalmente.

Durante o primeiro ano de Independência da RPA foram ainda tomadas medidas com o objectivo de adequar as empresas que se ocupam do seguro de pessoas e bens às necessidades do desenvolvimento acelerado da economia. Foram liquidadas as companhias de seguros privadas e estrangeiras anteriormente existentes, e em seu lugar foram instituídas três companhias estatais, que chamaram a si a função de seguradoras nos vários ramos de seguros. Estas empresas transformaram-se logo numa parte importante do sistema de crédito estatal. O Governo mobiliza cada vez ma-

is activamente os meios acumulados por ela para a reconstrução da economia. A maior parte do capital acumulado pelas companhias de seguros é utilizada em investimentos nas empresas do sector estatal.

A reestruturação do sistema financeiro e de crédito angolano decorre em situações complexas. As firmas e bancos ocidentais tentaram durante muito tempo seguir uma política de estrangulamento das empresas angolanas, recusando-lhes o crédito e exigindo pagamentos a contado. Em semelhantes condições os métodos creditícios de mobilização de meios a partir de fontes internas tornavam-se um importante factor do processo de acumulação do capital-dinheiro e da estratégia económica do país em geral.

Educação e saúde pública. A educação e a saúde pública são dois sectores da infraestrutura improdutiva nos quais de um modo especial se notam os sucessos de Angola independente. Em apenas alguns anos de desenvolvimento independente Angola conseguiu nestas esferas mais resultados que os conseguidos durante largas dezenas de anos de regime colonialista.

Como herança do capitalismo a RPA recebeu um muito baixo nível de alfabetização (15% de população), a falta de professores e livros escolares era flagrante. O acesso da população africana às escolas era dificultado. Após a conquista da Independência, a situação modificou-se. A educação passou a ser gratuita. Todos os estabelecimentos de ensino foram nacionalizados. Em 1980 o número de estudantes, em comparação com 1973, aumentou 4 vezes. Foi desenvolvida uma campanha de luta contra o analfabetismo. No ano de 1980 já sabiam ler e escrever 330 mil pessoas enquanto nos cursos de alfabetização participava ainda cerca de 1 milhão de pessoas.

Tendo em vista a preparação acelerada de quadros especializados foi criado um sistema complexo de formação técnico-profissional. No princípio de 1981, no país existiam 43 estabelecimentos de ensino médio especial, um instituto industrial e pedagógico. Na Universidade de Luanda estudavam cerca de 2 mil estudantes.

Verificaram-se também importantes modificações na situação da saúde pública. A lei da nacionalização da saúde

pública foi um dos primeiros actos legislativos do novo Estado. Foi instituído o serviço nacional de saúde pública e abolido o pagamento da assistência médica. Foi proibido o exercício da medicina privada, foram dados os primeiros passos no campo da profilaxia das doenças e foi realizada a primeira campanha nacional de vacinação contra a poliomielite. Foi criada uma rede de tratamento ambulatorio. Dão-se os primeiros passos para a formação do pessoal médico.

5. O COMÉRCIO EXTERNO*.

O comércio externo é por tradição uma espécie de motor do qual dependem em grande parte a aceleração ou afrouxamento dos ritmos de desenvolvimento de toda a economia. Esta dependência formou-se ainda nos tempos do colonialismo e mantém-se, ainda hoje, em vigor. Por isso mesmo, a problemática da transformação radical do comércio externo e submissão do seu desenvolvimento aos interesses nacionais ocupa um lugar importante na linha política da RPA cujos objectivos consistem em alcançar a independência económica do país.

O conjunto de problemas que se apresentam ao comércio externo angolano é bastante amplo. Ele inclui a tarefa da conquista pelo Estado angolano dos postos-chave neste sector da economia, o aumento dos volumes de circulação mercantil, o assegurar da correspondência da sua estrutura mercantil às necessidades actuais do desenvolvimento económico, a diversificação dos produtos para exportação e sua mobilização à escala nacional. Por fim, um dos mais importantes problemas é o que diz respeito à mudança nos destinos dos principais fluxos mercantis e à luta contra a linha de orientação unilateral para o mercado capitalista mundial.

A resolução de semelhante conjunto de problemas não é possível tendo por base as antigas estruturas coloniais,

* Nota: As questões do desenvolvimento das relações comerciais com os países socialistas são detalhadamente analisadas no capítulo V.

que de um modo significativo se conservam ainda no comércio externo. Mudanças reais podem ser levadas a cabo apenas com a participação activa do Estado e sob a condição de ser aumentado o seu papel em toda a esfera de contactos ao nível do comércio externo. Esta linha de orientação foi tomada em Outubro de 1976 no Plenário do CC do MPLA e confirmada no 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho. O plenário propôs como tarefas eminentes para serem cumpridas: assegurar o controlo estatal sobre o comércio externo, a revisão de toda a legislação alfandegária, a liquidação das sobrevivências do colonialismo e a recusa à participação em zonas monetárias.

Futuramente colocar-se-ia a tarefa do planeamento das relações comerciais com o exterior e da implantação do monopólio estatal quer das trocas cambiais quer do comércio externo.

O fortalecimento do papel do Estado na economia em geral é condição objectiva para o aumento da sua influência no domínio do comércio externo. Tal tendência é uma característica de todos os países em vias de desenvolvimento. Na República Popular de Angola o Governo procura dar solução para os problemas do desenvolvimento do comércio externo em conjugação com outras questões mais gerais que têm a haver com a remodelação da estrutura económica colonial e com a realização dos planos de reconstrução nacional.

A análise das formas e métodos de acção do Estado sobre o desenvolvimento do comércio externo na RPA permite destacar duas direcções principais da sua actuação no domínio das importações e exportações. Por um lado, a regularização do comércio externo que inclui o conjunto de medidas alfandegárias e tarifárias e o controle de licenças e divisas, e por outro, a participação directa das entidades estatais nas operações relacionadas com o comércio externo. A segunda direcção prende-se também com a acção do Estado sobre a esfera da produção nacional na parte que diz respeito ao comércio externo.

A participação directa dos organismos estatais nas operações de importação e exportação é o método mais eficaz de reestruturação do sistema de relações comerciais com o

estrangeiro. O efeito da participação imediata dos organismos do Estado no comércio externo expressa-se na economia de divisas aquando das importações, no aumento das receitas provenientes das exportações e no afastamento desta esfera das companhias intermediárias quer sejam angolanas do sector privado quer estrangeiras.

Preços de compra de alguns tipos de bens de consumo importados pelo sector privado e pelos organismos estatais da RPA (dólares por tonelada)

Designação	Preços do sector privado (A)	Preços dos organismos estatais (B)	Diferença (C) = (A) - (B)
Margarina	1345,63	925,00	420,63
Manteiga	2866	1770,00	1096,46
Conservas de peixe	1993,78	1500,00	493,78
Peixe fresco	3412,90	2000,00	1412,90
Arroz	485,60	300,00	185,60
Leite em pó	1485,50	1265,88	219,62
Presunto	3963,00	3300,00	663,00
Salsicharia e enchidos	4457,20	3200,00	1257,20
Pasta de tomate	743,34	620,00	127,34

Por fim ela levará a um certo enfraquecimento das trocas não equivalentes existentes no mercado capitalista mundial.

No decorrer do ano de 1976 o aumento da participação das instituições do Estado nas operações relacionadas com o comércio externo levou a uma brusca diminuição da quantidade de produtos importados pelo sector privado. Se durante o período colonial a quantidade de mercadorias importadas pelas firmas do sector privado nunca tinha sido inferior a 93%, já passado apenas um ano após a proclamação da Independência, esta quantidade desceu para 36%. O aumento da participação das organizações estatais na importação criou a possibilidade de comprar mercadorias no estrangeiro em condições mais vantajosas para Angola. O Ministério do Comércio Externo da RPA, depois de ter estuda-

do os contratos de importação firmados por empresas estatais e privadas em 1976, chegou à conclusão que em 100% dos casos, os preços de compra praticados por firmas particulares eram, em produtos semelhantes ou idênticos importados pelo Estado, superiores aos praticados por este. (Veja-se o quadro).

Hoje em dia as firmas privadas nacionais, que exercem a sua actividade na esfera do comércio externo, não possuem o poder financeiro necessário para competirem com o Estado. O volume de compras de cada uma delas não é significativo, o que diminui a eficácia das suas operações de importação e não lhes permite obter grandes descontos na importação de mercadoria. Isto leva no fim de contas à diminuição do número de licenças de importação concedidas ao sector privado, e por fim à redução do seu peso na balança do comércio externo.

Em 1978 o Conselho de Ministros da RPA tomou a decisão de fundar uma organização estatal para a efectivação do monopólio nas exportações de produtos nacionais—a “Exportang”. Em Setembro desse mesmo ano foi aceite o estatuto da organização, no qual estão garantidos a sua autonomia administrativa e financeira e o direito de intervir em seu nome na qualidade de pessoa jurídica.

O fortalecimento das posições do Estado na sua qualidade de comprador ou vendedor directo de produtos no mercado externo é acompanhado de uma série de medidas do governo com vista a regularizar os contactos comerciais com o exterior. Ele contribui para a obtenção de uma mais racional e efectiva estrutura de importação, para a incentivação do aumento das exportações e para a defesa dos sectores da economia nacional da concorrência no mercado mundial.

À função de controlo de licenciamento atribuiu-se o papel de importante, se não mesmo o de mais eficaz meio de regularização do comércio externo em Angola. O sistema de licenciamento que actualmente vigora na RPA foi criado em 1971, ou seja, ainda durante o período colonial. Tal como a maioria dos sistemas de licenciamento da época da dominação colonial, ele representa um conjunto de medidas de restrição quantitativa das exportações e importações tendo

como base o licenciamento e a contingentação, e servia de garante dos interesses da Metrópole. Ele possibilitava à administração portuguesa controlar as condições e destinos da exportação de matéria-prima, apoiar o regime liberalizado de importação de artigos portugueses e ao mesmo tempo fechar, dentro das possibilidades da débil economia portuguesa, o mercado angolano aos produtos de outros países capitalistas. O sistema de licenciamento tinha um papel considerável na manutenção da estabilidade monetária da “zona do escudo”, contribuindo para a acumulação de moeda forte e evitando a evasão das receitas em divisas, provenientes dos produtos exportados de Angola.

Todas as importações da RPA estavam sujeitas ao controlo de licenças. As mercadorias importadas eram divididas em cinco grupos em função do grau de importância que possuíam para a reconstrução nacional e ulterior desenvolvimento da economia nacional. O primeiro grupo incluía os produtos indispensáveis ao desenvolvimento económico e à satisfação da procura no mercado interno e que não entram em concorrência com a produção local. Ao segundo grupo pertenciam os bens de consumo não produzidos no país. O terceiro grupo era composto por todos os restantes bens de consumo. O quarto incluía artigos de luxo que não entravam em concorrência com a produção local e o quinto abrangia os artigos cuja procura a indústria local directa ou indirectamente podia satisfazer. Na prática, depois da Proclamação da Independência foram apenas importados artigos incluídos nos dois primeiros grupos. Em Abril de 1978 afim de facilitar a importação de uma série de produtos cuja falta se notava de uma maneira especialmente aguda, foram abolidas as respectivas licenças de importação. Entre esses artigos salientam-se: peças sobressalentes, pneus, medicamentos, instrumentos de cirurgia, artigos de química e de farmácia, livros e instrumentos de precisão. A utilização de licenças permite ao Estado angolano regularizar as importações, tanto por quantidades como por produtos relativamente a todos os países e até a parceiros comerciais isolados.

Na RPA continua em vigor a tarifa alfandegária introduzida ainda no período colonial, apenas com algumas alterações e adendas. A citada tarifa foi introduzida pela admi-

nistração colonial em 20 de Janeiro de 1964. Até 1977 a taxa era cobrada para todos os artigos com excepção dos adubos, livros, revistas, mapas geográficas e alguns tipos de medicamentos.

As taxas de importação de Angola, quanto ao seu carácter, podem ser divididas em fiscais e proteccionistas. O número destas últimas foi significativamente diminuído em 1971 como resultado da liberalização da entrada de produtos não portugueses no mercado angolano desencadeada pela metrópole. Até Setembro de 1977 existiam três tipos de tarifas aplicáveis aos artigos importados: a mínima, a máxima e a preferencial. A mínima era aplicável às mercadorias dos países aos quais a RPA concedeu um regime mais favorável. A tarifa máxima, equivalente ao dobro das mínimas, era cobrada aos artigos dos países aos quais não foi concedido o citado regime. A tarifa preferencial continuou a ser aplicada até Setembro de 1977 aos produtos importados de Portugal e suas ex-colónias. Ela era igual a 50% da tarifa mínima. Em Setembro de 1977, a 24ª sessão do Conselho da Revolução tomou a decisão de pôr termo a todas as situações de privilégio e preferência no comércio com Portugal. O comércio com Moçambique, República de Cabo Verde, Guiné-Bissau, República de São Tomé e Príncipe está isento de tarifas.

Em conformidade com os acordos entre a RPA e os países socialistas a importação de mercadorias destes países foi isenta dos pagamentos de impostos alfandegários, quando a compra é efectuada por entidades estatais.

Na actual etapa do desenvolvimento dos contactos comerciais externos da RPA o controlo de divisas é um dos mais importantes meios de regulação do comércio externo que define o regime de acumulação e utilização das entradas de divisas resultantes da exportação e de concessão de crédito à exportação e à importação.

No tratamento da problemática das receitas cambiais o governo angolano segue uma política de controlo austero. O aumento do grau de controlo real sobre as operações cambiais seguiu-se em paralelo com a criação de um sistema monetário e financeiro autónomo. Com a saída da "zona do esodo" e a introdução de uma moeda nacional au-

tónoma (o kwanza) a RPA obteve a possibilidade de realizar *de facto* um controle monetário no interesse do desenvolvimento da economia nacional.

No ano de 1977 foram dados pelo Governo angolano alguns passos no processo de estabelecimento do monopólio cambial. Foi aprovada uma lei, segundo a qual era concedido ao Banco Nacional o direito de controlar as operações cambiais, incluindo as não mercantis, que se regulam pelas normas que estabelecem o regime de saída legal de divisas do País. O Banco Nacional controla ainda a utilização das licenças emitidas pelo Ministério do Comércio Externo.

Em Novembro de 1977 o Banco Nacional juntamente com o Ministério das Finanças elaborou uma lei sobre o controlo cambial, que previa a observância por parte dos ministérios e departamentos da disciplina cambial aquando da celebração dos contratos com entidades jurídicas de países estrangeiros. Em conformidade com a lei, as licenças passadas a empresas do Estado, a departamentos e a entidades privadas sem a correspondente verificação e contabilização por parte do Banco Nacional não serão consideradas válidas e com elas não será possível obter crédito.

Actualmente, em Angola o envolvimento estatal no processo de evolução do comércio externo define de modo decisivo o carácter e as tendências principais na transformação deste sector da economia.

Na época pós-colonial ele tornou-se um dos mais importantes factores reguladores da dinâmica das exportações e importações. Com o objectivo de conservar o saldo activo da balança comercial, o Estado envidou todos os seus esforços no sentido de conter as importações, tentando ao mesmo tempo conservar, na medida do possível, um nível máximo de exportações. O País conseguiu atingir este objectivo. Em 1976 o saldo positivo da balança comercial era da ordem dos 292 milhões de dólares, ou seja superior ao nível de 1973 em 19%. No mesmo período de tempo as importações diminuíam em 44,5% e as exportações em 23,5%. Abaixo são apresentados os valores sobre a evolução do comércio externo nos anos 70*.

Unidade: milhões de dólares

Anos	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980*
Movimento	1321	1842	1280	899	1630	1945	2310	3300
Exportações	779	1218	850	599	850	1055	1350	1950
Importações	542	624	430	300	780	890	960	1350
Saldo	237	594	420	299	70	165	390	600

* Estimativas

No ano de 1982 o movimento total de mercadorias cresceu 4 vezes relativamente a 1976, no entanto o saldo positivo da balança comercial aumentou apenas duas vezes. Esta circunstância está ligada com a subida acelerada dos preços dos produtos importados, que sofreram um acréscimo de 12% relativamente a 1976. Por isso mesmo, e também com o objectivo de conservar o saldo positivo da balança de pagamentos, tornou-se imperiosa a necessidade de um aumento adequado das exportações e de uma mais completa utilização dos recursos existentes, afectos à exportação.

O problema de mobilização dos recursos externos está intimamente ligado com as perspectivas de desenvolvimento do comércio externo da RPA. Como já foi referido no presente livro, nos últimos anos do período colonial, Angola escoava para o mercado exterior uma relativamente vasta gama de produtos (137 artigos) que iam desde as matérias-primas até às aparelhagens eléctricas de relativa complexidade. Presentemente porém, tal como será mostrado mais abaixo, os produtos exportados são essencialmente o café, o petróleo bruto, os diamantes e a farinha de peixe.

No entanto, a situação existente não reflecte as reais possibilidades de exportação de produtos angolanos. Mesmo na complexa situação económica actual a RPA está à altura de regularizar as exportações de variedades preciosas de madeiras tropicais, derivados do petróleo, mobiliário, parquetes e cimento. A fabricação destes produtos continua a ser realizada em quantidades que possibilitam reiniciar a sua

exportação. O principal obstáculo que impede a mobilização dos recursos externos é a falta de transportes.

A tarefa de aumentar as exportações angolanas não pode ser conseguida sem o correspondente desenvolvimento da infraestrutura dos transportes. Precisamente do nível de desenvolvimento deste depende a possibilidade de colocar os produtos de produção nacional no mercado externo. Isto foi confirmado com toda a clareza pelos acontecimentos do fim de 1975 e primeira metade de 1976, quando uma considerável parte da colheita de café não só não foi exportada, como nem sequer deu entrada nos armazéns devido ao facto dos transportes se encontrarem inutilizados em resultado das acções militares.

Ao fazer uma estimativa quantitativa e qualitativa das exportações angolanas deve-se prestar atenção a três traços característicos; ao grande volume (quer na sua forma material concreta quer quanto ao seu elemento valor), e ao seu relativamente elevado ritmo de crescimento; à grande fatia que cabe às matérias-primas no conjunto total das exportações e ao facto de só prevalecer em alguns deles, essencialmente o petróleo e o café; ao elevado peso na balança de exportações de certos tipos de produtos agrícolas e de matérias-primas minerais com uma capacidade de concorrência relativamente alta nos quais a RPA é considerada um dos principais produtores mundiais.

Orientando a economia angolana, principalmente, para a produção de artigos para exportação, os colonizadores portugueses não demonstravam qualquer desejo de desenvolver as forças produtivas da sua colónia nem mesmo de elevar as suas capacidades de importação. O único estímulo existente residia na possibilidade de alcançar lucros cada vez mais elevados. Por isso eles envidaram os seus esforços no sentido de desenvolver, em primeiro lugar, aqueles sectores da exportação cuja produção fosse no mercado externo mais procurada e em que os preços desta se apresentassem por excelência favoráveis.

Nas vésperas da Independência cinco produtos (por ordem de importância)—petróleo, café, diamantes, minério de ferro e farinha de peixe, asseguravam 78% das entradas de numerário, provenientes das exportações. Como resultado da

queda do nível da produção em 1976 a dependência em relação aos citados produtos (com excepção do minério de ferro)* aumentou ainda mais. Aos restantes quatro produtos cabia 98% do valor total das exportações, enquanto a exportação de petróleo e café asseguravam 96,5% das receitas provenientes da exportação (63% em 1974), de diamantes 1,3% (9%) e de farinha de peixe 0,2% (3,5%).

Já em 1979 a situação melhorou um pouco e juntamente com os produtos acima mencionados começaram a exportar: cimento, melão, farinha de peixe, mármore, sisal, granito e parquetes. Mais abaixo é apresentado um quadro que dá já uma ideia do papel dos produtos indicados e da estrutura mercantil das exportações angolanas durante o período colonial e no presente.

Índices dos Preços mundiais de exportação do petróleo, café e sisal (ano de 1975 = 100)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Petróleo	55	84	103	100	102	105	114	...	...
Café	71	87	95	100	199	350	228	...	...
Sisal	35	77	155	100	73	81	78	...	...

Nos anos 70, após a Proclamação da Independência da RPA, a conjuntura dos mercados internacionais para os quais Angola exportava os seus produtos era especialmente favorável ao jovem Estado independente. Os preços do petróleo continuavam a subida iniciada ainda no período da crise energética de 1973/74. A procura do petróleo angolano mantinha-se elevada. Deu-se também um aumento brusco nos preços do café, como resultado da diminuição da colheita mundial desta cultura após 1976. Subiram os preços dos diamantes. No decorrer do ano de 1976 os preços dos diamantes sofreram um acréscimo de 25%. A evolução dos preços mundiais de exportação do petróleo, café e sisal é ilustrada no quadro acima.

* As exportações de minério de ferro foram interrompidas em 1975.

Total das diversas mercadorias em percentagem do valor das exportações

Designação dos produtos	1973	1981	1976	1978
1. Petróleo e seus derivados	30,0	61,5	66,2	67,1
2. Café	26,6	35,0	26,2	20,0
3. Diamantes	10,4	1,3	5,8	8,4
4. Farinha de peixe	3,9	0,2	0,5	...
5. Sisal	2,4	...	0,5	...
6. Cimento	0,5	...	0,3	...
Total:	100	100	100	100

No entanto, é necessário ter em conta que no mercado capitalista mundial, caracterizado pela sua extrema instabilidade, as subidas bruscas de preços são seguidas de quedas igualmente bruscas. Tal torna a economia deste novo Estado dependente de semelhantes mudanças, não dando certezas quanto à obtenção de suficientes recursos financeiros futuramente.

Se por um lado, as tendências no sentido do aumento dos preços no mercado do petróleo tinham um carácter estável (pelo menos até ao início dos anos 80), por outro, a conjuntura do mercado mundial do café já no fim de 1977 piorou um bocado. Em Abril de 1977 o índice dos preços mundiais deste produto atingiu 552 (ano de 1975 = 100), em Novembro desceu até 349, e em 1978, como se pode constatar no quadro, era já igual a 228 (54, 1978, Nº 3). Após uma pequena melhoria da situação do sisal no mercado internacional no ano de 1977, em 1978 o índice de preços mundiais de exportação voltava a decrescer. A superação da situação de dependência da economia da RPA da conjuntura de dois ou três tipos de produtos nos mercados internacionais é possível somente através da expansão e diversificação dos produtos destinados à exportação.

O mais importante produto de exportação da RPA é o petróleo. São precisamente as entradas de divisas provenientes da sua extracção e venda que fazem com que o país conserve o saldo positivo das balanças comercial e de

pagamentos. Em 1973, os lucros da sua venda nos mercados internacionais pela primeira vez superavam os obtidos pela exportação de café, que antes era o principal produto de exportação angolana. No ano de 1974 os principais importadores de petróleo angolano eram (entre parênteses indica-se a quota-parte no total das compras): EUA (50%), Portugal (25%), Canadá (14%), Japão (7%), RFA (3%) e França (1%).

Para a exportação vai, principalmente, o petróleo em bruto extraído pela companhia "Cabinda Gulf Oil", enquanto a "PETRANGOL" canaliza a sua produção de preferência para o mercado interno. Deste modo, em 1976, o monopólio americano exportava de Angola 10 vezes mais petróleo em bruto que os seus concorrentes europeus.

Os Estados Unidos conservaram o seu lugar de mais importante comprador de petróleo angolano (52% de todas as compras). Uma parte considerável do petróleo em bruto é enviada para os países das Caraíbas, principalmente para as Bahamas e Ilhas Virgens. O Japão compra cerca de 10% de todo o petróleo. A parte restante é comprada por Estados da Europa Ocidental e por alguns países socialistas.

No ano de 1979 no domínio das exportações de petróleo deram-se dois acontecimentos importantes. Em primeiro lugar, ao celebrar um acordo especial, o Brasil tornou-se o terceiro mais importante importador de petróleo angolano, logo a seguir aos EUA e às ilhas das Caraíbas. Em segundo lugar, a partir dos finais de Junho de 1979, pela primeira vez após a proclamação da Independência a RPA subiu o preço de venda do petróleo de Cabinda de 18,03 para 21,04 dólares por barril, ou seja em 14%. Tal decisão foi tomada em sinal de solidariedade para com os países da OPEP e com o objectivo de dilatar as possibilidades de financiamento do programa de desenvolvimento. Em 1980 e 1981 os preços de novo foram corrigidos.

Em segundo lugar na escala das exportações da RPA encontra-se o café. No ano de 1977 a RPA colocou no mercado mundial perto de 65 mil toneladas de café, o que trouxe ao país 255 milhões de dólares. O aumento dos preços do café angolano da variedade "robusta" deu ao país a possibilidade de conservar a soma das entradas em divi-

sas ao nível de 1973, apesar do volume real desta cultura ter diminuído. Os países socialistas compraram 45% do total do café exportado, no entanto os seus maiores importadores foram a Argélia (25% de toda a exportação em 1977), os EUA e a Holanda (cada com 9%).

Deu-se uma quebra nas vendas do terceiro mais importante produto de exportação—os diamantes em bruto. Em 1976 foram vendidos cerca de 700 mil quilates (1960 mil quilates em 1974). Ao mesmo tempo, o contrabando de pedras preciosas, segundo certas estimativas, superou a sua exportação. Todos os diamantes extraídos em Angola são comprados pela Central Selling Organization de Londres.

No ano de 1977 seguiu-se uma queda brusca na exportação de diamantes até aos 400 mil quilates. A partir de 1978 iniciou-se a lenta recuperação do volume de saídas de pedras preciosas. Foram vendidos 750 mil quilates cuja venda perfez mais de 50 milhões de dólares, o que é cerca de metade das receitas provenientes da exportação de diamantes, obtidas durante o período colonial. Em 1985 a exportação de diamantes superará o nível de 1973.

Com a restauração da indústria da pesca em Angola a pouco e pouco começou a aumentar a exportação de peixe e produtos derivados da sua transformação. Presentemente são exportadas 15% das capturas. Em 1977 foram exportadas 11 mil toneladas de farinha de peixe para o estrangeiro (Moçambique, Zâmbia e Portugal.)

Durante estes anos de independência tiveram lugar importantes alterações na estrutura das importações angolanas. A entrada de produtos no país era considerável já no período colonial. Basta referir, que as importações de Angola, país com 6 milhões de habitantes, em muito superavam as importações de países com uma população mais numerosa, como é o caso de países como a Etiópia, o Sudão, a Tanzânia e outros, e aproximava-se do volume de importações do Egipto.

Após a Independência, o Estado ao estabelecer controlo rigoroso sobre as importações conseguiu obter resultados palpáveis na contenção do seu crescimento. No entanto, em virtude da difícil situação económica em Angola nos anos de 1976 e 1977, o País viu-se forçado a comprar ao estran-

... produtos que exportava durante o período colonial. A estrutura das importações angolanas em 1977 e 1978 (em comparação com o período colonial) apresentava o seguinte aspecto:

(em percentagem)

Designação	1973	1980	1977	1978
1. Máquinas, equipamentos e produtos industriais acabados	65,2	40,6	41,9	41,2
2. Matérias-primas e produtos semi-acabados	19,6	19,3	18,0	18,5
3. Produtos alimentares	9,2	26,8	33,4	33,8
4. Artigos de consumo não alimentar	6,0	13,3	6,6	8,5

Atrai a atenção a grande quantidade de importações de produtos alimentares, que no período colonial nunca subira acima de 10-15%. O governo canaliza os seus esforços no sentido de satisfazer as necessidades de produtos alimentares principalmente à custa da produção nacional. A subida gradual do nível de produção agrícola faz supor que nos anos mais próximos a importação de produtos alimentares irá baixar.

No período de 1976 a 1978 o peso dos meios de transporte aumentou no conjunto total das importações. Este aumento é devido ao facto de o principal meio de transporte em Angola, o meio automóvel, ter sofrido enormes perdas durante a guerra. O governo elaborou um programa extraordinário de reconstrução dos transportes previsto para sete anos. Em conformidade com este programa até 1982 Angola deverá importar automóveis no valor de 100 milhões de dólares.

Em 1977, os meios de transporte rodoviário constituíram 27% do total das importações. O mais importante fornecedor de material de transporte rodoviário à RPA foi a União Soviética cujos produtos deste tipo perfizeram 47% do total das importações. Seguidamente vêm a Suécia (16,6%), a RDA (11,9%) e o Japão (9,25%). A RPA importa essencialmente camiões. A importação de viaturas ligeiras em

1977 não ultrapassou as duas mil unidades. No ano de 1978, as importações de meios de transporte desceram para 24% do total das importações, mas na sua expressão valorimétrica o volume das compras ultrapassou os índices de 1977.

Para além do transporte rodoviário, teve uma importância considerável (no conjunto dos meios de transporte) a importação de aviões e respectivas peças sobressalentes e, a partir de 1978, a importação de meios de transporte marítimo.

A partir da segunda metade de 1977 começaram a aumentar as importações de equipamento. Este aumento é devido ao facto de no período referido se ter iniciado a reconstrução e reequipamento das empresas nacionalizadas. Apesar do crescimento do papel dos países socialistas como fornecedores de máquinas e equipamento, contudo ainda se processa o fornecimento da maior parte destes pelos países ocidentais, principalmente, pelos EUA, Itália e França.

A mais evidente mudança estrutural ocorrida no comércio externo da RPA após a Independência, foi a mudança dos principais movimentos de mercadorias por países de destino. Nos seus traços mais gerais, esta mudança pode ser caracterizada como sendo um aumento da importância dos países socialistas no movimento de mercadorias e, consequentemente, como uma diminuição do peso representado pelos países capitalistas. O comércio com os países em vias de desenvolvimento manteve-se, no geral, constante.

O quadro seguinte mostra-nos a evolução do volume de trocas (incluindo importações e exportações) por grupos de países:

Movimento de mercadorias
por grupos de países
(em percentagem)*

	1970	1973	1977	1980
Países capitalistas desenvolvidos	94,0	92,0	68,0	86,0
Países socialistas	0,7	0,8	25,0	8,0
Países em vias de desenvolvimento	5,3	7,2	7,0	6,0

* Estimativas

Após a conquista da Independência são efectuadas transacções comerciais com todos os países socialistas, com excepção da República Popular da China e da Albânia. O início das relações económicas com parceiros como a URSS e a RDA aumentou consideravelmente as possibilidades de Angola poder adquirir os produtos indispensáveis para a sua indústria em condições mais favoráveis que aquelas que são concedidas pelos países capitalistas desenvolvidos. As relações económicas entre a RPA e o mundo socialista não se limitam ao comércio e incluem ainda todo um conjunto de direcções de cooperação ao nível da economia nacional*.

O aumento do peso dos países socialistas no comércio externo da RPA processa-se à custa da diminuição nele da participação dos países capitalistas desenvolvidos. Esta mudança assinala um saldo qualitativo na orientação tradicional dos principais canais comerciais.

A estrutura das exportações angolanas é tal, que os produtos exportados se destinam principalmente a serem utilizados em países industrialmente desenvolvidos. Os principais importadores de produtos angolanos durante o período colonial eram os Estados Unidos, Portugal, a Inglaterra e outros membros da CEE. Depois da Independência o peso de Portugal e dos EUA na circulação de mercadorias diminuiu, o que constitui um novo fenómeno de destaque na distribuição geográfica das relações económicas da RPA.

Entretanto, os países capitalistas desenvolvidos continuavam a ter um papel importante no comércio externo da RPA. A dependência do mercado dos países capitalistas industrialmente desenvolvidos é particularmente evidente nas exportações. Este grupo de Estados constitui a principal fonte de entrada de divisas da RPA.

O citado grupo de países constitui também um grande exportador para o mercado angolano de equipamento tecnológico, tanto completo como em peças, de matéria-prima e produtos semi-acabados, artigos químicos, máquinas e equipamentos e produtos alimentares. A dependência da RPA da importação de equipamento tecnológico, matérias-primas e produtos semi-acabados dos países capitalistas desenvolvi-

dos é ainda agravada pelo facto de todas as empresas em Angola estarem equipadas com técnica da Europa Ocidental, dos EUA e do Japão. É evidente que num futuro próximo a dependência em relação à importação de equipamento ocidental vá de um modo considerável manter-se.

No presente, observa-se com bastante nitidez a partilha do mercado angolano entre os países capitalistas desenvolvidos. Mais de dois terços das importações angolanas de produtos alimentares vêm da Holanda, Dinamarca e França. As necessidades da RPA em meios de transporte, a par dos países socialistas, são satisfeitas pela Suécia, Itália e Japão. São firmas da RFA que possuem o monopólio quase exclusivo da exportação de produtos químicos, insecticidas, corantes e adubos, enquanto firmas da Itália detêm o da exportação de bens duradouros. Os equipamentos de manuseamento e elevação de cargas e as máquinas ligadas à construção de estradas são comprados ao Japão e Inglaterra. Os equipamentos, tanto completo como em peças, para a reconstrução das empresas de grande importância nacional são fornecidos pelos monopólios do "Mercado Comum".

Em grau consideravelmente menor, durante os anos do desenvolvimento independente, modificara-se o papel dos novos Estados da Ásia, África e América Latina como parceiros comerciais de Angola. Durante o período colonial, o comércio com os países em vias de desenvolvimento não atingiu grandes níveis. No início de 1974 o seu "peso" no movimento global de mercadorias de Angola em pouco ultrapassava os 8%. Em 1976 este índice diminuiu um pouco, o que pode ser explicado pela não produção de uma série de mercadorias angolanas que antes eram exportadas para os países em vias de desenvolvimento, e pela diminuição das importações, por parte de Angola, deste grupo de países.

No conjunto total dos países em vias de desenvolvimento, parceiros comerciais da RPA, é indispensável distinguir as ex-colónias portuguesas. Com elas as relações económicas são realizadas numa base distinta das relações mantidas com outros Estados. O comércio com elas atinge níveis significativamente mais elevados que os alcançados com qualquer outro Estado em vias de desenvolvimento (à excep-

* Para mais pormenores veja-se o capítulo V.

ção do Brasil). No período que vai de 1976 a 1982, como resultado das visitas a Angola de delegações do Partido e do Governo de Moçambique, Guiné-Bissau, Ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe foi assinada uma série de acordos de cooperação no campo das relações económicas, incluindo também as comerciais. O governo da RPA várias vezes deu a conhecer o empenhamento de Angola no alargamento da cooperação económica com o citado grupo de Estados.

Após a Proclamação da Independência, o Brasil tornou-se de entre os países em vias de desenvolvimento, o maior parceiro comercial da RPA. No ano de 1976 as trocas comerciais entre os dois países atingiram 22,2 milhões de dólares. Desta quantia as importações de Angola perfizeram um total de 22,1 milhões de dólares. Em 1977 as exportações brasileiras para Angola atingiram 26,2 milhões de dólares e as exportações angolanas para o Brasil 1,2 milhões de dólares. O Brasil coloca no mercado angolano principalmente a sua produção industrial acabada. A base das importações angolanas do Brasil é constituída por máquinas, equipamentos e meios de transporte rodoviário. Reveste-se de especial importância as importações de maquinaria agrícola e de veículos pesados. No ano de 1982, o Brasil assinou um acordo segundo o qual deveria fornecer a Angola produtos alimentares no valor de 60 milhões de dólares.

A base das importações brasileiras de Angola no ano de 1976 era constituída pelo café. Em virtude do facto de no Brasil predominarem espécies menos favoráveis à produção de café solúvel a indústria brasileira utiliza para este fim a espécie angolana "robusta". O Brasil importa ainda petróleo angolano.

Angola procura desenvolver a cooperação económica com os países vizinhos, mormente com a República Popular do Congo (RPC) e com a Zâmbia. Foram assinados com ambos os países acordos comerciais e outros de carácter económico. Iniciou-se a exportação de petróleo em bruto para a RPC.

Em 1977 activizou-se o comércio com a Zâmbia. Angola exporta para a Zâmbia farinha de peixe e sementes de algodão, e importa principalmente produtos alimentares. Foi

acordada a exportação de petróleo angolano para a Zâmbia.

A análise dos principais problemas do desenvolvimento das relações económicas da RPA com o estrangeiro mostra que, na evolução do País após a Independência, as relações comerciais com o exterior sofreram importantes alterações. Estas alterações foram a consequência das importantes mutações que se operaram na economia de Angola após a conquista da Independência e também do recrudescimento da luta dos países libertados pela remodelação do sistema das relações económicas internacionais dominantes na economia mundial capitalista, caracterizadas pela desigualdade.

6. OS DESEQUILÍBRIOS INTERNOS E OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O programa do MPLA-Partido do Trabalho considera que um dos maiores problemas que o país enfrenta é o desenvolvimento multilateral e planeado da economia nacional no sentido de liquidar as desproporções entre as várias regiões do país. A resolução deste problema requer muito tempo.

A colonização portuguesa exerceu grande influência na desigualdade de desenvolvimento de determinadas partes de Angola, influência esta que se reflectiu no número populacional das diferentes regiões de todo o país e na distribuição territorial da produção.

A colonização europeia do Sudoeste Africano processou-se a partir da costa Atlântica para Leste em direcção ao interior do continente. Por este motivo as regiões costeiras nos nossos dias encontram-se mais desenvolvidas e urbanizadas em maior grau que as do Leste. O avanço dos portugueses para as regiões do interior deu-se em três principais direcções: de Luanda, ao longo da costa, em direcção ao sul; de Luanda para o interior do país águas acima de curso do rio Cuanza; da cidade de Benguela para leste.

Uma vez que no período inicial da colonização a actividade económica mais lucrativa era o tráfico de escla-

vos, nas zonas do interior do país ocupadas pelos portugueses o volume da população africana baixou brusca e instantaneamente, parte da qual pereceu na luta contra os colonizadores, outra era exportada de Angola na qualidade de escravos e a terceira retirava-se para os lugares de acesso mais difícil.

As consequências de mais de três séculos de tráfico de escravos ainda se reflectem nos dias de hoje. O território da RPA está povoado de forma muito desigual. Noventa e um por cento da população ocupa 47% da área do País, além de mais de metade do total de habitantes estar concentrado nas regiões cuja superfície total não chega a abranger 9% do território de Angola.

Huambo, Bié e Luanda são as províncias mais povoadas. Quanto à densidade populacional por quilómetro quadrado é preciso ainda destacar as províncias de Benguela, Cuanza-Norte e Cabinda. A densidade populacional mínima de 0,6 habitantes por km² verifica-se na província Cuando-Cubango. Na sua totalidade, a densidade de população média em Angola constitui 7,7 hab. por quilómetro quadrado.

Os dados citados evidenciam o abastecimento fraco, de longe desigual, das diferentes regiões económicas do país em recursos humanos, elemento principal das forças produtivas da sociedade.

Contudo a longa exploração colonial reflectiu-se negativamente não somente na distribuição territorial dos recursos do país. Ela contribuiu para o desenvolvimento económico desigual de certas regiões do país, o que dificulta a formação de um mecanismo económico nacional único na Angola actual.

Orientando a economia de Angola para o fornecimento de matérias-primas ao Ocidente, o colonialismo estimulou automaticamente o desenvolvimento das partes costeiras ocidentais de Angola em prejuízo das províncias do interior do país. Em resultado, nos nossos dias, na parte ocidental da RPA estão concentrados perto de 90% de todas as capacidades da indústria transformadora e 70% das capacidades de tratamento inicial das matérias-primas.

Mesmo a indústria extractiva, cuja distribuição territorial, à primeira vista, depende em grande parte das regiões

de jazida de minérios, se submeteu à influência da "política selectiva" dos monopólios coloniais.

A tendência para diminuir as despesas de transporte obrigou as companhias estrangeiras a distribuir a produção em primeiro lugar nas regiões, de onde a exportação da produção não exigia grandes encargos. A indústria mineira obteve o maior desenvolvimento nas regiões situadas em melhores condições relativamente aos portos marítimos ou que tivessem com estes uma ligação por via férrea estável.

O facto de a produção estar orientada para a exportação travava a exploração dos jazigos de matéria-prima de transporte relativamente difícil como era por exemplo, o minério de ferro. Enquanto que os jazigos de relativamente pequeno porte, ligados com os portos por caminho de ferro, exploravam-se quase até ao esgotamento total, as grandes reservas de minério de ferro do interior de Angola (pertencentes à bacia do Cassinga, mas mais afastadas das vias de transporte) permaneciam intactas.

Nas regiões afastadas do país obtiveram incremento principalmente aqueles ramos, cuja produção era mais facilmente escoada. Exemplo característico pode servir a extracção de diamantes no extremo nordeste do País. A produção dos jazigos ricos desta zona é exportada para o estrangeiro por via aérea, em parte através de Luanda, em parte directamente a partir dos locais de extracção.

O facto de a produção estar virada para a exportação ainda nos dias de hoje cria condições para o desenvolvimento desigual das diferentes regiões de Angola, quando o crescimento acelerado da economia de uma província se transforma em problemas para outra.

Para a superação desta herança do colonialismo está orientada a actividade do Ministério da Coordenação Provincial da RPA. Numa entrevista ao *Jornal de Angola* o dirigente deste ministério assinalou, que hoje em dia os esforços estão orientados para a transformação das províncias nas maiores unidades de produção e também para a debilitação do seu grau de dependência económica das empresas concentradas na capital.

Do ponto de vista económico-geográfico Angola actual pode ser dividida em cinco grandes regiões económicas:

Cabinda, Noroeste, Nordeste, Centro e Sul. Cada uma das regiões enumeradas é caracterizada por uma especialização económica bastante precisa e tende rigorosamente para determinado centro económico. Não deixa de ter interesse assinalar o facto de que as fronteiras das regiões no fundamental coincidem com as fronteiras de povoamento das principais etnias de Angola—Bacongos, Bambundos, Bailundas, Lundas-Tchokues, Ovimbundos, Nhanecas-Humbes.

O grau de conclusão do processo de regionalização é diferente. Por força das condições históricas, em primeiro lugar devido ao afastamento geográfico do território principal de Angola, em Cabinda o processo de regionalização atingiu o máximo desenvolvimento. Neste enclave é mais claramente observada determinada especialização da produção e sua orientação para o mercado externo. A especialização económica do sul do país é menos relevante.

Uma noção sobre papel das diferentes regiões económicas na economia nacional de Angola no começo dos anos 80 oferece o seguinte quadro por nós elaborado:

(em percentagem)

	Cabinda	Noroeste	Nordeste	Centro	Sul
1. Superfície da região em % da superfície total do País	0,6	24,9	11,9	10,9	51,7
2. População da região em % da população total do País	1,4	40,8	5,3	33,7	18,8
3. Valores da produção da região em % do volume total, por diferentes tipos de produção:					
a) diamantes	0,2	0,2	99,6	—	—
b) petróleo	84,0	16,0	—	—	—
c) café	1,1	95,6	—	3,3	—

Cabinda. Uma particularidade do desenvolvimento de Cabinda reside no facto de que esta província se encontra separada de território principal de Angola por uma faixa estreita de terra, pertencente ao Zaire, e, desta maneira,

não tem fronteira por terra com qualquer outra província angolana. O território de Cabinda é de 7270 quilómetros quadrados. A população é superior a 80 mil habitantes. A densidade de população é uma das mais altas em Angola. Além do mais a grande massa dos habitantes de Cabinda vive na parte sul da província, enquanto o norte apresenta maciços florestais, pouco povoados e quase impenetráveis.

Cabinda é uma das províncias mais ricas de Angola. No seu subsolo encontram-se grandes reservas de petróleo, jazigos de fosforitos, sais de potássio e diamantes. Dois terços do território da província estão cobertos de florestas, nas quais crescem 248 espécies diferentes de árvores.

No período colonial, no território da província funcionavam mais de cem companhias estrangeiras. Além do petróleo, fosforitos e diamantes, elas ocupavam-se também da exploração dos jazigos de esmeraldas e ouro.

A exploração dos recursos naturais de Cabinda garante grande parte das entradas de divisas de Angola. O petróleo da província, que tem uma extracção aproximadamente de 110 mil barris por dia, dá à RPA diariamente mais de 1,5 milhões de dólares. Em 1978 foram vendidas 75 mil metros cúbicos de espécies valiosas de madeira.

Cabinda por tradição é também uma província agrícola. Contudo nesta produzem-se principalmente culturas destinadas à exportação, tais como café e cacau. A produção nacional não satisfaz as necessidades da população em produtos da agricultura e da pecuária. O MPLA-Partido do Trabalho recentemente encaminhou os seus esforços no sentido de desviar o sector agrícola para a diversificação das culturas, contribuindo assim para o aumento de géneros alimentícios destinados ao consumo local.

Por enquanto, a grande parte de produtos agrícolas tem de ser fornecida por outras províncias angolanas por via marítima ou aérea. O abastecimento de mercadorias por mar depara-se com determinados problemas. Em Cabinda não existe um porto marítimo moderno e o tratamento das mercadorias através do único cais em actividade é bastante dificultada devido à capacidade de carga das instalações obsoletas.

O único meio garantido de abastecimento rítmico de mercadorias é o aéreo. A cidade de Cabinda, capital de província, está a quarenta minutos de voo de Luanda. Todavia este meio de abastecimento da província fica extremamente caro.

Apesar das dificuldades indicadas, o Governo da RPA pôde organizar o fornecimento à população de Cabinda de géneros alimentícios e outras mercadorias de primeira necessidade. Actualmente em cada cidade, municipalidade e aldeia estão em funcionamento lojas do povo. As dificuldades do momento no abastecimento da população são superadas com êxito.

A região económica Noroeste. Integra as províncias do Zaire, Uíge, Luanda, Bengo, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul e Malanje. A sua área é de 309 989 quilómetros quadrados. A população da região é de 2294 mil habitantes. Do ponto de vista económico esta é a região do país mais desenvolvida. Aqui encontra-se concentrado 70% das capacidades da indústria transformadora de Angola. Na região extrai-se petróleo, existem jazigos de cobre, ferro e manganês. A região económica do noroeste é a zona fundamental da produção de café. A produção agrícola em considerável medida tem carácter mercantil. Além do café são cultivados a cana-de-açúcar, o algodão, a palmeira oleaginosa, a mandioca e a batata.

Na região o processo de cooperativização dos camponeses avança a ritmos rápidos. No que se refere à quantidade de cooperativas agrícolas a região económica do Noroeste ocupa o primeiro lugar no País.

Luanda, capital do país, constitui o centro económico da região. Quase toda a indústria do Noroeste está concentrada nesta cidade ou nos seus arredores.

Região Centro. A esta região pertence a província de Benguela, Huambo e Bié. A área da região é de 136 373 quilómetros quadrados. A população é de 1895 mil habitantes. A região estende-se por uma faixa bastante estreita de oeste para este ao longo do caminho-de-ferro de Benguela.

A agricultura da região especializa-se na produção de cereais. O centro é a zona fundamental da cultura de sisal

e cana-de-açúcar. Nesta região, ao contrário das outras zonas de Angola, é cultivada a espécie de café “arábica”. Durante o colonialismo o centro foi a zona fundamental da imigração europeia. Aqui estava concentrada a maior parte das plantações de culturas de exportação que pertenciam a portugueses.

Nesta região a indústria transformadora (cerca de 19% de todas as capacidades do país) está relativamente desenvolvida. A região Centro é a única em Angola onde não existe um centro económico nitidamente expresso. As suas funções são desempenhadas na mesma medida pelas cidades de Huambo, Lobito e Benguela.

A região económica Nordeste compõe-se de duas províncias: Lunda-Norte e Lunda-Sul. Ocupa um território de 148 432 quilómetros quadrados, onde vivem 300 mil habitantes. A cidade de Saurimo (ex-Henrique de Carvalho) constitui o centro económico da região.

No concernente à sua produção agrícola, esta é uma região de agricultura de subsistência. No Lunda-Norte, a batata e a mandioca são as principais culturas produzidas. No Lunda-Sul, são os cereais (sorgo, milho) e as leguminosas (amendoim) os principais produtos da agricultura.

No período colonial toda a região económica Nordeste coincidia com a província única do Lunda. Depois da proclamação da Independência o Governo de Angola chegou à conclusão sobre a utilidade em destacar a região de extracção de diamantes numa província à parte (Lunda-Norte).

A extracção de diamantes é na região a mais importante espécie de actividade económica do ponto de vista nacional. Com a interrupção da exploração dos jazigos de diamantes nas outras partes do País após a intervenção armada estrangeira, a região económica do Nordeste cabia quase 100% da extracção de pedras preciosas em Angola.

No processo de regionalização no Lunda grande influência foi exercida pela actividade de mais de meio século de existência da companhia “DIAMANG”. Esta última era uma espécie de Estado dentro do próprio Estado. Ela dava emprego a toda a província do Lunda de então. A “DIAMANG” dominava todo o sistema energético da província, inclusive Luachimo, uma das maiores centrais hid-

roeléctricas do País. A companhia dispunha de um exército próprio e de um serviço de controlo sobre a exportação de diamantes, de uma rede própria de escolas e de lojas. Por exemplo, em 1975, dos 18 mil operários e funcionários da "DIAMANG" menos de 8 mil trabalhavam nas minas. Os restantes trabalhavam nas fazendas, nas lojas, etc., pertencentes à companhia.

Utilizando o seu próprio sistema de lojas a "DIAMANG" tinha a possibilidade de obter lucros adicionais provenientes da realização de mercadorias de procura diária, a preços que eram igualmente estabelecidos pela própria companhia.

Com a participação estatal maioritária na "DIAMANG" a situação alterou-se radicalmente. As receitas provenientes da extracção de diamantes começaram a ser utilizadas nos interesses de todo o povo de Angola. Ao mesmo tempo foi tomada uma série de medidas no sentido de superar um determinado "isolamento" e autarquismo das províncias e ampliar as comunicações com as regiões económicas mais chegadas. Foi dada uma grande atenção à reparação das estradas que ligam a província com a região económica do Noroeste.

Os problemas que se colocam face ao desenvolvimento da região relacionam-se com a superação da monoespecialização existente na extracção de diamantes e com o fomento de uma agricultura mais virada para a comercialização. A região, graças ao seu clima, pode vir a transformar-se no celeiro do País.

Sul. À região económica Sul pertencem as províncias de Namibe, Huíla, Cunene, Cuando-Cubango. Com esta também relacionamos condicionalmente a província de Moxico, que está situada um pouco mais a norte no extremo oriente do País, mas que quanto aos seus principais índices económicos tende mais para o Sul do que para quaisquer outras regiões económicas. O território total da região económica Sul é de 644 560 quilómetros quadrados. A população é de 1 051 000 habitantes. A cidade de Moçâmedes constitui o principal centro económico.

A região é potencialmente a mais rica em recursos hidráulicos que, todavia, actualmente são ainda pouco apro-

veitados. Do ponto de vista do desenvolvimento da indústria mineira a região até ao ano de 1975 era conhecida como a principal zona de extracção de minérios de metais não-ferrosos. Na província de Huíla junto ao Quilengues já estão explorados os jazigos de minério de cobre. Após o termo, em 1975, da extracção de minério de ferro na região económica Sul não existem empresas da indústria mineira em funcionamento.

O eixo económico desta região é constituído pela via férrea de Namibe que liga todas as províncias, com excepção de Moxico. A última está ligada pelo caminho-de-ferro de Benguela com a região económica Centro. Nos últimos anos na província de Moxico tem-se levado a cabo a construção de auto-estradas, as quais ligarão o CFB com a Cintura do Cobre da Zâmbia.

A região económica Sul é a principal zona de criação de gado de Angola. É a única região do País onde não há a mosca tsé-tsé. Até à data da intervenção armada sul-africana na região havia 1 milhão de cabeças de gado. Depois da agressão o número de cabeças ficou reduzido a 100 mil. Actualmente estão a ser empreendidos esforços para a criação nesta região de uma série de complexos agro-industriais para produção da carne e leite. O maior deles está situado perto da cidade de Matal.

Tal como com o Centro, o Sul constitui uma das principais regiões de desenvolvimento de pesca. Neste sector o movimento cooperativo obteve bastante ampla divulgação.

Os racistas da África do Sul tentam dificultar a actividade pacífica do Povo angolano na região económica Sul. Não cessam as provocações armadas, actos de sabotagem e actividades terroristas dos círculos militares sul-africanos e fantoches da UNITA. O Governo da República Popular de Angola vê-se forçado a prestar grande atenção à segurança da região. Nos anos de 1981 e 1982 territórios importantes desta região foram ocupados pelas tropas da África do Sul, ficando, desta forma, completamente desligados da circulação económica geral do País. O progresso e o desenvolvimento económico acelerado da região dependem em grande parte da normalização da situação na fronteira sul de Angola.

AS RELAÇÕES COM O MUNDO SOCIALISTA— UM IMPORTANTE FACTOR PARA O AVANÇO DE ANGOLA PELA VIA DO PROGRESSO E DA INDEPENDÊNCIA

O aumento do papel da cooperação económica mutuamente vantajosa com os países socialistas caracteriza a etapa actual de desenvolvimento das relações económicas de Angola com o exterior. A sua ampliação constitui um processo objectivo que decorre do crescimento do poderio económico dos países da comunidade socialista, da transformação destes na principal força de desenvolvimento social dos nossos dias e da comunidade de interesses do socialismo mundial e do movimento de libertação nacional. O alargamento da cooperação conduziu ao aparecimento de um novo tipo de relações económicas internacionais entre estes países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, relações essas que se baseiam nos princípios da igualdade e do respeito pelos interesses mútuos. A estratégia dos países socialistas na cooperação económica com os países em vias de desenvolvimento—frisava-se na Declaração conjunta dos países socialistas na IV Sessão da Conferência da ONU sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)—mantém-se inalterável. O seu principal objectivo é ajudar estes países nos seus esforços encaminhados no sentido da resolução dos problemas do desenvolvimento económico e da consolidação da sua independência económica.

Esta posição, baseada na união do socialismo com o movimento de libertação nacional, serve de sustentáculo da luta do Povo angolano contra o neocolonialismo pela obtenção da autêntica independência económica, pela reestruturação do sistema de relações económicas internacionais, impingidas pelo imperialismo. No 1.º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho foi assinalado, que a escolha da

orientação socialista cria um determinado tipo de relações entre Angola e os países socialistas, seus aliados naturais. A cooperação com o mundo do socialismo abrange todas as esferas da actividade económica e social, da RPA, quer dizer económica, cultura, política.

A troca de opiniões entre os dirigentes dos países socialistas e de Angola contribui grandemente para o processo de alargamento das relações mútuas, Agostinho Neto, Primeiro Presidente da RPA, visitou oficialmente a URSS, Cuba, a República Popular da Bulgária, a República Socialista Federativa da Jugoslávia e a República Popular da Polónia. Delegações de Partido e Governo dos países socialistas visitaram reiteradamente Angola ao mais alto nível.

Um marco importante no processo de fortalecimento da cooperação constituiu a visita em Outubro de 1976 da delegação do Partido e Governo da RPA à URSS, em resultado da qual foi assinado o Acordo de amizade e cooperação entre a URSS e a RPA. Um lugar de realce neste acordo foi dado ao desenvolvimento das relações económicas. No artigo 8.º do acordo diz-se que dando grande importância à cooperação económica, técnica e científica entre si, as Altas Partes Contratantes continuarão a ampliar e aprofundar tal cooperação e troca de experiências na indústria, transportes, agricultura, pecuária, pescas, exploração dos recursos naturais, desenvolvimento do sector energético, vias de comunicações, formação de quadros nacionais, como também noutros sectores da economia.

As Partes Contratantes irão aumentar o comércio e a navegação entre si na base dos princípios de igualdade, respeito pelos interesses mútuos, dando maior abertura à cooperação vantajosa.

Ao determinar as principais orientações e princípios de cooperação, o acordo tornou-se a base do ulterior desenvolvimento das relações económicas da RPA com o maior país da comunidade socialista.

Até à queda do regime fascista em Portugal as relações económicas de Angola com os países socialista eram insignificantes. A causa do fraco desenvolvimento destas relações era a dependência do País do imperialismo português, predomínio na economia angolana de capital monopo-

lista estrangeiro. O desenvolvimento das relações comerciais externas de Angola com os países socialistas tornou-se possível graças à derrocada do império colonial português e à conquista pelo Povo angolano da Independência Nacional. Angola obteve a oportunidade de decidir por si própria, com que países e em que condições lhe convém desenvolver as relações externas, inclusive as comerciais.

Desde o momento em que Angola conseguiu a Independência, de então para cá o comércio com os países socialistas é caracterizado por um rápido crescimento de circulação de mercadorias e expansão e diversificação destes. Os acordos comerciais servem de principal instrumento de regulação neste sector. Em meados do ano de 1978 a RPA tinha tais acordos com a URSS (Maio de 1976), Cuba (Agosto de 1976), Bulgária (Outubro de 1976), Jugoslávia (Fevereiro de 1976), RDA (Junho de 1977), Hungria (Setembro de 1977), Polónia (Abril de 1977).

Quase todos os acordos prevêem a concessão recíproca do regime de maior benefício à Nação. Assim, no artigo 1.º do Acordo Comercial entre a RPA e a URSS assina-se que afim de incentivar e facilitar o comércio entre a República Popular de Angola e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ambas as Partes Contratantes concedem reciprocamente, uma à outra, o regime do maior benefício à Nação em tudo o que se relacione com o comércio entre ambos os países.

Disposições análogas existem nos acordos comerciais da RPA com a Bulgária, Jugoslávia, Cuba e uma série de outros Estados.

Em conformidade com os acordos comerciais existentes, a RPA e os países socialistas assumem o compromisso de livremente entregar, quando seja exigido, as licenças de exportação e importação de mercadorias, que venham a ser objecto de comércio. A maior parte dos acordos são, quanto ao seu carácter, comerciais e de pagamento e estabelecem o regime de pagamento entre os parceiros. No que toca aos acordos presentemente em vigor o fornecimento das mercadorias realiza-se a preços dos principais mercados mundiais sobre as correspondentes mercadorias e o pagamento é feito, regra geral, em valores livremente

convertíveis, em concordância com a legislação vigente em cada um dos países.

Uma importante questão, regulada pelos acordos comerciais, é a problemática do tráfego internacional. O comércio de trânsito servia de fonte de consideráveis entradas de divisas em Angola. O sistema de transportes da RPA esteve durante muitas décadas orientada para servir as regiões da Cintura do Cobre da Zâmbia e as províncias do interior do Zaire. Em conformidade com os acordos comerciais entre a URSS e RPA as partes irão contribuir para o comércio de trânsito através dos seus territórios, tendo em atenção as leis e regras existentes em cada país relativamente ao tráfego internacional. Semelhantes disposições estão contidas nos acordos comerciais da RPA com alguns outros países socialistas.

A regulação dos contactos comerciais na base de acordos e a determinação numa perspectiva futura dos volumes do comércio entre as partes tornam as relações comerciais com os países socialistas mais estáveis em comparação com o comércio com os países capitalistas.

O rápido crescimento do movimento de mercadorias com os membros da comunidade socialista conduziu a um importante aumento do "peso" deste grupo de países no comércio externo angolano (de menos de 1% em 1974 para 25% em 1977). No grupo dos países socialistas, em 1976 era com a URSS (27,2 milhões de dólares), Cuba (15 milhões de dólares) e Jugoslávia (17 milhões de dólares) que a RPA tinha os índices mais elevados do movimento de mercadorias. Em 1977 o volume de comércio cresceu mais ainda, porém os três países citados continuaram a manter neste o lugar principal. Nos anos seguintes aumentou bruscamente a importância da RDA como um dos principais parceiros comerciais da RPA.

Em meados dos anos 70, a RPA importava dos países socialistas fundamentalmente os géneros alimentícios e outras mercadorias de primeira necessidade, como também meios de transporte.

A importação de meios de transporte tem uma grande significância para a resolução dos problemas da reconstrução da economia nacional e do realtamento das trocas co-

merciais entre a cidade e o campo. Os países socialistas em 1976 concluíram uma verdadeira série de contratos, cuja execução fora em parte transferida para o ano de 1977. Foram importados 200 camiões da marca "IFA" da RDA e veículos pesados de carga "Tatra-500" da República Socialista de Checoslováquia. Da Hungria vieram 100 autocarros "Icarus". Em Abril de 1977, uma firma soviética (a "Autoexport") e o Ministério dos Transportes e Comunicações da RPA assinaram um contrato de fornecimento de automóveis "Lada" fabricados na URSS.

Afim de normalizar as comunicações internas em Angola, o País acelera o restabelecimento do transporte aéreo. Por isso, a importação de aviões e peças sobressalentes para estes tornou-se uma das rubricas mais importantes na estrutura das importações do País. Em 1976 a União Soviética forneceu à RPA diversos tipos de aviões ("IAK-40", "AN-26" e "TU-134") para a aviação civil desta, no montante de 5149 mil rublos.

Nos anos 80 a posição das mercadorias provenientes dos países socialistas na estrutura das importações angolanas sofreu algumas alterações em comparação com os primeiros anos de desenvolvimento independente. Começaram a crescer as importações dos países do socialismo de máquinas e equipamentos e também de certas espécies de matérias-primas e produtos semi-acabados, necessários para o funcionamento normal da economia em reconstrução. Neste grupo de mercadorias é de destacar os tractores e máquinas agrícolas, adubos, vacinas e instalações frigoríficas. Segundo dados estimados neste período quase 70% das importações angolanas dos países socialistas era composta de artigos de aplicação industrial e meios de transporte.

A importação de mercadorias dos países-membros da comunidade socialista transformou-se num factor necessário ao processo de reprodução na RPA. Esta desempenha um papel importante no processo de acumulação na sua forma natural, material e concreta, visto que as principais rubricas da importação angolana dos países socialistas são representados por bens de investimento, sobretudo, máquinas e equipamentos cuja produção própria praticamente não existe em Angola.

Mas se, por um lado, a importação de bens dos países do socialismo, quanto à sua estrutura, responde em plena medida aos problemas da etapa actual de reconstrução e desenvolvimento da economia nacional, por outro, a exportação está limitada por enquanto ainda à esfera restrita de produtos agrícolas e matéria-prima. Nos anos 70, devido à limitação dos recursos destinados ao mercado externo, a exportação angolana para os países socialistas era coberta quase totalmente à custa do café. Desde Junho até ao final de 1976 o café era vendido unicamente para os países da comunidade socialista e ainda para a Argélia e Holanda. Os maiores importadores de café angolano no referido grupo de países eram a URSS com 7982 toneladas, Cuba com 7900, Hungria com 3590, Jugoslávia com 3990, RDA com 2700 e Polónia com 2998 toneladas. Para além do café, os países socialistas eram ainda compradores (em menores quantidades consideravelmente) de outras mercadorias tradicionais de exportação angolana, como o petróleo, espécies de madeiras tropicais e sisal.

A actual estrutura mercantil da exportação angolana para os países da comunidade socialista no seu total reflecte o nível de reconstrução da economia nacional da RPA hoje. Contudo esta, de longe não caracteriza as possibilidades objectivas da economia angolana. Num futuro não muito longínquo poderá exportar em volumes consideráveis também produtos da sua indústria nacional.

As potencialidades de crescimento da exportação de produtos da indústria no País alargam-se à medida que se restaura a produção industrial. Já hoje, em conformidade com os acordos comerciais entre a RPA e a Bulgária, na lista das mercadorias destinadas à exportação de Angola a par dos produtos tradicionais, como o café, algodão, ananás e bananas, estão incluídos também o cimento, cabos eléctricos, acumuladores, produtos da indústria da madeira e farinha de peixe.

As relações económicas da RPA com o mundo do socialismo não se limitam ao intercâmbio comercial. À medida que Angola avança pela via da independência cada vez mais importância adquire a assistência económica e científica dos países socialistas a este novo Estado.

Na forma como os países socialistas encaram a cooperação com a RPA observa-se nitidamente a diferença de princípio entre aquela e a “ajuda” das potências imperialistas, orientada para a continuação da política neocolonialista e manutenção da situação de desigualdade de Angola no sistema de economia capitalista.

Aquando do planeamento da cooperação e no decorrer da sua realização os países socialistas têm em conta as aspirações da RPA em fortalecer o sector estatal e ajudam a implantar e reforçar os princípios da direcção planificada da economia e a cumprir os programas de reconstrução nacional. Com a ajuda dos países socialistas a economia nacional desenvolve-se em interconexão e dá-se a aplicação generalizada de maquinaria e equipamentos modernos, criando-se assim uma nova estrutura económica em Angola. Tudo isto alarga as possibilidades de participação de Angola na divisão internacional do trabalho em pé de igualdade com os outros parceiros.

A base disto é constituída pelos acordos de cooperação económica e técnico-científica com os países socialistas. Acordos desta natureza foram concluídos com a URSS, Cuba, Jugoslávia, RDA, RPB, RPP, RDPC e RSR. Além disso, estão em funcionamento acordos que regulam a cooperação em determinados sectores da economia tais como na agricultura, pescas, transportes e noutros.

Actualmente a cooperação económica da República Popular de Angola com os países socialistas abrange praticamente todos os sectores de actividade económica do país. Esta começou com a ajuda na organização do funcionamento normal do aparelho de Estado angolano a qual abrange: a reorganização do sistema financeiro e bancário; o desenvolvimento do sector energético, incluindo a elaboração do plano de electrificação do país; a criação de uma companhia estatal de petróleo; o melhoramento e alargamento dos serviços geológicos e a elaboração do mapa geológico da RPA.

Um grupo de peritos soviéticos preparou uma série de documentos onde eram expostas a análise do desenvolvimento económico do País no período colonial, a avaliação do estado da economia nacional depois da agressão impe-

rialista e as correspondentes recomendações para o seu relançamento ulterior. Os países socialistas conjugam os seus esforços no sentido de contribuir para que todos os sectores da economia angolana se desenvolvam de forma equilibrada e em interconexão, tendo em conta as particularidades do desenvolvimento histórico da economia nacional do País e os traços específicos do seu estado actual. A cooperação, por isso, está virada antes de mais para o desenvolvimento das forças produtivas.

Uma das mais importantes esferas da cooperação é a agricultura. A importância do auxílio ao desenvolvimento deste domínio da produção determina-se por vários factores. Em primeiro lugar, como já foi assinalado, Angola é essencialmente um país agrário cuja maioria esmagadora da população activa se dedica à agricultura e pecuária. Em segundo lugar, o Governo da RPA considera o sector agrícola a base de desenvolvimento de toda a economia do País. Em terceiro lugar, o relançamento rápido da agricultura é necessário para a resolução do problema alimentar. Finalmente, em quarto lugar, a exportação de produtos agrícolas garante a este novo Estado parte considerável das entradas em divisas estrangeiras.

Estes factores obrigam a intensificar os esforços com vista ao rápido desenvolvimento do sector citado. A cooperação entre os países da comunidade socialista e a RPA no domínio da agricultura desenrola-se em muitas direcções. Destas as principais são:

- a) o auxílio no processo de planificação do desenvolvimento do sector (à escala nacional e provincial);
- b) a ajuda na organização e normalização da direcção das empresas estatais e das cooperativas;
- c) o apoio à recuperação e reabilitação das plantações de culturas agrícolas mais importantes (café, algodão, cana-de-açúcar e outras) abandonadas ou que sofreram com a guerra;
- d) o apoio à mecanização da agricultura;
- e) o relançamento da pecuária através da reconstrução e ampliação dos complexos pecuários, fábricas de carne e lacticínios e frigoríficos;

f) a normalização dos serviços de veterinária e de contra-epizootia;

g) a preparação de quadros nacionais angolanos, mormente técnicos agrícolas tanto em Angola como nos países socialistas;

h) o envio de técnicos especializados dos países socialistas para auxiliarem na efectivação do relançamento da agricultura.

A cooperação de Angola com os países socialistas no sector agrícola processa-se na base de acordos de cooperação económica e técnico-científica, como também na base de acordos especiais de cooperação no domínio da agricultura. Tais acordos especiais foram concluídos com Cuba, RDA e Bulgária.

Os acordos de cooperação entre Angola e a Bulgária na esfera da economia agrícola preveem o envio para a RPA de técnicos especializados no domínio da agricultura, contactos de representantes de certas unidades de produção, troca de documentação e informação científica, cooperação aquando da elaboração de projectos e construção de complexos pecuários, assistência na criação de cooperativas agrícolas e empresas estatais. Nos fins do ano de 1977 em Angola trabalhavam cerca de 1000 técnicos especializados búlgaros. Em 1978 foram efectuadas conversações tendo em vista o alargamento da cooperação no domínio da pecuária e do aproveitamento das instalações de irrigação existentes na RPA para o relançamento da agricultura.

O acordo entre a RPA e a RDA é caracterizado pela abordagem de conjunto na resolução dos problemas, que enfrenta a agricultura do novo Estado africano. A assistência é dada tanto no domínio da agricultura como no da pecuária, e abrange todos os escalões da produção agrícola de cima para baixo. A cooperação entre a RPA e a RDA no considerado campo é possível dividir em quatro direcções fundamentais: envio da RDA para a RPA de especialistas em agricultura e pecuária; preparação de quadros nacionais angolanos para os ramos indicados em Angola; envio para a RDA de angolanos para frequentar cursos de agricultura e pecuária; abastecimento a partir da

RDA de técnica agrícola, adubos e outros materiais para Angola.

No ano de 1976 foram enviados para a RPA cerca de 50 técnicos agrários alemães que foram divididos em dois grupos um dos quais trabalha no aparelho central do Ministério da Agricultura, e o outro dá assistência nas províncias.

O grupo de assistência ao aparelho central dá apoio à organização e planificação do desenvolvimento da pecuária, criação de empresas pecuárias estatais e uniões de cooperativas. Com a ajuda dos técnicos da RDA procede-se à elaboração de normas e critérios de quantificação do trabalho dos membros das cooperativas e de distribuição dos resultados da actividade das mesmas.

O segundo grupo, que trabalha a nível do aparelho provincial, engloba técnicos experimentados na preparação de forragens, mecanização da agricultura, irrigação, planeamento da produção, como também engloba médicos-veterinários.

Em 1977, da RDA chegaram ainda mais dois grupos de especialistas. Estes grupos são constituídos exclusivamente por operários qualificados e não incluem nem conselheiros nem engenheiros. Estes ajudam a normalizar o trabalho dos matadouros e das fábricas de lacticínio. Dos grupos fazem parte técnicos de frigoríficos e de montagem de caldeiras e electricistas.

A URSS presta assistência à RPA na elaboração do programa de alargamento da produção de algodão e trigo e ainda na mecanização da agricultura. Em Maio de 1978 foi assinado um documento sobre a prestação pela União Soviética de ajuda gratuita na criação de uma empresa-piloto para a cultura de trigo na província de Huíla numa área de 400 ha. Com este objectivo a URSS fornece à RPA a técnica necessária, o equipamento, o transporte rodoviário para as deslocações dos operários agrícolas, fertilizantes, sementes, insecticidas para combate às pragas; envia grandes grupos de quadros especializados desde dirigentes de empresas a operários qualificados.

Cuba põe em prática a sua ajuda na recuperação das plantações das principais culturas de exportação. Particularmente frutífera desenvolve-se a cooperação no alargamento

da produção de cana-de-açúcar. Neste campo Cuba possui uma grande experiência, que transmite a este novo Estado. De Cuba foram enviadas para Angola máquinas agrícolas para a safra de cana-de-açúcar e foi ainda enviado um grupo de especialistas em mecanização para preparação de quadros nacionais angolanos operadores de máquinas agrícolas combinadas. Foram já obtidos determinados resultados. A produção de açúcar vai aumentando gradualmente.

A assistência técnica dos países socialistas a Angola no sector agro-pecuário está orientada não só para o incremento da produção neste sector da economia, mas também para a consolidação naquelas das novas relações de produção socialmente progressistas. Por isso a assistência é dada às empresas agrícolas estatais e cooperativas, que praticam formas colectivas de trabalho.

A cooperação no domínio das pescas é caracterizada pela sua elevada eficiência. Num curto espaço de tempo com a colaboração dos países socialistas este sector foi reconstruído, e o nível de produção nele começou a aproximar-se do anterior à guerra. A cooperação neste domínio está orientada antes de mais para a criação em Angola de uma frota pesqueira moderna, preparação de quadros nacionais e reactivação das fábricas de transformação de peixe. A ajuda neste campo é realizada pela URSS, Cuba e a República Popular da Polónia.

A Comissão mista soviético-angolana para as actividades de pesca, criada nos moldes do acordo intergovernamental sobre cooperação no domínio das pescas, na sua primeira sessão, que se realizou em Março de 1977 em Moscovo, apontou medidas concretas para a execução das tarefas, colocadas ao sector. Foi criada uma sociedade mista angolano-soviética para as pescas.

Os especialistas soviéticos prestam auxílio na organização do sector das pescas na RPA segundo os princípios da planificação e transmitem a experiência de criação de cooperativas de pesca. Procedê-se à preparação de quadros. Para a criação da frota pesqueira nacional angolana e indústria de transformação de peixe a URSS comprometeu-se a fornecer à RPA 10 arrastões, 10 mil unidades de equipamento para o reatamento do trabalho das instalações frigo-

ríficas, 100 aparelhos para a radiocomunicação com as embarcações e 20 camiões refrigeradores para o transporte de peixe.

Entre a RPA e Cuba funcionam dois acordos no campo considerado: um de cooperação entre o Instituto Nacional de Pescas da República de Cuba e o Ministério das Pescas da RPA e outro sobre a criação de uma empresa mista de pescas angolano-cubana. A parte cubana presta assistência na organização do Ministério das Pescas da RPA, na normalização e arranque das empresas de transformação do pescado e na restauração e exploração da frota pesqueira.

Os países socialistas prestam à RPA grande ajuda no processo de reconstrução da indústria. Afim de retomar o processo normal de produção industrial é necessário resolver dois problemas fundamentais: recuperar as empresas industriais destruídas e formar operários qualificados e engenheiros.

Na etapa actual de desenvolvimento industrial de Angola o principal problema constitui não a criação de novas empresas, mais sim a revitalização e alargamento das estruturas já existentes. É nesta direcção que se desenrola a cooperação entre a RPA e os países socialistas. Especialistas búlgaros e cubanos ajudam na reactivação da indústria alimentar e sectores de transformação de matérias-primas agrícolas. A República Popular da Bulgária presta ainda colaboração no processo de normalização da produção de alguns tipos de maquinaria agrícola. A Checoslováquia põe em prática a sua ajuda ao contribuir para o reatar da produção de papel, calçado, produtos têxteis. Com o seu apoio deu-se início à construção de várias empresas de moagem de farinhas. A União Soviética e a RPA cooperam na reconstrução de um estaleiro naval na cidade de Lobito. Procedê-se ao reapetrechamento da construção naval na cidade de Benguela, para o qual é fornecido o equipamento necessário de fabrico soviético.

Na sessão da Comissão mista angolano-jugoslava para a cooperação económica realizada em Belgrado, em Junho de 1977, foi decidido que a parte jugoslava devia prestar assistência técnica à RPA na reactivação e desenvolvimento ulterior da indústria de curtumes e calçado, têxteis e

conservas. Debateu-se a possibilidade de exportação para a República Socialista Federativa da Jugoslávia de produtos destes ramos depois de atingidos os níveis de produção previstos.

Deste modo, nas relações económicas da RPA com os países socialistas esboçam-se os primeiros passos no processo de transição da simples troca comercial para a cooperação a longo prazo na esfera de produção.

Os países socialistas colaboram no desenvolvimento tanto da construção de habitações como da produção de bens de investimento em Angola. Grande importância é dada à cooperação na reparação de infraestruturas de transporte. A reparação das pontes destruídas durante a guerra assume especial importância. Especialistas soviéticos, cubanos e jugoslavos prestam ajuda neste domínio.

Uma vasta assistência técnica no sector da construção de habitações é prestada por Cuba. Em 1976 foi assinado entre os dois países um acordo sobre cooperação neste domínio. Em concordância com o mesmo foi criada um organismo especial de construção, que integra 1300 operários angolanos e engenheiros cubanos de construção. Segundo os planos para o ano de 1977 esta deveria realizar empreendimentos no montante de 6 biliões de Kwanzas. Arquitectos cubanos executaram projectos (que estão já a ser postos em prática) de construção de habitações servidas por todo um conjunto de infraestruturas, num dos bairros de Luanda com uma população de cerca de 40 mil pessoas. Foram criados três projectos-tipo de edifícios. Além das casas de habitação, nesse bairro leva-se a cabo a construção de escolas, centros de saúde e supermercados. O desenvolvimento da cooperação no domínio da construção de habitações também está prevista nos acordos de Angola com a Polónia e Bulgária.

Na fase actual de cooperação entre Angola e os países socialistas os factores naturais desempenham um papel importante na definição das direcções de assistência técnica a prestar à RPA. A existência de uma base de recursos bastante variada na RPA faz com que a cooperação no processo de exploração das suas riquezas em matéria-prima seja mutuamente vantajosa, cooperação essa que no mo-

mento actual integra a prospecção e exploração dos jazigos de minérios. Em Angola trabalham geólogos da URSS, Cuba, Checoslováquia, Polónia, e Roménia.

Do ponto de vista geológico, o território de Angola está longe de se poder considerar suficientemente estudado, por isso a descoberta e aproveitamento dos recursos em minérios constitui uma das principais condições do subsequente desenvolvimento económico do País e ampliação do seu potencial de exportação. Os especialistas soviéticos e cubanos ajudam na criação do mapa geológico da RPA, os polacos ajudam no estudo das reservas de minério de ferro, os checos na prospecção de jazigos de fosforitos, e os romenos na prospecção de petróleo. A ajuda dos países socialistas neste domínio está orientada para a elaboração de um esquema de utilização mais racional dos recursos naturais e integração destes no ciclo produtivo no interesse do rápido desenvolvimento da economia da RPA.

Um dos mais importantes domínios de cooperação hoje em dia constitui a assistência técnica à RPA na formação de quadros nacionais altamente qualificados. Ao organizar a saída em massa do País de especialistas qualificados, o imperialismo esperava que sem a ajuda do Ocidente a Nação não estaria em condições de normalizar a produção.

Como já foi assinalado, a preparação de quadros é o problema mais agudo, que se coloca perante a RPA. A experiência da União Soviética e dos outros países socialistas que num lapso de tempo histórico relativamente curto resolveram as questões do desenvolvimento do Ensino de Base e Médio Especial constitui bom exemplo e base para o relançamento da cooperação neste domínio.

A assistência na formação de quadros é prestada principalmente na base dos acordos intergovernamentais, segundo os planos de cooperação cultural e científica. A preparação circunscreve-se em primeiro lugar às especialidades deficitárias da economia nacional da RPA, preparação essa que não se prende com quaisquer condições políticas. O nível de preparação e instrução garante a obtenção de qualificação superior de acordo com as exigências actuais. Os traços específicos da situação actual de Angola implicam a necessidade de formação de quadros qualificados com

a máxima urgência. Para a resolução deste problema estão orientados os esforços dos países da comunidade socialista.

Com a ajuda da União Soviética, Cuba e outros países-membros do CAME estão a ser preparados quadros técnicos não somente nos estabelecimentos de ensino especiais, mas também directamente no processo de produção. Está a ser aplicada com êxito instrução em massa de quadros nacionais directamente nas empresas abrangidas pela cooperação.

Tal método adquire enorme importância em virtude da escassez de recursos financeiros e da necessidade de formação a curto prazo de grande número de operários qualificados. A criação de um sistema ramificado de instrução intra-fábrica, que não exige grandes investimentos de capitais, é por excelência bastante prometedora. A cooperação com Cuba no campo da formação de quadros tem perspectivas particularmente favoráveis, o que se explica pelo facto da parte cubana ter experiência na resolução de problemas de desenvolvimento económico análogos e pela afinidade das línguas.

A URSS orienta os cursos de formação de quadros qualificados angolanos na escola industrial e pedagógica e nos centros de instrução profissional para a formação de especialistas da indústria petrolífera e mineira, condutores de transportes rodoviários e mecânicos de automóveis, electricistas e montadores-electricistas, operadores de máquinas agrícolas, mecânicos para reparação e assistência às embarcações de pesca. Para estes fins a URSS fornece a Angola material didáctico, equipamento para as oficinas de instrução e laboratórios.

Em conformidade com os acordos de cooperação cultural a União Soviética concede anualmente à RPA 100 bolsas de estudo para a formação de estudantes angolanos nos estabelecimentos de ensino médio e superior da URSS. Estudantes angolanos estudam ainda nos estabelecimentos de ensino superior da RDA, Bulgária, Polónia e Jugoslávia. A ajuda no domínio da formação de quadros qualificados, em nossa opinião, ainda por tempo considerável continuará a ser um dos principais campos de cooperação de Angola com os países socialistas.

Cada país socialista organiza independentemente as suas relações externas. Porém, estas últimas formam-se sob a influência crescente da divisão do trabalho e das mais diversas formas de cooperação no quadro do Conselho de Ajuda Mútua Económica. Isto contribui para o desenvolvimento gradual das relações económicas entre os países do socialismo e a RPA numa base multilateral.

Os representantes da RPA participaram na qualidade de observadores na XXX Sessão do CAME realizada no Verão de 1976 em Berlim. Em Dezembro mesmo ano uma delegação desta organização económica visitou Angola. No decurso da visita foram debatidas com o Governo da RPA questões de cooperação económica, técnica e científica com o fim de lograr o mais rapidamente possível a reconstrução da economia nacional deste novo país.

Os representantes de Angola tomam parte nos trabalhos de determinadas comissões e de instituições especializadas do CAME, bem como nas reuniões do seu Comité Executivo.

A cooperação com os países socialistas, defensores invariáveis das forças do progresso, da democracia e da independência nacional, cria condições favoráveis para a reestruturação da economia e da vida social de Angola. As relações económicas da RPA com a comunidade socialista são um modelo das relações económicas internacionais de novo tipo entre países em vias de desenvolvimento e desenvolvidos. Estas relações, baseadas nos princípios da igualdade de direitos, do respeito da soberania e não ingerência nos assuntos internos permitem que este jovem Estado avance com êxito no caminho do progresso e da independência.

CONCLUSÃO

Em 1985, o Povo de Angola comemorará uma data gloriosa—o primeiro decénio da independência do seu país. Nascida do fogo da luta de muitos anos contra o colonialismo português, tendo defendido as suas conquistas dos atentados dos invasores imperialistas, este Estado encetou resolutamente pela via de construção duma nova sociedade. Nestes anos de existência independente, Angola adquiriu uma enorme experiência no processo de transformação socioeconómicas. O País efectuou a regeneração da economia nacional e entrou na fase de remodelação radical das estruturas produtivas e de construção das bases técnicas e materiais da sociedade livre da exploração do homem pelo homem. O Povo angolano optou pela via socialista de desenvolvimento. Esta opção é mais uma prova das mudanças profundas no mundo contemporâneo em favor do socialismo, com o consequente enfraquecimento das posições do imperialismo na arena internacional e o crescimento da força atractiva das ideias do marxismo-leninismo.

Hoje, todos os recursos naturais, humanos e económicos do país são utilizados, antes de mais, no interesse do desenvolvimento acelerado de Angola e do bem-estar da sua população, da superação rápida do atraso socioeconómico herdado do colonialismo. A nacionalização das terras e das propriedades dos colonizadores, bem como uma série de outras iniciativas levadas a cabo pelo Governo da RPA, criaram a base para o desenvolvimento do sector estatal na economia. Foi iniciada a cooperativização no seio dos camponeses. Foram levadas à prática medidas concretas para o melhoramento das condições de vida das amplas massas trabalhadoras de Angola.

Este jovem Estado africano encontra, naturalmente, uma série de dificuldades no caminho escolhido. Ainda não foram superadas totalmente as consequências da intervenção estrangeira, sente-se agudamente a falta de quadros qualificados, verificam-se rupturas no fornecimento de materiais às empresas. O MPLA-Partido do Trabalho elabora planos concretos para a superação destas dificuldades temporárias e para o ulterior desenvolvimento da economia nacional.

Os resultados positivos do primeiro decénio são visíveis não só na economia, como também em muitas outras áreas. Aumentou o papel dos trabalhadores na vida social. O desencadear dos processos da democratização revelou-se na criação dos órgãos de poder verdadeiramente popular—as assembleias de província e a Assembleia Nacional. Aumentou a participação dos trabalhadores nos órgãos de direcção da produção. Em muitas empresas foram criados grupos de controlo operário.

Os êxitos da República Popular de Angola poderiam, indubitavelmente, ter sido mais significativos se não fosse a necessidade de dedicar uma atenção primacial às questões da defesa e segurança. Os círculos imperialistas e, principalmente, o regime racista da África do Sul não abandonaram os seus planos de obrigar pela força Angola a desviar-se do caminho escolhido. As provocações armadas contra este novo país não cessam. No entanto, apesar das conspirações da reacção e da agressão aberta por parte de Pretória, os trabalhadores e os soldados de Angola sob a direcção do MPLA-Partido do Trabalho continuam a lutar com êxito pela consolidação da Independência Nacional e pelo progresso social e económico.

Fiéis ao seu dever internacionalista, a União Soviética, Cuba e outros países socialistas vieram em auxílio dos patriotas de Angola, e, desde o início, prestaram apoio à sua justa luta. Nas horas difíceis, quando a Revolução angolana se encontrava sob a avalanche dos ataques conjuntos das forças reacçãoárias internas e externas, a URSS, Cuba e os outros países da comunidade socialista prestaram o seu auxílio fraterno a Angola popular. Nos anos seguintes, a União Soviética e outros países socialistas colaboraram na regeneração e consolidação da economia nacional da RPA.

A cooperação com a comunidade socialista desempenha um papel crescente no processo de execução das resoluções do 1.º Congresso Extraordinário do MPLA-Partido do Trabalho. Esta cooperação tornou-se um factor importante na reconstrução nacional de Angola. Ao intervir no XXVI Congresso do PCUS, o Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e Presidente da RPA, José Eduardo dos Santos salientou que a cooperação multilateral e de interesse mútuo com os países da comunidade socialista adquire uma importância especial. Esta cooperação corresponde à vontade dos nossos partidos e dos nossos povos e tem-se tornado cada vez mais dinâmica.

A elevada eficiência da cooperação com os países socialistas é determinada, antes de mais, pela sua complexidade, abarcando uma área muito vasta e estendendo-se à economia, cultura, política externa e ideologia. O nível de reciprocidade atingido não conheceu ainda o seu limite. A consolidação futura da República Popular de Angola, a reconstrução da sua economia, abrem novas perspectivas para o alargamento das relações mutuamente vantajosas com a comunidade socialista e para o aumento da eficiência da cooperação. Isto tem uma importância especial no período actual de Reconstrução Nacional, na medida em que Angola está a efectuar transformações socioeconómicas radicais. O aproveitamento das relações com os países socialistas deverá desempenhar um papel importantíssimo no processo que permite a Angola avançar pela via de orientação socialista, relações essas cujo desenvolvimento contribui para a resolução dos problemas cruciais deste novo país.

A Revolução em Angola continua. Dez anos de actividade criadora dos trabalhadores angolanos permitiram lograr êxitos substanciais. A maioria absoluta da população expressa-se em favor da construção de uma nova sociedade e vida nova. O trabalho incansável dos angolanos preparou as condições favoráveis para a resolução das tarefas mais importantes da Revolução, que são: a consolidação do poder popular, a elevação do bem-estar do povo, a liquidação do atraso secular e o avanço pela via do progresso e do socialismo.

Quadro Nº 1

População de Angola segundo os Censos de 1960 e 1970

Designação	1960		1970		% de 1970 sobre 1960
	milhares de hab.	hab/km ²	milhares de hab.	hab/km ²	
Cabinda	59	8,1	81	11,1	137,3
Zaire	104	2,6	42	1,1	40,4
Cuanza-Norte	263	9,7	298	12,3	113,3
Uíge	399,9	7,2	386	6,2	96,7
Luanda	347	10,3	561	16,6	161,7
Malanje	452	4,5	559	5,7	123,7
Lunda	247	1,5	303	1,8	122,7
Cuanza-Sul	405	6,8	459	8,2	113,3
Benguela	488	12,9	473	14,9	97,3
Bié	453	6,3	650	9,7	143,5
Moxico	266	1,3	213	1,0	80,1
Cuando-Cubango	113	0,6	112	0,6	99,1
Huíla	594	3,6	644	3,8	108,6
Namibe	43	0,8	53	1,0	123,3
Total:	4830	3,9	5673	4,55	117,4

Quadro Nº 2

Estrutura étnica de Angola (unidade: milhares de hab.)

Designação	1940	1950	1960	1970	1973	1977
africanos	3666	4037	4604	5300	5450	6604
brancos	44	79	173	293	357	70
mestiços	28	30	53	80	93	95
Total:	3738	4146	4830	5673	5900	6769

Quadro № 3

**Repartição das taxas médias anuais
de crescimento por grupos étnicos
(em percentagem)**

Designação	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1973
africanos	1,0	1,4	1,5	0,9
brancos	7,9	11,9	6,9	7,3
mestiços	0,6	1,8	5,1	5,4
Total:	1,1	1,6	1,7	1,3

Quadro № 4

**Evolução do Produto Interno Bruto
de Angola
(unidade: milhões de dólares)
A preços constantes de 1970**

Discriminação	1960	1970	1973	1974
Consumo Privado	774,5	1101,7	1291,2	1278,0
Consumo Público	90,5	230,2	291,6	300,0
Investimento Interno Bruto	120,7	213,0	333,2	367,5
Exportação de bens e serviços (menos importações)	20,2	98,7	166,5	336,2
Produto Interno Bruto (despesa Interna)	1005,9	1644,4	2882,5	2281,7

Quadro № 5

**Produto Interno Bruto de Angola
por sectores de actividade
(em percentagem)**

Discriminação	1966	1970	1971	1972	1973	1974
Agricultura, silvicultura e pecuária	50,5	45,1	45,0	41,6	41,1	41,8
Indústrias extractivas	2,4	5,6	6,6	8,8	8,8	8,7

Discriminação	1966	1970	1971	1972	1973	1974
Indústrias transformadoras	4,4	5,2	5,1	5,8	5,5	5,5
Electricidade, gás e água	0,3	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8
Construção civil	0,4	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7
Comércio	19,2	18,1	17,6	17,6	17,5	17,8
Transportes e comunicações	3,5	3,0	2,8	3,0	3,1	3,1
Restantes sectores	19,3	21,8	21,5	22,7	22,6	22,1
Total:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro № 6

**Investimento público segundo os planos
de desenvolvimento económico
(unidade: milhões de kz)**

Designação	1973	1974	1977	1978
Indústria e energia	203,1	1900,2	622	1840
Agricultura, silvicultura e pecuária	6339	579,7	3163	1000
Construção	23,4	115,0	3768	6000
Transportes e comunicações	510,2	1429,1	2823	2000
Comércio e turismo	1,2	0,4	697	400
Restantes sectores	366,4	934,5	1844	1928
Total:	1738,2	3248,9	12917	13168

Quadro № 7

**Investimento público
por sectores de actividade
(em percentagem)**

Designação	1973	1974	1977	1978
Indústria e energia	11,6	5,8	4,8	14,0
Agricultura, silvicultura e pecuária	36,5	17,8	24,5	7,6
Construção	1,3	3,5	29,2	45,6

Designação	1973	1974	1977	1978
Transportes e comunicações	29,4	44,0	21,8	15,2
Comércio e turismo	0,1	0,1	5,4	3,0
Restantes sectores	21,1	28,8	14,3	14,6
Total:	100	100	100	100

Quadro Nº 8

Alguns dados do sector agrícola tradicional de Angola no período colonial

	1969/70	1970/71	1971/72
1. Volume de produção agrícola			
a) milhares de toneladas	2061165	2154862	1948269
b) milhares de escudos	2057952	2536357	2550583
2. Número total de unidades económicas	1067230	1067230	1198734
3. Áreas cultivadas (ha)	4369279,4	4369279,4	...
4. Rendimento (kg/ha)	470	490	
5. Preço médio por tonelada	1000,00	1177,00	1309,00
6. Volume da produção para consumo próprio	1369069	1403637	1287623
7. Área média dos lotes (ha)	4,09	4,09	...

Quadro Nº 9

Indicadores de produção previstos para determinados produtos agrícolas segundo o plano para 1980

Designação dos produtos	Milhares de toneladas	% sobre 1973
milho	400	67
trigo	15	125
arroz	33	100
feijão	60	100
batata	50	50

Designação dos produtos	Milhares de toneladas	% sobre 1973
óleo de palma	10	50
amendoim	15	68
girassol	30	144
café	120	55
tabaco	3	60
carne	10	166
carne de porco	12	108
carne de vaca	20	82
leite (milhões de litros)	7	18

Quadro Nº 10

Estrutura da balança de energia termo-eléctrica

Designação	1973	1974	1975	1976	1977
1. Derivados do petróleo	32	39	31	30	36
2. Electricidade	19	17	16	14	15
3. Lenha	38	34	45	48	42
4. Carvão vegetal	11	10	8	8	7
Total:	100	100	100	100	100

Quadro Nº 11

Indicadores de produção previstos para determinados produtos industriais segundo o plano para 1980

Designação dos produtos	Milhares de toneladas	% sobre 1973
farinha de milho	80-90	145
farinha de trigo	90-100	115
fermento em pó	2-2,4	100
óleo vegetal	12-13,5	95

Designação dos produtos	Milhares de toneladas	% sobre 1973
margarina	6-7,5	220
conservas de carne e enchidos	3-4	65
conservas de frutas e legumes	5-6,5	70
cerveja (milhões de litros)	175-200	155
refrigerantes (milhões de litros)	45-50	90
açúcar	65-70	85
tecidos (milhões de m ²)	16-20	110
calçado (milhares de pares)	900	280
sabão	20-22	130
ferro de armação	20-24	90

Quadro Nº 12

Quota-parte de Angola na exportação mundial de determinados produtos (em percentagem)

Designação	Valores médios de 1960 a 1970	1974	1975	1976
1. Diamantes	14,0	8,2	6,4	2,7
2. Café em bruto	6,4	5,8	4,0	2,9
3. Sisal	15,0	15,9	12,2	6,2
4. Bananas	2,0	1,7	0,9	1,1
5. Rícino	2,0	1,2	2,0	1,4

Quadro Nº 13

Comparticipação de Angola no montante das exportações africanas por artigos (em percentagem)

Designação	Valores médios de 1960 a 1970	1974	1975	1976
1. Diamantes	17,0	10,6	7,8	3,1
2. Minério de ferro	9,8	10,6	5,7	-

Designação	Valores médios de 1960 a 1970	1974	1975	1976
3. Petróleo em bruto	0	3,5	3,2	2,8
4. Café em bruto	25,0	18,6	13,7	10,7
5. Sisal	27,7	27,9	17,1	10,5
6. Bananas	20,4	20,9	13,2	16,2
7. Rícino	15,3	14,2	6,6	7,9

Quadro Nº 14

Orientação geográfica do comércio externo de Angola (em percentagem)

Designação	Exportações				Importações			
	1973	1974*	1976*	1977*	1973	1974	1976*	1977*
Países capitalistas	93,9	95,8	83,9	62,3	91,4	87,1	66,8	60
EUA	28,0	38,0	54,6	38,5	9,6	10,2	12,0	4
Japão	8,8	5,8	6,7	1,2	5,6	4,8	1,4	4
Portugal	25,2	27,2	6,9	2,5	25,4	21,0	9,5	6
CEE	14,1	10,5	11,9	7,3	38,1	38,0	30,7	29
RFA	5,1	4,1	2,5	1,4	1,8	12,9	8,0	9
Grã-Bretanha	2,8	0,6	1,5	1,1	7,7	7,0	4,4	2
Países socialistas	0,1	-	9,1	21,5	0	0	26,0	37
URSS	-	-	3,2	2,0	-	-	2,4	12
Países em vias de desenvolvimento	6,0	4,2	7,0	17,2	8,6	12,9	7,2	2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

* Estimativas

Quadro Nº 15

**Evolução do comércio externo de Angola de 1950 a 1977 (unidade: milhões de dólares)
A preços correntes**

Designação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Movimento	133	187	187	208	199	191	224	240	258	256

Designação	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Exportações	75	111	96	123	103	98	114	117	128	125
Importações	58	76	91	85	96	93	110	123	130	131
Saldo	17	35	5	38	7	5	4	-6	-2	-6

Designação	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Movimento	252	249	284	316	368	325	425	513	574	649
Exportações	124	135	148	160	204	200	221	238	271	327
Importações	128	114	136	147	164	125	207	276	303	322
Saldo	-4	21	12	22	40	75	14	-7	-32	5

Designação	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976*	1977*	1978	1979
Movimento	792	845	903	1321	1842	1280	899	1630	1945	2080
Exportações	493	423	510	779	1218	850	500	850	1055	1120
Importações	369	422	393	542	624	430	300	780	890	960
Saldo	64	1	117	237	594	420	299	70	165	160

* Estimativas

Quadro Nº 16

Exportação dos principais artigos

Designação	1971	1972	1973	1974	1975
Petróleo em bruto					
mil toneladas	4747,0	6829,3	7523,4	7877,3	4430,0
milhões de Kz	2157,4	3535,4	5755,6	14975,3	11140,0
Café em grão					
mil toneladas	181,0	176,9	218,7	217,5	89,3
milhões de Kz	4026,4	33834,9	5116,6	6274,1	5100,0
Minério de ferro					
mil toneladas	5497,8	5073,5	6329,6	5236,7	-
milhões de Kz	1187,5	1011,7	1210,8	1211,9	-

Designação	1971	1972	1973	1974	1975
Diamantes					
mil toneladas	2342,0	2200,0	2111,0	2093,0	300,0
milhões de Kz	1523,2	1583,1	1999,6	2463,4	303,0
Farinha de peixe					
mil toneladas	46,6	119,7	89,5	60,3	3,0
milhões de Kz	209,3	530,7	740,1	487,4	30,0
Algodão em rama					
mil toneladas	35,3	14,8	23,4	13,0	-
milhões de Kz	659,2	284,2	619,6	468,8	-
Sisal mil toneladas	62,5	65,5	53,4	66,7	60,4
milhões de Kz	221,2	338,9	467,9	1271,5	705,7

Quadro Nº 17

Principais mercadorias importadas

Designação	1970	1971	1972	1973	1974
Gado mil toneladas	9,5	10,1	7,1	10,1	6,7
milhões de Kz	253,2	291,8	231,9	336,0	297,1
Produtos vegetais mil toneladas	116,9	107,2	115,5	143,9	176,7
milhões de Kz	394,7	406,1	404,1	620,5	1146,2
Produtos alimentares, bebidas e tabaco mil toneladas	85,0	67,9	51,4	56,6	61,4
milhões de Kz	854,9	730,0	527,5	704,3	748,5
Produtos minerais mil toneladas	316,0	264,5	481,9	396,2	218,1
milhões de Kz	382,8	387,7	556,1	721,9	793,6
Produtos químicos mil toneladas	106,1	120,9	119,9	134,9	94,1
milhões de Kz	1050,8	1083,7	1120,3	1475,2	1823,4
Artigos de borracha mil toneladas	15,3	18,7	22,0	31,6	26,5
milhões de Kz	335,8	413,0	378,3	547,4	815,7
Papel, cartolina e respectivas obras mil toneladas	16,4	17,7	19,7	20,7	26,2
milhões de Kz	290,4	298,2	261,4	296,3	456,7

Designação	1970	1971	1972	1973	1974
Produtos têxteis mil toneladas	20,0	20,3	18,6	19,7	20,6
milhões de Kz	1267,8	1488,2	810,6	1391,3	1420,8
Metais e artigos de metal mil toneladas	118,2	144,8	125,0	151,1	153,5
milhões de Kz	1118,8	1366,1	1293,7	1533,4	2131,8
Aparelhos eléctricos mil toneladas	31,8	52,1	68,8	36,8	32,5
milhões de Kz	2098,8	2641,1	2777,0	3029,7	3393,9
Veículos e acessórios mil toneladas	36,4	35,2	35,8	30,2	26,0
milhões de Kz	1561,9	1978,9	174,4	1801,1	1989,9

ÍNDICE

Prefácio	3
Capítulo I O território e as riquezas naturais	5
Capítulo II A demografia de Angola	32
1. A população e a sua repartição	32
2. O quadro étnico. A cultura dos povos de Angola	40
Capítulo III A geografia política de Angola	69
1. A formação do seu território actual	69
2. O movimento revolucionário em Angola	74
3. A evolução de Angola independente	86
4. O regime político, divisão administrativa e organizações sociais	101
Capítulo IV A economia de Angola	119
1. Generalidades	119
2. A agricultura e a pesca	154
3. A indústria	171
4. A infraestrutura	189
5. O comércio externo	205
6. Os desequilíbrios internos e problemas de desenvolvimento regional	223
Capítulo V As relações com o mundo socialista—factor importante para o avanço de Angola pela via do progresso e da independência	232
Conclusão	248
Anexo	251

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente livro, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão.

O nosso endereço é:
Edições Progresso
Zúbovski bulvar, 17
Moscovo, 119847
URSS